



C r í t i c a
PRIMEIRA SÉRIE

Impresso na Gráfica Editôra Brasileira Ltda., à rua
Luís Gama, 185 — São Paulo, Brasil, em 1962.

Humberto de Campos

(Da Academia Brasileira de Letras)

Crítica

PRIMEIRA SÉRIE

EDITORA MÉRITO S. A.

SÃO PAULO
PORTO ALEGRE

RIO DE JANEIRO
RECIFE

Esta edição das Obras Completas de Humberto de Campos foi impressa, segundo os desejos dos herdeiros do autor, na ortografia do acôrdo do ano de 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, do qual o autor foi um dos signatários e cujo vocabulário foi publicado em 1933.

Prefácio

Descrevendo, em L'Immortel, a idéia súbita que tem Paul Astier, ainda no local em que tomba no duelo com o príncipe d'Atis, de enviar um bilhete à princesa Padovani, declarando-lhe hábilmente um amor em que nunca pensara, comenta Daudet: "Seria bem uma improvisação? Aquele ambicioso podia, perfeitamente, enganar-se; pois o móvel dos nossos atos muitas vezes nos escapa, escondido, perdido no meio de tudo que se agita em nós nas horas de crise, assim como desaparece na multidão o guia que a sacode e a põe em marcha". E acentua os contornos da imagem: "Um ser é uma multidão. Múltiplo, complicado como esta e, como esta, movendo-se em ímpetos confusos, desordenados; mas o condutor da mole humana está no meio dela, dissimulado. Por mais impetuosos e espontâneos que pareçam os nossos movimentos, êles foram, como aqueles da rua, calculados e preparados. Um pensamento obscuro determina, não raro, à nossa revelia evidente, o nosso destino, como um indivíduo indistinto, mas real, arrasta uma onda popular sem que ela se aperceba de que está sendo conduzida".

O aparecimento do autor dêste volume, com propósitos de instalação definitiva, nos domínios da crítica literária, em uma idade em que se não escolhe mais, no campo das letras, o terreno em que deve semear, confirma, talvez, a insinuação psicológica do criador de Tartarin. Jornalista, cronista, condenável autor de contos alegres e malsinados, exercia êle a sua atividade na imprensa e no livro fácil, raramente se aventurando, neste ou naquela, em análises de obra alheia, quando aprouve ao diretor de uma grande fôlha brasileira convidá-lo, em agosto de 1928, para fazer semanalmente a crítica dos livros novos. Foi quando êle viu, pela orien-

tação inconciente das suas leituras e cuidados, que se vinha preparando para o exercício, precário embora, da pequena magistratura nesta província literária. Contra sua expectativa, mas sem contrariar as tendências íntimas do seu gôsto, viera êle a amealhar em estudos despretensiosos e amáveis, mas sistemáticos, um pequeno cabedal de conhecimentos que seria o seu capital modesto no comércio ativo das idéias.

Essa resolução tardia aproximava-o, pela identidade do destino, dentro da relatividade do meio e das possibilidades da cultura, de um dos mestres da crítica francesa contemporânea: Paul Souday. Repórter e jornalista, gastava êste, desde a mocidade, o aço da sua pena lépida na pedra do comentário politico ou das intrigas internacionais, quando Adrien Hébrard o transferiu, aos 43 anos da sua idade, para a crítica literária do Temps. E foi quando, de súbito, o diamante do seu talento encontrou a cravação que Deus lhe destinara. À semelhança do que aconteceu àquele claro espirito do nosso tempo, o autor dêste livro não se sentiu, de todo, constrangido no pôsto que lhe era designado. A perfeita sabedoria humana consiste em entregar-se cada um às correntes invisíveis que formam o grande e profundo rio da Vida, e em achar excelente o pôrto a que elas o arrastarem. E dizem já os fastos da Fatalidade que, por mais longas e demoradas que sejam as peregrinações de Édipo, Antígona o levará, um dia, a Colona...

Motivos concientes e ponderáveis teriam justificado, aliás, a anuência ao convite que lhe era feito. O grande mal do Brasil tem consistido, proclamam-no todos, na falta de crítica: de crítica política, de crítica científica, de crítica literária, de crítica social. A falta de crítica nas letras, nas ciências, na política, na orientação coletiva dos homens, é que determina a anulação do sentimento da responsabilidade, origem de toda a desorganização. Expondo a situação das letras nacionais em 1895 no 1.º volume dos seus Estudos de Lite-

ratura Brasileira, acentuava José Veríssimo que nós eramos, então, “um país em que todo o sujeito que publica um livro se considera com direito à crítica e onde o noticiário incompetente toma o seu lugar, para opinar conforme as inspirações de uma indigna camaradagem ou segundo sentimentos ainda somenos”. É essa infelizmente entre nós a condição das letras, trinta e cinco anos após a enunciação desse conceito. E o autor destas considerações não acredita que se modifique tão cedo a temperatura em que se desenvolve, de norte a sul, a nossa atividade literária.

É a crítica, na verdade, depois do teatro, o gênero mais desatentamente tratado no conjunto da nossa operosidade mental. Mas essa situação procede menos da falta de cultura, de defeitos da educação daqueles que a exercem do que da insubsistência das camadas profundas do espírito em que assenta o caráter nacional, isto é, dos alicerces morais em que repousa a cultura adquirida. Nós somos um povo sentimental cujos atos dependem, todos, do ritmo do coração. Submetemos tudo, — juízos, pensamentos, atitudes, — ao clima das paixões que nos aquecem.

Definindo certa vez a crítica, nos moldes em que a compreendia, Sainte-Beuve considerou-a “o secretário do público, encarregado de redigir, cada manhã, o pensamento de todo o mundo”. No Brasil, onde o espírito coletivo é ainda uma hipótese, a função desse secretário tem de ser diferente: em vez de interpretar o juízo do público sobre o livro que este leu, a sua missão consiste no julgamento sincero e individual da obra literária, para esclarecimento do público, e consequente orientação das suas leituras. Durante algum tempo este se louvou, como se diz nas peças forenses, na palavra do secretário; ao confrontar, porém, o julgamento com a obra julgada, viu, espantado, que o auxiliar lhe não era fiel, recomendando-lhe obras mediocres, de amigos pessoais, e condenando outras apreciáveis, de desafetos ou de autores que não conheciam a prática da lisonja.

A sentença não conferia, senão raramente, com o que se provava nos autos. E o público despediu o secretário, passando a orientar-se por si mesmo, desprezando livros que a crítica fervorosamente recomenda e lendo com sofreguidão, glorificando-os pelo sucesso da venda, aqueles que ela esquece ou fulmina.

A partir de 1924 ou 1925 teve início, todavia, uma reação contra essa tirania do arbítrio, ou, melhor, contra essa prevaricação na judicatura das letras. Armados de cultura nova, e instigados pelo exemplo de irreverência que lhes vinha dos países que nos dão o ritmo ao pensamento, três ou quatro escritores da última geração soltaram o seu grito de guerra contra o incondicionalismo literário, trazendo, através da crítica, uma onda de sangue ardente e novo para rejuvenescimento das idéias. Essa revolução caracterizava-se, entretanto, como sempre sucede nas crises profundas de tendência renovadora, pelo espírito de destruição, com a quebra integral do antigo padrão de valores. Solidário embora com êsse movimento, cuja legitimidade reconhecia, supôs o autor, naquele momento, oportuna a intervenção, nos mesmos domínios, de um escritor que, pelo temperamento, pudesse estabelecer, perante o público, a ligação entre os dois agrupamentos literários. Colocado pela idade e pelas tendências do gosto entre os velhos e os novos, entre os gloriosos marechais das letras e os jovens capitães que se rebelavam contra as promoções por antiguidade, o autor não lhes levava, a uns e a outros, senão a palavra da paz, para restabelecer o contacto entre as duas gerações desavindas. Era preciso que alguém, à semelhança daquelas mulheres heróicas da infância de Roma, erguesse, entre Tácio e Rómulo, as relíquias em que havia sangue de uma e outra, e que êles, tornados a si do seu ímpeto, se estendessem as mãos. Pela ponte frágil lançada sôbre o abismo por alguns espíritos moderados fazem hoje o comércio da inteligência, admirando-se ou, pelo menos, respeitando-se, sabinos e romanos.

Em uma formosa página publicada em 1864, chamava Sainte-Beuve a atenção dos homens de boa vontade para as modificações do mundo e para os deveres que, no mundo renovado, cabiam à crítica literária. “O crítico precisa cingir os rins para novas séries de marchas firmes e laboriosas”, escrevia.

Este livro representa pequenas excursões em terreno plano e terras amáveis. O viajante não subiu as montanhas, em que rugem os ventos, nem desceu à concha dos vales profundos, ricos de mistérios. Percorreu jardins domésticos, estradas conhecidas e campos semeados, desalterando-se na água mansa dos córregos e apanhando as rosas dos caminhos.

Se as marchas não foram mais longas e proveitosas, a culpa não cabe, inteira, a quem as empreendeu. E' que faltaram horas ao tempo, e fôlego ao peregrino.

H. DE C.

A NOSSA FORMAÇÃO ÉTNICA (1)

CONSULTANDO o meu *Diário*, inédito, relativo ao ano de 1928, encontro estas anotações:

“*Segunda-feira, 16 de janeiro* — Entre os hóspedes do hotel (Hotel D. Pedro, em Correias), um há, tão bisonho quanto eu, mas que toma a iniciativa de aproximar-se de mim. É Manuel Bomfim, sociólogo e historiador, autor d’*A América Latina*, obra cuja documentação histórica me espantou quando, há vinte e dois anos, adolescente ainda, a li, no interior do Ceará.

Manuel Bomfim deve andar, hoje, pelos sessenta anos da sua idade. De estatura mediana, apresenta a estrutura angulosa, a ossatura sólida, dos nossos nortistas do interior. Bigode branco, aparado em escôva sôbre a bôca, parece ter tido abundante cabeleira, hoje rarefeita, e que toma, agora, o tom amarelo sujo, dos indivíduos louros que envelhecem. O rosto largo, avermelhado, denuncia o temperamento sanguíneo, o espírito voluntarioso, em que se misturam orgulho e desconfiança. Veste-se sem apuro, mas com limpeza. E’ médico, mas não exerce a clínica. Foi, há muitos anos, diretor da Instrução Pública, no Distrito Federal.

Ao fim da primeira hora de palestra, em que êle falou cinquenta minutos e só me permitiu falar dez, eu me perguntei a mim mesmo, lembrando-me da frase de Voisenon:

(1) MANUEL BOMFIM — *O Brasil na América* — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro, 1929.

— Por que êste homem não é, ainda, da Academia?

Nesse momento é provável que êle, no seu íntimo, se estivesse, por sua vez, perguntando:

— Por que êste homem, é, já, da Academia?

“Terça-feira, 17 de janeiro — Manuel Bomfim tem idéias especiais e apaixonadas sôbre a nossa formação étnica, e a da nação, como entidade política. Na sua opinião, o esforço português para colonização do Brasil foi nulo, insignificante. A atuação da metrópole circunscreveu-se exclusivamente à exploração da colônia, sem dar-lhe, em paga, melhoramentos, senão correspondentes ao proveito usufruído, ao menos daqueles que a providência aconselha a quem pretende conservar uma fácil fonte de renda.

— Basta dizer — observa, citando um autor inglês (Koster, se me não engano), que, enquanto a Espanha, para povoar as suas colônias da América, se via privada de mais de metade da sua população, passando de trinta e cinco milhões por ocasião da conquista, a dezessete milhões ao perder os seus domínios do Novo-Mundo, com Portugal sucedia o inverso: possuindo cêrca de um milhão de habitantes quando descobriu as Índias, e o Brasil, em vez de depauperar-se, enfraquecer-se e despovoar-se, fortaleceu-se e cresceu, pois, em 1822, ao dar-se a nossa emancipação, o seu recenseamento acusava mais de três milhões de almas.

E faz, então, a apologia do índio, do aborígene, da sua eficiência na constituição da nacionalidade que se vai formar, e conclue:

— Uma raça decadente, inútil, não daria êses grandes capitães que se chamaram Martim Afonso (Ararigboia) e Filipe Camarão (Potí), tão temidos e respeitados por franceses e holan-

deses, e que causavam espanto aos próprios portugueses, seus aliados.”

No tempo em que travámos conhecimento, discreteando, como os filósofos antigos, sob a fresca proteção das parreiras frutescentes, escrevia o sr. Manuel Bomfim *O Brasil na América*, para o qual havia reunido um assombroso cabedal de documentos e leituras. Nessas tertúlias *sub tegmine* muitas vezes divergimos; na maior parte, porém, os seus argumentos serviram para dar movimento às minhas idéias pessoais, algumas das quais, como as de que falava Machado de Assis no *Dom Casmurro*, não tinham, até então, nem língua, nem braços, nem pernas.

O livro que o ilustre pensador e sociólogo preparava, acaba de aparecer, sob o título então prometido. E eu confesso que, em parte, a obra me desnorteou, aumentando a minha admiração pelo espírito que a delineou e escreveu. Em verdade, quem leu *A América Latina*, não encontrou, em toda ela, uma palavra de simpatia para o povo português. E não é isso o que sucede com o volume agora editado, em que o sr. Manuel Bomfim, estudando-lhe as origens, historiando o seu período heróico e a parábola por êle descrita na Civilização, patenteia a sua isenção de verdadeiro historiador.

E é assim que, no século XIV, quando todo o continente se encontra ainda em estado, pode-se dizer, de nebulosa, já Portugal se define étnica e geográficamente. “Portugal — diz — é a formação política mais prodigiosa do ocidente”. E, em outro lugar: “Portugal deu exemplo de uma capacidade política, em realizações nacionais, acima de tudo que a Europa medieval produziu”. Foi êle, mesmo, o país que primeiro traçou, ao sair da Idade Média, as suas fronteiras definitivas. “A formação de Portugal se caracteriza por uma precocidade política tal, — acentua, — que o pequeno reino nos aparece como a primeira nação completa, na Europa do século XIV. A ambição de um príncipe, explorando as tendências surdas das populações, guiando-lhes a vitalidade portentosa, pôde fazer de metade da Galízia, com os remanescentes de lusitanos e um rebutalho de sarracenos, a primeira unidade nacional em manifestação ativa sôbre o mundo de então.”

De onde provém, entretanto, o gênio marítimo do povo português, tão singular na região em que se produziu? O sr. Manuel Bomfim, discordando ainda de Oliveira Martins, atribue essa tendência, sobretudo, a fatores étnicos. “Tudo que nos outros ibéricos é orgulho do indivíduo, afir-

mação pessoal, viço de intransigência re-tumbante, fulgor de manifestação e expressão, — observa, — é pura fôrça de ânimo no português tradicional. Para êle, os impulsos não arrebatam em gestos e vozes; difundem-se em profundidade, e vão alimentar uma vontade pertinaz, para esforços indomáveis e persistentes”. “Pertinácia, valor definitivo na pertinácia, intransigência nos objetivos, — resume, — eis as constantes do caráter português”. A essas virtudes fundamentais, junta-se um fator complementar: “Portugal foi o ponto de encontro permanente dos dois povos, grandes navegantes — o sarraceno, representante da tradição fenícia, e o celta, no conceito de Mommsen, o primeiro navegante de velas, no Atlântico”. Fundiram-se essas qualidades reais e ideais. O espírito das duas raças aventureiras impeliu para o oceano a vontade férrea dos antigos lusitanos. E surgiu êsse punhado de marinheiros desassombrados e inflexíveis, que, dando novos mundos ao mundo, na expressão de um poeta que os celebra, ultrapassou nos feitos todos os povos navegadores — fenícios, cartagineses, normandos, genoveses, ou venezianos.

O sucesso na emprêsa tendia, no entanto, a corromper êsse povo heróico e magnífico. Ao espírito de aventura sucedeu, de

acôrdo com o ritmo econômico, o espírito de lucro. O dragão sagrado despiu a carapaça e surgiu, dêle, a serpente da cobiça diabólica. O Estado, sequioso de proventos, transformou-se em instituição mercantil. A pimenta da Índia, o marfim da África, o pau-brasil, o ouro, tornaram-se negócio privado da coroa. O rei era o mercador exclusivo dos produtos das terras descobertas. O erário real enchia-se, e a côrte dissipava. Instituiu-se, nos dias de crise, o tráfico do negro, invenção de Portugal e vergonha do mundo. Surgiu o parasitismo. A nação inteira vivia da generosidade do rei e dos seus validos. E o país tombou na degradação, na decadência, na decomposição, que o sr. Manuel Bomfim estuda na 2.^a parte d' *A América Latina*, e a que se vêm opondo até os nossos dias, em resistência miraculosa, as virtudes primitivas da raça.

Por essa exposição vê-se, pois, que o ilustre sociólogo brasileiro não tem pelos nossos colonizadores uma antipatia preventiva. O que êle condena, ou lamenta de modo veemente, é o desvio histórico das fôrças maravilhosas daquele povo peninsular, consubstanciado na mercantilização do seu espírito heróico. Essa condenação é, talvez, incompatível com a justiça da História. Não se registra um caso, sequer, de povo na-

vegador que não se transformasse em povo mercante, nem de povo mercante, em que o espírito de lucro, ou antes, o ideal econômico, não se tornasse absorvente. Os povos obedecem, nas suas aspirações, a um ritmo fatal, a uma evolução determinada, que não poderão evitar. Portugal obedeceu à letra do seu destino, jungido à fatalidade de uma lei sociológica. Foi humilde, pequeno, obscuro. Teve o seu período de grandeza, de glória, de esplendor. Inaugurou heróicamente, com as suas caravelas e os seus marujos, a Idade Moderna. Deu à civilização nova o padrão político a que ela hoje obedece. E começou a declinar, como declina o sol, e se afunda na montanha de nuvens do ocidente, depois que aquece a terra, desata as flores e fecunda as sementes daquele dia. E quem poderá, com justiça, apedrejar, como os abissínios, o astro que descreve a sua trajetória invariável, unicamente porque êle não se fixa definitivamente no céu, ao mando imperativo de todos os Josués?

A parte mais interessante do livro do sr. Manuel Bomfim é, todavia, aquela em que, abandonando o roteiro até agora seguido pela maioria dos historiadores, estuda, documentadamente, o fenômeno da nossa formação étnica. Na sua opinião, o por-

tuguês colonizou, mas não povoou o Brasil. A nossa latinidade, na acepção vulgar dê-se termo (1), é apenas um rótulo. O povoamento foi feito pelo índio, em proporção que evitamos apurar, unicamente para que se perpetue historicamente a ilusão de que somos etnicamente latinos, com avós sepultados na Via Ápia, antepassados no *De viris illustribus* e ascendentes notáveis, e gloriosos, nas curues do Senado romano.

Ao ler, pela primeira vez, frei Vicente do Salvador e Robert Southey, uma das observações que primeiro me acudiram foi sobre o destino que porventura haviam tomado os indígenas que desciam do sertão em grandes levadas, para os trabalhos comuns da lavoura, nas cidades e aldeamentos do litoral. Que o Brasil era fartamente habitado em toda a sua extensão basta a circunstância de se encontrarem com o selvícola, os portugueses, os franceses, os holandeses, em qualquer ponto da costa que desembarcassem. Quantos eram eles nos dias do descobrimento? Pelo depoimento dos cronistas dos séculos XVI e XVII, a conclusão a que se chega é que o Brasil possuía população autóctone três ou quatro vezes supe-

(1) "Não há uma raça latina, mas uma civilização latina"
— HENRY BEER — in EUGÈNE PITTARE, *Les Races et l'Histoire*,
pref., p. VI.

rior à de Portugal, a qual era avaliada, por essa época, em pouco mais de um milhão. Essas cogitações perturbavam o meu entendimento. E eu confesso, neste lugar, que devo ao sr. Manuel Bomfim o desassombro com que, nos últimos tempos, me tenho referido a êsse capítulo da nossa História. Foi êle que, nas palestras que tivemos há quasi dois anos, fortaleceu, em alguns pontos, com a sua solidariedade, as minhas atrevidas convicções.

O Brasil é, assim, ètnicamente, uma nação americana. E proclamando essa verdade, acentua o illustre sociólogo brasileiro, com o testemunho dos mais respeitáveis historiadores coloniais, daqueles que trataram o índio, encontrando-o ainda na sua inocência selvagem, não advir para nós nenhum desprestígio com o reconhecimento dessa origem. Temos a veleidade literária de ser latinos. Mas, que foi Roma na sua gênese senão um valhacouto de salteadores? Imaginarão, acaso, os nossos aristocratas, que os gauleses, os germanos, os gregos pre-homéricos, viviam de outra maneira no seu estado primitivo? Quanto à suposta indolência do indígena, assinala o autor: “O índio não tem atividade ao sabor do civilizado capitalizador, porque não é levado pelos mesmos estímulos. Tem a atividade consentâ-

nea aos seus desejos. E é o natural. Indolente será aquele que adia o desejo, ou o transfere para o puro devaneio, ou, ainda, o degrada em lamentos e queixumes”. E acrescenta: “Foi a própria bondade que colheu a tribu, e limitou as suas necessidades. A cordialidade fraternal acentuou-se em desenvolvimento comunista, e, com isto, o essencial de estímulos individuais foi obliterado. Não lhes veio a sordidez do ganho e da propriedade individual, e, como se expandia a beleza das almas desinvejadas, mantinha-se a insignificância da produção, e enraizava-se a simplicidade da vida social. Generosos, cordialmente solidários, para que queriam êles riqueza, magistrados, e processos, e govêrno mandante, e polícia?!...”

Essa é a conclusão a que chega, de facto, quem lê os nossos primeiros cronistas, e reflete desapassionadamente sôbre o que êles expõem. Agora mesmo tenho à mão um desses depoimentos. E’ o do padre Yves d’Evreux, cuja obra me coube reeditar. “Vivem pacificamente com os outros, — diz o capuchinho francês, referindo-se aos tupinambás da ilha do Maranhão; — e dividem com êles o resultado da sua pescaria, caçada e lavoura, e não comem às escondidas”. Ilustra, então, o que afirma: “Apareceram

em minha casa muitos selvagens esfaimados, vindos da pescaria, onde sòmente apanharam um caranguejo, que assaram, sôbre carvões, e pedindo-me farinha, o comeram todos, fazendo roda, cada um o seu pedacinho. Eram doze ou treze. Podeis imaginar o que tocaria a cada um, sendo o caranguejo do tamanho de um ovo de galinha”. E numa informação, que vale por todos os elogios: “E’ muito grande a liberalidade entre êles, e desconhecida a avareza”.

O que se censura, hoje, tendenciosamente, àqueles antepassados que repudiámos por vaidade, representava, sem dúvida, a sua forma de sabedoria. O que nós achamos agora civilização não passa, talvez, de uma espécie de barbaria dourada. Que faz o índio? Trabalha na medida das suas necessidades. Que faz o civilizado? Trabalha, luta, atira-se a guerras de conquista, não apenas para obter o necessário, mas o supérfluo, que acumula egoisticamente com prejuízo dos seus semelhantes. Daí a vida sem cuidado entre os indígenas, a igualdade econômica entre êles, e, entre nós, a fome de milhões de criaturas, a miséria, o roubo, os formidáveis dramas da consciência, resultado dêste regime social em que se exige o jejum de classes inteiras para que um banqueiro possa, à noite, tomar o seu *champagne*.

gne, comer as suas trufas, e encher de ouro amoadado os seus enormes cofres de ferro!

O papel da civilização consiste, assim, em síntese, na criação de necessidades novas, que reclamem do homem novos crimes e novos sacrifícios. E' conhecido, sobejamente, — e eu próprio já o divulguei em livro, — o caso contado há meio século pelo general Couto de Magalhães. Achava-se êsse infatigável sertanista em vésperas de deixar a aldeia em que se hospedara no Alto Araguaia, quando lhe apareceu, em despedida, o tuchaúa da tribo, o chefe dos caiapós. Com o intuito de ser gentil, o general convidou-o a descer até o Pará e, para tentá-lo, descreveu-lhe as vantagens da vida civilizada, falando-lhe das casas de cinco andares, das gravatas, dos coletes, dos chapéus, das botinas engraxadas, de tudo, enfim, que o homem criou para aumentar as suas torturas naturais. O caiapó ouviu-o em silêncio e, ao fim de alguns instantes, indagou:

— Por que não ficas tu aquí, onde não se precisa de nada disso?

E' sabido que, ao tornarem a París, nos séculos XVI e XVII, os aventureiros de nobre estirpe que alimentaram o sonho da França-Antártica, os escritores do tempo se levantaram contra a europeização do sel-

vícola, proclamando a superioridade do estado bárbaro, em que êle vivia, sôbre a condição do europeu, em geral. Ronsard admoestava Villegaignon, condenando a sua deshumanidade, vindo a perturbar um povo livre que vivia na fartura e na felicidade. Malherbe entendia, mesmo, que a civilização francesa tinha lições a receber da barbaria americana. Por que, pois, repudiar um antepassado legítimo, embora corrompido pelo europeu, quando se manifesta orgulho de provir, adulterinamente, do próprio corrutor?

E' a essa conclusão que chega, embora palmilhando caminhos diferentes, e apoiado a bordões mais seguros, o sr. Manuel Bomfim. O seu escôpo é rehabilitar o brasileiro: o brasileiro selvagem, o brasileiro colonial, o brasileiro contemporâneo. O que temos de aproveitável é nosso: o povoamento é indígena, a alma nacional é indígena, a obra política de que resultou a unidade territorial é indígena. O português limitou-se, aquí, a apor o seu rótulo, que devemos, contudo, em nome da verdade histórica, retirar e substituir. O que possuímos de mau — os vícios da nossa cultura, — é herança portuguesa. Portugal, na sua opinião, perpetuou-se no Brasil por intermédio da dinastia bragantina. O Brasil devia

ter-se emancipado em 1817, adotando, de pronto, a forma republicana. O Império apodreceu por trazer em si um cadáver, que era a casa de Bragança. E esta, imprimindo o ritmo aos costumes, tem comprometido, até hoje, a obra da República.

São essas, em síntese, a marcha e a finalidade das idéias do erudito escritor neste seu livro substancioso. Algumas das suas conclusões são, talvez, forçadas. A argumentação é, porém, tão cerrada, e a sua dialética tão poderosa, que se tem a impressão de ouvir, na vistoria do monumento, o som cavo da pedra, mesmo quando a arquitetura é, nas ligaduras, em um ponto ou outro, de estuque provisório.

Obra de erudito e de pensador, condensada, unida, compacta, cada um dos capítulos dêste volume do sr. Manuel Bomfim daria, confiado a um escritor mais ambicioso de glória do que de serviços, um livro integral — tamanha é a provisão de pensamento, de idéia, de verdade, que resume e consubstancia. Uma página sua é como essas pastilhas químicas, invenção da indústria ocidental, as quais, dissolvidas nágua, podem tingir de novas côres toda a superfície de um rio.

Conta Homero na XII rapsódia da *Iliada* que, no combate diante das fortifica-

ções gregas que protegiam as naves, Heitor manejava, batendo com ela as muralhas, uma pedra enorme, “tão grande e pesada que dois robustos homens do nosso tempo não a ergueriam da terra para pô-la em cima de um carro”. O sr. Manuel Bomfim pertence, nas letras, a uma família de guerreiros desaparecida. A frivolidade do tempo não compreende, quasi, que um homem escreva, sòzinho, um livro como o seu.

O Brasil na América tem, nas mãos dos escritores modernos, o pêsso da pedra de Heitor.

RUI BARBOSA (1)

DEVE ter causado uma surpresa feliz a quantos tiveram nas mãos êste livro, a discrição inteligente com que o sr. Batista Pereira analisa, nas primeiras páginas, a figura literária de Rui Barbosa. Tem-se escrito no país tanto exagêro, tanto absurdo, tanto disputério sôbre êsse eminente espírito brasileiro, que é motivo para espanto não se encontrar o vocábulo “gênio”, entre os atributos concedidos pelo prefaciador ao prefaciado. E’ verdade que no estudo crítico inicial se faz uma referência à genialidade do grande estilista. O autor desculpa-se, porém, nessa passagem, com a definição de Buffon, para concedê-la. E essa prudência honra, sobremodo, o novo Tácito, que não recorreu à lisonja, filha póstuma da amizade, para aplacar no outro mundo os gloriosos manes de Agrícola.

Essa louvável reserva doméstica põe a crítica perfeitamente à vontade para o exame dêsse vulto magistral das letras nacionais. Se o gênio “é uma longa paciência”, Rui Barbosa o foi. Mas a definição do naturalista de Montbard é demasiadamente li-

(1) RUI BARBOSA — *Coletânea literária* — Companhia Editora Nacional — São Paulo, 1928.

beral. Admití-la, seria escancarar a milhares de espíritos pertinazes a sagrada região em que permanecem solitários, entre os deuses vencidos e tornados irmãos, êsses titães que escalaram o céu e que se chamam Homero e Êsquilo, Jó e João de Patmos, Newton e Dante, Shakespeare e Hugo. O gênio é um incêndio, e pode durar um dia. E Rui Barbosa foi apenas um archote que ardeu sessenta anos.

Conciliador nesse capítulo, renova o sr. Batista Pereira outro ponto capital no julgamento do ídolo, — facho que deu azeite e chama à faiscante candeia do seu talento. Orando, nas suas festas jubilares, em uma das solenidades comemorativas que lhe foram consagradas, congratulou-se Rui Barbosa com os promotores da homenagem, por terem qualificado como cívico, e não como literário, aquele acontecimento. “Qual é, na minha existência, — pergunta, — o ato da sua consagração essencial às letras?” E êle próprio responde, depois de citar meia dúzia de discursos e ensaios: “Tudo o mais é política, é administração, é direito, são questões morais, questões sociais, projetos, reformas, organizações legislativas”. O sr. Batista Pereira, êle próprio, declara: “Rui não gostava que lhe chamassem artista. Considerava secundário êsse traço de sua atividade mental. Pensava que era a pouca

simpatia que lho avantajava para diminuir o político”.

Entretanto, Rui Barbosa não foi outra cousa. Alegava êle, para justificar a sua classificação entre os homens de Estado, palatinos das multidões e organizadores do mundo moderno, o assunto dos seus discursos, o tema das suas conferências, a matéria dos seus artigos e pareceres. A verdade, porém, é que o argumento, em tudo isso, era apenas condimento para o prato literário. E' provável que, sabendo a casta política, no século, mais aristocrática do que a casta votada às letras puras, aspirasse a essa espécie de promoção no exército das glórias universais; o seu temperamento era, contudo, o de um artista, de um apaixonado da forma, de um cinzelador de períodos, de um devoto que proclama em público um deus, e adora a outro no coração, embora o negue três vezes, como Pedro, diante dos fariseus.

Admita-se, todavia, que o interêsse pelas questões políticas e sociais predominasse, no seu espírito, sôbre o pensamento literário. Isso, diante da obra realizada, lhe daria direito, acaso, à classificação que êle se attribuía? As cartas e os sermões de Vieira são animados, umas e outros, da mais evidente idéia política. Mesmo quando invoca o céu e Deus, os seus cuidados têm por objetivo a felicidade da terra e a paz dos ho-

mens. As suas prègações e a sua correspondência são veículo, sempre, de sentimento patriótico e humano: a catequese dos selvícolas, a organização da colônia, a moralização dos administradores, o prestígio do príncipe, a defesa do erário. Quem é, no entanto, que superpõe Vieira, político, a Vieira, artista? Cícero, tão lembrado quando se fala de Rui, é, ainda, neste caso, outro documento. Político e orador, estilista e filósofo, a sua ação, no momento em que se operava a destruição da antiga sociedade romana, é menos teórica do que a que desenvolveu Rui Barbosa entre nós. Que resta, entretanto, de Cícero, senão o artista, modelador da frase, enriquecedor da língua, abonador, na alta literatura, de expressões conservadas, até então, sob o domínio popular? E, no entanto, Cícero, que lapidava períodos no Senado, esteve também em Farsália, com Pompeu...

Eu não sei, mesmo, de dois destinos que mais se assemelhem, como o do organizador da Constituição brasileira e o do orador do *Post reditum*, tomada a vida dêste até a morte de César. Preferindo ao Cícero de Boissier e de Mommsen o de René Pichon, convém, talvez, transcrever dois trechos dêste último para patentear sinteticamente essa paridade. “O caráter pessoal de Cícero, — escreve, — faz compreender de antemão

o seu papel no Estado. Inteligente, êle saberá ver os males de que sofre a República, suas causas e seus remédios, ou, pelo menos, não lhe escaparão senão as razões profundas das cousas, aquelas que só chegamos a descobrir com dezoito séculos de intervalo. Sua clarividência não falhará nunca; mas com a fraqueza de vontade, êle não poderá aplicar tão enèrgicamente, sobretudo tão constantemente como se faz mister, as regras de conduta concebidas. Sua timidez natural afastá-lo-á das decisões vigorosas, envolvendo-o ao mesmo tempo nas pequenas intrigas, de que sairá diminuído. Arrastado pela sua mobilidade de impressão e pelas suas simpatias e repulsões cegas, ora para um lado, ora para outro, praticará imprudências e contradições. Com as intenções mais nobres, terá as aparências de subserviência e com os sentimentos mais honestos, aparências de perfídia. Suas próprias qualidades se voltarão contra êle. Apresentando-lhe ao vivo os bons e os maus lados de cada partido, sua inteligência tornar-lhe-á difícil a escolha. Sua bondade protestará invencivelmente contra as brutalidades necessárias: para punir a conjuração de Cati-lina terá que fazer um esforço sobrehumano. Dispenderá tanto heroísmo para matar quanto outros para morrer. E no resto do tempo, terá horror de todas as medidas vio-

lentas. Sem epigrama, poder-se-á dizer que êle é bom demais para ser um verdadeiro homem de Estado. Terá muitas idéias, algumas veleidades, vontade algumas vezes, e nunca perseverança”. “Cícero, — completa Montesquieu, na previsão de juízos futuros e, já, por sua vez, repetindo Salústio, — Cícero, com as suas qualidades para um segundo papel, era incapaz de um primeiro: tinha um belo gênio mas revelava, não raro, uma alma comum. O acessório, em Cícero, era a virtude; em Catão, era a glória. Cícero via-se sempre em primeiro lugar; Catão esquecia-se de si próprio. Êste salvaria a República por amor dela mesma; aquele, para se vangloriar”.

Há, ainda, em ambos, a identidade do exílio; a facilidade em reconciliar-se com os adversários; a presteza em defendê-los, em nome da justiça; e o horror à guerra civil.

O homem de Estado, quando êle o é acima de outras preocupações, não se detém, nem se pode deter, com a escolha meticulosa de vocábulos, com a precisão e o preciosismo dos adjetivos, para exprimir as idéias que interessam à felicidade humana. Quem quer construir fortalezas, monumentos sólidos e perenes, não se queda a polir blocos de mármore, e a ornamentá-los a cinzel: toma a pedra bruta e justa, tendo mais em conta a vitória do que o combate. O que interessa

é a utilidade do baluarte, e não a sua estética. Aí está, ainda hoje, na memória do país, a prova de que Rui não foi o construtor político que supunha ser. Fundou êle, acaso, algum partido destinado a uma vida duradoura? Conheceu, sequer, o Brasil, percorrendo-o de norte a sul, agitando as consciências, congregando apóstolos para a sua religião? O movimento civilista, que o teve como inspirador e chefe-supremo, foi precário no efeito, por ser transitória a causa. O *bellum gerimus contra arma verbis* só podia constituir programa de uma vida na sociedade romana, onde o poder civil vivia permanentemente na dependência das armas.

A sua atuação no cenário político teve algo de semelhante à de outro grande homem que a sua pena combateu: Pedro II. Como êste, que descurou os problemas capitais do país, como o da escravatura e o da imigração, para preocupar-se com a vida íntima dos ministros, o alfabeto sânscrito e a honestidade dos funcionários, e que, por isso, foi menos estadista do que chefe de família e antiquário das letras, — interessava-se Rui Barbosa muito mais pela sorte de um belo vocábulo, pelo ritmo de uma frase, pela majestade de um período, do que pelas especulações do capital, pelos sofrimentos da classe operária, pelas questões mais graves, em suma, que se agitaram no seu tem-

tendo o discurso que êle acabava de pronunciar, e que devia ser publicado na íntegra. A impressão que isso me deixou foi de tal ordem, que, ao entrar para a Câmara, como deputado, em 1927, o meu primeiro cuidado consistiu em apresentar uma indicação, que se tornou lei nessa casa de Congresso, e que tornava obrigatória a nota de "lido" em todos os discursos escritos. Para que a História seja fiel e justa no julgamento dos méritos, é preciso que lhe deixemos, para isso, os documentos. . .

O que havia, assim, em Rui Barbosa, era o prosador opulento, magnificante, magistral. O político, o orador, o evangelizador cívico, o advogado notável, eram apenas ramos floridos, de que o escritor era o tronco. E' como escritor, desdobrado em político e em jurista, e não como jurista ou político desdobrado em escritor, que êle figurará na História. E é isso mesmo que demonstram, e demonstrarão, no futuro, os excertos que formam a *Coletânea* agora publicada.

Êsse trabalho do sr. Batista Pereira constitue, mesmo, um dos maiores serviços que a sua dedicação podia prestar à glória do Mestre. Rui reclamava essa seleção. Escritor abundante, êle é como uma floresta espessa e rica, mas de exploração difícil, pela extensão. Só os indígenas, os que nela

nasceram, sabem o lugar em que se encontram os seus tesouros vegetais. E quem melhor nos poderia guiar nessa intrincada selva de discursos, de pareceres, de conferências, de artigos de jornal, de manifestos políticos, do que o mateiro que nela viveu, vendo-a crescer, neste último quarto de século?

Para obra de tal porte urgia, mais do que a admiração, a gratidão. Rui Barbosa, prosador, é grandioso, mas fatigante. O sr. Afonso Celso comparou-o, uma vez, ao oceano, sempre majestoso, mas sempre igual. Essa uniformidade, que lhe é atribuída, não é, felizmente, verdadeira. *Æqualis liber est qui malus est*, já dizia Marcial. Mas é abundante, ou melhor, super-abundante. Ao tomar à sua conta um assunto, vira-o, revira-o, cercando-o de imagens, enfeitando-o de conceitos, de citações, e, principalmente, de repetições, levando estas últimas aos extremos do mau gosto. Por isso mesmo, dava-me êle a impressão de desconhecer a importância da concisão e o preço do tempo. Vem a propósito, talvez, citar uma observação do sr. João Ribeiro, que, para maior fidelidade, registei no meu *Diário* íntimo. Conversávamos, em 1917, em um grupo, sobre Rui, quando o autor das *Páginas de Estética* declarou:

— O Rui é um desses grandes homens que ainda precisam de pequenas lições de

civilidade. Seus discursos são de quatro horas, suas conferências, de seis. Há dias, falando a um auditório de crianças, em Petrópolis, ficou na tribuna, fatigando-as, duas horas e meia.

E olhando em tórno, lentamente, no seu gesto habitual:

— O Rui não tem noção do tempo, e parece supor que os outros não a têm. Quando começa a falar, acha que todos devem esquecer os negócios, os deveres, as obrigações, para ouvi-lo horas seguidas...

Efetivamente, Rui Barbosa não conhecia a síntese, nem no pensamento nem na frase. Há períodos seus, na *Coletânea*, que se derramam por toda uma página, fazendo lembrar os de Patin, nos quais, na expressão caricatural de Sainte-Beuve, o leitor se via na necessidade de pôr um dedo sobre o sujeito, para, com outro, ir procurar o verbo, vinte linhas abaixo. Isso, que lhe caracterizava o estilo, tornava-o cada vez mais inatural. De Cícero, dizia um historiador moderno: “Êle não raciocina, nem discute: desenvolve”. E outro, de Lamennais: “Êle sofre de uma incontidência de pensamento; tudo que lhe passa pelo espírito, êle diz, ou, melhor, escreve; não guarda nada”. A substância, nos seus discursos, era ponde-

rável. Mas o que matava o adversário era, na maior parte das vezes, a massa.

A glória de Rui Barbosa precisa, assim, e mais do que se supõe, de homenagens como essa do sr. Batista Pereira. Êle é, em suma, como certas divindades do Oriente, que são trazidas periòdicamente para a rua em carros colossais e majestosos, para que o culto não desapareça e, com êste, o respeito dos crentes...

AS MULHERES E O AMOR (1)

O romance que a sra. Chrysanthème acaba de publicar foi escrito com o pensamento, que ela considera piedoso, de prevenir as mulheres contra a invariável perfídia do homem. O amor masculino, na sua opinião, é apenas egoísmo vil e material. Se há, ainda, no mundo, um pouco de lealdade e desinterêsse, êste se acha refugiado, como o carbono cristalizado na profundidade das rochas, em alguns doloridos corações de mulher. E declara, no prefácio: “Conto com o agradecimento e o apôio de todas as minhas semelhantes que me compreenderem, como conto, de antemão, com a antipatia e a vingança dos homens”.

O exemplo fornecido às suas “semelhantes”, e que constitue o tema da obra, que ela denomina, sem complicações freudianas, “romance moderno de psico-análise feminina”, é singelo e comum. Com quarenta anos, mas com todos os recursos, ainda, de uma beleza triste e magoada, Maria Teresa Malheiro, viúva de um médico sem clientes, que preferia as cozinheiras à espôsa, tem horror aos homens e, para não pensar neles, vai

(1) CHRYSANTHÈME — *O que os outros não vêem* — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro, 1929.

à Europa, fixando-se provisoriamente em Paris. É sua companheira de excursão uma antiga e bulhenta condiscípula, a ex-baronesa de Muniz Pereira, a qual acaba de desquitarse, após um escândalo mundano de que foi cenário o Rio de Janeiro. E em Paris, enquanto a amiga desdobra as asas à gaivota doida do seu temperamento, bebendo os prazeres da nova Babilônia como se o mundo se fosse acabar no dia seguinte, conserva-se ela, como a pomba honesta no seu ninho, no pequeno apartamento da Avenida Friedland, que as duas habitavam. Os corações sossegados tanto se encontram em solidão no mais remoto deserto da Arábia como no âmago das mais tumultuosas cidades da terra.

Antes de partir para essa viagem de esparecimento monótono, havia Maria Teresa casado, no Brasil, a filha que Paulo Malleiro lhe deixara nos braços. Essa filha, Mariazinha, acaba de escrever-lhe, comunicando-lhe o nascimento do primogênito. E é precisamente quando reflete melancolicamente que já é avó, e procura com os olhos, diante de um mostruário da *rue de la Paix*, “uma jóia para êsse primeiro neto, que a graciosa viúva brasileira encontra a seu lado o homem escolhido pelo demônio para desencadear uma tormenta no seu destino. E’ êle o médico paulista Carlos Eduardo

Prates, mais moço do que ela quasi dez anos, mas, na verdade, ou na aparência, de alma tão velha como a sua”.

Dias depois torna a viúva de Paulo Malheiro para o Brasil, sem trazer no coração o mais vago vestígio do moço que a olhava tão insistentemente junto à vitrine, e que a seguira até ao automóvel, sem outra manifestação de interêsse que aquella que escapa insensivelmente pelo olhar. Há, todavia, uma expressão árabe, registada nas *Mil e uma noites*, segundo a qual o homem não faz senão escrever, com as letras dos seus atos e os períodos da sua vida, na direção riscada pelo dedo poderoso do Destino. “El cálamu corrio por lo que habia mandado Alah”, diziam os mouros da Espanha. E foi seguindo automaticamente êsse traço invariável que Maria Teresa e Carlos Eduardo Prates se foram encontrar, meses depois, no salão de Mariazinha, cujo marido havia sido companheiro de Prates num colégio de São Paulo.

Belo homem, figura destinada a um altar com flores na imaginação das mulheres românticas, o médico paulista iniciou, com o ardor do seu temperamento e da sua idade, a conquista daquele coração amadurecido para o amor, e, ainda mais, daquele corpo flexível, cujas ondulações se lhe tinham gravado no pensamento, repentinamente,

em Paris. Hábil, discreta, inteligente, e, sobretudo, de alma prevenida, Maria Teresa procurou tornar-se, apenas, uma delicada amiga daquela juventude que a desejava. As suas observações tinham-na levado à convicção de que êle era um homem diferente dos demais, uma alma retardada no tempo, em suma, um ente que não era feliz. Pura e boa, imaginou minorar-lhe a tristeza dos dias, espetar algumas flores nos espinhos que o feriam, mas não queria comprometer, nessa obra piedosa, o seu próprio coração e, com êle, a sua própria tranquilidade. Seria sua confidente, sua mentora, sua irmã; sua amante, jamais.

A prudência não havia chegado, todavia, no seu espírito, à maturidade do corpo, a qual depende do tempo. A experiência é como os morangos, que, para amadurecer, precisam de rega permanente e abundante. E essa rega é feita com lágrimas.

— Escute-me com atenção, meu grande amor, — disse-lhe o médico, pela quarta ou quinta vez, no trabalho paciente da gota d'água contra a pedra da sua resistência; — se, algum dia, eu fizer com que êsses formosos olhos, que anseio por cobrir de beijos, chorem por culpa minha, você me maldiga e me ponha no index; ouviu?

O galo da fábula escutou a arenga da raposa, e desceu do galho d'árvore para “re-

cevoir le baiser d'amour fraternelle", de que lhe ela falava. Durante seis meses, foi a felicidade absoluta, completa, integral. Carlos Eduardo era o mais afetuoso e solícito dos amantes. Maria Teresa dormiu em seus braços como a criança no colo materno. Até que, ao fim de poucos meses, despertou, de repente, do seu sono encantado: o amante, grosseiro, brutal, egoísta, mostrava-se enfasiado, empregando todos os recursos para deixá-la. E ela, reagindo contra a debilidade do coração, e encontrando ainda algumas brasas de energia entre as cinzas do seu amor próprio, prepara as suas malas, e parte primeiro, deixando-o, diz a autora, "a chorar de desespero, de raiva e de amor". Porque, na opinião da sra. Chrysanthème, o amor é, no homem, apenas um ardil, o processo de apossar-se de uma criatura a quem desarma, e em quem exercita, depois, pouco a pouco, a sua crueldade, a sua maldade, a sua brutalidade, as modalidades, em suma, de uma espécie de sadismo, que se manifesta nos puros domínios do sentimento.

Para chegar a essa conclusão, envolve a escritora, no romance, outras figuras masculinas, moldando o caráter de cada uma, com pequenas variantes, no de Carlos Eduardo, algoz de Maria Teresa. E assim é que passam por êle, Schubert, um alemão que abandona aos sessenta anos a mulher que

lhe ajudou a fazer a fortuna, para ir dar o confôrto, que esta merecia após uma longa mocidade de miséria, a uma companheira leviana e provisória; Paulo Malheiro, interesseiro e abjeto nos seus amores; o coronel Pereira, imbecil e generoso; Lorenzito, açougueiro de carnes vestidas de sêda; e mais um ou outro, do qual apenas se divisa a imagem, como a sombra no areal. Apon-tando-os a todos, a romancista exclama, com o rancor fervendo na garganta: “Irmãs, ódio ao homem! . . .”

Antes de examinar a obra como literatura, conviria, talvez, estudar o tema, sob o ponto de vista moral. Tem-se escrito sôbre o amor alguns milhares de volumes que dariam, certamente, para a formação de numerosas bibliotecas. Para contestar a senhora Chrysanthème, eu poderia apelar, de pronto, para algumas centenas de autores, que condenam as mulheres e acentuam a sua perfídia, o seu egoísmo, a sua leviandade; ela podia descer, porém, das suas estantes outros tantos volumes, defendendo as mulheres e acusando os homens. E como o que a crítica procura é a verdade e não a dialética, eu prefiro, no caso, utilizar as minhas reflexões pessoais, isentas, por enquanto, de suspeição.

Na minha opinião, o que determina a infelicidade infalível no amor é o modo di-

verso por que a mulher e o homem o interpretam e o lugar diferente que êle ocupa na vida de cada um. O homem sente o amor intensamente, profundamente, violentamente, quando êste lhe surge no coração. Pouco a pouco, porém, êle vai perdendo a preponderância que tinha no seu espírito, passando para segundo plano, na esfera das cogitações. A ambição de glória, a paixão do dinheiro, do jôgo, da leitura, da política; a vertigem dos negócios, das especulações comerciais, das conquistas científicas; as preocupações prosaicas, mas imperiosas, da vida prática, — tudo isto são montanhas de barro vil a tombar, dentro da sua lembrança ocupada, sôbre a fragilidade de um coração de mulher, que êle aí tenha guardado. As mulheres não entendem nem podem, pela sua educação e pela mentalidade que esta lhes deu, entender assim. Para elas, o amor é a razão de ser da existência. Elas o definem com Story: "Love is like a tune that's played, and life a tale that's told". E daí a desinteligência, e se imaginarem sempre roubadas no comércio de afeto que fazem com o homem a quem se votam. Esquecem-se elas que a sensibilidade não pode ser a mesma nos dois sexos. "La femme est la partie nerveuse de l'humanité, — diz o professor Hallé, — et l'homme la partie musculaire". Stendhal dava a essa definição uma forma

um pouco mais sutil, apoiando-se, igualmente, nas leis físicas. “Le fluide nerveux, chez les hommes, — escreve êle em *De l’amour*, — s’use par la cervelle, et chez les femmes par le cœur; c’est pour cela qu’elles sont plus sensibles”. Como admitir, pois, a felicidade de dois sêres no amor, quando êste se apresenta em um, como sentimento e, em outro, como imaginação?

Essa divergência é que faz do amor um tormento, em vez de torná-lo um prazer. E essa divergência tem de, dia a dia, acentuar-se, em virtude de fatores novos, criados pela educação moderna. Em um livro recente, *Qui sera le maitre? Europe ou Amérique?* Lucien Romier denuncia ao mundo, na simples descrição da sociedade americana, um dos aspectos mais interessantes dessa duplicidade no modo de encarar o amor. O homem, nos Estados-Unidos, é preparado, desde a adolescência, para a luta contra o homem, isto é, para a batalha das competições econômicas. Ao sair da Universidade é atirado logo em uma oficina, em um escritório, ou em um Banco, onde o toma a febre mercantil, transformando-o em pequena roda da formidável máquina que constitue a grandeza material do país. A paixão dos negócios, mais do que a do dinheiro, absorve-o inteiramente. Para entregar-se a ela, dá completa liberdade à espôsa, que, fazen-

do do amor a agulha magnética do seu destino, vai procurar fora, nas paixões suspeitas e criminosas, a satisfação que o lar não oferece. Daí a desorganização da família na burguesia americana, e o número crescente de divórcios nesse plano médio da sociedade.

A sociedade apresenta, no entanto, aí mesmo, ela própria, outro aspecto dêsse problema universal, que é a felicidade no amor. Por um inquérito feito nas camadas secundárias da população, verificou-se que os lares mais felizes, ou menos infelizes, são aqueles em que o homem e a mulher lutam pela vida, e se preocupam com a própria manutenção. A idéia do pão reduz de importância a idéia do amor. Êste só é absorvente, em verdade, nas imaginações ociosas. E' como êsses pássaros que se acomodam no ninho alheio, quando o encontram vazio, e aí dominam como senhores absolutos.

Examinemos desapaixadamente a sociedade carioca, nos dias que atravessamos, e que são aqueles em que viveu Maria Teresa, a heroína da sra. Chrysanthème. Que faz durante o dia uma senhora da sociedade? Vai à manicura, ao cabeleireiro, ao cinema, ao chá, ou visita as suas amigas. Isso é trabalho para o corpo, fadiga para os pés, mas não é alimento para o coração ou para a imaginação, cujas exigências predominam

nos espíritos desocupados. Enquanto a mulher passeia, o marido está no Banco, está no escritório, está na oficina, está no armazém, preocupado com os seus operários, com as suas causas, com os seus clientes, com as suas cambiais. Aquí e alí, encontra a imaginação feminina, inquieta e faminta de amor sem intermitências, um dêsses peralvilhos que fazem da vida uma abominação, quando ela é um sacerdócio. Imagina que o marido anda por outros bairros como aquele anda por alí. E vem o despeito da preterição, e, não raro, o salto no abismo, o qual, como dizia não sei que escritor estrangeiro, não se assemelha ao Niagara, que se precipita de um jacto, mas aos do Nilo, que se atiram de queda em queda.

Se se tivesse confiado à mulher, desde os primeiros dias da sociedade humana, o destino político da espécie, nós ainda viveríamos todos à sombra farfalhante das árvores, alimentando-nos de frutos silvestres e bebendo na concha das mãos a água pura das correntezas. Um décimo de pão e nove décimos de amor, e estaria ela satisfeita. Em vez de caber-lhe, a ela, a missão de dar um cunho à moeda de cobre da vida, coube essa incumbência ao homem. Êste, que é mais músculo do que nervos, mais inteligência do que coração, inverteu a fórmula: um décimo de amor e nove de pão. E começou

a desinteligência, a profunda queixa universal das mulheres. Pelo desejo delas, o marido não ia ao emprêgo quando elas amanehessem suspeitosas; voltaria súbitamente quando a suspeita começasse no correr do dia; e abandonaria todos os interêsses e deveres quando estes entrassem em conflito com os caprichos da espôsa, da amante ou da namorada. O homem reage, porém, contra essa tirania dos rogos e das lágrimas, das palavrinhas ou dos palavrões. E é graças a isso que elas atravessam hoje cidades de arranha-céus em automóveis rápidos e luzidios, em vez de serem arrastadas entre tendas de peles sentadas em um carro de bois.

O homem não é, assim, nem bom, nem mau. Cumpre apenas o seu destino, obediente às leis naturais, às fôrças poderosas e irresistíveis que lhe traçaram um destino na terra. Ao jurar à mulher que lhe perturba os sentidos um amor infinito e infidável, uma estrada coberta de rosas, êle está certo de que cumprirá o seu juramento. Essa ilusão é, no entanto, uma das armadilhas da natureza, preparada não sòmente para a mulher como para êle próprio. O homem apaixona-se como o camaleão fica verde: para servir à espécie. E o camaleão terá, por acaso, culpa de ficar verde para confun-

dir-se com a folhagem? As mulheres deviam saber que há um mimetismo no mundo moral como no mundo físico e, pela educação, se prepararem mais seguramente para a fatalidade da desilusão. O amor que se jura é sempre eterno. Essa eternidade pode ter, todavia, a duração de um ano, de um mês, de um dia, de uma hora ou de um minuto. Só há um amor capaz de ocupar toda a extensão de uma vida: é o que não é correspondido, ou o que, correspondido, não vai até à catástrofe da posse. Pode considerar-se feliz aquele que, morto o seu amor, vir levantar-se de sob os despojos dêle a amizade, que é a sua sombra tênue, mas consoladora, sôbre os leitos conjugais. Ao penetrar em 1833 os bastidores da sociedade londrina, escrevia Benjamim Disraeli, com a agudeza de inteligência que o faria mais tarde um dos grandes homens do século, à sua irmã Sara, em Bradenham: "Todos os meus amigos que têm feito casamento de amor batem na mulher ou estão separados dela. Eu farei talvez muitas loucuras na minha vida, mas não me casarei por amor, pois estou certo de que é uma garantia de desgraça". Casou-se por amizade e gratidão. E foi profundamente feliz. A Maria Teresa da sra. Chrysanthème quis contrariar a verdade demonstrada pela experiência. E foi punida. Haverá, no planeta, re-

sultado mais lógico, mais razoável, mais natural?

Justificado, assim, o grito de alarma da autora, mas reduzido na sua significação, poder-se-á comentar a técnica do seu romance, por intermédio do qual cumpriu, ou supôs cumprir, a sua missão redentora. E' verdade que, em obra como *O que os outros não vêem*, a substância vale mais do que a forma. O vidro não pode ser, entretanto, esquecido, quando se tomou tanto espaço com o exame da essência.

A sra. Chrysanthème tem passado a sua vida de letras a escrever crônicas para jornais. O seu estilo, pela continuidade do exercício, afeiçãoou-se a êsse gênero literário. E é nesse estilo singelo, rápido, sem rebuscamento de frases, às vezes descuidado em demasia, que nos dá o seu romance. Assim é que se podem encontrar, aquí e alí, deslizes que só a precipitação no escrever justifica, e de que são exemplos a confusão de "antiquado" com "antiquário" (págs. 27 e 30); as formações pronominais "a amando demasiado" (pág. 37) e "que afluíam-lhe aos olhos" (pág. 158); a referência a "uma casa de *bungalow* colonial" (página 130); as cacofonias "cética, gozadora" (página 172) e "só cadeia" (pág. 174); e alguns outros, aliás poucos, mas assinaláveis. Teria, aliás, um membro da Academia o direi-

to de fazer referências, mesmo superficiais, às eivas da linguagem ou do estilo, quando o instituto a que pertence, guarda oficial da língua, não exige dos seus sacerdotes qualquer juramento de fidelidade?

Mais importante do que isso é, evidentemente, a liberdade de expressões que a sra. Chrysanthème não só permite aos seus personagens, como se permite a si mesma, quando a êles se refere. A sua Rosalina Muniz Pereira, não obstante a condição, que alardeia, de antiga baronesa, dama dos melhores círculos cariocas, é tão desenvolta nas palavras que muita gente preferiria, talvez, tratar com a sua cozinheira. Espantado com a linguagem dessa bulhenta senhora, eu tive oportunidade de comunicar, verbalmente, à ilustre escritora a minha estranheza. Ela teve, porém, a bondade de explicar-me, prontamente:

— Pois, não se espante, não. As mulheres que eu descrevo são apanhadas ao vivo.

E na sua ironia jovial:

— Aquilo é gente que lê os seus livros!

Eu poderia aproveitar, aquí, a oportunidade para acentuar que os meus livros de contos, inconvenientes talvez pelos assuntos, não o são, jamais, na sua expressão literária. Eu tive sempre o cuidado de expurgá-los de vocábulos brutais, e mesmo gros-

seiros, sem prejuizo da malícia do pensamento. Não foi, portanto, neles que a baronesa aprendeu a falar em cousas que são naturais, mas que, por serem naturais, não deixam de ser nauseantes. E' verdade que Santo Agostinho esclarece que, se Deus concedeu aos homens a faculdade de certos atos, é porque êles nada têm de vergonhosos, não havendo, pois, inconveniente em nomeá-los. Eu, por mim, terei sempre horror, mesmo em literatura, àquilo que se poderia chamar, em uma redundância, o cardápio de Ezequiel.

Em compensação, não são raras, no livro, as expressões felizes, e, mesmo, as páginas rudes, mas vigorosas. Aquele ascensor que “desce lento e solene como uma gaiola sagrada”, e aquela París, “cidade dos prazeres, dos venenos e dos trapos”, são sínteses fortes, em que meia dúzia de vocábulos abrem um largo horizonte à imaginação. O tipo de Maria Teresa está desenhado e retocado com apuro. E tão nitidamente, que é com simpatia, quasi com pena, que a vemos, no declínio do amor que lhe fôra prometido, à espera do amante, que lhe foge. “E sempre o seu largo olhar, de expressão tão trágica e tão pungente, corria para êle mal o via entrar, como o de um cão doméstico que receia os pontapés de um senhor

que sabe ser capaz de os prodigalizar, mas a quem êle adora”.

Conhecedora da vida e da sociedade em que respira e se move, a sra. Chrysanthème poderá fornecer às letras brasileiras excellentes romances de observação. Basta que se proponha escrever mais sossegadamente, e pondo em cena personagens um pouco mais asseados de língua. *O que os outros não vêem* foi escrito, evidentemente, mais para efeito moral do que literário. Teria conseguido o seu objetivo, acendendo nas mulheres o ódio ao homem? Eu não creio. Os homens insistirão em fazer juras de amor, e em perjurar. E as mulheres continuarão a acreditar, e a sofrer.

Uma ou outra ovelha talvez afile a orelhinha branca, suspeitosa do perigo iminente. O rebanho grosso irá, porém, compacto, marchando melancolicamente, de cabeça baixa, para a furna dos lóbos...

Sic vita hominum est.

“RETRATO DO BRASIL” (1)

EM estudo que publiquei em 1920 a propósito de um volume de novelas do sr. Alberto Deodato, e que se encontra em meu livro *Carvalhos e Roseiras*, editado em 1923, foi objetivo meu procurar, e fixar, as origens do erotismo brasileiro. “Desde os primeiros dias da sua instalação no Brasil, — escrevia eu, — pôs o português em evidência, entre os indígenas, os instintos de libidinagem que o caracterizaram no século. Os primeiros conflitos entre o colonizador e os naturais nasceram menos da conquista da terra, da caça ao ouro, das restrições à liberdade, do que da posse da mulher. A índia tornou-se, então, o centro de todos os choques. Combatia-se em tórno da fêmea bruta, sem higiene e sem beleza, como se combatera, dois séculos antes, sob as ameias dos castelos medievais, pelo vago perfume de uma flor de crepúsculo”. E acrescentava: “Forçado às longas navegações solitárias, o marinheiro luso ansiava, ao fim das travessias perigosas, pela satisfação amável, ou brutal, dos reclamos indomáveis da carne. A Ásia, antes de provar o pêso da sua espa-

(1) PAULO PRADO — *Retrato do Brasil* — Ensaio sobre a tristeza brasileira — S. Paulo, 1928.

da no pescoço dos homens, sentiu a pressão do seu braço na cintura das mulheres. A "Ilha dos Amores", nos *Lusíadas*, representa um insopitável sonho de raça. A abstinência das viagens prolongadas explodia, no primeiro pôrto, em tempestades de luxúria. Descrevendo a el-rei D. Manuel as maravilhas da terra que a frota da Índia oferecia à sua coroa, Pero Vaz de Caminha se detém, encantado, em revelar minúcias delicadas sôbre a "vergonha" das caboclas impúberes. Era a alma portuguesa que, forte e moça, encurralada entre os muros de Castela e os muros do mar, queria dilatar-se, heróica e vigorosa, na espécie e no gênio".

Em continuação, acentuava, no mesmo estudo: "As nossas epopéias dos séculos XVII e XVIII refletem, todas, êsse aspecto da dominação européia. A invasão do lusitano foi, por toda parte, uma afirmação da sua vitalidade procriadora. No *Caramuru*, de Santa Rita Durão, Diogo Álvares se apossa de Paraguassú antes, mesmo, de cuidar do conhecimento da terra. O *Uruguai*, de José Basílio da Gama, é a luta em tórno de Lindóia, cuja mocidade põe em campo, de dois lados, as flechas de Cacambo e as escopetas do Bastardo. E' para salvar Aurora, filha única da índia Neagoa, que Garcia Velho empreende, no Rio das Velhas, uma expedição imprevista que dá assunto ao Vi-

la-Rica, de Cláudio Manuel da Costa. O próprio Machado de Assis, em 1875, tentou, com os poemetos *Potira* e *Cristã Nova*, a exploração do veio em que se supriam as epopéias coloniais, restaurando, assim, no século XIX a matéria que, ao par da auricídia e da escravização do índio, alimentara, nos séculos anteriores, a idéia da conquista". E terminando o capítulo: "Assim como Efire, "exemplo de beleza", arrebatou Lionardo, "cavaleiro e namorado", para o centro da "divina ínsula", cada português teve a arrastá-lo para o interior, para o sertão, para o desconhecido, para o seio das selvas misteriosas, os brados violentos, irreprimíveis, do seu instinto genésico". No capítulo seguinte mostrava, então, como a luxúria se transmitira à raça nova, apresentando como expoentes dêsse sentimento o Barão, no Império e, na República, os coronéis sertanejos, arrastados muitas vezes até o crime pela mais desregrada concupiscência.

Meditando as crônicas da nossa vida colonial, manuseando os códigos que constituem a história autêntica da nossa formação, o sr. Paulo Prado, que acaba de publicar o *Retrato do Brasil*, não poderia omitir, evidentemente, êsse traço, que é um dos mais característicos da psicologia brasileira. O escritor paulista, que dispunha da tela de todo um livro, foi, no entanto, muito

mais longe do que eu que só dispunha do palmo de pano de um artigo: acentuou aquelle lineamento, aprofundou-o, desenvolveu-o, associando ao reinol, como fator dêsse peccado que nos dá uma das originalidades do carácter, o próprio indígena, cuja vida lasciva, corrupta, depravada, obscena, foi um dos motivos de escândalo dos primeiros catequistas.

O outro fator poderoso da nossa formação moral foi, na opinião do sr. Paulo Prado, e que é também a opinião geral, a fome de ouro, aquella doida volúpia a que Araújo Pôrto-Alegre deu, no *Colombo*, a denominação de "auricídia", e que se tornou alvo, no século das Navegações, de todas as maldições dos poetas espanhóis. Foi ella que, precedendo a Luxúria, impeliu para o oceano largo os europeus litorâneos. "Em procura de ouro, que já escasseava, — escreve o sr. Paulo Prado, — italianos, espanhóis, portuguezes, holandeses, inglezes, franceses, lançavam-se à porfia pelos novos caminhos marítimos. O Oriente esgotara as reservas européias de metais preciosos e pedrarias. Para refazer a riqueza perdida voltavam-se os povos do Ocidente para os mesmos tesouros e minas da Ásia e da África. Por toda parte se buscava o metal Onipotente" (pág. 12). Há, todavia, um fator igualmente importante que o autor olvidou, e que eu suppo-

nho esquecido, até hoje, pelos historiadores. A Renascença, mais que os mercados do Oriente, havia absorvido, na fábrica e ornamentações de castelos e templos, grande parte do ouro que provinha ainda, dos despojos do mundo romano. A filosofia hermética, que ocupava alguns espíritos desde o tempo de Calígula, que atravessara a Idade Média e devia renascer, mais tarde, com a anemia das minas americanas, transformara-se, então, em febre universal. Dois séculos durou ela. E quando os homens se desiludiram dos milagres do almofariz prometidos por Paracelso e Flamel, atiraram-se às aventuras marítimas, em busca de um caminho para as regiões de onde lhes vinham, em viagens terrestres infindáveis, amostras promissoras do metal que as obras d'arte haviam consumido. Essa época produziu um novo tipo humano, novo de alma e novo de corpo, do qual é expressão mental e física Benvenuto Cellini, em quem se misturam o atleta e o crente, o esteta e o bandido, o artista que, depois de todo um dia passado a cinzelar um cálice para o altar de Jesús Crucificado, saía, à noite, a apunhalar pelas costas os seus inimigos nas ruas tortuosas de Florença.

Com êsses dois traços principais, — a Luxúria e a Cobiça, — correndo paralelos, faz o sr. Paulo Prado o *Retrato do Brasil*.

São êles, no seu dizer, aqueles que caracterizaram no tempo os nossos antepassados, que fazem de nós um povo triste, e que nos tornaram uma das nações mais atrasadas do mundo. A paixão genésica fatigou o português e o índio. A fome de ouro cristalizou-lhes a alma no século XVIII, tornando-os, através dos seus descendentes, incapazes para os grandes cometimentos modernos. Daí a tristeza da nova raça, a que o africano veio trazer a sua colaboração doentia, como exilado e como escravo.

As duas parcelas gerais alinhadas pelo historiador e sociólogo paulista acham-se rigorosamente certas. Mas o sr. Paulo Prado enganou-se na operação. A sua fórmula é esta: Luxúria + Cobiça = Tristeza. Mas onde se confirma esta soma?

O brasileiro não é, absolutamente, um povo triste, nem tem de onde lhe venha êsse mal. O português é jovial, festeiro, comunicativo. O "saudosismo" de que falam os seus historiadores é mais literário do que popular. Provam-no a alegria dos seus vilarejos, e os seus folguedos campestres, em que predominam os bailados nacionais. E o nosso índio não o era menos. As suas festas eram bulhentas, tumultuosas, e duravam dias, às vezes semanas. Os cronistas dos séculos XVI e XVII são unânimes em proclamar a sua brejeirice, o seu amor à galho-

fa, às pilhérias, ao riso franco, às grandes folganças ruidosas, quando reunidos, como se pode ver, para citar um exemplo, em Leroy, naquela visita de Euramiri, em que os antropófagos passaram a noite em gritaria e trejeitos, com o exclusivo propósito de alegrar o estrangeiro. O nosso indígena, isoladamente, era, de fato, taciturno. Mas, ser taciturno não é ser triste. A taciturnidade é uma das características dos povos caçadores, e torna-se um hábito pelas próprias exigências da ocupação. O silêncio e a quietação não significam, assim, tristeza, que só pode vir do desgosto da vida. Os nossos selvícolas viviam satisfeitos da sua condição. E considerando-se instintivamente felizes, viviam alegres, mesmo porque a tristeza, como nós a definimos, só pode nascer de um confronto de destinos, e da certeza da inferioridade, tirada dêsse confronto.

A conclusão do sr. Paulo Prado, no que diz respeito a êsse mal de alma e, particularmente, às nossas tendências românticas, é pois, sem fundamento. O brasileiro, como acima se disse, pode ser taciturno, mas não é triste. Predominam na sua formação moral as qualidades fundamentais do seu antepassado americano, cuja contribuição, para constituição da sua *psyché*, foi muito maior do que se tem proclamado. A sub-raça brasileira, já definida desde o século XVIII,

deve ter, pelo menos, 50 % de sangue indígena. Com a população reduzida que tinha no continente e nas ilhas, e com os elementos humanos que nos mandou, Portugal não teria precisado de menor concurso do aborígene para povoar o imenso litoral americano que lhe cabia em partilha pela famosa bula do Papa Alexandre VI.

A interpretação dos dois traços capitais do semblante do Brasil, que nos é dada pelo sr. Paulo Prado tem, entretanto, uma explicação. E' que o autor possui um padrão para a alegria, talvez o padrão francês, talvez americano do norte. Mas a alegria é como a felicidade: assim como cada indivíduo tem o seu modo de ser feliz, cada povo tem a sua maneira de usar da alegria. Diante de um francês, principalmente de um parisiense, um inglês dará a impressão de uma criatura com idéias de suicídio. E, no entanto, os anglo-saxões são um povo alegre; alegre à sua maneira, mas alegre. Será por tristeza, então, que centenas de milhares de pessoas se deslocam dos seus bairros, nas capitais brasileiras, para gritar, berrar, cantar, pular, e serem pisadas, e empurradas, nos dias de Carnaval? Serão expressão de tristeza as bandas de música que sonorizam as mais remotas aldeias sertanejas, e as festas de arraial que são por toda parte o complemento profano de todas as solenidades cató-

licas? Absolutamente, não. Nós, homens de letras brasileiros, é que, formando a nossa cultura à européia, deixando-nos absorver pelo espírito europeu, julgamos que o nosso povo está fora do seu caminho quando nós é que nos desviámos do nosso e nos tornámos estrangeiros ao lado dos nossos irmãos.

Essa mentalidade exótica, e essa mesma ordem de raciocínio, é que fazem com que o autor do *Retrato do Brasil* chegue a conclusões tão amargas em relação ao nosso destino político. O padrão da civilização perfeita, segundo se conclue do paralelo que estabelece na terceira parte da obra, é o norte-americano. E êsse confronto é estranhável em um estudioso de leituras tão complexas como o sr. Paulo Prado. Esquece o illustre escritor que o caso dos Estados-Unidos é único na história da civilização, na idade moderna. Os americanos não devem a harmonia da sua formação a nenhum fator histórico, ou étnico, mas preliminarmente, ao fator geográfico. O povoamento do Novo Mundo só podia ser feito pelo europeu. Para estabelecer-se nos Estados-Unidos, êste não se deslocou do seu clima, da zona a que a raça branca se adaptou desde a definição do seu tipo. Instalando-se nos Estados-Unidos e no Canadá, entre 25°-49° lat. Norte, o europeu ficou rigorosamente

em um ponto do planeta que corresponde àquele que abandonou no continente natal, isto é, nos limites do anel que vem sendo percorrido pela raça branca. Para fixar-se na América do Sul, e especialmente no Brasil, entre 5° 10' lat. Norte, e 33° 46' 10" lat. Sul, êle sofre um deslocamento de tal maneira profundo, que tem de modificar o seu tipo e o seu gênio, para poder adaptar-se. É essa adaptação que nós estamos sofrendo. Com ou sem os fatores étnicos, nós temos que possuir a nossa raça, e, como toda família humana que se caracteriza, a nossa forma de civilização. Dos confrontos indevidos, é que saem as conclusões defeituosas. O Brasil está, quasi todo, dentro do anel geográfico que compreende, em tórno do planeta, o Congo, a África Portuguesa, Madagascar, a Zambézia, e, na Oceânia, a Polinésia, Sumatra, Java, Bornéu, a Nova-Guiné e o norte da Austrália. E que civilizações existem nessa latitude?

Alegará, talvez, o sr. Paulo Prado, que os europeus deslocados para a Argentina estão sujeitos aos mesmos fatores mesológicos, e que a Argentina é um país próspero, uma terra de trabalho, uma democracia incomparavelmente superior à nossa. Mas a resposta é fácil. Já há o tipo brasileiro e ainda não há o tipo argentino. A massa de estrangeiros, que ainda se não integrou, é

que dá, alí, a impressão de uma civilização européia ou americana. À medida, porém, que a imigração se vá reduzindo, e se vá definindo o tipo nacional, êste há se sofrer, física e moralmente, como o nosso, os efeitos da adaptação.

Nós temos realizado, como povo, com os elementos negativos que o Destino nos deu ao fazer a distribuição do planeta, um dos maiores milagres da civilização contemporânea. O sr. Paulo Prado não o reconhece por ter estabelecido, com a sua cultura multiforme, o *standard* da felicidade humana. A civilização japonesa parecer-se-á, acaso, com a européia ou a americana? E não será, no entanto, uma civilização? Pois, assim nos sucederá a nós: nós teremos um tipo brasileiro, uma civilização brasileira, e, com êsse tipo, uma alegria brasileira. O tipo e a alegria já existem: o homem é raquítico, pequeno, mas resistente; e a alegria nada se parece com a de qualquer outro povo, mas é alegria. Quanto à civilização, ela será a soma de todos os nossos defeitos, dos nossos vícios, das nossas qualidades, dos nossos sentimentos, daquilo de que carecermos, e tivermos conseguido, independente das necessidades e dos exemplos alheios.

Divergindo do sr. Paulo Prado nas suas conclusões, mas prestando homenagem

às suas virtudes de investigador, às suas qualidades de escritor e à sua sinceridade de patriota, chegamos, assim, ao ponto mais delicado da obra. Terminado o mais feio dos retratos que o Brasil podia esperar de um filho seu, o sr. Paulo Prado só vê, para salvar da morte o original, dois medicamentos: a Guerra ou a Revolução. Citando-os aqui, eu confesso que não foi a primeira vez que os vi indicados como medicina providencial. Em 1915 ou 1916, na antiga Sociedade Brasileira de Homens de Letras, conversávamos, Olavo Bilac, Gregório da Fonseca e Genserico de Vasconcelos, — estes oficiais do Exército, — e eu, a propósito do sorteio militar, de que era pioneiro o poeta maravilhoso, quando êste exclamou de repente, e com profunda tristeza:

— Qual! o único remédio para êste país é a guerra!

— Que? — inquirí, admirado.

— Sim; a guerra; e guerra para apanhar.

Abrí os olhos, no meu espanto. E o poeta insistiu:

— Guerra para apanhar, sim. A guerra vitoriosa agravaria os nossos males, a nossa desgraça. A oligarquia que se acha no poder continuaria nele, a esmagar o povo, a empobrecer a nação, que a guerra te-

ria sangrado. Ao passo que, derrotados, com o estrangeiro dentro de casa, seriam apeados todos êsses reguletes que vêm explorando a República, transformada em fazenda. E, então, surgiriam novos homens, novos valores, e mudaríamos, pelo menos, o ritmo do nosso destino.

E com desânimo :

— E' o recurso que eu ainda vejo . . .

Político embora, eu não sou, todavia, um Pangloss, que proclame, ou suponha, que os homens públicos têm feito, no Brasil, o seu dever. O caminho tem sido penoso, ouriçado de obstáculos, mas mentiria à sua própria consciência aquele que não atribuísse a lentidão da marcha à negligência dos generais. Os governos são, porém, na sua generalidade, a expressão do espírito público. Preparemos, pois, primeiramente, uma consciência nacional. E esta não se forma unicamente na escola, mas na oficina; não pela leitura, mas pelo trabalho; não, apenas, para defesa do solo, mas para defesa de um patrimônio material. A bandeira de um país só constitue um símbolo, e o mau govêrno um perigo, aos olhos daquele que tem, na terra coberta por essa bandeira, e dominada por êsse govêrno, um lar, uma casa, uma benfeitoria, alguma cousa, enfim, de corpóreo, de palpável, de concreto, conquistado

com o suor, que é o sangue do homem pacífico.

Essa é a Revolução a fazer, e que se fará. Conquiste cada um a sua independência econômica para que possa ter liberdade de pensamento, de voto e de ação. Essa conquista será lenta, vagarosa, quasi insensível, porque nós somos poucos, e o país é imenso. Somos um punhado de formigas a empurrar um penedo. Mas preferimos, em todo o caso, a lentidão aos recursos cruentos. Um movimento armado, triunfante, não modificaria a mentalidade popular. A obra a realizar-se deve consistir, pois, e principalmente, em aumentar, pelo preparo técnico, o número dos homens autônomos.

O sr. Paulo Prado ofereceu, sem dúvida, ao país, um dos mais belos livros dos últimos tempos. A documentação é segura, oportuna e abundante. O estilo é discreto, límpido, e másculo, como o assunto requeria. As conclusões, apenas, é que são amargas demais. Nota-se, nelas, a influência de Capistrano de Abreu. Capistrano foi o Nazareno da História da nossa formação. Como o Filho de Deus, êle, que era portador da mais alta sabedoria, pouco mais fez do que escrever na areia, para apagar depois. Como Jesús, porém, êle possuía os seus discípulos, e está tendo, agora, os seus evangelistas, divulgadores da sua palavra. Capis-

trano de Abreu era, todavia, um misantropo. A sua visão era turbada pelo mais espesso pessimismo. E é êsse pessimismo que se reflete no sr. Paulo Prado, que é, no caso, o João de Patmos dêsse novo evangelho.

Retrato do Brasil é, em suma, o livro que Capistrano não escreveu.

COELHO NETO (1)

CADA homem, ao sair da adolescência, é um desbravador que traça na mata virgem do futuro a linha imaginária do seu destino. À medida, porém, que abre na massa vegetal o caminho na direção escolhida, vai sentindo necessidade de desviar-se, ora para o norte, ora para o sul, forçado por obstáculos imprevistos. Nenhum houve, ainda, que rompesse a *selva selvaggia*, até o fim, pelo traçado primitivo. E seriam êsses os mais felizes, ou aqueles que, afastados do seu roteiro por um braço desconhecido, chegam, finalmente, à terra da Promissão? “Não fui eu que conduzí a minha vida; a minha vida é que me conduziu”, — diz Ernest Legouvé nos seus *Soixante ans de Souvenirs*. E cada um de nós terá de fazer a si mesmo, necessariamente, essa confissão.

No discurso que proferiu no Instituto de Música, na noite em que o sagraram Príncipe dos Prosadores Brasileiros, o sr. Coelho Neto confessou que, ao iniciar a sua vida literária, ideara uma grande obra uniforme, à qual se consagraria até à maturidade. Era uma *História do Brasil*, do-

(1) COELHO NETO — *Contos da Vida e da Morte* — Lelo & Irmão, Ltda. — Pôrto, 1928.

cumentada e cuidada, padrão máximo das nossas letras eruditas. Para levar a efeito êsse monumento, dirigira-se, em carta, aos presidentes e governadores de Estado, pedindo-lhes um auxílio pecuniário, para manutenção do artífice pobre, carecido de pão e de material para a empresa patriótica. E como as formigas não respondessem ao seu apêlo, a cigarra desatou a cantar, arrancando de si mesma, das minas inesgotáveis da sua imaginação prodigiosa, como escritor de ficção, a matéria prima que sonhara exumar dos arquivos como paciente historiador.

Essa modificação de rumo, que o sr. Coelho Neto parece lamentar, foi, todavia, providencial, e devia ser duplamente abençoada. A ela deve o escritor a sua glória, a História, talvez, a sua tranquilidade atual. Imaginemos que os políticos estaduais tivessem atendido à proposta do jovem prosador maranhense e que êle houvesse escrito, realmente, a obra ideada; teria o historiador conseguido, acaso, nas letras nacionais, a situação que ocupa, a notoriedade que desfruta, a influência que chegou a exercer com os seus contos, com as suas novelas, com as suas conferências, com as suas crônicas, com os seus romances? Ao narrador das "bandeiras", biógrafo meticoloso de capitães-mores, teria cabido, porventura, o título de Príncipe, destinado, agora, ao vul-

garizador dos dramas ardentes dêsse país maravilhoso, sem fronteiras no espaço e no tempo, que lhe ferve incessantemente no cérebro? Ademais, o seu temperamento literário não era o que se reclama para um historiador. Imaginoso, êle teria feito, sem o querer, não a História do Brasil, mas o Romance do Brasil. Nas suas mãos, os episódios da nossa vida colonial e do Império teriam tomado um colorido novo, e os personagens nova estatura, não de acôrdo com a verdade, com os documentos e as testemunhas, mas na conformidade das suas faculdades criadoras. Dar-se-ia com êle, provavelmente, o que succedeu a Lamartine, o qual, na frase de alguém, ao escrever *Os Girondinos*, só aproveitou da História a tela branca, em que estampou, com todas as tintas do seu gênio poético, as mil criações de uma fantasia infatigável. Como Alexandre Dumas, pai, êle poderia dizer, enfim, depois, que a História lhe servira, apenas, e quando muito, de simples prego de parede, para pendurar os seus quadros.

Desviado, porém, do rumo que a si mesmo traçara, e que o conduziu a uma celebridade mais rápida e, certamente, mais duradoura, o sr. Coelho Neto deve ser estudado, hoje, não como o escritor que desejara, ou deseja ser, mas como, à sua revelia, o fizeram os deuses.

Autor, já, de mais de uma centena de obras, das quais apenas vinte ou trinta são opúsculos de conferências e discursos, e os demais, volumes alentados, o ilustre homem de letras deve ser considerado o mais fecundo prosador da língua portuguesa, em todos os tempos. Virão à lembrança, talvez, em contraposição, Camilo, Rui Barbosa, Teófilo Braga. Teófilo, pesquisador beneditino, lavrou o campo da crítica; Rui Barbosa, o da política e o do direito; tiveram, portanto, um e outro, à mão, material de trabalho fornecido pelos acontecimentos e pelas obras alheias. Camilo, por seu turno, se escreveu mais de uma centena de novelas, ninguém ignora que estas eram colhidas, em sua maior parte, nas velhas crônicas portuguesas, nos arquivos que revolvía, nos alfarrábios que manuseava. Os quadros que pintava, e que formam uma das alas mais preciosas da pinacoteca da língua encontrava-os, já, desenhados; a sua contribuição consistia, quasi sempre, nas tintas com que os coloria, e, sobretudo, nas galas do vocabulário. O esforço do sr. Coelho Neto é incomparavelmente maior, pois que êle tem de dar a cada uma das suas telas não só as côres, mas o desenho, o tema, o assunto. O seu talento é um Rafael que trabalha no Deserto e que tem de formar o modêlo — o drama, as figuras,

a paisagem, — com os milagres da própria imaginação.

Essa mesma fecundidade tem sido, todavia, fundamento para censuras à sua obra. Alega-se que, tendo publicado em vida apenas sete romances, Eça de Queiroz deixou em cada um dêles um ou dois tipos inesquecíveis: o conselheiro Acácio, o Raposão, o Jacinto, Gonçalo Ramires, João da Ega, Basílio de Brito. . . Mas, Eça de Queiroz é um analista, um observador e o sr. Coelho Neto é, principalmente, um criador. Um é discípulo de Balzac e de Zola: fixa o que vê; outro o é de Hugo: fixa o que imagina. O seu mundo interior, opulento em demasia, modifica-lhe a visão da realidade. As *Mil e uma Noites*, que lhe deram a ler em criança, forneceram ao seu espírito uma ornamentação oriental. Êle é, por isso mesmo, um romântico, não por adaptação, mas por formação. O seu orientalismo dos primeiros tempos denuncia uma origem. Os rajás passaram; passaram os príncipes, os mandarins, os califas, os sacerdotes de Osiris, as princesas encantadas; mas ficou o palácio de ouro, faiscando de pedraria. E é nesse palácio decorado pelas mãos miúdas de Scherazade que êle passeia personagens modernos, de modo que os próprios mendigos, ao atravessar os salões, enchem as mãos de

jóias e prendem aos andrajos uma franja de púrpura.

As recriminações que lhe fazem, procedem, assim, da sua classificação forçada em uma família literária a que não pertence. Êle não é um frio fixador da vida, um tabelião de tipos e fatos quotidianos, um decalgador de figuras reais; é um grande, um soberbo, um maravilhoso poeta em prosa, o maior poeta, mesmo, que o Brasil já produziu. E' um poeta que escreve romances, como Hugo os escreveu: escreve-os como quem vê a vida por um vidro de aumento, e colorido, exagerando nela o monstruoso e o belo, a maldade e a bondade, o sublime e o ridículo. Shakespeare, seu ídolo, exerceu, mais do que êle supõe, uma formidável influência sôbre o seu espírito. Tentando escrever romances de costumes, o seu esforço deve ser o de um Miguel Ângelo que, nascido para esculpir o *Moisés* e a *Cabeça de Davi*, se propusesse moldar figuras de cera em frente à coluna de Trajano. Conta-se, que, dominando Péricles em Atenas, foi instituído concurso para a ereção, alí, de um padrão comemorativo da vitória grega sôbre os troianos. O monumento consistiria em um grande cavalo de mármore, evocativo do aparelho imaginado pela astúcia de Ulíesses, e ao prêmio oferecido concorreram Filéas, escultor de nomeada no tempo, e Zenódoto,

fabricante de pequenos amuletos com a effigie de deuses e heróis. Zenódoto era, porém, sobrinho do banqueiro Artemidoro, e foi preferido. A escultura foi posta no lugar, durante a noite, e inaugurada, durante o dia. Quem se aventurasse, no entanto, a escalar o pedestal de trinta pés de altura, veria, lá de cima, examinando a obra d'arte, que o cavallo possuía, em vez de crinas, a esvoaçante cabeleira de Apolo... Nascido para modelar entidades sobrenaturais, o sr. Coelho Neto tem de, ao humanizá-las, em proveito da realidade, prejudicar a sua fantasia, mutilando as criações a que dá corpo, enfeita e movimenta. Os seus romances da vida moderna são uma desfiguração do mundo real e, ao mesmo tempo, uma desnaturação do seu mundo interior. Daí, não ter ficado na memória do público nenhum dos seus personagens. Os homens só se reconhecem diante dos espelhos comuns, e os do sr. Coelho Neto, como os de Hugo, embora em tamanho menor, ou são côncavos, ou convexos.

O defeito desta figura principal das letras brasileiras consiste, assim, em ter mais imaginação do que se requeria. Essa opulência prejudica não só a sua obra, como o seu estilo. Diante de uma página sua, o leitor sente-se, logo, deslumbrado pela multiplicidade dos conceitos, das hipérboles, das

imagens, e cada qual, destas, mais rica, mais soberba, mais feliz. Ao fim de alguns capítulos, porém, está vencido: a abundância, a riqueza, o brilho, ofusca-lhe os olhos, turba-lhe o entendimento. Refere Gaston Boissier que em Cirta, na África Romana, as estátuas eram em tal quantidade nas ruas e praças públicas, que se fez mister um édito contra elas, pois que se tornavam, já, nocivas à circulação. Aquilo que, com moderação, era ornamento em Roma, tornava-se, pelo excesso, prejudicial em outros pontos do Império. Pode-se dizer, talvez, o mesmo das imagens nos livros do sr. Coelho Neto. Originais, suntuosas, magníficas, elas são tão numerosas que nos impedem de deter-nos diante de cada uma. Dez páginas suas, dissolvidas, dariam para um livro, e êsse livro para dar nome a um autor. “Napoleão, com as suas batalhas, desmoralizou a Guerra” — escrevia Chateaubriand. O sr. Coelho Neto, com a sua imaginação assombrosa, desmoralizou, pode-se dizer, a imagem literária em língua portuguesa.

Os *Contos da Vida e da Morte*, editados em Portugal e agora postos à venda no Brasil, são uma prova a mais das qualidades e, em parte, dos invejáveis defeitos dêsse grande escritor. Setenta personagens, ou mais, movimentam-se e falam nas trinta e quatro histórias que compõem o livro; pois,

bem: cada uma dessas figuras dramáticas é um Sardanapalo a despejar para a rua mancheias de jóias vocabulares. Dir-se-ia que o sr. Coelho Neto arrancou ao bôjo fervente do mar aquele moinho que mói sal, o qual dá gosto às águas marítimas, e que, trazida agora à superfície das ondas, a máquina maravilhosa produz, dia e noite, infatigavelmente, topázios e turquesas, ametistas e esmeraldas, diamantes e turmalinas. Avaliada pelos heróis desta obra, como das outras da mesma pena, a humanidade seria um conjunto de pensadores e poetas magnificentes, uma assembléia de nababos da palavra, uma família de marajás que tivessem feito voto de pobreza e procurassem, sem o conseguir jamais, desbaratar a sua fortuna. Herdeiro de Tântalo, condenaram-no os deuses a transformar em ouro tudo o que sofra o contacto das suas mãos.

Esse inconveniente, que os contemporâneos condenam, constituirá, todavia, no futuro, o melhor documento para consagração da sua glória. Certa vez, falando-lhe eu das acusações de preciosismo que lhe faziam, disse-me o escritor, como quem tem consciência do trabalho hercúleo que realiza:

— Querem que eu modifique o meu vocabulário, e que escreva como fulano e sicrano; mas, se o meu estilo é êste, se foi nelle que escreví a minha obra, se é êle que me

dá uma individualidade, como se pode compreender que eu o repudie, adotando outro? Camilo tinha o seu modo de escrever; Euclides, o seu. Eu tenho o meu. Estou no meu direito.

É com êsses atributos, com êsse acervo de virtudes literárias e de inconvenientes que só o são pelo exagêro das qualidades, que a posteridade terá de julgar o sr. Coelho Neto. Nós, que vivemos no seu tempo, estamos perto demais do monumento para ter uma idéia precisa da sua altura e dos seus arabescos ornamentais. Além disso, não se pode submeter a inventário uma oficina poderosa, em plena atividade.

O bárbaro fixador dêsse mundo de espantos que é *Treva*, não será considerado, provàvelmente, pelos historiadores de amanhã, um perfeito romancista de costumes, como Aluizio Azevedo, ou um miniaturista das covardias humanas, como Machado de Assis; mas, em compensação, terá deixado uma obra cerebral que assombrará a posteridade. Irregular embora, como todas as criações da natureza, essa montanha de ouro e mármore poderá satisfazer, ela só, a fome de riquezas verbais e imaginosas de várias gerações. Homens virão de outras terras trabalhar nesta mina, à medida que, pela difusão do nosso idioma, se fôr ampliando a notícia dela.

O sr. Coelho Neto não é, em verdade, apenas um escritor; é uma literatura. O estilista maneiroso, alinhador de períodos elegantes, é, não raro, fruto da paciência, do estudo, da tenacidade; o espírito criador, que tira do caos um mundo, êsse não se o inventa, nem se imita. Decalca-se um estilo; uma imaginação, jamais. A matéria prima para esta, fornece-a Deus.

Êste João Batista espalha no Deserto, onde o não compreendem nem ouvem, uma centelha do fogo divino. Respeitem-no, pois, os que não quiserem admirá-lo.

DOIS POETAS DO OUTONO (1)

F OI Chateaubriand quem afirmou, se me não engano, que o amor e o verso eram legítimo privilégio da mocidade. Ninguém, entretanto, mais do que êle, contestou, na prática, uma parte dessa suposição literária, amando até os oitenta anos. E se não foi a negação da segunda, é que não precisava dêsse recurso. Que necessidade podia ter, em verdade, do metro e da rima, quem possuía a imaginação mais suntuosa, mais opulenta, mais “católica”, na expressão de Sainte-Beuve, e o estilo mais sonoro da prosa francesa?

O sr. J. M. Gomes Ribeiro, no prefácio ao pequeno volume de poesias que agora publica, declara-se em respeitoso desacôrdo com o prosador d’*O Gênio do Cristianismo*. Na sua opinião, o verso deve ser uma austera função da maturidade. “A poesia, como cristalização de idéias, como fruto da experiência vivida — escreve, — é mais própria do homem feito, do homem que investigou e ponderou, que tudo quis saber e sentir, e chegou a ter um pensamento seu, amplo e

(1) ALOÍSIO DE CASTRO — *Carmes* — F. Briguet & Cia., Rio de Janeiro, 1928. — J. M. GOMES RIBEIRO — *Almas Errantes* — Jacinto Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1928.

insaciável.” E lamenta que os poetas brasileiros se deixem dominar pelo deslumbramento da paisagem, a luz e a côr, “a face externa da vida”, desprezando o que esta possui de universal e profundo.

Desenvolvendo êsse ponto de vista, lembra, com a sua autoridade de homem de largos estudos, a poesia de Goethe e a dos modernos poetas alemães, feita de beleza e sabedoria. Essa é, na sua opinião, a poesia do futuro, a poesia da humanidade nova, a única em acôrdo “com a ascensão mental do homem”. “Seja qual fôr a marcha das idéias gerais, — insiste, — uma só poesia ficará: aquela que nasce da própria alma do homem que pensa e vive a vida superior do espírito, e a reflete, ansiada e perscrutadora, na tela de um poema”. E conclue: “Pensar e sentir, caldear o pensamento e a sensibilidade de maneira a comunicarem entre si as virtudes próprias, eis a preparação do artista, quem quer que êle seja, e em especial do poeta — artista da palavra, que é o verbo do pensamento”. A poesia deve ser, em suma, o consórcio da intelligência e do sentimento, quicá, mais daquela do que dêste, pois se a êste cabe o impulso, cabe àquela a realização, ou, melhor, a cristalização.

As observações do sr. Gomes Ribeiro dão ensejo a reflexões gerais, e oportunas. Elas já se encontram, talvez, em síntese, em

um dos pitorescos pensamentos de W. S. Landor, em forma um pouco mais concreta. "Wisdom and poetry are like fruit for children unwholesome if too fresh" — opinava o severo escritor das *Imaginary Conversation*. E' preciso que o fruto esteja maduro para que contenha, em vez de venenos, o máximo de fôrça nutritiva. A boa poesia é, assim, aquela do poeta largamente experimentado no trato dos livros e dos homens, e não a que foi apanhada verde na árvore da vida, nos dois únicos ramos que ela estende, o da inteligência e o do coração. Mas a compreensão dessa verdade nós só a temos — quando a temos — tardiamente. Só na maturidade se compreende isso. E quando se compreende que assim deve ser, já é desnecessária a compreensão, porque não se pode destruir aquilo que se fez na mocidade. Quem poderá dizer a um adolescente que ama: "Não faças sonetos de amor; apura teus sentimentos da juventude, para os teus versos da velhice?" Êsse conselho seria tão inútil como o de quem chegasse diante de uma árvore e ordenasse ao pássaro nela aninhado: "Não cantes; guarda a alegria da primavera, o entusiasmo que te despertam estes frutos, estes ventos e êste sol, para as tuas cantigas do outono ou do inverno!".

O homem está na dependência da natureza muito mais do que êle geralmente supõe. O próprio sr. Gomes Ribeiro, pensando as cousas graves e substanciosas que escreve, não é mais do que um instrumento elegante nas suas mãos poderosas e invisíveis. E' a natureza que lhas dita, que lhas sopra, que lhas impõe, e tão imperiosamente como dá o suco açucarado ao fruto que amadurece. Um poeta de vinte e cinco anos não compreenderá a poesia dessa maneira, porque há uma idade para que êle assim a compreenda. "A formação das inteligências é tão misteriosa como a dos diamantes" — observa Paul Saint-Victor. E quem foi que, até hoje, tomando o carbono puro, o transformou em pedra preciosa sem que o tempo colaborasse na cristalização? O que determina o seu ponto de vista é, pois, a Natureza. E tão espontâneamente como determina outro, rigorosamente oposto, aos poetas de vinte anos. Há uma passagem nas *Memórias* de Goethe em que êste, referindo-se à mocidade e à vida, diz que nós somos os generais que só vêm a conhecer a estratégia depois de perdida a batalha. Assim é, em verdade. E' na velhice que nós vimos a saber o que devíamos ter feito na juventude.

Tudo isso redundava, todavia, em proveito da literatura, dando maior garridice aos enfeites do espírito humano. E' essa igno-

rância da mocidade em relação aos sentimentos da velhice que dá variedade à poesia. Fossem todos os versos ditados pela inteligência, e nada seria mais monótono, mais triste, mais fatigante, do que uma biblioteca em que só figurassem poetas. Só a mocidade é poliforme, rica de aspectos, e capaz de descobrir, embora casualmente, novos mundos e novos horizontes. Convém repetir, talvez, aquí, em linhas correntes, os famosos versos de Juvenal, na sátira X: *Plurima sunt juvenum discrimina: pulchrior ille hoc, atque ille alio; multum hic robustior illo. Una senun facies: cum voce trementia labra, et jam leve caput, madidique infantia nasi.* Uma poesia toda ela orientada pelo espírito amadurecido estabeleceria a uniformidade e, com esta, a monotonia. A mocidade garante-lhe a variedade, devendo-se-lhe, assim, a ela, quasi todo o interêsse que a poesia tem despertado no mundo.

Dirão, talvez, os partidários da poesia erudita que as obras poéticas que fazem o orgulho da Humanidade são, todas elas, fruto do outono ou do inverno da vida. Citarão Homero, e Virgílio, e Dante, e Milton, e Goethe, e Klopstock. A resposta a essa defesa da inteligência e da cultura ficará, porém, a cargo de Marcial, naquele epigrama em que, replicando a Flacco, que fazia a apologia das grandes epopéias, observava

que, de fato, nós todos as louvamos, glorificando os gênios que as produziram, mas preferimos como leitura quotidiana os pequenos poemas do sentimento. E confessava: *laudant illa, sed ista legunt.*

A poesia destinada a encontrar melhor acolhimento na alma dos homens, é, pois, ainda, e sê-lo-á por muito tempo, aquela que vem do coração, e que se serve da cultura, da inteligência, como a água se utiliza da areia em que se filtra: para tornar-se mais simples e mais límpida. A poesia é o corpo; a cultura dá-lhe o peplo, que a torna mais elegante na sua simplicidade. O vestido de luxo tem por objeto, apenas, dissimular o raquitismo do modêlo.

Os versos que nos dão, agora, os srs. Aloísio de Castro e J. M. Gomes Ribeiro, o primeiro nos seus *Carmes* e o segundo nas *Almas errantes*, enquadram-se inteiramente nas fórmulas recomendadas por êste último. Não se trata de versos de adolescentes, mas da expressão musical de dois espíritos de alta responsabilidade nos domínios da filosofia e da ciência. Agrava essa responsabilidade a circunstância de serem, ambos, prosadores brilhantes e perfeitos, catalogados entre os melhores e mais autorizados cultores da língua portuguesa nos dois continentes.

A consciência dessa responsabilidade contribue, talvez, para a falta de naturalidade na poesia de um e de outro. O poeta que é poeta antes e acima de tudo, põe à margem as conveniências sociais, os preceitos da gramática, os cânones da ciência, e vai dizendo aquilo que lhe está no coração ou no entendimento. O sr. Aloísio de Castro e o sr. Gomes Ribeiro diriam, jamais, que uma cigarra ouviu a voz da própria mãe? Embaraçar-se-iam logo com a entomologia, com os depoimentos de Fabre e de outros mestres, os quais informam que a cigarra permanece quatro anos em forma de larva e que êsse hemíptero, à semelhança de São Raimundo Nonato, já nasce órfão. O sr. Olegário Mariano algum dia, porém, se importou com isso? E' que êle coloca acima da ciência a sua arte, a sua inspiração talvez demasiadamente ingênua, mas em que se encontram, não raro, sentimento e beleza.

O sr. Gomes Ribeiro, apesar de infiltrado da cultura germânica, é um ateniense, na graça do pensamento. *A Dôr e a Vida* vale por um epigrama antigo e, não fosse tão amplo, dir-se-ia, talvez, tirado à Antologia:

“Um dia, pús-me a olhar uma estranha figura,
um vulto de tragédia,
que servia de adorno à frontaria nédia,
de um teatro qualquer.

Uma expressão de dôr, em rosto de mulher,
e flor de arquitetura.

Olhos de espanto; o horror
contrai-lhe toda a face em cristações; a bôca
escancara, na pedra, uma caverna ôca,
onde temo escutar
um grito de terror,
ou o uivo de uma fera.
Mas... ouço o pipilar
de aves dando o cibato a uma ninhada alegre!

A andorinha fizera
na bôca do mostrengo, o seu ninho, e criara...

Natureza! não há quem teu impulso regre,
és a vida! E essa vida, harmoniosa e clara,
com as aves chilreia,
dentro da própria dôr e à mesma dôr alheia..."

Algumas vezes, manifesta o poeta uma
tristeza anteriana, de que é uma das mais
belas expressões o soneto *E' bom sonhar*.
Essa nuvem é dissipada, porém, aquí e alí,
por um raio de sol, como êste:

"A uma balança o mundo comparai:
sobe o que é leve, o que tem pêso... cai!"

O sr. Aloísio de Castro é menos grego
que romano. Senhor de uma severa cultura
latina, que se manifesta no lavor da sua
prosa e é confirmada, agora, pelas tradu-
ções diretas de Horácio que nos oferece, a
sua poesia é mais grave, mais concreta, mais
apolínea. Livro de meditação, o dos seus
Carmes é mais manifestação de uma inteli-

gência ponderada do que a explosão de sentimentos íntimos, dêses cuja sinceridade pode ser aferida pela desordem com que se apresentam. Ao ler os seus versos, tem-se a impressão de que o espírito que os ditou consumiu toda a juventude a conter os próprios ímpetos, até a capitulação final ante o destino. Árvore do monte Parnaso, tinham-no criado os deuses para frutificar aos vinte anos, como todo o bosque rumoroso a cuja sombra cheirosa bailam as musas. Essa árvore quis, porém, conservar-se estéril diante do sol convidativo. Até que, passada a estação da frutescência, se arrependeu de súbito, e, sacudindo os galhos a todos os ventos, balançando a fronde em todas as direções, se cobriu precipitadamente de pomos retardados, de que junca o solo em derredor...

Por isso mesmo, o que aparece no seu livro é mais o artista do que o poeta. O seu verso é invariavelmente correto, e a língua em que é êle vasado a de um mestre. Mas falta-lhe, como ao sr. Gomes Ribeiro, aquele calor, aquele entusiasmo, aquela vivacidade, aquela vibração que só se tem, e conserva, quando adquiridos na juventude. E' verdade que o marquês de La Fare começou a fazer versos depois dos sessenta anos, quando conheceu mme. de Caylus, e que Saint-Aulaire, que só havia escrito um epigrama na

mocidade, encordoou a lira aos noventa, ultrapassando, na opinião de Voltaire, as ousadias do próprio Anacreonte. Nenhum dêles foi, todavia, figura de primeira ordem, no século. Faltara-lhes, apesar da licença do tempo, o cunho inimitável que caracteriza as obras produzidas na manhã da vida, e de que só há vestígio nas demais quando nos familiarizamos com a profissão, como diria Frugoni, *del primo pelo appena ombrato il mento*.

O sr. Aloísio de Castro não é, sem dúvida, um homem chegado há muito tempo a êste presídio da humanidade. Pelas efemérides acadêmicas a sua matrícula na vida foi em 1881. Quarenta e oito anos é manhã ainda no dia da ciência. Mas no da poesia é, já, entardecer, com os pombos agasalhados no beiral e as últimas cigarras calando no arvoredado. E essa opinião não é pessoal. Em 1915, com vinte e nove anos feitos, escreví eu um soneto com o título *Alto mar*, que devia figurar dois anos depois no meu livro *Poeira...* (2.^a série). Como a expressão “vinte e nove anos” fosse demasiado extensa para entrar em um decassílabo, eu resolví oferecer um ano da minha vida em holocausto ao metro, e escreví “trinta anos”, ganhando, como compensação, duas sílabas. Uma tarde, descíamos, Martins Fontes e eu, no elevador, do quinto ou sexto andar em

que funcionava a Sociedade Brasileira de Homens de Letras, à rua Gonçalves Dias, quando, na quietude da descida, recitei ao meu companheiro o soneto que terminara naquele dia.

— Bilac já ouviu êsses versos? — perguntou-me Fontes, fazendo parar o ascensor.

— Ainda não.

— Então, vamos subir. Tens que dizê-lo na presença dêle, e já.

Em cima, onde encontrámos o poeta no meio da sala, de pé, repetí os versos, recebendo, na minha timidez, os louvores com que a sua bondade costumava brindar os amigos. De repente, porém, Bilac se aproxima de mim, e pergunta-me, com interêsse:

— Já tens, mesmo, trinta anos?

— Já — respondi-lhe, mantendo em prosa a mentira exigida pelo verso.

Bilac refletiu um instante, com as mãos nos meus ombros, e teve esta frase, uma das mais tristes entre quantas tenho escutado na minha vida:

— Já é velhice...

O sr. Aloísio de Castro não poderá mais pôr nos seus versos, como eu não posso mais pôr nos meus, o sol da manhã, que é a alma da poesia. A ninguém é permitido, na vida, parar o astro que marca os dias, como Josué em Gabaão. Resta-lhe, todavia, o consôlo

de ser um artista modelar, e, não raro, um miniaturista maravilhoso. Bastaria, para coroar-lhe todo o esforço de ourives, a graça dêste soneto, em que à delicadeza da idéia correspondeu, em tudo, a meticulosidade da feitura:

“Enquanto a fina agulha os fios de ouro
na recamada púrpura bordava,
ela entrevia o sonho imorredouro
a que se dera, para sempre escrava.

Em tórno à flor voltívolo besouro
da estofa no lavor se delineava. . .
Engano! Veio a efígie de Eros louro,
o arco na destra, a tiracolo a aljava. . .

Assim que da almofada a bordadura
o símbolo marcou dos dias ledos,
e em vez de uma, saiu outra figura.

Cuidado, amantes corações! Segredos
que ardente peito em vão procura
muitas vezes se escapam pelos dedos. . .

Amor omnia vincit é outro belo soneto, cuja transcrição é impedida pela extensão dêste artigo. E como êsse, *Clarões, A palmeira, Teu segrêdo*. Não será, todavia, o poeta, que ficará, sob o nome de Aloísio de Castro, nas letras brasileiras. Acima dêle está o sereno manejador da prosa, o estilista encantador e delicado, cuja pena é considerada uma das mais limpas e brilhantes da Academia. Eu, pelo menos, não conheço, na casa, figura mais acadêmica, nem quem es-

creva com tanto apuro, pondo em relêvo toda a elegância e toda a majestade do idioma. A glória do excelente prosador têm-na êle, já, assegurada.

A de poeta, se a não tiver, a culpa é sua por ter aguardado a inclinação do sol para escalar a montanha sagrada. A sua roseira dá lindas rosas, mas as suas rosas têm aroma suave demais para um público habituado aos perfumes violentos. A propósito da pena que a natureza lhe impõe eu lhe vou contar uma história japonesa, graciosa e miúda, que não vem no *Yaso-Kidan* ou no *Hiaku-Monogatari*, mas que não é menos verdadeira do que as dêsses livros maravilhosos. Havia outrora em Danno-ura, que domina o estreito de Shimonosekhi, um templo consagrado a Buda, o qual tinha em tórno um vasto jardim, que era como o cinto verde do edifício. Milhares de roseiras de caule balouçante acenavam daí às borboletas, oferecendo-lhes, amigas, o balanço fresco do seu galho. Todos os anos, ao anunciar-se a Primavera com o degêlo dos montes, desciam da montanha vizinha, na quietude da noite, dois samurais misteriosos, e, sacudindo punhados de ouro imponderável, ordenavam a todas as roseiras que florissem, para a próxima passagem do Supremo Fecundador. Semanas depois todo o roseiral era um ondulante manto de flores em tórno

do templo. E todo êle cheirava, e bolia, que se sentia o seu perfume, e ouvia o seu rumor, a duas milhas, no mar. Uma roseira houve, porém, que se atrasou na floração, e não se enfeitou de pétalas para o dia nupcial. Ao passar por ela, o deus estranhou a sua esterilidade. Tocou-lhe, então, com a mão misteriosa, e disse-lhe:

— Não quiseste florir, como as outras, por orgulho. Querias ser árvore de fruto, que alimenta, ou planta medicinal, que sara os enfermos, e não roseira que dá flor, e apenas perfuma. O teu castigo, agora, é florir contra a tua própria vontade. Florirás, pois, no Outono, mas as tuas rosas não terão aroma nem a côr que teriam na Primavera.

Foi assim que, em Danno-ura, no estreito de Shimonosekhi, nasceu a primeira camélia.

JOAQUIM NABUCO (1)

I

POR ocasião de um debate na Academia, há dois anos, sôbre a figura de Joaquim Nabuco, eu assinalei, contente com a minha geração e com o meu tempo, a ressurreição gradual da sua obra e do seu nome, na admiração nacional. A nomeada que o cercara em vida havia sofrido um eclipse após a sua morte. Isso era, porém, das profecias. Quando o Nazareno expirou no Calvário, um grande sudário de treva, espêsso como a noite, desceu sôbre Jerusalém. As horas de escuridão precedem, sempre, a eternidade da glória.

Na explicação que dava, então, dêsse lisonjeiro acontecimento, eu attribuía o reaparecimento do culto de Nabuco à renovação do sentimento católico da mocidade brasileira. O contacto com os países que sofreram os efeitos imediatos da Grande Guerra tinha-nos feito participar, pela fraternidade da intelligência, da evolução que alí se operou no domínio religioso.

(1) CAROLINA NABUCO — *A vida de Joaquim Nabuco* — Companhia Editora Nacional — S. Paulo, 1928.

Três lustros antes do conflito europeu, notava-se, já, nas vanguardas intelectuais, em todo o mundo, uma reação evidente contra as tendências materialistas do tempo, isto é, contra a herança precária e já sacudida nos seus fundamentos, das cogitações filosóficas do último século. Desiludido das pesquisas a que inútilmente se entregara, o espírito humano tornava, sôbre os próprios passos, ao ponto de partida, na esperança de novos horizontes que lhe permitissem a iniciativa de outro roteiro. À semelhança da pomba no 150.º dia do Dilúvio, voltava êle à Arca, sem trazer à aflição dos homens, ainda dessa vez, o ramo de oliveira.

A guerra, pondo ao alcance de todos os olhos a contemplação da morte imprevista, patenteando-lhes, como numa vertigem, os múltiplos aspectos da fragilidade humana, veio precipitar, ainda mais, êsse recuo. Ante o corpo inanimado dos irmãos, dos amigos, dos companheiros de momentos antes, o soldado sentia a necessidade de acreditar em alguma coisa acima da vida, admitindo a independência de uma fôrça eterna, que animava provisoriamente a matéria. O homem não podia ser uma casa habitada cujos moradores desaparecessem com ela. A casa entrava em silêncio, desfazendo-se em poeira, mas unicamente depois que o inquilino a abandonava, para recolher-se à mansão pa-

terna, como filho pródigo, ou para habitar outro edifício.

Essa modificação da mentalidade humana diante do Desconhecido era, nesse momento, inevitável. O espetáculo da morte será, eternamente, a sineta que chamará o homem a si mesmo, fazendo-o volver de especulações aventurosas. O mais sincero dos nossos filósofos, Farias Brito, cujo nome vai caindo lamentavelmente em olvido, conta-nos, com a costumada singeleza, o que foi, na evolução do seu espírito, a cena, que testemunhou, da morte de uma criatura querida. “Eu me convenci da nossa imortalidade — escrevo na *Finalidade do Mundo* (3.^a parte, pág. 83) — em um dos momentos mais solenes, mais graves da minha vida: quando assistí à morte de meu pai. Creio que não me levarão a mal fazer aqui uma ligeira referência a êste fato, que é muito particular, muito privado, mas que é, em todo o caso, de uma significação elevada e profunda, e teve para mim o valor de uma revelação. Eu costume assistir impassível à morte. Acho que a morte é natural, acho que a morte não é um mal, porém, um bem. Apesar disso a morte do meu pai me doeu, e ainda me dói; mas a minha dôr, por mais profunda que tenha sido, teve, não obstante, o seu efeito benéfico. Todo o parto é doloroso e assim também do domínio da vida

espiritual se observa que é no momento da dôr mais acerba que a verdade se revela. Meu pai me deixou, por exemplo, o seu caráter; por seu amor, a convicção de que a vida não é sem justificação; e, mesmo por sua morte, exerceu poderosa influência sobre o curso das minhas idéias”. Após a descrição da enfermidade paterna, uma insuficiência mitral, acrescenta o filósofo (pág. 84): “Meu pai realmente sofreu em extremo, e no último instante ainda soltava um gemido lento, um ai! profundo, quasi imperceptível. Êle tinha então na fisionomia a expressão de quem chora, sem dúvida, uma dôr incomparável. E considerando aquela dôr, considerando todos os seus sofrimentos durante a moléstia, era assim que eu pensava comigo mesmo exatamente naquele momento: — Oh! não é possível que tanto sofrimento seja para nada. E se no movimento do Cosmos, em toda a extensão do espaço e do tempo, como é sabido, nada se extingue, nada se perde, também é certo que meu pai não se extinguirá, e há de passar daqui para alguma região desconhecida do espaço, continuando a existir, continuando a trabalhar, sob outra forma, mas como elemento imperecível, na obra eterna da natureza!”

E’ Montalembert quem conta, se bem me lembro, a influência que exerceu sobre o

seu destino a morte de Lacordaire. Estirado no leito em que se lhe ia desprender o grande espírito, o famoso dominicano ouvia a leitura dos Evangelhos, que era feita por um dos seus antigos companheiros de claustro, quando ergue de repente os braços, deixando-os cair, depois, entre a harmonia trágica desta súplica:

— “Mon Dieu! Mon Dieu! Ouvrez-moi! ouvrez-moi!”

Aquela transição da vida para a morte abalou fundamente os que a assistiam. Cada um se sentia, alí, como um viajor que bate, aflito, às paredes de um muro sem eco, e diante do qual se abre, de repente, uma porta miraculosa, que lhe oferece, no deserto, a salvação e o repouso...

Os horrores militares da conflagração de 1914 haviam de, necessariamente, influir nos homens, definindo, à luz de um novo entendimento, as suas concepções da vida e da morte. Diante dos corpos despedaçados, ou carbonizados, dos irmãos que morriam, sorrindo, na chama das fogueiras ou nas garras das feras, os primeiros cristãos sentiam mais profunda, em si mesmos, a convicção da imortalidade. E foi êsse o efeito que teve a guerra na esfera das cousas espirituais, acendendo naqueles que a testemunharam, com os espetáculos da miséria da carne, a

esperança, eternamente renovada, de uma futura recompensa.

“A guerra cujo último capítulo foi agora encerrado — escrevia eu, em fins de 1919 — teve a vantagem de interromper o espírito humano na sua marcha vertiginosa para o abismo. O espetáculo da morte, fatal e eterno, ainda não deixou de atemorizar os que o contemplam. Diante de um morto, de um rosto impassível, de duas mãos geladas para sempre, de dois olhos que para sempre se apagaram, o homem estremece, reconhecendo nessa imobilidade o mais profundo mistério do universo. E é, então, que lhe vem a idéia de ser bom, ou, pelo menos, a necessidade de não ser mau. *Mors sola fatetur, quantula sint hominum corpuscula*. A grandeza humana está contida, inteira, nos duzentos centímetros de uma cova. Um caixão de sete palmos pode comportar a biblioteca de Alexandria. O mosquito que envenenou o sangue de Tito destruiu o Império Romano. E daí, da verificação quotidiana da sua miséria, da sua condição de átomo, de grão de areia, de partícula inclassificável na harmonia universal, o ímpeto que teve o homem de, repentinamente, voltar os olhos para as alturas”. E concluía, numa esperança: “A humanidade tem, hoje, mais do que nunca, necessidade da fé. As suas feridas são horrendas. O corpo de Oliveiros

está coberto de chagas, que são bôcas pedindo bálsamo. E de onde virá êsse remédio se não dessa fonte secular e inesgotável, que é o cristianismo?"

A volta de Cristo ao coração devia corresponder, assim, necessariamente, no Brasil, à de Nabuco à inteligência. E deram-se, ao mesmo tempo, as duas ressurreições, sendo que ainda se tornará mais límpida, mais presente, a figura do grande abolicionista à medida que se vá criando de novo no país, no terreno político, uma consciência liberal. Porque êle foi, no Brasil, em todos os tempos, a mais pura encarnação do liberalismo e da Fé.

II

É nessa atmosfera de simpatia renovada, que, correspondendo à aspiração de quantos veneram a memória do varão ilustre, acaba de aparecer *A vida de Joaquim Nabuco*, em que sua filha, D. Carolina Nabuco, estuda a existência gloriosa do pai com o carinho, a meticulosidade e, ao mesmo tempo, a serenidade nobre com que êste escrevera, em *Um estadista do Império*, a fecunda vida do seu avô.

Joaquim Nabuco é, sem contestação possível, a figura humana mais perfeita e harmoniosa que o Brasil, porventura, já

produziu. Físicamente formoso e insinuante; orador incomparável, dominando as *élites* nas assembléias, e arrebatando as multidões, na praça pública; escritor elegante, claro, imaginoso; caráter esculpido em diamante, sem uma falha evidente; apaixonado da liberdade, batendo-se e sacrificando-se por ela; herói das campanhas mais generosas da sua pátria; em suma, belo, justo e sábio, teria êle sido, na antiguidade clássica, um semi-deus. Ao meditar sôbre a sua passagem vitoriosa pela terra, a impressão que se tem é que as fadas acorreram, como nos contos ingênuos, de todos os pontos do planeta, trazendo-lhe cada uma, para despejar-lhe no berço florido, o cofre de ouro das suas graças. Êle foi, em verdade, por onde passou, o legítimo Cavaleiro da Beleza, da Justiça e da Liberdade.

É sob êsse tríplice aspecto que D. Carolina Nabuco lhe estuda a trajetória pela vida. Para torná-lo amado e admirado não careceu, todavia, acrescentar, criar, inventar, mas, apenas, expor, explicar, descrever. Não é uma filha, a molhar a pena nas tintas amáveis do sentimento: é um historiador austero e arguto; é um escultor que, para fazer grandiosa a obra de arte, não precisou senão da imponência e majestade do modelo. O seu livro é, por isso mesmo, menos um preito de amor filial, de ternura pela

memória de um amigo profundamente querido e chorado, do que o trabalho sincero, calmo, imparcial, de um espírito crítico maravilhosamente equilibrado. O coração, bússola mágica dos sentidos, despertou-lhe o desejo de uma demonstração de saudade nos moldes daquela que o homenageado de agora prestara ao pai, como Tácito prestara a Agrícola. Mas o que executou a obra foi o raciocínio: raciocínio seguro, medido, severo, sem transigências, ainda as mais leves, com as tendências afetivas.

D. Carolina Nabuco matriculou-se, efetivamente, de súbito, nas nossas letras eruditas, de modo que se pode capitular de triunfal. A serenidade e proficiência com que aborda os mais delicados acontecimentos do segundo reinado, a segurança com que move, dentro do vasto cenário da nossa vida política, na segunda metade do século XIX, as figuras capitais que tanto relêvo lhe deram; a maneira por que vem conduzindo, como Antígona a Édipo, a majestosa figura paterna através a floresta dos episódios contemporâneos, — tudo isso investe a nova escritora de uma autoridade como a têm tido, entre nós, raríssimos historiadores. O coração, refletindo-se em um cérebro iluminado pela cultura, produziu êste harmonioso milagre da inteligência.

E' verdade que, aquí e alí, se observa o desaprumo do estilo, e, uma vez por outra, a imprecisão do vocábulo. Mas isso constitue, simplesmente, o inevitável tributo da autora ao seu cosmopolitismo forçado. E' êsse o castigo das pessoas que se familiarizaram com muitos idiomas. "Pour ces gens — escreveu um alto espírito da sua intimidade intelectual — les mots ne gardent plus leur particularité, leur quantité unique, à l'exclusion de tout synonyme, d'être l'enveloppe s'adaptant juste à une chose ou à un être". Em um estudo da personalidade literária de Nabuco, José Veríssimo lhe acentou a falta de vernaculidade da frase, e D. Carolina, ela própria, indica as origens dessa eiva, assinalada, aliás, e apenas, pelos puristas extremados, dêsses que teriam coragem de apontar o argueiro no único ôlho de Polifemo. "Até os vinte e cinco anos — informa, — quando começou a ler mais inglês, as leituras de Nabuco foram quasi exclusivamente em francês... Os espíritos livraram-se assim da estagnação, mas o descuido do vernáculo tornou-se comum". A filha do eminente escritor pôde tirar, todavia, dêsse inconveniente, as múltiplas vantagens que dêle tirou seu pai. É preferível ter as idéias sem o domínio extremo da língua do que a língua sem o cabedal insuperável das idéias. Estas, definindo-lhe a individualidade,

têm-nas, em abundância, D. Carolina Nabuco. As suas imagens são claras e felizes, e os conceitos com que as ilumina jamais patenteam o lirismo e a pieguice tão caros à mentalidade feminina. Fortalece-lhe o espírito crítico um discreto, mas seguro espírito filosófico. Há definições gerais, suas, que poderiam trazer, subscrevendo-as, o nome do maravilhoso escritor que elas emolduram. É' êsse, talvez, dentro das letras brasileiras, o maior elogio que se lhe podia fazer.

A história do país nos quasi cincoenta anos que Nabuco ajudou a construir, como um dos seus artistas mais elegantes e eficientes, surge, igualmente, da obra de D. Carolina, com a serenidade e a simpatia grave com que a outra metade do século surgiu da pena de seu pai, no perfil de Nabuco de Araújo. Nabuco é, no cenário que a filha traça e desenvolve, como um regato de origens bucólicas que se vem engrossando à proporção que rola para o mar. Às suas margens vai ela erguendo, porém, a paisagem dos acontecimentos. E é assim que, à medida que acompanhamos, no depoimento filial, a corrente rumorosa dessa grande vida, vamos vendo levantar-se de um lado e de outro o magnífico panorama do fim do Império e dos quatro primeiros lustros da República, e, neles, a vegetação humana, al-

tiva ou rasteira, que tem alimentado, ou envenenado, com os seus frutos, o vigoroso organismo nacional. Seguindo-lhe o raciocínio, a história do Brasil, nesse período grave de transição, surge-nos sob um aspecto mais lógico, e, para as individualidades que nele figuram, menos áspero e ingrato. Os fatos se coordenam, se ligam, se sistematizam, explicando as atitudes. Os vícios do novo regime são os mesmos do antigo. A mentalidade da fauna política não é diferente, acima e abaixo de 15 de novembro. Apenas, porque havia um homem de bem, um espírito liberal que, como poder fixo, constituía o fiel da balança entre as duas conchas dos partidos, existiam então uma opinião pública e um sentimento latente da liberdade. Essa liberdade, degenerando em licença, derrubou o Império. E é essa licença que, abandonada a si mesma, tem envergonhado a nossa cultura e, reprimida, tem determinado as revoluções.

III

Uma das expressões dessa situação mental é a imprensa, como a tem atualmente o Brasil e, em particular, a sua capital.

O Rio de Janeiro é, hoje, proporcionalmente à sua população, a cidade do mundo

que possui maior número de jornais diários. E essa imprensa toda, sem exceção, é apaixonadamente política, defendendo ou atacando com vivacidade o govêrno, exaltando ou reduzindo os homens públicos, sorrindo como Pangloss ou praguejando como Isaías. Vinte redações, dia e noite, manipulam o louvor ou a acusação. Para tantos jornais quantos são, porém, nominalmente, os jornalistas políticos? Sem descer à idade de ouro em que se batiam nas justas quotidianas Rui e Patrocínio, Ferreira de Araújo e Quintino Bocaiuva, Joaquim Serra e Nabuco, verifica-se que o desaparecimento do jornalismo doutrinário data, mais ou menos, de 1916. Até então, eram os atos do govêrno criticados em artigos pessoais, que traziam por baixo a assinatura, desinteressada ou não, mas sempre corajosa e destemida, de um Alcindo Guanabara, de um Edmundo Bittencourt, de um Leão Velloso, de um Gonçalves Maia, de um Medeiros e Albuquerque. Os adversários do Presidente da República ou dos seus ministros não temiam as iras oficiais, nem os amigos do govêrno se envergonhavam de sair a campo, individualmente, defendendo o chefe da nação. A coluna política dos jornais era ainda uma tribuna com um nome gravado, não o inexpressivo biombo japonês dos nossos dias, por trás do qual tanto se pode es-

conder a bacia de ouro de Amasis ou o lavabo suspeito de Messalina.

A atmosfera de anonimato em que se vêm travando nos últimos tempos as campanhas políticas com todas as consequências da irresponsabilidade, pode ser, todavia, um efeito de determinada modificação na vida nacional. Até 1916 a política possuía um ponto estável, uma figura central, um esteio democrático, nos campos da opinião. Era um marco que oscilava de tempos a tempos, mas não caía nunca. Era, em suma, Pinheiro Machado. Depois dêle, porém, que se viu? Os chefes nacionais por quarenta e oito meses, os deuses que, ao fim de quatro anos, são rechassados do templo pelos próprios crentes com as pedras do próprio altar. E, sendo assim, quem é que se quer apresentar de rosto descoberto para sacristão de uma divindade transitória, ou sacerdote de um culto que se vai em breve extinguir? O chefe riograndense tinha soldados que, como os lacedemônios na batalha de Messênia, se batiam na imprensa trazendo o nome no pulso, porque êle os havia convencido da sua invulnerabilidade. À falta de princípios, os jornalistas agrupavam-se em tôrno dos homens que, pela sua resistência, lhes davam a impressão de encarná-los.

Uma das grandes obras de Nabuco, talvez a mais importante no terreno social e

político, foi prescindir dos homens e dos partidos para fazer, no jornalismo e no parlamento, a pura política das idéias. Êle é, aí, o regato límpido que tem o teu curso nos declives do solo e que se deixa levar por êles, sem perguntar se é sombreado pelo bosque liberal ou pela floresta anciã do partido conservador. Os partidos, para êle, não são os homens que os constituem, nem os ministérios que organizam, mas os ideais que inscrevem no seu escudo. Onde estiver o liberalismo, aí está o partido liberal. E é assim que põe a sua palavra e a sua pena ao serviço de ministérios conservadores, toda a vez que estes propõem medidas que os liberaes trazem na sua bandeira, como a abolição, e, por interêsses eleitorais, não querem realizar. Rei mago da política, põe o olhar na estrêla guiadora, e, de olhos no céu, marcha, como Patrocínio, que é o seu Baltasar, e Rebouças, que é o seu Gaspar, em direção a Belém, sem indagar, alheio ao terreno, se atravessa território de inimigo.

Historiando a vida heróica do seu pai, faz D. Carolina Nabuco, servindo-se exclusivamente da exposição metódica dos fatos, a defesa benévola de quantos estiveram com êle, ou contra êle, na abolição, ou na República. A sua perspicácia de mulher descobre, e revela, fios íntimos, quasi invisíveis, que aos historiadores masculinos passaram,

até hoje, despercebidos. A sua sensibilidade apurada compreende, assim, e faz compreender aos que a lêem, a intransigência de Nabuco e de Rebouças, montando guarda ao trono ameaçado, e a repugnância com que Patrocínio participava, depois de 13 de maio, da campanha republicana. A Princesa Imperial sabia, ao decretar a libertação da raça negra, que sacrificava a dinastia. Não era preciso que Cotegipe lho dissesse. A lavoura, descontente, iria fortalecer no seu despeito as hostes que apedrejavam a realza, até então insignificantes. E quando essas previsões se realizaram, que atitude havia mais digna, mais briosa, mais cavalheiresca, do que a dos abolicionistas que, sacrificando o destino que lhes reservava o novo regime, preferiam acompanhar no ostracismo e no exílio as vítimas das idéias generosas de que tinham sido os apóstolos?

Os espíritos menos intransigentes reconhecem, hoje, que a abolição foi prematura no Brasil. O Império descuroou o preparo do escravo para o gozo da liberdade. Concatenando documentos, D. Carolina mostra que seu pai não desconheceu essa face do problema. O aparelhamento do cativo para a vida autônoma devia ter começado com a lei Rio-Branco. O escravo não era, porém, responsável pela desídia dos governos. O que não convinha era a protelação, o adia-

mento, a dilação de uma providência que humilhava o país no conceito do mundo. Viesse a abolição e, em seguida, far-se-ia a educação do negro para o trabalho livre.

E o seu programa de ação falhou, inteiramente. Com a anarquia econômica, precipitou-se a anarquia política. E fez-se a República, filha espúria da ambição militar e do despeito civil, originados, ambos, por sua vez, dos êrros fundamentais da monarquia.

IV

Tem-se acentuado nestes últimos tempos a paixão literária da biografia. A vida dos grandes homens desaparecidos voltou a interessar os pequenos homens que vagam na terra. Os Plutarcos do século imprimem, porém, à obra que realizam, um aspecto mais humano, mais verdadeiro, mais fiel e, por isso, mais amargo, mais ingrato, mais triste. Os biógrafos antigos poupavam ao leitor o espetáculo doloroso da velhice, do declínio, da decadência física dos seus heróis. Licurgo e Solon, Públicola e Numa Pompílio, atravessam o mundo como faiscentes meteoros que se apagam de súbito. Era prática dos escritores, para não demonstrar a inutilidade do esforço e o fementido da glória, apresentar as grandes vidas

como um incêndio que se extingue de repente. Rômulo desaparece misteriosamente de Roma. Cleómedes dissipa-se na atmosfera. Elias sobe aos céus no seu carro de fogo. E' temendo a fragilidade da senectude, incompatível com a divindade, que Empédocles se atira ao Etna. Homero leva Ulíesses a Ítaca. A *Odisséia* não seria, porém, heróica, se o poeta acompanhasse o guerreiro até o fim sossegado dos seus dias. O rapsodo conduz Príamo ao têrmo da sua velhice tormentosa. Mas é por isso que a *Iliada* é trágica; e é por isso, ainda, que Juvenal, citando as desgraças do troiano, exclama, num grito: *Longa dies igitur quid contulit?*

Os biógrafos modernos estão fazendo, assim, dêsse gênero literário, em vez de uma escola de animação, e de ensinamentos proveitosos, um seminário de tristeza e desfalecimento. Haverá, na realidade, ação mais angustiosa para a alma do que acompanhar, com André Maurois, o crepúsculo glorioso, e em que bailam as sombras, de lorde Disraeli? Ou com J. Lucas-Dubreton o anoitecer anacreôntico de Dumas, pai? Ou, ainda, com Maurice Allen, a elegância ridícula dos últimos dias de Alfred de Vigny? Eu, de mim, não sei de página que mais me tenha abatido o espírito do que aquela em que Maurois descreve a entrada de Disraeli, e da sua Mary-Ann, em um salão de Londres,

onde os vai encontrar, em 1872, o Encarregado de Negócios da França. “Le jeune Chargé d’Affaires vit, — escreve, — dans un salon, un être étrange, accoutré en pagode, qu’il prit pour un vieux rajah. C’était Mary-Ann, et derrière elle, était Dizzy, fardé, sepulcral, sa derrière boucle teinte en noir et collée sur un front dégarni... Elle avait quatre-vingts ans; lui soixante huit. Le couple était ridicule et touchante”. E era isso que restava do homem mais poderoso da Inglaterra, e a cujo simples gesto, outrora, se agitavam os povos dos dois hemisférios, se moviam as chancelarias, e trovejavam, ou entravam em silêncio, os canhões do maior poder naval do último século!

O castigo mais severo que Deus pode infligir a um homem ilustre, que exerceu pela fôrça ou pela palavra imperiosa uma influência predominante no seu tempo, é deixá-lo no mundo até a extrema velhice. Juvenal tem, para êste, lamentações de Jeremias: *Quid refert, magni sedeat qua parte theatri, qui vix cornicines exaudiet atque tubarum concentum?* Os contemporâneos desapareceram. Os novos, que lhes tomaram o lugar, consideram-no um importuno, um intruso, um convidado que teve a sua festa e quer participar, ainda, da festa alheia. E velho, como aquele Lázaro do poema de Leon Dierx, sente-se estranho entre a

gente que lhe foge, vagando, como êle, em torno dos cemitérios e amaldiçoando, como êle, o milagre da própria ressurreição!

Em uma nota do seu *Journal*, de 13 de abril de 1879, Edmond de Goncourt observa: "Ce qu'il y a à craindre pour l'homme des lettres, ce n'est point le foudroiement, la mort complète de sa cervelle: c'est la douce imbecillité, l'insensible ramollissement de son talent". Esta fatalidade era a que Nabuco mais profundamente temia. "Minha esperança, — escreveu êle, também, no seu diário, em janeiro de 1909, — minha oração fervorosa, é que, quando seja eu afetado pela doença da velhice, não o seja na parte de mim que Deus criou à sua imagem. O corpo pode ser demolido, não o seja nunca o espírito, e, se acaso o for, que eu tenha a doce mania mística e não o esquecimento de Deus". Queria morrer lúcido para melhor agradecer ao céu, na plenitude da consciência, o destino que lhe coubera na terra.

Da outra tortura, de sentir-se antigo entre os moços, livraram-no igualmente os fados generosos. Antes do mundo o isolar, isolou-se êle, aos poucos, por si mesmo, com a surdez que se ia tornando mais profunda à medida que êle caminhava para o túmulo. A vida fôra-lhe a montanha maravilhosa em cujo sopé rugiam os ventos e se levantavam todas as vozes da grande tormenta. À pro-

porção, porém, que lhe fazia a ascensão, tudo em tórno se ia aquietando, serenando, pacificando, a ponto de êle ter, lá no alto, a impressão de achar-se solitário no universo. Nessa altura, passou a escutar-se a si mesmo, o ritmo do seu pensamento, a vibração das suas artérias, as pancadas do seu coração. À semelhança de Beethoven surdo, embebedado pelas harmonias que lhe tumultuavam na alma, e que não tinham eco nos ouvidos fechados para o tropel sonoro do mundo, êle ia mergulhando aos poucos, sem o sentir, nas ondas harmoniosas da Eternidade. Quando fechou os olhos já era companheiro de Sócrates, de Jesús e de Platão na República dos Espíritos Perfeitos.

Discursando em 1879, na Câmara, em defesa do sufrágio universal, foi Joaquim Nabuco aparteado pelo deputado Franco de Sá, que lhe recorda a figura de Nabuco de Araújo, falecido um ano antes, e cujas opiniões contrárias à medida, eram, alí, atiradas contra o filho. O orador comove-se, muda o tom da voz, e perora:

— “O general Lee referia que, uma vez passeando com o filho à beira do mar, viu que a criança tratava de pisar sôbre os passos que êle ia deixando, impressos na areia; desde êsse dia, dizia êle, compreendí que não tinha direito de dar um passo onde meu filho não me pudesse acompanhar. Por

mais movediças que sejam as areias da política, há nelas para mim pisadas indeléveis, e se não tenho seguramente outras qualidades, tenho no espírito bastante isenção, no caráter bastante desinterêsse, para não me afastar do caminho que me está traçado.”

No deserto das nossas letras históricas as passadas de Joaquim Nabuco aparecem, a esta hora, mais fundas, mais fixas, mais inapagáveis.

Alguém, que êle ensinou a andar, vem no seu encalço...

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL (1)

O sr. Júlio Nogueira acaba de publicar o livro de maior responsabilidade que se podia escrever nesta hora das nossas letras: *A linguagem usual e a Composição*, obra em que expõe os problemas gramaticais de maior atualidade, especialmente aqueles que têm levantado as mais tormentosas controvérsias e levado à guerra, de onde voltam com a tinta a escorrer das feridas, os Malboroughs da filologia portuguesa. O novo personagem bibliográfico não acorre, todavia, como combatente: tremula-lhe nas mãos a bandeira branca, e é como conciliador, como árbitro destinado a harmonizar os espíritos, aconselhando os vencedores e consolando os vencidos, que se apresenta, de repente, no campo de batalha.

Seu intuito é ensinar a escrever e a falar, *secundum legem grammaticam*, sem hostilizar os pontos de vista alheios. Na sua opinião, como na de todos os estudiosos, os clássicos oferecem justificação a todos os deslizos que hoje se cometem. "Hippocrate dit oui, mais Galien dit non." A correção gramatical é, assim, como a perfeição hu-

(1) JÚLIO NOGUEIRA — *A linguagem usual e a Composição*
— Livraria Leite Ribeiro — Rio de Janeiro, 1929.

mana. E' perfeito, não aquele que não erra, mas aquele que erra menos. Daí a vantagem da obra que o sr. Júlio Nogueira oferece à mocidade do seu país, e que lhe pode servir de piloto para evitar, no oceano das letras, os incontáveis parcéis da linguagem.

O primeiro ponto abordado no livro é o abuso da gíria, que vai bichando, corrompendo, depravando, vertiginosamente, a boa conversação brasileira. "Ainda aquí devemos reconhecer — justifica o autor — que não se trata de um *morbis* exclusivamente nacional; o francês tem a sua *langue verte*, o seu *argot*, como o inglês tem o *slang*, etc." Mas é preciso confessar que nenhum povo tem mostrado menor resistênciã a essa infiltração venenosa. No seu discurso de posse na Academia Francesa, onde succedeu a Richepin, assinalava o sr. Emile Mâle o esforço titânico do poeta-boêmio no sentido de dar caráter literário ao *argot*, e a energia com que foi a sua idéia combatida pelos mais expressivos elementos da sociedade parisiense. Essa barreira, não a têm encontrado, entre nós, as palavras e expressões da gíria. Por que? O sr. Júlio Nogueira pode explicar, êle próprio, êsse fenômeno. "A língua — escreve — é um reflexo do meio em que vivem os indivíduos". E acrescenta, referindo-se "ao calão, à gíria local, êsse conjunto de palavras grosseiras, às vezes de li-

nhagem indecorosa, mas que se vão insinuando até no falar das nossas jovens": "o caso é mais de polícia educativa do que de correção linguística".

Esse vício constitue, efetivamente, mais um problema social do que literário. O vocabulário plebeu entra pelas casas de família porque as encontra abertas, ou porque os moradores o vão buscar fora de portas. E os dois veículos principais são o futebol e o teatro de revistas, ou de comédias nacionais. Congregando no mesmo âmbito gente de todas as classes e origens, — o marujo e a dama de distinção, o soldado e a menina de colégio, o banqueiro e o estivador, a mulher pública e a moça de sociedade, — e facultando a cada um gritar à vontade as palavras que lhe caracterizam e exprimem o entusiasmo, o campo de futebol é o cadinho em que se misturam todas as vozes, e em que os mais ingênuos se apossam de têrmos, de locuções ineptas ou inconvenientes, que são levadas, depois, para os salões de festas, para a palestra doméstica, e, finalmente, para os jornais. O teatro popular universaliza o vocábulo do dia, consagrando-o. E a língua vai assim se deturpando, e perdendo a majestade e a delicadeza nos torneios da conversação.

Rebelando-se contra essa filoxera das vinhas de Vieira e Bernardes, o sr. Júlio

Nogueira não se mostra, no entanto, rigoroso com os regionalismos da prosódia. Limita-se a registá-los. E' peculiar, por exemplo, do paraense e do amazonense, a troca do "o" pelo "u". E cita a frase famosa:

— Eu vi uma *canua* carregada de *cuco* de *pupa* a *prua*.

Uma observação que lhe não ocorreu, na mesma região, foi a supressão do "l" na terminação das palavras: *federá*, por *federal*; *nacioná*, por *nacional*. Isso, não nas camadas populares, mas entre a gente culta, espíritos altamente literários, como aquele seu amigo Bertino de Miranda, ilustre americanista e homem viajado, o qual, — conta, — lhe dizia, uma vez:

— Camilo divide a classe dos maridos infelizes em *côcos* e *recôcos*.

A substituição, aí, era inversa: do "u" por "o".

O vício do cearense (e o autor fala com a autoridade de filho do Ceará), é a transformação do "l" em "u": *sau*, *papéu*, *barriu*, por *sal*, *papel*, *barril*. E narra, a propósito, que, ouvindo acusarem os seus conterrâneos de tal deturpação, um seu patricio, residente em Manaus, protestara, enérgico:

— Não é verdade! só quem pronuncia assim é o povo *boçau*!

O pernambucano tem por hábito trocar o "l" por "r". E o sr. Júlio Nogueira conta:

“Um rapaz, pernambucano, negava, de meio a meio, que na sua terra se trocasse essas duas consoantes. Em certa altura, um dos que afirmavam a existência dêsse neologismo fez sinal aos demais para que se calassem, porque via, a certa distância, um pernambucano que se dirigia para o grupo, e disse que o ensejo era excelente para tirar a limpo a discussão. Logo que o recém-chegado se acercou do grupo, o que propusera a prova lhe perguntou:

— Lembras-te em que rua do Recife morava nosso colega Fulano?

— Ora, então não sabes? Era na rua das *Carçadas Artas!*...

Êsse fenómeno é, aliás, explicável. O Brasil é constituído de seis ou oito centros de população, isolados uns dos outros, e que se caracterizaram desde o século XVII. A colonização não se fez igualmente. De modo que, em cada um dêles, por falta de contacto das massas populares, a língua seguiu livremente o seu destino em relação à prosódia, conservando-se embora uniforme na parte ortográfica. Foi êsse isolamento geográfico, agravado pela carência de relações por meio da palavra escrita, que contribuiu para a corrupção do latim e a eclosão das línguas modernas dêle derivadas.

Em um dos capítulos aconselha o sr. Júlio Nogueira que se reaja contra os êrros de

estrutura vocabular, mandando que pronunciemos, e escrevamos com a sua forma antiga, certos vocábulos que a perderam. Assim, opina que se diga, e escreva, *dignitário*, e não *dignatário*, *cogote* e não *cangote*; *carnição*, e não *carneirão*; *coradouro*, e não *quarador*; *protagonista*, e não *protogonista*; *percentagem*, e não *porcentagem*, etc. Esta última forma, admite-a o autor em virtude da influência da locução *por cento*. As demais que condena terão, entretanto, de perdurar. *Carneirão* é mais expressivo que *carnição*; e *cangote* tem a justificá-lo a intercorrência do substantivo *canga*, instrumento que se põe sobre o pescoço dos bois. *Cogote* é um vocábulo de criação arbitrária, sem nenhum fundamento etimológico. É o *occiput* latino. A forma brasileira é, pois, mais justificável e precisa. Quem sabe, mesmo, se *cangote* não foi a forma primitiva e correta de *cogote*, desvirtuada pelo uso popular?

Com um bom senso digno de louvores reconhece o illustre professor que o povo é que faz a língua, e que é inútil pedir-lhe que recue, quando se trata de predileções definitivas. “Em pronúncia, como nos demais aspectos, — escreve, — a linguagem é unicamente convencional; a influência que podem ter os cirurgiões da língua, limita-se aos casos ainda operáveis”. O sr. Júlio Noguei-

ra não ignora, evidentemente, que toda a história do idioma patenteia a esterilidade daquele esforço. O povo não capitula nesse terreno. No século XIV os vocábulos latinos *calidus, nitidus, palatium, frigidus, insipidus, delicatus, decanus, oculus, insulsus, flaccidus, medula*, apareciam na língua popular portuguesa com as formas *caldo, nédio, paço, frio, enxabido, delgado, deão, ôlho, insôssô, frouxo, miolo*; reagindo contra essa deturpação, os escritores portugueses do século XV procuraram restabelecer a boa linguagem, indo buscar êsses têrmos nas suas fontes latinas. Criaram, corrigindo o povo, os têrmos *cálido, nítido, palácio, frígido, insípido, delicado, decano, óculo, insulso, flácido, medula*. Por insistência dos eruditos, essas palavras permaneceram na língua; o povo, porém, não abandonou as suas criações primitivas, ficando, assim, os vocábulos eruditos da mesma origem com significação diferente. *A História da Literatura Portuguesa*, de Teófilo Braga, na parte que se refere à Idade Média, constitue a história, mesmo, da resistência do povo na formação da língua, e das derrotas sofridas pelos eruditos quando não quiseram capitular.

Um ponto que merece a atenção do sr. Júlio Nogueira é, ainda, a emancipação da nossa prosódia. “Se a correção fosse radical, intolerante, — escreve, — teríamos que dizer

m'nistro, v'rão, subrado, etc., porque, apuradas as cousas, uma vez que não constituímos ainda um dialeto independente, deveríamos pronunciar à maneira rigorosamente portuguesa . . .” Essa observação trouxe-me à lembrança uma anedota que ouvi de Olavo Bilac, por mais de uma vez. Regressava o poeta de Paris, quando, em Lisboa, em um grupo de escritores, foi feita uma referência ao rumo da língua portuguesa na América.

— Os senhores, no Brasil, estão desvirtuando a nossa *pursódia*, — observou-lhe Cândido de Figueiredo. — Nós estamos perdendo a *esp'rança* de um acôrdo.

— Perdão, — objetara Bilac, — isso não é verdade. Em primeiro lugar, porque nós, lá, não temos *pursódia*; temos *prosódia*. Em segundo lugar não sabemos o que é *esp'rança*, mas *esperança*.

— Mas a pronúncia é *esp'rança*; é do verbo *esp'rar*. . . — tornara Cândido de Figueiredo.

E Bilac:

— Bom; então conjugue o meu amigo o presente do indicativo do verbo *esp'rar*: é eu *esp'ro*, tu *esp'ras*, êle *esp'ra*. . .

O filólogo riu, e mudou-se de assunto.

A parte mais interessante da obra é, porém, a que se refere à ortografia, e à sua evolução no Brasil. Diretor técnico do *Di-*

cionário Brasileiro da Língua Portuguesa, que a Academia Brasileira de Letras está organizando, o sr. Júlio Nogueira não pôde dissimular a influência negativa dessa instituição desde que se tratou entre nós da uniformização da grafia. O histórico do assunto, patenteando a capacidade individual de alguns acadêmicos, põe em evidência a incompetência e a falta de autoridade da Academia, em seu conjunto. “Quem não conhece a arte, não na estima”, reconhecia o épico. E isso explica a leviandade com que a Academia Brasileira de Letras tem tratado, ou destrutado, matéria tão relevante, comprometendo o seu nome perante o país, e a cultura nacional perante o estrangeiro. “Em 11 de junho de 1907, — historia o sr. Júlio Nogueira, — a Academia Brasileira de Letras aprovou o projeto de simplificação ortográfica elaborado pelo sr. Medeiros e Albuquerque. Alguns trabalhos de acadêmicos, posteriormente publicados, obedeceram a êsse código. Não tardaram, porém, os dissídios, os cismas, e o sistema do operoso acadêmico foi sendo esquecido no próprio seio da Academia. Em 1911, uma comissão de grandes filólogos portugueses organizou a reforma gráfica decretada pelo govêrno, guiando-se pelas idéias de Gonçalves Viana. O trabalho da comissão foi salutar enquanto corrigiu êrros grosseiros que

se insinuavam na escrita comum, mas adotou normas rígidas para supressão de elementos de ordem etimológica tradicionalmente fixados e aboliu as gemações, cuja perda transtornou grandemente o aspecto da língua escrita. Por isso o sistema não teve, logo no nascedouro, os aplausos do público. Até em Portugal foi recebido com muita frieza. No Brasil muito raros foram os nossos professores e homens de letras que o aceitaram; o povo o recebeu com hostilidade, recusando-se até a comprar os livros portugueses e as reedições feitas segundo o novo sistema. Um jornal que o tentou, em São Paulo, não pôde mantê-lo, tal o decréscimo que se manifestou em sua venda. Em sessão de 11 de novembro de 1915 a Academia Brasileira de Letras, por proposta do professor Silva Ramos, adotou a reforma oficial portuguesa. Sòmente depois dêsse ato da nossa Academia, foi que a Academia de Ciências de Lisboa resolveu aceitar o sistema português. Êste, porém, não viveu muito tempo no seio da nossa Academia, cujos membros, diga-se de passagem, com exclusão do professor Silva Ramos e raros outros, seguiam orientações diversas em seus escritos. Em sessão de 24 de novembro de 1919 o nosso instituto resolveu, por grande maioria, não adotar mais a reforma oficial portuguesa”.

Essa exposição põe em relêvo áspero a falta de orientação e, mesmo, de elegância, que vem caracterizando os atos públicos ou privados da nossa Academia. O govêrno português decretou uma ortografia: a Academia de Ciências de Lisboa teve escrúpulos em adotá-la, e recusou-lhe seu apôio; a Academia Brasileira de Letras, sem submeter a exame acurado aquela reforma de origem política, aceitou-a prontamente; diante disso, a Academia das Ciências de Lisboa, resolve, em atenção à Academia Brasileira, sancioná-la. Adota-a. E é precisamente nesse momento que a nossa muda de opinião, repudia o que aceitara quatro anos antes, deixando a sua congênere portuguesa sôzinha, a guiar-se por uma ortografia que só adotara por solidariedade! . . .

Em 1926 a Academia Brasileira de Letras deliberou orientar-se pelo *Vocabulário Ortográfico* que o sr. Laudelino Freire elaborara, e em que se achavam consubstanciadas todas as conquistas anteriores, visando a simplificação da grafia. Por ocasião dos debates, eu tomei a liberdade de opor-me à consagração dos artigos pronominais *lo, la, los, las*, por já haver a Academia adotado, um ano antes, as formas *o, a, os, as*, mais usadas no Brasil. A Academia referendou o seu antigo ponto de vista, e o sr. Laudelino Freire, para cumprir o voto da maioria,

alterou o seu trabalho, apondo-lhe uma nova disposição, sob n.º XLII, assim redigida: — “Na grafia do infinitivo em combinação com o artigo pronome, escrever *amal-o*, *punil-o*, isto é, separando-se por um traço de união a forma acusativa *o*, não *lo*. E assim nas combinações dos pronomes *nos* e *vos*, *nol-o*, *vol-o*”. Satisfeitas as formalidades regimentais sobe a decisão do plenário à Comissão do Dicionário, para cumprir; esta, que conhece a significação precária das deliberações acadêmicas, entende que não deve tomar em consideração a ordem, a qual corresponde, aliás, à opinião erudita do mestre dos mestres que é o sr. João Ribeiro. Eu, mais por metediço do que por entendido, interpelo a mesa; o sr. Laudelino pede igualmente uma solução, pois que o seu *Formulário* fôra alterado, para não ser seguido. Tudo fica, porém, nessas interpeleções e nesses discursos, uma vez que é das Escrituras que ninguém se deve entender em Babel.

Tais alterações de orientação não significam, entretanto, divisão de opiniões no seio da Academia, mas, apenas o desinteresse, o descaso, o menosprêzo de grande parte dos acadêmicos pelas cousas graves da profissão literária. Pouca gente se dá ao trabalho de debater alí questões de linguagem. Que importa as raízes, se todos têm à mão

o fruto, que é o fardão, para emprestar maior encanto à parte amável da vida?

Por isso mesmo está a Academia se collocando, insensivelmente, à margem da cultura nacional, e vai a língua seguindo, aquí fora, o seu curso, indiferente às suas deliberações graciosas. A nossa grafia está, aos poucos, se definindo. (1) À semelhança dos rios, que, passado o inverno, se vão circuncrevendo ao seu leito, vai ela se afeiçoando às necessidades do tempo, despojando-se das demasias, sem prejuízo da clareza. O grande mestre é o bom-senso. “O nosso povo — reconhece o sr. Júlio Nogueira, — prefere isso a ter de transformar de chofre os seus hábitos para aprender novidades, que lhe repugnam e que o obrigam a andar de formulário na mão para escrever com acêrto”.

Em relação ao galicismo, o autor é, e felizmente, um emancipado. O horror aos vocábulos ou às locuções de origem franceza, constitue, e êle o proclama, uma reminiscência, ainda, do ódio despertado em Portugal pela occupação napoleônica. Os escritores portuguezes das grandes épocas, quincentistas, ou seiscentistas, não os desprezaram; a antiguidade da adoção empresta,

(1) Razões de ordem política e social fizeram com que o autor destas considerações aceitasse e, mesmo, colaborasse, mais tarde, no acôrdo com a Academia das Ciências de Lisboa para uniformização da grafia da língua portuguesa. Essa conversão será, porém, justificada em outro capítulo.

porém, foros de cidadania ao estrangeiro. “Logo, — conclue o sr. Júlio Nogueira — o que se condena não é a palavra ou construção francesa: é a pessoa que a emprega.” Desde o prefácio já se vem compreendendo a tendência do autor do tratado. Referindo-se àqueles que desejarem aprender a arte de exprimir o pensamento em vernáculo, diz o sr. Júlio Nogueira: “Respeitemos a sua intelectualidade, o seu engenho próprio, para não o reduzir à condição de plagiário ou de simples organizador de *pastiches*, sem originalidade e sem brilho.”

Diante dessa francesia, do termo *pastiche* em obra didática visando o ensino do português, é claro que nenhum dos escritores de hoje deixará de gritar, com entusiasmo:

— *Eureka!* Êsse é dos nossos!...

A *Linguagem usual e a Composição* é, assim, trabalho de um professor moderno, liberal, inteligente; obra de um espírito claro, culto, progressista, que compreende que os idiomas não se fossilizam, nem se adiantam no tempo; livro, em suma, destinado a ensinar sem atemorizar; a esclarecer agradando; e a tornar possível o conhecimento integral da gramática sem que o aluno peça a Deus um raio, e dos mais rápidos, para fulminar o gramático.

DUAS POETISAS DA PRIMAVERA (1)

UMA das poucas vantagens da conflagração de 1914 foi a autonomia do espírito feminino, assinalada, quasi ao mesmo tempo, em todos os países da terra. Carecidos de liberdade ampla para estrangular o inimigo da pátria, os homens afrouxaram os dedos que subjugavam a mulher, concedendo-lhes relativa independência de movimentos. E o resultado dessa generosidade forçada foi imediato e positivo: dirigindo-se por si mesma, ela penetrou, de pronto, no imenso labirinto da atividade pública, assumindo uma responsabilidade vasta na situação e nos destinos do mundo. Cortados com a espada dos novos Alexandres os nós do carro de Górdio dirigido por Semíramis, êste pôs-se imediatamente em marcha, coberto de flores e rodeado de pássaros, enchendo de uma doce música desconhecida a solidão melancólica dos caminhos.

As ciências, o comércio, as artes, as indústrias, sentiram logo a influência amável dessa nova colaboradora do progresso uni-

(1) LAURA MARGARIDA DE QUEIROZ — *Canta, meu coração!* — Empresa Brasil Editora — Rio de Janeiro, 1929. — ELZE MAZZA NASCIMENTO MACHADO — *Seiva moça* — Rio de Janeiro, 1928.

versal. Guiando veículos, pilotando aeroplanos, administrando estabelecimentos, trabalhando em usinas, servindo nas repartições do Estado, nenhum homem a ultrapassou na inteligência, na perícia, no cuidado, na consciência do dever. O mundo inteiro saudou, nela, o advento de uma fôrça nova, beijando-lhe, de joelhos, a marca dos grilhões que a barbaria masculina lhe deixara nos pulsos delicados.

Em nenhum campo da atividade a mulher foi, no entanto, dessa vez, tão longe, como na literatura, e particularmente, na poesia. As suas conquistas políticas na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados-Unidos, na Bélgica, na Holanda, na Grécia, na Polônia e na Rússia, onde lhes foi concedido o direito do voto, são, sem dúvida, consideráveis. A faculdade de concorrerem aos cargos públicos, e a eleição em alguns Estados, obtida no Brasil, representa, igualmente, uma investida notável. Em qualquer desses casos, porém, a sua vitória consistiu em nivelar-se ao homem, tomando lugar a seu lado — o que não sucedeu no domínio do pensamento e das letras, no qual, em muitos sentidos, o venceu, sobrepujando-o ruidosamente.

Mais amorosa, mais sensível, mais acessível à fantasia, à elaboração contínua do sonho, a mulher constituía, em estado latente, uma grande fôrça criadora, no campo lite-

rário. Sem liberdade para manifestar-se, para divulgar o seu pensamento, para transformar em ação aquilo que o coração e o cérebro concebiam, — o espírito feminino era como uma árvore que, impedida de florescer e frutificar, se consolasse em consumir a seiva secretamente, multiplicando subterrâneamente as raízes. Daí as paixões que se lhe tornaram imanentes, como a vaidade, o ciúme, a curiosidade, o interêsse pelas cousas miúdas da vida, o conjunto, em suma, dos defeitos em que consumia clandestinamente o seu desejo de ascensão e perfeição. Era, finalmente, como aquele sabugueiro de Raimundo Correia, que fenecia sob a janela do poeta, por mais solícito que fosse o dono em dispensar-lhe cuidados. Uma pedra garroteava-lhe o tronco submerso. Retirado o obstáculo, reverdeceu, abriu-se em ramos, e os ramos abriram-se em flores, que são os beijos de agradecimento das plantas.

Um dos aspectos irônicos dêsse triunfo é o que se concretiza, de modo popular, na escolha de rainhas honorárias, em algumas democracias do mundo. Exagerado em tudo, o homem, não podendo mais aparecer como senhor, na realidade, quer ser agora, escravo, na fantasia. Os fenômenos mais absurdos encontram, sempre, a sua explicação natural. E é essa a das eleições de Rainha dos Estudantes, dos Empregados no

Comércio, dos Operários, e tantas mais, que instituímos, por imitação. No seu despeito, o homem, vencido, quer dar à vitória feminina uma aparência de ridículo. Para que a serva de ontem não apareça como sua igual, explora-lhe êle os restos da vaidade e põe-lhe à cabeça uma coroa de papelão. Essa coroa tem, aos olhos dêle, a significação que tinha, aos dos judeus, o dístico *Jesus Nazareno Rex Judæorum* no alto da cruz. “Les femmes sont extrêmes: elles sont meilleures ou pires que les hommes”. Estes tomaram essa frase de La Bruyère como um dogma e, dêsse dogma, fizeram uma comédia.

O que é incontestável, todavia, é que o centro da poesia está, por toda parte, hoje, em mãos femininas. A sagração da condessa de Noailles pela Academia Francesa em 1921, percutiu em toda a terra. No Japão, foi uma senhora, embora de origem americana, que conquistou, entre mais de oitocentos concorrentes, o prêmio de poesia, instituído por um dos maiores diários de Tóquio. Na Argentina, Albertina Storni mantém o primado da poesia lírica, exercido, na margem norte do Prata, por Juana de Ibarbourou. Quanto aos Estados Unidos da América do Norte, ninguém ignora o papel desempenhado nesses últimos anos por Gertrude Stein, considerada hoje a mentora da gera-

ção nova, e a renovadora incontestável do lirismo nacional. Ao contrário do que se verifica no *Gênesis*, Apolo saiu, alí, da costela de Érato.

No Brasil, a atuação da mulher na conquista de renome literário está se tornando, para o homem, quasi alarmante. As liras nacionais estão atualmente, em grande número, em mãos ágeis e delicadas, que lhes arrancam sonoridades inescutadas ou, pelo menos, não inferiores àquelas que faziam a glória, e o orgulho, dos ásperos dedos masculinos. Bastaria citar, no momento, entre as figuras de relêvo mais acentuado, as sras. Maria Eugênia Celso, Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Rosalina Coelho Lisboa, Gilca Machado e Cecília Meireles, que se tornaram, já, não apenas grandes nomes na galeria de um sexo, mas individualidades fortes, e definidas, no conjunto de uma literatura.

A sra. Laura Margarida de Queiroz vem, com todas as credenciais, enfeixadas neste seu livro, aumentar êsse admirável ramalhete de poetisas, que é, evidentemente, o mais opulento e variado, que o Brasil já produziu. *Canta, meu coração!* é, já, um livro definitivo.

A sra. Laura Margarida, que reúne dois nomes tão celebrados na literatura universal, é um temperamento delicado, um espí-

rito polido, gracioso e elegante, que põe na sua poesia a sua delicadeza, a sua graça, a sua elegância, a sua polidez. Em nenhuma das vinte e nove peças que constituem o livro há um protesto, um grito veemente, uma dessas expressões naturais que caracterizam as almas imperiosas. No seu romance mais recente, o sr. Afrânio Peixoto, referindo-se a uma das personagens da obra, notava que as mulheres que realmente mandam, e comandam, são as que, pela doçura, não parecem mandar. E' por êsse modo meigo, aparentando obediência e renúncia, que a nova poetisa exerce a sua encantadora tirania. Quando Cínaras dirigia os destinos de Chipre, — conta uma lenda, que Plínio regista, — encarregou dos seus depósitos de perfumes, que eram os mais famosos da antiguidade, o jovem Amáraco, mancebo de beleza incomum e de honestidade incorruptível, acostumado desde criança a manejar essências asiáticas, acumuladas pela vaidade paterna. Certo dia, porém, ao examinar as coleções do seu rei, observou o guardião que alguns vasos de essência se haviam partido, evolvendo-se o conteúdo. Penalizado com a ocorrência desastrosa, recolheu-se Amáraco em uma tristeza tão profunda, em uma dôr tão amarga, em um pesar tão dolorido, que se finou ao têrmo de algumas semanas. Os deuses, então, se

compadeceram dêle: transformaram-no em manjerona, planta que, diz a lenda, “perfuma sempre a mão que a martiriza”. A sra. Laura Margarida recorda, com os seus versos, êsse amável relato do naturalista latino. As penas de amor que padece; as saudades da infância, que lhe assaltam precocemente o espírito; as inquietações ligeiras que lhe surgem, nuvens de sêda branca no veludo de um céu de primavera, — tudo isso, em vez de queixa, lhe arranca palavras de resignação doce, de ternura infantil, de esperança compadecida. *Canta, meu coração!*, ordena. O canto é o perfume da sua alma de manjerona.

Essa feição delicada caracteriza-se, ainda mais, na felicidade com que a jovem poetisa encarcera em poemetos minúsculos os seus sentimentos de moça. Pássaro pequenino, mas de voz maviosa, o seu estro sente-se mais à vontade na gaiola de uma sextilha, ou de uma quadra, de que sejam varões os heptassílabos, do que no viveiro largo de uma poesia mais ampla, ou, mesmo, de um soneto. Ao travar conhecimento com a poesia japonesa, há doze anos, quando escreví um pequeno estudo sôbre o assunto e levei a efeito algumas traduções indiretas, eu tive o pressentimento de que a poesia brasileira se tornaria progressivamente sintética, de modo a ³ cristalizar as emoções e as

idéias, que são as emoções da inteligência, no menor número de palavras. Essa previsão não era mais, todavia, do que o resultado de uma observação. Procedendo da epopéia, havíamos chegado ao soneto, com escalas pelo poema e pelas poesias derramadas. A marcha para a síntese, assinalada em todas as literaturas, desde o grego das epopéias ao grego dos epigramas, era, pois, evidente. E é êsse trabalho de miniaturista que, sem prejuízo da emoção, nos dá, agora, em muitas passagens do seu livro, a sra. Laura Margarida de Queiroz. *Aprimi, sono l'amore* é uma dessas pequeninas obras de arte que atravessaria os tempos se a não subscrevesse, num século ainda do patriarcado, um nome de mulher :

“Quando sentires na vida
uma estranha sensação,
uma tristeza doída
que sentirás sem razão,
uma alegria de louca
sem tu saberes porque,
a fala presa na bôca,
a razão parada e morta,
ouve, atende, espera e crê :
é amor que te bate à porta.”

Em uma referência à obra de Proust e à sua tortura de psicólogo, escrevia, há quatro anos, o sr. Paulo Hazard: “Proust fait la sculpture avec pointes d'aiguille”. A sra.

Laura Margarida faz, também, no que diz respeito à técnica dos seus versos e à ductilidade dos sentimentos, o que se poderia chamar “escultura com agulha”. Alguns dos seus versos, de sabor popular, denunciam uma artista que trabalha com a lupa engastada na órbita, de modo a não deixar a menor aspereza na pedra preciosa em que esculpe:

“Passa o tempo lentamente,
preguiçoso, devagar...
Mas, se acontece que a gente,
por acaso, está contente,
começa o tempo a voar.
Corre, célere, indomado,
qual jovem corcel veloz,
e todo esforço é baldado
para retê-lo...o malvado
foge, sem pena de nós...
Se vê teus olhos enxutos,
cheios do fulgor de auroras,
longe de penas e lutos,
transpõe de um salto os minutos,
galopa através das horas...
Só se detêm quando choras”.

Esta quadra, de cunho popular, atinge, pela naturalidade, os limites da perfeição. Tem gosto de fruto agreste:

“Da vida são os abrolhos,
mágoas são do coração...
Meus olhos são de teus olhos,
teus olhos de quem serão?”

E' essa mesma singeleza que se encontra nestes versos:

“Todo sonho perde um pouco
quando deixa de ser sonho...”

E adiante:

“Que linda a vida seria
se o sonho não fosse sonho...”

Em outra passagem:

“Minh'alma sonha, e se esquece,
não sei se em tudo ou se em nada...”

E, ainda, nestas quadras para terminar a série de transcrições:

“Tenho na vida uma queixa,
uma queixa sem perdão:
é que ela viva me deixa
tendo morto o coração.

Viver sentindo no peito
o coração a morrer,
é destino a que eu rejeito
dar o nome de viver.

Mas já que viver morrendo
é o que me coube por sorte,
declaro que não entendo
se isto é vida ou se isto é morte”.

A sra. Laura Margarida de Queiroz deve preferir, para fixar as idéias e sentimentos que lhe florescem no coração e no espírito, êsses pequeninos moldes de que se tem

servido com acentuada felicidade. A nossa poesia lírica, em que as mulheres se acham tão fartamente representadas, é um jardim, em que há flores as mais variadas, no colorido, no tamanho e no perfume. Nesse jardim a sra. Laura Margarida é o jasmineiro. As flores do jasmineiro são miúdas; mas onde há outra mais pura e de mais vivo perfume?

Um obstáculo surge, no entanto, ao maior esplendor do seu triunfo nas letras. No seu *Catalogue de la plupart des écrivains français qui ont paru dans le siècle de Louis XIV*, referindo-se a Thomas Corneille, irmão de Pierre Corneille, o fundador oficial do teatro francês, e, como êle, autor de trinta e quatro peças de grande fôlego, regista-o Voltaire com estas palavras: — “Corneille (Thomas) — né à Rouen, en 1625, homme qui aurait eu une grande reputation s’il n’avait point eu de frère”. A sra. Laura Margarida é irmã da sra. Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, poetisa das mais ilustres que o Brasil possui neste momento. E’ o caso de Thomas e Pierre Corneille. Qual, das duas, porém, nos registos da Posteridade, virá a ser o Thomas?

E sra. Elze Mazza Nascimento Machado, que acaba de estrear com o livro *Seiva moça*, é um temperamento poético em radical opposição ao da sra. Laura Margarida de

Queiroz: enquanto esta se apura na expressão e só se refere àquilo que convém, exercendo a mais rigorosa vigilância sobre os sentidos, aquela confia ao metro, integralmente, todos os segredos do seu sangue, do seu espírito e do seu coração. E é esta ingenuidade bizarra, precisamente, que dá maior valor aos seus versos.

E' um livro sincero, o seu. E, só por isso, interessante. Se a sinceridade é, efetivamente, como a define um velho moralista, "un amour de la verité, une répugnance à se déguiser, un désir de se dedommager de ses défauts et de les diminuer même par le mérite de les avouer", o volume agora publicado pela sra. Elze Mazza é um modelo, no gênero confissão. À medida que o leitor o folheia, vai se formando, na sua imaginação, uma curiosa figura de mulher, ardente, apaixonada, contente da sua condição, amando e vivendo, inteira, para a perpetuação do seu amor. Chega-se, mesmo, a ter a impressão de que se trata de um livro íntimo, de um breviário de confidências, de um *diário* em verso feito por uma esposa inteligente para os olhos egoístas do marido. Em outro país que não o nosso, as páginas da jovem escritora constituiriam, para a crítica, um documento precioso, como auto-biografia, que é, de uma alma e de um coração femininos. Daí, a simpatia com que se lê

toda a obra, simpatia que é acompanhada, não raro, de um sorriso de malícia ou de benevolência.

No recente livro sôbre o pai, a sra. Carolina Nabuco recordava uma frase do límpido pensador nos *Pensées Détachées*, a qual lhe parece um dos trechos mais felizes da obra paterna. “La jeunesse au fond n’est que la surprise de la vie”, — escreveu Nabuco. E é êsse deslumbramento da vida ainda no limiar, que se encontra nos versos da sra. Elze Mazza. E’ seu grito de orgulho:

“Ser moça!...

quanto é bom clamar:

Sou moça!...

Quem poderá cantar vibrantemente
num verso de tamanho limitado
todo o prazer que a mulher nova sente
cada momento em que lhe seja dado
dizer em voz alta:

vejam, sou moça!?...”

Nessa idade, a mulher ufana-se do seu sexo. Enquanto o homem, ao sentir-se diante do mundo cuja hostilidade tem de vencer, se atemoriza e acovarda, ela, que mais tarde lamentará não ter nascido homem, se sente feliz e encantada, como se lhe houvesse escancarado de súbito a porta de um salão de festa, onde estivessem à sua espera com um trono e uma coroa. E’ diante dessa porta prestigiosa, atordoada pela surpresa

deslumbrante, que a nova poetisa exclama, num arrebatamento:

“Quão bom é ser mulher!...
quanto isso me entusiasma!...”

Afirma-se, enfim, a mocidade. O “entreaberto botão, entre-fechada rosa”, de Machado de Assis, sente amanhecer o dia da sua completa eclosão. A poetisa define, então, o atordoamento da moça, ao ser recebida, assim, na porta de ouro da vida:

Ora é franca, risonha, peremptória,
e logo após está contraditória,
calada, esquiva, séria e retraída...
Neste momento crê... no outro duvida...
tem resoluções... depois hesita...
hoje se julga feia, mas bonita
amanhã se achará perto do espelho...
Às vezes pede à mãe qualquer conselho,
porém nunca obedece, se o recebe...
é doida pelo pai e não concebe
que afeição semelhante êle mereça...
enfim cultiva e guarda na cabeça
pareceres os mais descontraídos,
alguns completos e outros aos bocados”.

O prosaísmo dêstes versos não anula o valor da substância. O que importa aquí é a verdade do depoimento, e não o estilo em que êle é vasado. E o que preocupa a jovem poetisa é a autenticidade, a franqueza, o flagrante da confissão. Houve quem disses-

se, já, em obra de ciência, não haver na terra nada mais impuro do que os sonhos de um santo. A natureza, dominada pela disciplina da vontade, subjugada nas vigílias pelo conciente humano, reconquista os seus direitos durante o sono do homem virtuoso, e, como o mau lavrador da parábola, semeia durante a noite o jôio maldito no mesmo campo em que o outro, durante o dia, semeou o trigo de Deus. Afirmiação idêntica talvez se possa fazer em relação à imaginação da mulher adolescente. Que pensamentos terá, realmente, a mulher honesta, que desabrocha para a vida? A sra. Elze Mazza esclarece um pouco êsse ponto, informando:

“Na idade juvenil, quasi toda a menina dada a divagação e a indefinido anseio, idealiza um espôso e um lindo ninho cheio dos encantos que traz a gente pequenina.

Não fazendo exceção à forma feminina lembro-me que também, mais de uma vez, me veio o doce sobressalto, o inquieto devaneio do instinto maternal, nossa suprema sina.

Vem o noivado, e, como consequência, o casamento. E a moça poetisa celebra a sua felicidade, com a alegria humilde das mulheres asiáticas, ao se verem preferidas pelo senhor que as subjugou com o seu braço e com o seu beijo:

“Tu és, ó meu amado,
o ardente jardineiro que, entre as flores todas,
escolheste uma rosa ao teu agrado
— rosa das selvas, rosa extravagante,
presa sempre de enleios e langores!

Pensaste:
esta será a minha amante.
E a convidaste
para as bodas
misteriosas e exaltadas
que o teu amor sonhara...

Depois, foste ocultá-la
com vigilância avara,
longe do mundo, de lisonja e gala,

em estufas retiradas
que tu somente visitas.
Em suas cinco pétalas, então,
cinco palavras lá deixaste escritas
que resumiam tua decisão:
“Agora viverás só para mim!”

Quem passar pelo jardim
onde teu zêlo cultivava
e esconde a rosa selvagem,
ver-me-á medrando cativa
sob o dossel de folhagem
que o teu carinho me fez.

A minha carnção de rosa moça,
do teu afeto entregue à embriaguez,
toda se exalta, toda se alvoroça,
e contente por viver
para te causar prazer,
há de eternamente ser:
Cinco pétalas apenas,
cinco pétalas macias,

cinco pétalas pequenas,
 pétalas que acarícias
 com teu fervor egoísta,
 meu jardineiro de amor,
 meu senhor
 exclusivista!"

Trata-se, como se vê, de um livro documental, a que falta, apenas, técnica literária. A sra. Elze Mazza não esquece de assinalar a sua remota origem oriental, a sua condição de judia, "o gosto de provir da antiga Palestina, da tribo que Jacó legou a Benjamim". Como Disraeli, tem ela orgulho da sua tribo, que já figurava na História quando a nobreza européia ainda vivia na barbaria. E a informação é preciosa. Há, em verdade, no seu lirismo, a volúpia da submissão, e a candura ardente, que pôs ao pescoço de Salomão o grilhão moreno dos braços da Sulamita. E a sinceridade com que desata a sua alma é um mérito, porque, se o verso é arte, a poesia deve ser, antes de tudo, sinceridade. É, mesmo, tão comunicativo o seu canto, que, depois de ouvir aquela a quem o Rei Poeta chamava o seu "lírio entre espinhos", se tem a impressão de escutar, ao longe, a voz do Espôso, que a convida, da quietude da vinha enluarada:

— *Surge, prospera, amica mea, columba mea, formosa mea, et veni!*

ROMANCES DO AMOR E DO ÓDIO (1)

EM artigo que escreví há dez anos, eu citava uma curiosa passagem do sr. Afrânio Peixoto no seu livro das *Parábolas*: — “Descobrí num arbusto, quasi à beira do caminho, no meu jardim, — narrava o escritor, — um ninho de tico-tico. Vi-o voar, quando me aproximava, e pude notar três ovinhos depostos na fôfa cama bem feita. Pareceu-me que um dos ovos era diferente na forma e na côr, dos outros dois, mas não insistí na malícia. Seria lá com o tico-tico. Não perturbei mais o mistério dessa maternidade com a minha indiscreção. Muitos dias depois, distraído, vou pelas mesmas bandas e ouço inquieto pipilar. Pé ante pé, chego à espreita: o tico-tico, depois de saltitar de galho em galho, acerca-se do ninho, trazendo no bico a nutrição para a ninhada, que o chamava sôfrega. Olho para o ninho, e vejo um passarinho só, grande, bem maior que o outro, vestido de penugem negra, de amplo bico aberto, à espera de alimento... O filho do tico-tico era um melro!”. Desenvolvendo a narração, continua: “Nasceram, provàvelmente, os três, e, terrível lei da natureza, a prole legítima sucumbira à

(1) AFRÂNIO PEIXOTO — *Sinhazinha* — Companhia Editora Nacional — São Paulo, 1929.

usurpação: o intruso, mais forte, mais guloso, tomou o pequeno espaço e a limitada providência materna das aves. Não vira o coração cego do tico-tico nada disso, não sentiria sequer a diferença, senão que lhe sobrevivera o filho mais forte, e que, ainda bem, ficara para lhe consolar a maternidade diligente e sofredora. . . .”

Êsse episódio, descrito, sem dúvida, com o pensamento no caso particular de certos abnegados domésticos, pareceu-me, nessa ocasião, e tão somente, o símbolo vivo de um imenso drama político, de que é cenário o Novo Mundo. “A Terra de Santa Cruz, — escreví, então, — foi, talvez, o ninho que Portugal, o tico-tico da geografia européia, fabricou, através do oceano, para multiplicar-se, criando a sua ninhada. Nesse ninho depositou êle inicialmente os ovos das capitâneas, que desabotoaram nas vinte províncias do Império. Agora, crescida a prole, aparece, no conjunto, uma ave singular, que se não parece com as outras pelo vigor, pelo colorido das primeiras penas, pela harmonia poderosa das asas e, mesmo, pelo modo por que principia a cantar. O tico-tico sente-se, entretanto, orgulhoso do fenômeno, piando de contentamento no seu último pouso longínquo, pela glória que não é dêle.” Êsse melro era, na coletividade brasileira, segundo eu expunha, o Estado de S. Paulo.

“Colocado entre o norte intransigentemente português e o extremo sul ligeiramente espanhol — adiantava eu, no momento, — São Paulo é uma fatia de mortadela de Bolonha a separar, numa *sandwich*, as metades de um mesmo pão geográfico. Os seus vizinhos imediatos, as gentes que vêm sofrendo pouco a pouco os efeitos da sua influência civilizadora, não percebem essa diferença pela suavidade da transição. O nortista, principalmente o que procede da região sertaneja, é que verifica, ao simples contacto, a mudança radical do cenário e do drama humano”.

Em seguida, vinha, no artigo a que me estou referindo, o desenvolvimento de uma tese sôbre a feição étnica do Brasil no futuro. “Essa diferença, — dizia eu, — não leva, porém, nem deve levar ao homem do norte a convicção de que é êle, e não o paulista, o brasileiro legítimo, autêntico, verdadeiro. A resposta à consulta que todos nós fazemos, a essa indagação que todos nós, homens do sul ou do norte, surpreendemos na intimidade do nosso espírito, só o tempo nô-lo poderá fornecer. Nós somos um povo ainda na infância, uma sub-raça, que está recebendo agora os elementos para a sua caracterização. E qual, dêses, prevalecerá? Portugal conservará, porventura, no ouro da nova moeda, o cunho que foi o primeiro

a imprimir-lhe ou triunfarão as novas gentes da Europa, que se propõem concluir no sul do Brasil a epopéia da colonização?" Eu adiantava: "Descobrir não é colonizar. A raça fundamental brasileira será aquela que preponderar na formação definitiva da nacionalidade, estabilizando o seu gênio, o seu tipo, a sua língua, as suas tradições. O ninho é do tico-tico mas os filhos podem ser, na sua maioria, do melro. O que dá nome à terra não é o barro, não são os compostos calcáreos ou xistosos de que ela se compõe, mas a plantação nela feita, a vegetação útil, a riqueza verde, que a valorizou. O que foi ontem brejo, lameiro, terra roxa, perdeu o nome depois de domesticado, para chamar-se canavial, horta, cafezal. A cultura, vegetal, ou humana, é que batiza o terreno".

Dez anos decorridos sôbre êsses comentários, vejo, por êles, que o fenômeno que eu então estudava tem precipitado, nos últimos tempos, a sua solução. E quiseram os deuses que eu voltasse a examinar o assunto precisamente a propósito de um livro do sr. Afrânio Peixoto, que me havia fornecido, já, em outro, um pretêsto amável para abordar a matéria. E êsse novo livro é *Sinhazinha*, editado agora em São Paulo.

A obra com que o infatigável acadêmico vem aumentar a sua variada bibliografia tem, aos meus olhos, dois méritos invulga-

res: traz para a literatura de ficção um dos aspectos da velha civilização brasileira em vésperas de extinção por anacronismo, e aproveita episódios regionais que a História esqueceu, e a que esta não poderia emprestar a vida, a movimentação, e consequentemente, o interêsse, que lhes dá o romance.

As revistas e os filmes americanos e europeus apresentam, não raro, a leitores e espectadores, nas suas secções de informação universal, exemplares de animais antigos e famosos, a caminho do desaparecimento completo. O alce e o bisonte acham-se nesse número. Com o seu romance, pretende o sr. Afrânio Peixoto prestar serviço idêntico aos estudiosos da nossa fauna social. O fazendeiro nortista do alto sertão é o seu alce e o seu bisonte. Mais vinte anos e teria êle desaparecido sem que ficasse da sua existência um só documento nos nossos arquivos literários.

O mundo que o romancista acaba de fixar em *Sinhazinha* constitue, não obstante, a fase mais interessante da nossa civilização ou, se o quiserem, da nossa barbaria. Na sua marcha para o oeste, em busca do índio arisco ou das minas fabulosas, iam os portugueses e brasileiros dos séculos XVII e XVIII semeando as fazendas, os engenhos, as aldeias, em que alguns dêles se fi-

xaram, fazendo face a todos os perigos do imenso deserto verde. Cessada a caça ao aborígene e desfeita a ilusão do ouro e das pedrarias, as “bandeiras” foram enroladas, e voltaram ao litoral. Os “bandeirantes” que se haviam estabelecido na terra ficaram, porém, nas suas propriedades solitárias. Os casamentos, asseguradores da conservação da raça, faziam-se entre parentes. Os vizinhos, situados a trinta ou quarenta léguas, tornaram-se inimigos, pela demarcação dos latifúndios. Com a abertura dos portos na alvorada do século XIX, ato que contribuiu para intensificação do comércio, com prejuízo da agricultura e da indústria pastoril, as populações das proximidades do litoral voltaram-se inteiramente para o mar, tornando mais profundo o isolamento do homem branco do extremo sertão. Êste soube, porém, resistir à natureza. E é assim que vamos encontrar em pleno século XIX, no alto S. Francisco, êsse coronel João Baptista Pinheiro, em cuja alma ainda moram, como tigres num bosque, todos os sentimentos ferozes, mas heróicos, do brasileiro, ou português, do século XVII.

Adotando, com ligeira variante, o processo de Eça de Queiroz na *A ilustre casa de Ramires*, o sr. Afrânio Peixoto aproveitou o desenvolvimento de um drama de amor, de que é cenário a fazenda “Campinho”, en-

tre o Paramirim e Rio de Contas, para nos descrever, em palestra dos personagens que neste figuram, uma das mais famosas lutas de famílias que se têm desenrolado nos altos sertões brasileiros.

Em 1845, de viagem para a fazenda "Cabeceiras", que o pai possuía à margem do Paraguassú, as filhas do major José Antônio da Silva Castro, avô de Castro Alves e um dos heróis de Pirajá, viram-se, pela violência da sêca, e falta de recursos nos caminhos, na contingência de hospedar-se por algumas semanas na fazenda do coronel Inocência Pinheiro, ou Inocência Cangussú, nome adotado pela família por ocasião da campanha da Independência. Entre as moças itinerantes, uma havia, Pórcia, de tentadora formosura. Morando com o pai na fazenda, Leolino Pinheiro, apesar de casado, sentiu no coração a fogueira de uma paixão desordenada e subitânea, daquelas que, na expressão de Paul Saint-Victor, tomam conta de um coração como a lepra se apega ao corpo, sem que alguém lhe possa impedir a devastação. Respeitando a casa paterna, o enamorado sertanejo abafa os ímpetos dos seus sentidos desvairados; no dia, porém, em que os hóspedes partem, e atravessam as divisas territoriais da família, abandona pai, mãe, mulher e filhos, e, assaltando a comitiva de Silva Castro com

um bando de jagunços, apossa-se de Pórcia, partindo com ela para uma fazenda sua, que faz guardar por homens armados, enquanto saboreia, na aspereza de um leito agreste, as doçuras do seu amor condenado.

Os Silva Castro não ficam, todavia, de braços cruzados. Chegando a Bom-Jesús, Luiz Castro, que conduz as sobrinhas, narra a afronta a Manuel Martiniano de Moura, primo dos Cangussús, mas inimigo dêles por uma questão de terras. Martiniano arma os seus homens; os Medrados, de Lavras, vêm em seu auxílio, para desagrar o sertão, injuriado pelo ato de Leolino Pinheiro. Atacam a casa dêste, o ninho em que êle escondera entre fôlhas, como o pássaro precavido, o seu amor criminoso. Leolino acha-se de viagem. Apossam-se de Pórcia, e do seu filho pequeno, de alguns meses. E para que ela não leve para o convívio da família sangue de Pinheiro, cortam a criança aos pedaços, que atiram aos cães. Arrasada, até às cinzas, a casa da fazenda, é Pórcia conduzida para Curralinho, onde a casam, à fôrça, com um oficial de Polícia.

Ao regressar da viagem a Caetité, Leolino toma conhecimento da destruição. Nunca o nome de Cangussú fôra tão bem aplicado, mesmo na classificação animal. E' o tigre ferido. E' a águia da montanha a que arrebatam o filho. E' a serpente cujo ni-

nho pés humanos desfizeram. Com o ódio uivando no coração reúne os seus jagunços e parte para Bom-Jesús. Chega à fazenda de Manuel Martiniano de Moura, invade a casa como um temporal, arranca-o da alcova onde acalenta uma filha pequenina, arrasta-o para o quintal, dá-lhe um tiro no peito, e, vendo-o por terra, crava-lhe ainda um punhal na garganta, espetando-o no chão. Havia ainda um Moura, Martiniano de Moura. Leolino viaja a noite inteira. Ao amanhecer cerca a fazenda dêste, e mata-o. Em seguida respira, desopresso. O sangue do seu filho, dado à fome dos cães dos Mouras, estava vingado. Os cães dos Pinheiros haviam, também, lambido sangue de Moura, na areia do mesmo sertão.

Iniciada, assim, a luta, esta não teria mais fim. Detido pelos Silva Castro em Cachoeira, quando pretendia impedir o casamento de Pórcia com o oficial de Polícia, é Leolino enviado para Rio de Contas, onde deve responder a processo. Condú-lo, sob escolta, para alí, afim de impedir que o assassinem em viagem, o seu irmão Exupério. Entregue por êste às autoridades, foge da cadeia, homiziando-se em Minas-Gerais. Os Mouras farejam-lhe o rastro, como o cão à onça que se esconde na selva. E vão matá-lo, em pleno dia, em uma das ruas de Grão-Mogol.

O coronel João Batista é Pinheiro legítimo, ou antes, Cangussú, e, quando criança, as histórias de adormecer que lhe contam são essas, de Leolino e dos Mouras. Rapazola ainda, vê em uma festa de arraial em Bom-Jesús, um rosto feminino que o perturba, como se tivesse assistido a um milagre. Ao saber que se trata de Emília de Moura, irmã de Alexandre Moura, procura esquecê-la, sepultar a sua lembrança na mais profunda sepultura do coração, e, se possível, pôr-lhe sôbre o túmulo a pedra do seu ódio. Os amores sepultados são, porém, como o Cristo: ressurgem dos mortos, cegando os centuriões. Impotente para dominar-se a si mesmo, o Cangussú manda pedir a prima em casamento. A resposta de Alexandre Moura é um desafio:

— Uma Moura não casa com um Cangussú... Se é homem venha buscá-la pela fôrça.

E um insulto à guisa de *post-scriptum*:
— Assassino!

João Batista aceita o repto. Marca o dia do assalto e manda avisar o Moura, que reúne a sua gente e se prepara para a defesa. Dá-se o ataque, com o auxílio da jagunçada. No encontro morre Luiz Pinheiro, irmão do atacante. Alexandre tomba, com uma bala na espinha, ficando parálitico para o resto da vida. João Batista apos-

sa-se de Emília, e vão casar, na manhã seguinte, na igreja do Bom-Jesús.

São passados mais de vinte anos. Narraoando êsses episódios da mocidade, o coronel tem, entretanto, ainda, palavras destas, falando a Juliano de Moraes, que é seu hóspede no “Campinho”:

— “O ódio não é das pessoas, moço, é do sangue... E’ como o amor. Nunca ouviu falar na “voz do sangue”? E’ assim, sem dizer nada, não lhe importam as pessoas, ama ou odeia...”

E após uma observação do rapaz:

— “Moço, eu já lhe disse, à minha mulher que me preferiu aos dela, que eu conquistei com perigo de vida, e sangue de meu irmão, morto, a meu lado... à minha santa mulher, que eu amo mais que a luz do céu, Deus me perdôe, que eu amo mais do que a Deus... sim, porque a amo acima de tudo, de meus parentes todos, todos os meus filhos, meus e dela... pois bem, a ela mesma eu não esqueço e não perdôo ser Moura...”

O ódio, a guerra, e o amor, têm de ser perpetuados, todavia, entre Mouras e Canggussús. Alexandre Moura, ao falecer, pediu vingança aos filhos que deixara, sob pena de maldição. Dois dêstes morrem ainda na adolescência, afogados em uma lagoa.

Só depois da morte dêles João Batista casa as duas filhas mais velhas, cujo rapto deviam tentar, com o risco da própria vida. Há ainda um Moura, que tem apenas vinte anos. Resta, igualmente, uma Canggussú, Sinhâzinha, que êle, se tiver coragem e brio, está no dever de vir arrancar às telhas do "Campinho" para fazer dela a sua espôsa, como João fizera à irmã do seu pai. Sinhâzinha sabe que a sua missão de filha é dar-se em holocausto ao ódio paterno. Casar antes, é roubar ao pai o prazer de matar o raptor, se êle vier. Em vez, porém, do último dos Mouras com o seu bacamarte, vem Cupido, com a sua seta, nos olhos de Juliano de Moraes. E Sinhâzinha revolta-se contra si mesma, contra a sua fragilidade, trabalhada pelos mãos de Dona Emília, cujo coração anseia, já, pelo desaparecimento, ao menos naquela geração, do último pretêsto para o reacendimento da guerra entre as duas famílias irreconciliáveis. A moça, quasi menina, cede ao amor. Mas, satisfeito êste, pelo casamento com um estranho, que a adora, prefere morrer às mãos do espôso, a punhal, por haver privado o pai da alegria feroz de, mais uma vez, saciar-se no sangue dos Mouras, cujo simples nome êle não podia pronunciar sem espuma nos cantos da bôca e um surdo estertor na garganta.

Os episódios que o sr. Afrânio Peixoto narra pela bôca dos seus personagens pertencem à tradição sertaneja, e constituem alguns dos mosaicos do quadro heróico, e vermelho, da história do alto sertão. Essa História, tão rica de tragédias shakespearianas, e em cujos dramas não são raros os varões à Corneille, permaneceu virgem, até agora, da curiosidade dos romancistas, e, mesmo, dos bons historiadores. João Brígido, que foi contemporâneo de algumas das mais ferozes lutas de famílias no interior cearense, deixou um subsídio precioso para a reconstituição da mentalidade que dominou em todo o nordeste até fins do século passado, e de que restam ainda, aquí, alguns vestígios pessoais em conflito com o ambiente modificado. Para tirar, porém, partido dêsses elementos, não se faz mister apenas um tabelião, um cronista frio, que os descreva e documente; urge um romancista, um escritor que lhes dê vida, intensidade, movimento, como o caso de Pórcia Castro acaba de encontrar no autor de *Maria Bonita*, que está agora na obrigação literária de franquear a fronteira, e, marchando em direção ao norte, transformar em outros tantos romances as lutas entre Maciéis e Araújo, Montes e Feitosas, Militões e Guerreiros, e tantas mais riquíssimas de episódios bárbaros ou generosos que não tive-

ram, infelizmente, ainda, o seu narrador elegante.

Êsse pequeno mundo heróico e sangüinário está prestes a extinguir-se sem deixar vestígios na literatura. Isolados nas suas propriedades longínquas, os descendentes dos colonizadores conservaram durante quasi dois séculos a mentalidade dos avós, de que não há, mais, o menor traço no sul, a não ser, talvez, no Rio Grande, como reminiscência do sangue espanhol. À medida que a civilização moderna vai avançando, vão êles capitulando, não sem protesto, diante dos costumes novos, desvirilizadores do caráter. Depois de terem escorraçado o índio, tocando-o cada vez mais para o centro, ou o absorvido na mestiçagem, passaram a constituir, êles próprios, uma tribo, que a civilização litorânea tenta domesticar. As suas fronteiras vão, pouco a pouco, recuando. E com isso, que nos parece especulação política, essas lutas ferozes, brutais, sangüinárias, que se travam ainda em Goiás, em Mato-Grosso, no sul do Piauí e no oeste da Baía, que são senão o eco de pendências seculares, de ódios hereditários, o remanescente, enfim, daquela mentalidade que separou, e ainda separa, em alguns pontos do sertão baiano, Mouras e Cangussús?

O Brasil é vasto demais no seu território, e complexo demais na sua alma coleti-

va, para que possamos afirmar, na vida policiada das capitais, os sentimentos de todos os seus núcleos de população. As noções de honra, de probidade, de bravura, de nobreza pessoal, não são as mesmas no Rio de Janeiro e nas cabeceiras do São Francisco. E a verdade é que, contemplando de perto uma dessas figuras sertanejas de que de longe zombamos, nos sentimos de súbito amesquinçados, humilhados, diminuídos na comparação, como bonecos de cera ante a armadura de ferro, grosseira mas imponente, de um cavaleiro medieval. Êsses gigantes de que nós sorrimos à distância estão rareando, pela absorção ou pela morte. Quando cessarem, de todo, as lutas no sertão, as contendias em que se misturam, como na idade-média, a bravura e o banditismo, terão desaparecido para sempre os últimos vestígios do velho Brasil brasileiro.

Recompondo êsse aspecto da vida sertaneja antes que êle se transforme completamente em lenda como a árvore soterrada se transforma em carvão mineral, o sr. Afrânio Peixoto abriu um horizonte novo à nossa literatura, tão pobre de motivos heróicos baseados na realidade. E o modo por que o fez não poderia ser mais interessante e feliz. Apenas, se a sua generosidade mo permitir, eu lhe farei, tímidamente, duas ou três observações ligeiras que não se tor-

nam irrecusáveis precisamente porque se trata, em parte, de uma questão de gosto, que é, como se sabe, de todas as questões, a mais discutível.

A primeira dessas divergências consiste na minha estranheza de haver o sr. Afrânio Peixoto pôsto de parte, completamente, em um romance cujas cenas se desenrolaram no sertão, a natureza. Que isso se observe em Machado de Assis, é explicável. Machado era um romancista urbano, a quem, conforme êle próprio confessava, só interessava o homem. No sertão o homem é um complemento da natureza, que o modela à sua imagem, bruto, se ela é bruta, meigo, se ela é suave. Os cenários de *Sinhazinha* deviam ser, pois, um pouco mais verdes. Há em todo o livro, em suma, deficiência de paisagem. Outra observação, que talvez pareça impertinente a um espírito universal como o sr. Afrânio, é a cultura geral que êle empresta aos seus personagens. Admite-se que Exupério Cangussú conhecesse Homero e falasse em Tróia, em Helena, e nos gregos que por ela se bateram. Era um latinista e, provavelmente, conhecia a *Ilíada*, através dos seus clássicos. Compreende-se que o coronel João Batista se referisse a Menelau, por influência auditiva, recebida do tio Exupério, e que Juliano de Moraes, mascate em Rio de Contas mas antigo es-

tudante na Baía, se lembrasse, em 1882 ou 1885, da *Arlesiana*, de Daudet, representada em 1872 em Paris. O que é, porém, difícil de admitir é que, dez anos antes, isto é, em 1872 ou 1875, o pai de Juliano expusesse ao filho, em uma fazenda do alto São Francisco (págs. 164 e seg.) a teoria da desagregação das terras nas margens do Amazonas, e a sua condução para a Flórida pelas correntes marítimas, antecipando idéias que, se me não engano, foram divulgadas pela primeira vez em Nova-York, por Herbert Smith, em 1879. O sr. Afrânio Peixoto é, como todos nós sabemos, um erudito, um investigador infatigável, uma das culturas mais vastas e complexas do Brasil atual. Daí distribuir pelos outros um pouco do muito que sabe. Quanto à linguagem, conviria, talvez, uma emenda nas expressões “mandioca, garrafas” (pag. 6); “o rústico coçou” (pág. 49), que lhe escaparam ao ouvido de médico afastado voluntariamente da clínica.

Êsses reparos que aí são expostos, e a que todos nós estamos sujeitos desde o dia em que Apeles deu atenção ao seu sapateiro, nada representam, todavia, no valor total do romance. Os tipos femininos que descreve são admiráveis de verdade. Sinhàzinha e D. Emília são figuras acabadamente brasileiras, do nosso Brasil sertanejo, dês-

se que ainda acende fogueiras no São João e desconhece os pinheiros pelo Natal.

A felicidade com que fixou essa tradição popular do sertão baiano é, assim, um incentivo para que o sr. Afrânio Peixoto realize outras obras do mesmo gênero, completando uma galeria literária, intermediária do romance que se precisa fazer, e da História que se não fez. Se lhe eu tivesse de dar um conselho, seria, por isso, êste, nos moldes daquele que D. João VI mandou, de Lisboa, ao seu filho Pedro, no Brasil, em 1822.

— Aproveite os outros temas heróicos, de que é tão opulenta a crônica dos nossos velhos sertões antes que algum aventureiro se apresente, e lance mão dêles!

JACOBINISMO LITERÁRIO (1)

NÃO obstante a proclamada hospitalidade do brasileiro, eu não sei de literatura mais egoísta do que a nossa. O costume, que tinham os nossos antepassados americanos, de destinar ao hóspede o cauim mais saboroso, a rede mais branda e, em particular, as mais gentís raparigas da tribo, não deixou, no domínio das letras, a mais ligeira reminiscência. Os salões illustres iluminam-se como palácios mágicos para receber as glórias itinerantes. As famílias, cativantes na gentileza e encantadoras na elegância, enfeitam a pequena sala doméstica para homenagear, em festas de amizade, o prófugo, o exilado, o imigrante feliz ou desventuroso, procurando suavizar-lhe em terra estranha as saudades do lar e da pátria. O govêrno admite a naturalização larga e universal. A sociedade favorece a adoção. A família sanciona a integração de Ulisses, desde que se faça o casamento de Calipso. Mas a literatura não aceita a fusão e, ainda menos, a confusão.

O nosso jacobinismo literário, justo ou injusto, é incontestável, como fato. Moréas nasceu em Atenas, de pais tão rigorosamente

(1) João Luso — *Contos de Natal* — Rio de Janeiro, 1928.

te gregos que os seus ascendentes todos, ou quasi todos, pereceram às mãos do turco. Heredia veio ao mundo em Cuba, de mãe francesa mas de pai espanhol. Maeterlinck, Gregoire, Le Roy e Charles van Lebergue, são belgas, de Gand. Emile Verhaeren e Max Elskamp são belgas, de Antuérpia. Andre Fontaines, Ivan Gilkin e Max Waller são belgas, de Bruxelas. Rodembach é belga, de Tournay. Albert Mockel é belga, de Liège. Fernande Severin é belga, de Namur. Georges Marlow é belga, de Malines. Alex e Max Fischer são belgas, creio que de Antuérpia, como Verhaeren. Jules Laforgue e Lautreamont, que Remy de Gourmont louvou tão largamente em *Le Livre des Masques*, nasceram em Montevidéu. Stuart Merrill é americano do norte, natural de Hempstead, na ilha de Nova-York. Americano do norte, de Norfolk, na Virgínia, é Francis Vié-lé-Griffin, o renovador da poesia francesa nos primeiros dias do século. Hélène Vacaresco é rumena, de Bucarest. Henri Spiess, Eugène Rambert, Emile van Arembergh, Jules Cougnard, Henri Warney e Jules Carrara, são suíços, como eram suíços Jean-Jacques Rousseau e Benjamin Constant, "le patriote longtemps sans patrie", da classificação de Sainte-Beuve. Todos êsses nomes figuram, entretanto, nas antologias francesas. Vivem ou viveram na França,

comungaram a hóstia do pensamento com os escritores franceses. Logo, são franceses, e constituem patrimônio legítimo, incontestável, da sua literatura. Fato idêntico verifica-se nos Estados-Unidos, em cujas hostes literárias combatem, como se tivessem nascido na Califórnia ou no Minesota, o italiano Carnevali, o espanhol Santabayana e o alemão Ludwig Lewisohn, considerado, hoje, uma das mais vigorosas cerebrações americanas.

No Brasil não se verifica essa mesma liberalidade nas fronteiras da língua ou da raça. Qual é o estrangeiro integrado nas nossas letras? Mesmo os portugueses, que têm mais ou menos o mesmo sangue e usam, grâficamente, o mesmo idioma, não são integrados e absorvidos. Citar-se-á, talvez, o caso do sr. Filinto de Almeida, que chegou a fazer parte da Academia Brasileira. O sr. Filinto de Almeida está no Brasil há mais de meio século. Entrou para a Academia como fundador, e por pertencer ao grupo de rapazes que a idearam e instituíram. Naturalizou-se oficialmente, aquí fundou o seu lar ilustre, e sempre considerou o Brasil a sua pátria única e definitiva. Não obstante isso, êle é, para uma parte dos escritores brasileiros, o português, o estrangeiro, o réprobo, o homem que veio amar a nossa pátria quando devia amar aquela em

que nasceu, deixando a nossa unicamente para nós, para o nosso afeto, para nossa adoração exclusivista.

O nosso patriotismo, liberal com tanta cousa, assume, em literatura, um aspecto acanhado e, não raro, irritante. Nós confundimos, aí, o amor à terra com o amor à mulher. O amor do estrangeiro à mulher a quem amamos é uma afronta, um insulto, uma permanente ameaça à nossa felicidade, e devemos fiscalizá-lo com olhos suspeitosos de Otelo. O amor alheio à pátria que é nossa, não. Esse deve desvanecer-nos, e cabe-nos encará-los, quando muito, com a filosofia de Sganarello. Se o estrangeiro quer ser brasileiro como nós, é porque a nossa terra é mais maternal, mais doce, mais acolhedora do que a sua. Isso é uma riqueza que ele obtém sem que a sua fortuna nos empobreça. Que importa acenda êle a sua candeia, uma vez que não apaga a nossa nem lhe diminua, sequer, a intensidade da chama. Que prejuízo nos pode causar o viandante que vem de longe, com sede, encher o seu copo na torrente do Amazonas?

A hostilidade ao sr. Filinto de Almeida chegou, mesmo, a determinar a invenção de perfídias espirituosas, que tiveram a sua hora de sucesso. O autor dos *Cantos e Cantigas* era, na sua mocidade, um dos nossos cronistas mais interessantes e é, ainda hoje,

um excelente poeta, cujos carmes não mais ouvimos porque as líras não cantam nos salgueiros. Quando se fundou a Academia, poucos homens de letras do grupo o ultrapassavam na segurança do estilo e na correção do verso. Era brasileiro naturalizado. Fazia jornalismo. Por que, pois, a exclusão? Não obstante isso, o jacobinismo literário imaginou uma versão, segundo a qual estaria combinado, ao cogitar-se da fundação do instituto em perspectiva, que dêle fariam parte as mulheres, e que uma das cadeiras caberia à sra. Júlia Lopes de Almeida. Na discussão dos estatutos, porém, teria desaparecido o artigo que permitia as candidaturas femininas. Que fazer em tal circunstância, quando a romancista d'*A Família Medeiros* já estava ciente da sua escolha futura?

— Há um remédio! — lembrara, então, alguém. — Como Dona Júlia não pode entrar, dá-se-lhe uma satisfação, incluindo o Filinto!

O poeta pagava, assim, o tributo a que se acham sujeitos os homens, mesmo ilustres, que se casam com mulheres inteligentes. “A un homme d’esprit il ne faut qu’une femme de bon sens, — escrevia Louis de Bonald; — c’est trop de deux esprit dans une maison”. A idéia da felicidade prevaleceu, porém, nele, sôbre a idéia da glória. E a

maledicência, filha espúria do jacobinismo, que é uma perversão do patriotismo, tirou, do caso, o seu proveito. "Contre la médisance n'est point de rempart", já dizia Cleanto a Dorine, no I ato do *Tartufo*.

Poder-se-á alegar, talvez, que o português que faz vida de letras no Brasil, mantém-se ordinariamente isolado, senão como escritor, ao menos como homem. A colônia é numerosa e, pelo menos aparentemente, unida. No seu seio, entre filhos da mesma terra, congregados pelo mesmo pensamento da pátria distante, o exílio é menos áspero e a saudade mais suportável. O espírito abraçeira-se com o tempo; a alma conserva-se, porém, lusitana, mesmo porque não há, da nossa parte, um esforço para a sua nacionalização.

Aí está como exemplo, no momento, a situação do sr. João Luso, nascido Armando Erse, cujo pseudônimo vem subscrevendo, nestes últimos trinta anos, crônicas e contos em numerosos jornais brasileiros. Filho de Portugal, veio êle para o Brasil com todos os seus sonhos ainda imprecisos, como uma árvore transplantada que trouxesse nos galhos, escondido, um ninho de rouxinóis ainda implumes. Os seus livros, todos, foram aquí publicados. Com exclusão dos *Contos da minha Terra*, livro de estória com que pagou às letras portuguesas

a sua taxa de exílio, e de uma parte do *Ao Sol e à Neve*, em que nos conta a visita à casa materna, toda a sua obra explora assuntos brasileiros. Só tornou a Portugal uma vez, e isso mesmo há vinte e dois anos. E que conseguiu, até hoje, como recompensa? Ser excluído da literatura portuguesa, que o considera um desnaturalizado, e não ser incluído nas letras brasileiras, que, no seu assinalado egoísmo, lhe não oferecem a carta de cidadania. À semelhança de Benjamin Constant, "patriota sem pátria", é êle hoje um escritor, e belo escritor, sem registro no batistério das duas literaturas a que serve com o seu talento, e com uma devoção quasi religiosa.

A publicação, agora, dos *Contos de Natal*, vem pôr em evidência a incomodidade da sua situação. Reunindo nesse volume dezoito contos de que é assunto exclusivo a mais doce das festas cristãs, deu-nos o sr. João Luso, com êle, excelente prova da sua capacidade de imaginação, e, assim, do lustre que levará à literatura a que se filie. Não há escritor que não tenha explorado pelo menos uma vez êsse assunto. As galerias dessa velha mina aurífera foram já percorridas, vasculhadas, espanadas em todas as direções. Ainda há dois anos uma livraria de Barcelona ou de Madrí editou, sob o título *Navidad*, uma antologia exclusiva-

mente de contos sôbre o Natal. A fartura do produto no mercado demonstra a atividade da exploração. Isso não impediu, no entanto, que o sr. João Luso nos desse dezoito contos originaes, alguns dêles encantadores, e, todos, sem a banalidade que caracteriza, em geral, essa literatura de encomenda, e que o escritor tem de produzir em dezembro com a regularidade com que o abacaxí amadurece em janeiro, o abacateiro dá frutos em abril e os lírios desabrocham, no Rio, para a festa dos mortos.

Nenhum dos dezoito contos do sr. João Luso é vulgar ou desinteressante. Alguns há, todavia, que se singularizam pelo engenho do enrêdo e, não menos, pela feitura. Está neste caso, em primeiro lugar, a *Revolta dos bonecos*, delicada *charge* social, movimentada com a arte, a graça e a exatidão de quem está acostumado a mover "marionettes". E' noite de Natal. O autor está sôzinho no seu gabinete de trabalho, na sua gaiola sem pássaros, isto é, no seu lar sem filhos, quando lhe surge sôbre a madeira luzidia da mesa um pequeno boneco de pau, figura arrogante de orador proletário, com o qual estabelece conversação. Não é um boneco vulgar, comum, inexpressivo. E' um boneco de idéias, um boneco filósofo, um boneco entendido em movimentos operários, um boneco, em suma, que, se não fosse o

idioma que fala, se diria fabricado em Moscou por encomenda de um pai comunista. É esse calunga que, no silêncio da saleta e na quietude da noite, expõe, desolado, o mistério da sua presença.

Está ali, naquela casa deserta de crianças, por um equívoco, por um dêesses enganados que têm custado a vida a milhares de militares e o exílio a maior número, ainda, de civís. Há, como se sabe, bonecos soldados e bonecos operários. Desde alguns séculos, nas vésperas de Natal, os homens ricos iam às casas de brinquedos, que eram os quartéis dessas milícias de farda e sem farda, e distribuíam a tropa, e a multidão, arbitrariamente, resultando dêesse regime irem todos ter às casas ricas, com prejuízo das casas pobres, onde também havia crianças. Os bonecos de pau, durante anos, viram com tristeza essa desigualdade. Que fazer, porém, se êles viviam vigiados pelos soldados de chumbo? E o calunga tem esta frase, que não ocorreu a Rui Barbosa por ocasião da campanha civilista:

— “Os soldados de chumbo foram feitos para conter a esmagar os bonecos de pau!”.

O descontentamento e a miséria são, porém, como duas gotas de azeite boiando no vinagre: quando se aproximam, fundem-se, transformando-se em uma gota única à

superfície do líquido. Foi o que sucedeu na Rússia e na casa de brinquedos que é, pela confusão, uma Rússia em miniatura. Soldados de chumbo e bonecos de pau entraram em entendimentos, e concertaram uma conspiração generosa, que devia rebentar naquela noite de Natal. À meia-noite em ponto, cada boneco de pau ou soldado de chumbo devia ir assumir o seu pôsto em uma casa em que morassem crianças, de modo que, pela manhã, não se verificasse a desigualdade dos anos anteriores, isto é, não acordassem crianças com bonecos e crianças sem bonecos. A reunião em que se tomou essa deliberação foi agitada e nervosa. “Resolvemos abandonar o luxo dos soalhos envernizados, dos tapetes, das almofadas, das caixas forradas de pelúcia e ir viver entre os pobrezinhos, — informa o boneco operário. — Ser boneco de um filho de indigente era a nossa maneira de trabalhar. Estas e outras concepções arrebatavam os auditórios, logo resolvidos e prontos para a ação. Os militares puxavam as armas; os marinheiros arregaçavam as mangas, enristavam os punhos robustos; cabriolavam os palhaços de impaciência combatente; dan-sarinas, bebés dos que fecham e abrem os olhos, dizem “papá” e “mamã”; figuras desportivas, “jockeys”, remadores, “footballe-
rs”, campeões de luta romana; janotas e mal

ajambrados, ricaços e farroupilhas, semi-deuses e pobres diabos — tudo se exaltava, se inflamava, se queria precipitar. E as bonecas Barrigudinhas? Queria que o senhor as visse. Pulavam e guinchavam como possessoras!”.

Como quasi todas as conspirações, porém, essa, mesmo sendo de bonecos, falhou. O plano foi bem urdido, bem organizado, e os papéis bem distribuídos. Na prática, no entanto, a desorganização foi tamanha, que êle próprio, que era o agente de ligação e um dos *leaders* daquele movimento de classes, tinha ido parar em uma casa sem crianças — o que é sinal de que, naquela noite de Natal, ainda continuará a desigualdade, isto é, haverá, como sempre, crianças com bonecos e crianças que os não têm!

Trata-se, como se vê, de um conto delicado e do mais fino “humour”, daqueles que nos deixam um sorriso ao canto da bôca e um laivo de tristeza na alma. E dêsse mesmo gênero, e com êsse mesmo condimento, é *Amigos...* Francisco Ernesto de Magalhães, guarda-livros modesto e honrado, guarda-livros à Artur Azevedo, portador de uma alma anterior à Avenida Central, alimentava dois desejos na vida: possuir um amigo e tirar um prêmio alto na loteria. Todos os anos, pelo Natal, comprava o seu bilhete. E o prêmio não vinha, nem

lhe surgia o amigo nas estradas desertas do coração. Certa vez, adoece. Dias e dias, semanas e semanas, rola no leito modesto e anônimo, disputado pela vida e pela morte. Ao voltar ao estado de consciência, pergunta à espôsa se alguém, mesmo algum vizinho, indagou da sua saúde.

— “Não vieram saber de mim?”

— “Quem?”

— “Não sei... Os amigos...”

— “Talvez não soubessem...”

— “Como, não?... Mas lá no escritório... E os vizinhos por aí... Estas notícias vôm, espalham-se...”

Não havia, no entanto, aparecido ninguém. Era nos primeiros dias do novo ano, e Magalhães resolveu, mesmo fraco, ir ao escritório. Ao passar por uma agência de loterias lembra-se do bilhete que tem na carteira, bilhete de Natal, de quinhentos contos. A sua fraqueza física é tão profunda que o sangue lhe não rega, sequer, a célula da esperança. E', assim, sem entusiasmo, que entra na casa de loterias. Diante da lista pendente do muro, um cavalheiro conhecido, o Silveira, confere números, procurando a surpresa do destino. Ao voltar-se, vê o guarda-livros, e, não obstante o velho conhecimento, concede-lhe apenas um resmungado “bom dia”. Magalhães aproxima-se da lista, com o seu bilhete na mão. A

emoção, porém, que sofre, é tão violenta, que tonteia, exclamando:

— “A sorte... Eu... A sorte...”.

E tomba para trás. Não cai, todavia, no chão, no solo áspero, no soalho duro: cai nos braços do Silveira, que, tendo ouvido a exclamação, brada, grita, clama na maior aflição:

— Oh! meu amigo! Que sente? Oh, meu amigo! Senhores, pelo amor de Deus, um médico, a Assistência, um automóvel! Pago tudo o que fôr necessário! Oh! meu grande, meu querido amigo!”.

Levado para casa desacordado, assim permanece o guarda-livros horas seguidas. Ao voltar-lhe, de novo, a consciência, vê ao seu lado o Silveira, solícito, afetuoso, preocupado, correndo inquieto, entre o leito e a farmácia. Ao dar com os olhos nele, Magalhães comove-se. Enchem-se-lhe os olhos de lágrimas. E murmura, a voz flébil:

— “Obrigado, meu amigo...”.

E explicando à mulher:

— “Não se aflija... Não foi nada... Tirei a sorte grande... Mas, acredite, não é isso que mais me comove agora...”.

Enxuga os olhos, turvados pelo pranto, e conclue:

— “E’ a dedicação, a caridade dêste bom amigo que... Não, eu não merecia

tanto; e confesso que nunca julguei, nunca pensei...!”.

E chora, de novo.

Poder-se-iam citar, como obedientes à mesma finalidade, *O Hóspede*, *Posta-Res-tante*, *Festas* e, mesmo, *A vítima*, espécie de auto-biografia de um perú do Natal, o qual sendo, aparentemente, um dos contos mais espirituosos do livro, é, na realidade, dos mais dolorosos e filosóficos. O perú é considerado, comumente, a mais estúpida e grosseira das aves. E, no entanto, é a mais humana, a mais idealista e sentimental. Fosse o homem, na verdade, o “bípede implume” de Platão, e o perú, arrancadas as penas, seria, entre êles, o Platão. Alvo das zombarias dos patos, porque não nadava, dos pombos, porque não voava, dos coelhos, porque não furava paredes, o perú do sr. João Luso encara tudo isso com indiferença e filosofia. Resolvidos os problemas essenciais da vida, o resto é fadiga sem recompensa. “Tudo o mais — opina, nas suas memórias, — esburacar, nadar, voar, são cousas supérfluas, fantasias, extravagâncias sem nenhuma utilidade. Apanhar a maior quantidade de grãos de milho, eis a questão. Tudo está nisso. Mas eu quero transigir... Admitirei como razoável e salutar aquele ditado antigo, segundo o qual nem só de milho vive o perú... Perfeitamente; mas eu fazia

mais alguma coisa do que disputar os grãos dourados aos meus irmãos e ao resto do galinheiro. Aplicava-me a dar caça aos vermes da terra, distraía-me a passear para cá e para lá, e perdia às vezes longo tempo a contemplar, por simples deleite dos olhos, cousas que, não sendo de comer, não me podiam despertar o menor interêsse prático: uma rosa no seu canteiro, uma peça de roupa pendurada na sua corda; fazia as minhas graças, correndo atrás dum frango, para o assustar, ou ficando numa perna só, para fingir que tinha perdido a outra; e perto das peruas, principalmente, tratando de realçar a superioridade do sexo, armava o leque, rapava o chão com as asas, sacudia o monco, botava, enfim, as minhas elegâncias. Ora, ninguém dirá que tudo isto não seja bastante como tendência aventureira, poesia, espírito e sentimento!”. O perú é, em suma, a ave romântica por excelência. Tão romântica, mesmo, que morre como os boêmios sonhadores do último século: morre bêbada.

O que caracteriza, assim, a obra do sr. João Luso, é uma filosofia amável, com duas gotas de melancolia. Escritores há que semelham essas bebidas doces, que deliciam o paladar enquanto as sorvemos, mas que, depois de sorvidas, nos ficam a amargar por algumas horas. Maupassant é típico, no

gênero; é a “água tônica” da literatura francesa. Cronista de fôlhas brasileiras, o autor dos *Contos de Natal* é quimicamente diverso: dá-nos o travo da amargura enquanto o saboreamos, mas é sempre doce, no fim. E', talvez, um temperamento melancólico, possivelmente um pessimista, que se contrafaz por exigência da profissão.

A fecundidade do sr. João Luso como cronista semanal tem prejudicado, provavelmente, a sua notoriedade como escritor de imaginação. Nos países de intensa cultura literária e delicada *psyché*, em que o livro e a revista constituem um hábito como o vinho, o tabaco e o café, o escritor constante e fecundo vê crescer, de ano para ano, o exército ou o pequeno grupo dos seus leitores. Entre nós succede o contrário. Lê-se por desfastio ou por simples curiosidade. Ninguém tem o seu escritor nacional predileto, entre os vivos. Os altares da admiração entronizam e destronizam divindades como os bondes recebem e desembarcam passageiros. Acresce que a concorrência de ídolos estrangeiros é incomputável, de modo que a popularidade literária é mais uma questão de moda do que de gosto. Isso explica, sem dúvida, não se ter prestado a atenção a que tem direito o sr. João Luso como legítimo criador de emoção e de beleza. Para a multidão, êle é o folhetinista, o

cronista urbano dos acontecimentos semanais.

Quanto à nacionalização da sua obra, e à inclusão do seu nome nas nossas antologias e em nossa história literária, a demora provém, parece, do nosso jacobinismo, já assinalado, e, não menos, do orgulho com que êle responde àquela atitude. O amor à nossa terra é, nele, latente. No livro *Ao Sol e à Neve*, descrevendo a sua partida do Rio de Janeiro em 1907, confessa êle a tristeza com que se deixa levar, sôbre as ondas embaladoras, para a pátria distante. “Não sei; — diz, — a nossa raça afeiçoa-se à terra estranha, chega a confundí-la com a sua no mesmo bem querer, no mesmo apêgo sagrado e filial. A gente habitua-se; com o hábito, vem o amor; e o que distingue e caracteriza o nosso amor é a sua natural tendência para toda a espécie de sofrimento. E’ da raça, que lhe havemos de fazer?”.

Naturalizê-mo-lo, pois, em nossas antologias, em nossa história literária. Demos uma pátria a quem, de tanto viver conosco, é, já, pode-se dizer, um estrangeiro na sua. *Omne solum forti patria est, ut piscibur aequor*, — sentenciava, liberal, Ovídio, nos *Fastos*. Nesse ondulado oceano o Brasil é uma grande enseada escondida. Não haverá, acaso, nesta enseada sem gigantes mari-

nhos, lugar para mais um peixe que se acimou nas nossas águas e, em particular, para um peixe que, se não parece todo de pedrarias como o do soneto de Heredia, tem, evidentemente, laivos de ouro nas escamas?

POESIA NACIONALISTA (1)

TODA a gente conhece no domínio das letras a teoria de Brunetière, e o seu plano de sistematização literária. Ao princípio de Sainte-Beuve, da classificação dos escritores, opunha êle o da classificação das idéias. À História Natural dos espíritos, a História Natural dos livros, a que se poderia dar, talvez, hoje, com o pedantismo do século, o nome de *bibliogenia*. “En literature — escreve, — comme en art, après l’influence de l’individu, la grande action qui opère, c’est celle des oeuvres sur les oeuvres. Ou nous voulons rivaliser, dans leur genre, avec ceux qui nous ont précédés, et voilà comment se perpétuent les procédés, comment se fondent les écoles, comment s’imposent les traditions; ou nous prétendons faire autrement qu’ils n’ont fait, et voilà comment l’évolution s’oppose à la tradition, comment les écoles se renouvellent et comment les procédés se transforment.” Comentando essa passagem, observa o sr. René Doumic: “C’est le commentaire de l’adage qui vaut aussi bien pour toutes les sortes de productions naturelles: *natura non facit saltus*”.

(1) OLEGÁRIO MARIANO — *Canto da minha terra* — Pimenta de Melo & Cia. — Rio de Janeiro, 1929.

Examinando meticulosamente êsse ponto de vista, vê-se quanto êle tem de racional e de sensato, na sua aparência de absurdo. Efetivamente, é mais razoável uma dinastia de obras, do que uma de autores. Um autor é, muitas vezes, multiforme, o que não sucede com o tomo que êle produz, isoladamente. Daí a maior facilidade na catalogação das idéias. Ademais, o autor é como um rio que pode, de repente, mudar a côr das águas ou a direção do curso, ou multiplicar-se na foz, esgalhando-se em delta. O livro, não. Uma vez escrito, constitue, já, uma entidade definitiva que não admite mais variações.

Ao iniciar esta série de estudos literários, eu assinalei que o grande mal do Brasil consiste na falta de crítica: de crítica política, de crítica científica, de crítica literária, de crítica filosófica, de crítica social. E hoje poderia acrescentar que, nessa esfera da atividade intelectual, o que êle mais reclama, para efeitos imediatos e início de disciplina, é uma crítica à Brunetière. E' medicina antiga, e seródia; mas ainda se não provou que sòmente seja bom, e útil, aquilo que é moderno.

Em verdade, ao analisarmos na imprensa um livro que aparece, é costume nosso apresentá-lo como se êle fosse a primeira obra do gênero editada no país. Estuda-

mos cada volume em si mesmo, independente de quanto se tenha publicado sôbre a matéria, como se, antes dêle, a literatura estivesse reduzida à condição do mundo antes do *fiat*. E isto quando nenhuma outra se acha, como a nossa, intimamente sujeita às leis da imitação. Cada livro que se edita é, com as raras exceções que se subordinam à lei da evolução, o elo de uma cadeia que vem de longe, e cujo estudo, e conhecimento, constituem, na sua essência, a própria história literária.

O último livro de versos do sr. Olegário Mariano, *Canto da minha terra*, agora reeditado com a achega de algumas poesias novas, e os artigos que se tem escrito sôbre o seu autor, vem pôr em evidência ainda mais acentuada a necessidade de uma crítica menos ligeira e perfunctória, ou a criação, ao lado desta que todos nós fazemos na imprensa, de outra que se demore mais sôbre a bibliografia nacional, e que nos redima das leviandades em que incorremos fatalmente, quando julgamos com precipitação. E' preciso que os autores se não acostumem com o elogio incondicional, e se não contentem apenas com os adjetivos, que nada representam quando não correspondem à soma dos argumentos. Urge, em suma, que a crítica volte a constituir, desde já, um subsídio para a história literária, e não

unicamente um índice bibliográfico para orientação cronológica dos historiadores de amanhã.

Quem manuseia esta nova obra de um dos mais jovens e, quiçá, do mais boêmio dos acadêmicos e lê, em seguida, o que se há escrito sobre essa recolta do seu engenho, suporá, talvez, que se trata de um renovador da poesia brasileira, e de um espírito que sempre viveu enamorado da sua terra e que faz da rima o veículo natural do seu deslumbramento. A veemência com que, desde a primeira poesia do volume, êle grita aos homens de todo o planeta que venham ver as maravilhas dêste pedaço da América; o entusiasmo com que nos fala do *Sací-perêrê* e da *Iara*; a paixão, finalmente, que aí manifesta pelos temas nacionais, — tudo isso nos dá a impressão imediata de um poeta visceralmente nacionalista, cujo espírito sempre se embebeu, como uma árvore das nossas florestas, nas mais fundas camadas do solo natal. A ilusão é completa, e muita gente a confundiu com a realidade.

Porque, na verdade, a poesia do sr. Olegário Mariano é mais um reflexo do meio, e do momento, do que da sua própria imaginação. Portador, *malgré lui*, de uma sensibilidade apurada, êle não foi, jamais, conscientemente, um inovador,⁶ ou, sequer, um

original. Fosse latente, nele, o entusiasmo pela opulência da sua terra e tê-lo-ia patenteado desde a eclosão do seu talento poético, há vinte anos, quando surgiu cantando, não as águas do Capiberibe e os canaviais pernambucanos, mas as igrejas da Itália e os nevoentos canais holandeses. Era moda a poesia exótica, e êle foi exótico, de acôrdo com a poesia do tempo. Agora, tornou-se novidade a poesia cabocla, a celebração do país e da natureza que lhe deu estes céus e estas montanhas. O poeta adquire uma corda nova, ajusta-a à sua lira delicada, e canta com o vigor e a graça dos que mais alto e soberbamente a cantaram.

Essa facilidade em afeiçoar-se às tendências da ocasião não prejudica, todavia, o poeta na sua glória. A poesia que nos êle apresenta no seu livro de agora não é criação sua, nem lhe vem da própria inspiração, como o fio d'água límpida vem do seio da terra. A mestria, porém, com que a exerce, a delicadeza com que desenvolve alguns dos seus têmeas, senão todos; a emotividade que se encontra em algumas passagens dos seus poemetos folclóricos, são de tal ordem, que nenhum outro poeta do Brasil atual lhe pode disputar a dianteira. *Tutu-marambá, O menino doente, Xôxô, papão! No jardim da praça Serzedelo Correia*, são verdadeiras obras primas, pela

singeleza da forma e, sobretudo, pela emoção, suave perfume d'alma, que dêles se evola. E' possível que o sr. Olegário Mariano as tenha escrito como artista, com a mesma despreocupação com que descrevia o céu da Holanda e escreverá, no futuro, sôbre os deuses da Índia se êles tornarem à moda como assunto poético. O que é, no entanto, inegável, é que êle nos comove e nos agrada mais que qualquer dos seus concorrentes à simpatia pública. Os antigos possuíam as carpideiras profissionais, que choravam em tórno dos esquifes mas não faziam chorar os que as escutavam. O autor dêsses pequenos poemas não é assim: é, antes, como certos oradores que fazem soluçar o auditório conservando-se, êles próprios, de olhos enxutos. Eu estou certo de que o sr. Olegário Mariano não se emociona ao escrever. Importará, todavia, isso, alguma cousa, uma vez que êle comove a quem lê? Êle é, em suma, como certos santos do hagiológico cristão, que faziam milagres sem saber que os faziam.

Quanto à sua adesão à poesia cabocla, ou nacionalista, não seja motivo para tristeza a sua condição de cristão novo. Há, é certo, a ilusão de que essa poesia nasceu agora, e que, antes da geração atual, nenhum poeta pensava no Brasil, no seu passado, nas suas lendas, na sua natureza, nas

cousas e aspectos que lhe são característicos. Essa suposição é um dos efeitos da falta de crítica literária, e, especialmente, do modo de registrar o aparecimento dos livros sem assinalar a sua relação com as obras anteriores, do mesmo gênero.

O Brasil, e as suas tradições, como tema poético, não constituem uma novidade nas nossas letras. Os *Cantos do Equador*, de Melo Morais Filho, aparecidos em 1881, não versam outro assunto que não as nossas lendas, quer as de origem indígena, quer as de procedência exótica, trazidas pelo português e pelo africano. As *Uiaras*, e a *Caipora*, que é a modalidade nortista do *saciperê*, de que o sr. Olegário Mariano tira agora tão belos efeitos, já alí se acham tratados em versos bem feitos e, não raro, felizes. As cantigas de engenho, as superstições da raça negra no cativeiro, tudo isso que alguns jovens poetas supõem haver inventado como Lafontaine acreditava ter descoberto Baruch, tudo isso lá está, em Melo Morais, de cuja preciosa obra poética, patriótica e construtora, só escapou o *Bem-te-vi*, e isso mesmo por ter sido confiado à memória do povo e não à atenção da literatura erudita. Convém lembrar, ainda, como precursor, o nome de Batista Cepelos, injustamente esquecido apesar do modo trágico por que rômpeu o fio trêmulo dos seus

dias, e que nos deu *Os Bandeirantes*, que é a nossa pequena epopéia dos descobrimentos, nos séculos XVII e XVIII. Prefaciando-lhe o livro, escrevia Olavo Bilac em 1905: “Lendo os versos, quasi todos inéditos até hoje, que o público vai agora ler, — tive um dos mais intensos prazeres da minha vida: sentí-me em contacto com um espírito criador e original, que vai, talvez, rasgar um horizonte novo à nossa poesia. . . Batista Cepelos parece-me ter adivinhado ou descoberto um caminho novo. . .” E após algumas reflexões sôbre o indianismo que não considera, ainda, pela sua artificialidade, a verdadeira poesia nacional: “O livro (de Batista Cepelos) não é, porém, a apologia dos aventureiros conquistadores do sertão. Toda a alma da terra paulista estremece, vibra, e canta nos versos dêste poeta paulista. As paisagens da terra do índio Tibiriçá são aquí amorosamente pintadas; as evocações históricas avultam e palpitam animadas por um espírito apaixonado e terno.” Publicada a obra, escreve Raimundo Correia ao seu autor: “Ah! não ser eu mais moço e menos fraco, meu caro poeta, para seguir a nova rota aberta pela sua bela e corajosa musa!”. Cepelos é, em suma, ao lado de Melo Moraes, um dos instituidores do nacionalismo em poesia ligeira, com o apro-

veitamento de temas miúdos, como agora se faz. Imaginou, talvez, a conquista de um grande nome nas letras. Cabia-lhe êsse direito. A Glória é, porém, tão cega como a Justiça. E quem nos dirá se não foi a ingratidão dos seus contemporâneos, proveniente da falta de crítica literária, que o fez subir, há doze ou quinze anos, aquele morro do Catete para, atirando-se de lá, espalhar os miolos, viveiro misterioso dos sonhos, sôbre as pedras que o seu estro tantas vezes celebrara?

Cronològicamente, cabe-me, talvez, a mim, no norte do país, a instituição dêsse mesmo gênero de poesia acentuadamente brasileira. Os dois volumes da *Poeira...*, escritos de 1904 a 1916, patenteam uma orientação discordante da que era universalmente seguida pela geração a que pertencia. Lá estão, nos dois tomos que formam essa obra, as paisagens e as lendas da Amazônia, do Maranhão e do Ceará, com todas as côres com que se apresentavam à minha imaginação. Onde está, porém, o historiador literário que tenha registrado essa iniciativa de um poeta que preferiu, na sua desilusão, queimar os miolos nas lâmpadas da mesa do estudo a rebentar o crânio nas anfractuosidades das pedreiras?

Essa poesia nacionalista que agora se

está praticando é, assim, cousa antiga, e que parece nova unicamente porque a crítica literária, no Brasil, deixa crescer a relva do olvido nas mais fundas estradas do pensamento. Ela não é do sr. Olegário Mariano mas não vem, também, de S. Paulo, do Rio Grande ou de Pernambuco. A novidade, nela, como se nos apresenta hoje, está apenas no metro. E o sr. Olegário, mesmo nisso, tem tido o bom gôsto de não escandalizar a gente do seu tempo com os côvados de prosa enrodilhada a que alguns dão o nome de verso, contentando-se, de modo proveitoso, com a modificação do ritmo dentro dos metros consagrados. “O que é preciso renovar e reformar, — escrevia Bilac, prefaciando o livro de Batista Cepelos; — o que é preciso renovar e reformar não é a forma: é a essência. Pouco importa que os versos não sejam os mesmos, quando a mesma é a emoção que os anima. Uma velha idéia sempre será velha, ou traduzida em decassílabos clássicos, ou formulada em linhas de prosa rítmica, sem a tirania das leis da metrificação.”

O poeta do *Canto da minha terra* pode orgulhar-se, todavia, de uma vantagem no desastre geral da sua geração, na província literária em que se estabeleceu desde menino. Quantos poetas a ela pertencentes, e que

se rebelaram contra os moldes clássicos, se salvaram e ainda se salvarão no naufrágio? Três ou quatro, quando muito, colocando entre êles o sr. Guilherme de Almeida, que é, talvez, a sua figura mais interessante, pelo vigor da imaginação. Mais estudioso, mais culto, menos confiado nos recursos naturais do seu temperamento, o poeta paulista é um trabalhador consciencioso, que tira do seu talento os proveitos que sempre oferecem, quando conjugados, o estudo e a disciplina. O sr. Olegário Mariano tem, em compensação, maior delicadeza na expressão, maior frescura no estro, e uma ingenuidade despreocupada que tem sido, evidentemente, o segredo da sua popularidade. Animassem-no a paixão da glória e, desde os vinte ou vinte e cinco anos, a idéia de viver muito na morte em vez de gozar jovialmente a mocidade, e seria, provavelmente, o maior poeta do Brasil na hora presente. O que contribue para que não o seja, é a sua convicção de que a poesia é um brinque-do, um jôgo amável do espírito, e não uma religião grave, para ser praticada com todo o fervor da vida, fazendo desta uma lâmpada, e do sangue o seu azeite.

Escrevendo há dez anos sôbre o sr. Olegário Mariano, eu lhe disse (e isso me custou oito anos de inimizade, que espero

agora se não renove) que o seu estro “tendia para a banalização, por falta de inspiração nova”. Por essa ocasião, eu denominei o meu atual colega de Academia o “Casimiro de Abreu da nova geração literária”. E isso, no momento, sem desdouro para êle, nem para Casimiro, cujo nome é considerado ainda hoje uma das moedas melhor soantes do nosso patrimônio lírico. “São ambos muito delicados de sentimento e de expressão, — dizia eu, — e correspondem à exigência da sociedade em que apareceram”. E, acentuava: “Aí está, como prova, a simpatia geral conseguida por um e outro, e a situação de inferioridade em que ficaram perante o público, em 1858 como em 1918, os seus contemporâneos de cultura mais larga, de inspiração mais alta, e de técnica incomparavelmente mais perfeita”.

O tempo veio demonstrar que a razão estava comigo. Ao abeirar-se de novas fontes de inspiração, o estro do sr. Olegário Mariano refloriu, oferecendo-nos essas páginas do *Canto da minha terra*, cujos temas foram renovados, por sua vez, num dos milagres da sua sensibilidade. E isso que prova? Prova, apenas, que ninguém tem, como êle, tantos elementos para ser um grande e maravilhoso poeta, e que só não deixará uma obra homogênea e verdadeira-

mente duradoura se continuar a preocupar-se, lamentavelmente, mais com o dia que acaba hoje do que com o século que começa amanhã.

Eu desejaria que o sr. Olegário Mariano, começasse agora a metodização da sua obra realizada, e o início daquela que, descoberto o veeiro opulento em que se pode abastecer, as letras nacionais esperam do seu talento poético, abençoado pelos deuses. No seu caso, dotado de uma vocação uniforme como a sua, eu iria visitar o Brasil brasileiro, o Brasil caboclo, êsse que, na sua própria expressão, “tem na sua rede o ouro do seu tesouro, e tem no seu cavalo a asa que Deus lhe deu”. Porque, até agora, a sua poesia tem sido apenas de intuição. Que conhece, por exemplo, o poeta, do interior do Brasil, dêsse Brasil “de alpercata, e de chapéu de couro, ágil, nervoso, leal, puro como nasceu”? Nada, pelo menos de vista. A sua vida tem sido puramente urbana e, o que é mais, refinadamente civilizada. E’ verdade que o sr. Gastão Cruls escreveu *A Amazônia Misteriosa* sem ter saído do Rio de Janeiro e que, agora, visitando o cenário real do seu romance, confessa que a sua imaginação ideou rigorosamente a natureza, — afirmação que eu não subscrevo por ter visto a natureza e não ter lido ainda o romance. [®] E’ verdade, mais, que o sr.

Catulo da Paixão Cearense, admirável poeta sertanejo, nunca foi ao sertão, que lhe está, todavia, vivo e movimentado, no seu subconciente e, até, mais belo do que no original. E' verdade, finalmente, que o próprio sr. Olegário Mariano nos dá na *Iara*, uma descrição feliz, sem nenhum absurdo, da região amazônica, de que não pode ter senão notícias muito vagas. Mas, por isso mesmo, que poemas não nos daria a sua pena, se o poeta fosse ver de perto esse país que ama sem conhecer, e essas paisagens que celebra por tê-las visto com olhos alheios? Um pouco mais de ambição altamente literária, e de renúncia de sucessos mundanos, dêsses que acabam na velhice ou no túmulo e poderá dar às letras um livro de vasta repercussão na nossa história literária. Bilac disse-me, uma vez, que podia descrever uma floresta sem que, no entanto, tivesse entrado, sequer, nas matas da Tijuca. O resultado dessa confiança demasiada nas faculdades imaginativas é, todavia, fatal. E êle próprio o oferece, quando, n'*A morte de Tapir*, nos fala daquela "imensa mangueira" à sombra da qual o índio havia repousado antes da invasão do homem branco, esquecido, evidentemente, de que a mangueira, que por sinal tem a denominação científica de *mangifera indica*, é árvore asiática e só entrou no Brasil, tra-

zida pelos portugueses, no século XVII. A imaginação é feminina, e, por isso, traiçoeira, principalmente com aqueles que nela confiam, e que muito a namoram.

O Canto da minha terra é, já, um ponto de partida para realização da obra que nos deve dar. *As potrancas* constituem uma vigorosa página singularmente animada de grande sôpro, e que, transportada para um quadro, nos ofereceria um belo e forte símbolo da Liberdade, na sua forma animal. *As árvores da montanha*, que “galopam, desgrenhadas, num tropel de centauros, pela noite”, apresentam principalmente nos tercetos, os mesmos traços de inspiração larga e definida.

Um dos poemetos mais característicos da sua feição meiga é, contudo, *No jardim da praça Serzedelo*, a que já me referí, e cuja excelência consegue dissipar até o mau efeito do prosaísmo do título. Um bando de crianças, as mãos dadas, cantam, na quietude da noite, entre os canteiros em que as flores se debruçam de sono, como namoradas que dansaram o dia inteiro com o vento e com o sol. A areia do chão, tocada pelos pés miúdos do bando infantil, parece cantar com êle:

“Acudiram três cavaleiros
todos três de chapéu na mão...”

“O primeiro foi seu pai,
o segundo foi seu irmão,
o terceiro foi aquele
que a Teresa deu a mão...

O poeta escuta a cantiga infantil, e louva a inocência daquela felicidade obscura:

“O’ alegria de viver sonhando!
Ter a alma alegre como o sino da matriz
que no canto que canta vai cantando:
— O’ criatura de Deus! Canta e serás feliz!

“Canta e terás o céu cheio de astros, na palma
da tua breve e pequenina mão.
Por todas as janelas da tua alma
flores e borboletas entrarão...”

Passam-se as horas. Volta o silêncio à praça. E o poeta conclue com êste lindo quadro da imaginação:

“Quando o jardim ficou sòzinho,
êrmo de vozes, triste de esperanças,
como o farrapo de alma que anda em mim,
as estrêlas do céu vieram de vagarinho
e, vestindo os vestidos das crianças,
puseram-se a dansar e a cantar no jardim...”

O sr. Olegário Mariano, com os seus versos comovidos e a sua vida jovial, desnorteia, inteiramente, quem se proponha explicar aqueles com esta. Todos os cálculos, e fórmulas, e sistemas, falharão, tão radicais se apresentam as divergências entre a sua existência prazenteira, despreocupada,

e, mesmo, boêmia, e a melancolia das suas rimas. Os seus modos um pouco estouvados de criança grande, a sua mocidade galante a que se mistura uma dose alta de infantilidade encantadora, contrastam de maneira flagrante com o sentimentalismo do que escreve. Aplicando-se o processo de definir a obra pelo homem, êsse desacôrdo só tem uma explicação, a qual está no conflito, que nele se verifica, entre a sensibilidade natural e a educação recebida.

O sr. Olegário Mariano ficou órfão ainda no berço. Não conheceu, pode-se dizer, a doçura do carinho materno. Êsse infortúnio, que deu o cunho ao caráter de Benjamin Constant (o suíço) e de Rousseau, e, que foi um dos fatores da bondade triste de Pedro II, pôs-lhe no coração um fundo de amargura, quasi inconciente. Contribuindo para apurar a sua sensibilidade, a orfandade concorreu, igualmente, para que êle não tivesse da vida uma noção mais profunda, mais severa, mais verdadeira, dessa que as mães, sempre atemorizadas ante o enigma do futuro, costumam gravar no espírito dos filhos, escurecendo-lhes precocemente o entendimento. O sr. Olegário Mariano, o homem feliz e boêmio, ri, goza, ama, diverte-se, faz da vida um festim. Dentro dêle há, porém, uma alma de criança, que sugou leite alheio e foi adormecido por vo-

zes estranhas, que não eram aquela que murmurou “Meu filho!” entre um beijo e uma lágrima, na hora em que êle nasceu. E’ essa criança, talvez, que, sem que êle o saiba, escreve os seus versos. . .

De qualquer modo, sentidos ou não pelo poeta, que importa isso a quem lhes bebe a harmonia? Conta-se que, de viagem por uma floresta indostânica, encontrou Buda no seu caminho um pequeno lobo que uivava de fome. Compadecido, tirou o deus um pouco dos músculos do seu próprio braço, e deu-o ao canino selvagem. Adiante, achou um côrvo caído na terra e, como visse que a ave tombara inanida, arrancou um pedaço da sua carne e deu-lhe no bico, para que não morresse. A poucos passos dali, miava um pequenino tigre abandonado. O santo rasgou uma das suas veias, e deu-lhe de beber. Aprovando e abençoando a sua caridade com todos os sêres da terra, Brama, o Eterno, deu-lhe a graça da insensibilidade.

O sr. Olegário Mariano pode não ter o sentimento integral dos seus versos, cuja ternura está neles como o açúcar está na fruta sem o conhecimento da árvore. A verdade, porém, é que, sentindo-os ou não, êle nos dá a impressão de que põe, na realidade, neles, um pouco do seu sangue, da sua carne, dos seus músculos, da sua vida.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A ortografia e o dicionário

QUANDO o intendente sr. Vieira de Moura apresentou ao legislativo da cidade, há um ano, o seu projeto mandando adotar nas escolas públicas do Distrito Federal o *Manual Ortográfico* aprovado pela Academia Brasileira de Letras, eu guardei o boletim que o continha, com o pensamento de emitir, publicamente, sobre êle, a minha opinião. Parecia-me, a mim, inoportuno, embora simpático e gentil, o gesto do legislador municipal, uma vez que se ia assentar o edifício de uma lei sobre alicerce falho, senão inexistente.

Eu tive ocasião de examinar, já, em outro estudo versando problemas da nossa linguagem, o que têm sido as marchas e contra-marchas da Academia no terreno escorregadio da questão ortográfica. Em trinta anos de existência, mudou ela o seu rumo sete ou oito vezes, patenteando, nessa inconstância, ou a incapacidade da maioria dos seus membros, ou a leviandade com que delibera. Espectador e, algumas vezes, personagem das peças de pequeno fôlego re-

presentadas nesse teatro por “sessões”, eu dou o meu testemunho da autoridade intelectual do instituto para discutir e legislar sobre a matéria. Ele agasalha, nos seus ninhos de veludo e ouro, grandes sabedores da língua, professores da disciplina ou eméritos cidadãos dos seus domínios. Lá estão o sr. João Ribeiro, o sr. Ramiz Galvão, o sr. Silva Ramos, o sr. Alberto de Oliveira, o sr. Coelho Neto, o sr. Aloísio de Castro. Cada um dêstes, individualmente, poderia imprimir uma direção segura, invariável, e autorizada, à ortografia acadêmica. Isolado, qualquer dêles produziria, e tem produzido, obra erudita e proveitosa. Reunidos em conclave, porém, a diversidade das opiniões anula o trabalho de cada um, demonstrando, mais uma vez, a ineficiência prática das coletividades, e que, na multidão, Monsieur Voltaire não raciocina melhor do que o seu sapateiro. Acresce que, na República das letras, a província de política mais agitada é, precisamente, a Gramática. Quando dois gramáticos começam a discutir, os espectadores devem pôr o chapéu e se ir embora, porque um não conseguirá, jamais, convencer o outro. O *adhuc sub iudice lis est*, de Horácio, toma caráter definitivo, ficando o processo, para sempre, na mão dos juizes. Para que um vença é preciso que o outro morra, indo o vencedor

celebrar, então, a vitória fazendo a análise lógica do epitáfio do vencido. E' êsse "ódio gramatical", afirma-se, que tem impedido, até hoje, a entrada do sr. Mário Barreto para a Academia. E o caso não deve causar estranheza aos que conhecem a história das associações eruditas. Era Gabriel Girard secretário de Luiz XIV especialmente para a correspondência em russo, e indicado na côrte como um dos futuros acadêmicos, quando se deu ao luxo literário de publicar em 1709 ou 1710, um pequeno livro intitulado *La justesse de la langue*, em que estudava o problema das sinonímias. Na sua opinião, a língua francesa não possuía dois vocábulos do mesmo valor e com a mesma significação rigorosa. Cada palavra exprime um grau de impressão ou de emoção, não podendo, assim, ser substituída sem alteração do pensamento que exprime. Definido pela primeira vez nas letras modernas êsse ponto de vista hoje universal, passou a demonstrar que não podia haver bons escritores sem obediência a essa regra, a qual dava a cada vocábulo um quilate invariável, e estabelecia a relatividade do sinônimo. O tratado em que eram divulgados êsses princípios atravessou as fronteiras, levando à Itália, à Espanha, à Rússia, a todos os centros de civilização contemporâneos, o nome do seu autor. A Academia

Francesa, que entrava em um período de decadência, alarmou-se, porém, com os sucessos internacionais do filólogo. E de tal modo que, quando êle, em 1718, se apresentou candidato a uma das suas poltronas, foi estrondosamente derrotado, sendo êsse insucesso atribuído, e justamente, informa D'Alembert, a "les grammairiens de l'Académie, qui redoutaient la présence d'un rival dont la supériorité les écraserait". A campanha contra Girard foi, mesmo, tão intensa e constante, que só em 1744, vinte e seis anos mais tarde, achando-se êle desiludido e quasi septuagenário, lhe foram franqueados, definitivamente, os umbrais da imortalidade acadêmica.

Eu não creio como D'Alembert que a exclusão do autor de *La justesse de la langue* pela Academia Francesa, e a do sr. Mário Barreto pela nossa, proviessem da inveja ou do temor. A causa é outra, e consiste no extremismo das paixões, que possuem, entre os gramáticos, a denominação erudita de "convicções". E como a língua portuguesa venha dependendo, na Academia Brasileira de Letras, de três ou quatro teimosos vivos ou mortos, que fazem mover a grande massa dos desinteressados, o resultado tem sido, até hoje, essas oscilações brutais entre a fonética mais rigorosa e a etimologia mais absurda. Com quatro

filólogos no punho, a balançá-la com fôrça, a rede da Academia tem descrito as curvas mais imprevistas, indo de um polo a outro, fazendo perigar, até, os créditos literários da instituição.

Não me causou, assim, estranheza o parecer agora publicado, do intendente sr. Leitão da Cunha, contrário ao projeto do sr. Vieira de Moura. A ortografia da Academia Brasileira de Letras não pode ser adotada nas escolas municipais por uma razão poderosa e irremovível: porque não existe. Há, é verdade, o *Formulário Ortográfico* do sr. Laudelino Freire, que ela aprovou e que o autor, generoso e tolerante, modificou em mais de uma passagem para ajustá-lo às opiniões dos seus confrades. Que autoridade pode ter, porém, a Academia para impor êsse trabalho aos outros, se ela, que o sancionou, não o segue nem na sua revista, nem no seu dicionário, nem sequer, na sua correspondência?

A desordem chegou, todavia, ao que parece, a seu termo. A comissão nomeada para organizar a gramática brasileira, e em que o meu obscuro nome foi incluído para dar, pelo contraste, maior relêvo a alguns mestres que nela têm assento, vai cuidar, imediatamente, do problema da ortografia. Eu imagino, entretanto, desde já, o que virão a ser os debates, entre a intransigência

de um filólogo eminente como o sr. Ramiz Galvão, que escreve tio com *th*, e a de outro como o sr. Silva Ramos, que reclama todos os rigores da simplificação portuguesa, e quando há, no espaço intermédio, toda uma gama de partidários da ortografia mista, liberais em alguns pontos, mas inflexíveis em outros. A Academia assemelha-se, enfim, no momento, à basílica de Santa Sofia, em Constantinopla, em 1453. Se os turcos a investissem de súbito, encontrariam talvez, lá dentro, o clero literário discutindo, apaixonadamente, os mais sutís sofismas da sua igreja.

Eu, de mim, confesso, *ab imo pectore*, a pena com que abandono, aos poucos, a grafia tradicional, em que o vocábulo escrito me dá a sensação precisa do objeto. À medida que conheço a origem latina ou grega de uma palavra, parece-me que a sinto melhor, e que a linguagem se amolda mais justamente ao pensamento. Advogando a conservação do latim nos programas do ensino secundário na França, Anatole France acentuava: “en apprenant le latin de la sorte, les élèves apprenaient quelque chose d’infiniment plus précieux que le latin: ils apprenaient l’art de conduire et d’exprimer leur pensée.” Eu entendo, porém, que, para conduzir-se na vida nem toda a gente precisa exprimir com rigorosa seguran-

ça, e, ainda menos, com segurança literária, o seu pensamento. E como a língua deve ser um veículo comum de impressões e de idéias, reconheço, como cidadão, sacrificando embora a minha volúpia de escritor e de estudioso, a necessidade da sua simplificação. Ademais, é o povo, dono dela, que reclama essa providência. “Dans ces questions de grammaire et de prosodie — reconhecia recentemente o sr. Paul Claudel, falando, aliás, de uma língua relativamente perfeita, como é a francesa, — dans ces questions de grammaire et de prosodie les français apportent une passion que je ne comprends pas. Ce sont des questions de cuisine qui n’interessent que les auteurs. Le public n’a à voir que son plaisir”. E isso é verdade indiscutível aplicável ao Brasil. A língua brasileira está feita, e seguirá o seu destino sem anuência das próprias origens. Por que, pois, não escrever, desde já, as palavras da maneira por que elas terão de ser escritas, fatalmente, amanhã, à revelia dos gramáticos e dos escritores?

Um dos cuidados capitais da Academia, no primeiro decênio da sua fundação, consistiu no estudo e solução do problema ortográfico. Expondo, em 1907, a anarquia reinante nos domínios da linguagem, escrevia José Veríssimo: “Esta nossa pobre língua portuguesa não tem dois escritores, —

leiam bem, dois escritores, — que tenham a mesma ortografia. Haverá outra língua que se preze de culta e que se ache nas mesmas circunstâncias? Duvidamos”. Foi nessa ocasião que, intérprete do pensamento coletivo, o sr. Medeiros e Albuquerque apresentou o seu projeto de reforma ou, melhor, de organização da ortografia, o qual começava com estes quatro argumentos: “Considerando que há toda a vantagem em reformar, simplificando-a, a ortografia portuguesa; — que essa reforma, reclamada e executada em outras línguas, mais necessária é ainda na portuguesa, onde não há autoridade nem tradição alguma que regule o assunto; — que a Academia Brasileira de Letras dá bem a noção de quanto o problema é urgente, porquanto só no seu título há duas palavras de ortografia duvidosa e não se encontram dois dos seus membros que grafem as palavras do mesmo modo; — que até a palavra Brasil figura mesmo em moedas, sêlos, notas do Tesouro e documentos oficiais ora com s ora com z, podendo-se dizer que o Brasil é a única nação civilizada que não sabe escrever o próprio nome”, etc. E terminava com um formulário inteligentemente feito, baseado na fonética de Cândido de Figueiredo, com algumas alterações reclamadas pelas particularidades na nossa prosódia.

A êsse projeto, opuseram Rui Barbosa, Carlos de Laet, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Mário de Alencar e Lúcio e Salvador de Mendonça, um substitutivo, mandando organizar um dicionário etimológico, uniformizando, sôbre base histórica, a nova grafia. Dos debates travados resultou, porém, uma terceira fórmula, que é, pode-se dizer, a do sr. Medeiros e Albuquerque, subordinada a uma nova disposição. E foi essa ortografia que Machado de Assis referendou, como presidente, a 17 de agosto de 1907, e vigorou na Academia até 1915, quando, por proposta do sr. Silva Ramos, passou a ser adotada a ortografia oficial portuguesa.

Essa substituição do nosso pelo alheio foi, talvez, o motivo principal do desastre imediato, e da anarquia que se lhe seguiu. A ortografia de 1907 podia ser imperfeita, mas era nossa, e obedecia às tendências prosódicas daquilo que Gonçalves Viana chamava, com certa ênfase, o dialeto brasileiro. Repudiámo-la para adotar a reforma dos filólogos portugueses, sem nos lembrarmos que, para fazer vingar certas inovações no espírito de um povo, são indispensáveis alguns fatores morais. O brasileiro tem melindres patrióticos que a Academia esqueceu. E o resultado foi nos encontrarmos, desde 1916 até hoje, na mesma si-

tuação em que nos achávamos antes de 1907, não obstante o avanço conseguido com os próprios recursos entre 1908 e 1915, quando a ortografia simplificada da Academia Brasileira ia sendo empregada, já, em livros e jornais do país.

Os embaraços com que luta para definir-se gráficamente a língua portuguesa no Brasil e em Portugal, são, reconhecamo-lo, fruto da nossa falta de ordem e excesso de zêlo, nos estudos filológicos. Eu não sei de literatura em que sobrem, como na portuguesa e na brasileira, os estudiosos do idioma. Nas outras há um número reduzido de especialistas, que indagam, e legislam, aplainando as dificuldades. Os demais escritores, ocupados apenas com a idéia, pesquisadores da ciência ou garimpeiros da imaginação, já encontram feita, pronta para a modelagem do pensamento, a língua em que se devem êles exprimir. Nas letras luso-brasileiras, não: o romancista, o homem de ciência, o orador, o jornalista, é o pintor que, antes de entregar-se ao trabalho, tem de preparar as tintas, que são, no caso, a língua em que vai escrever. A cada fôlha do manuscrito, a cada torneio de frase, a cada surto do raciocínio, surge-lhe um obstáculo, uma dúvida, um tropêço, que êle tem de resolver pela consulta aos outros, se é cauteloso, ou ao próprio arbítrio, se é te-

merário. E a consequência é termos centenas de filólogos que se hostilizam, que se agridem, que se contradizem e não possuímos, ainda, pròpriamente, uma ortografia, isto é, o elemento principal para a perpetuação literária de um idioma.

Esse vício procede, aliás, de longe, no tempo e no espaço. Quando a língua portuguesa se caracterizou literariamente, a tendência foi, logo, para a simplificação ortográfica. Os escritores do século XVI, que a codificaram, são, pode-se dizer, fonéticos, se tomarmos em conta a prosódia contemporânea. A paixão humanística exagerada nos séculos subsequentes, fez com que os espíritos perquiridores se afundassem nos textos greco-latinos, filiando os vocábulos comuns à sua forma primitiva, dando-lhes uma grafia em desacôrdo, muitas vezes, com a prosódia em uso. E assim é que passamos a ter milhares de vocábulos com letras que se não pronunciam, e que figuram nelas unicamente para o prazer visual dos eruditos. Por mais de uma vez os lexicógrafos de bom senso imaginaram despir a língua dessas demasias etimológicas; mas amedrontavam-se ante a severidade dos herbanários do idioma, ferozes descobridores de raízes, que mais se aprofundavam no tempo, afim de desenterrá-las em Roma ou Atenas. O próprio Antônio de Moraes Silva, o nosso

douto Moraes, foi uma vítima daqueles temores. “Eu sou pela Ortografia Filosófica, — escrevia êle, textualmente, em 1813, no prólogo da 2.^a edição do seu Dicionário — eu sou pela Ortografia Filosófica, a qual, fundada na análise dos sons próprios, ou vogais, e na de suas modificações, pede que a cada um se dê um só sinal ou letra privativa, distinta, e que não represente nenhum outro som, ou consoante. Dêste voto eram João de Barros, o célebre Duclos, e o imortal Franklin tão abalizado na Filosofia e na Política, cujos nomes aponto para confusão dos que não valem tanto como estes, nem como Túlio, César e Augusto, que também gramaticaram”. Mesmo escrevendo assim, isto é, mais simples do que escrevemos hoje, ainda se desculpava: “Quanto à Ortografia que seguí, declaro altamente e de bom som, que na maior parte a sigo contra o meu parecer e porque assim o querem.”

Cabe-nos, assim, a nós, desta geração, a bem da ordem nas letras, mesmo contrariando a sentimentalidade do espírito, patentear a coragem que Moraes não teve senão em parte. O meu voto na comissão de Gramática e no plenário, na Academia, será pelo restabelecimento da fórmula de 1907, que teve origem no projeto do sr. Medeiros e Albuquerque, — feitas, todavia, algumas alterações ligeiras, tendentes, todas,

à uniformização das regras. O nome de Machado de Assis, que subscreve doze artigos dêsse código, representa, evidentemente, a maior garantia da sua clareza, e da facilidade na sua adoção. Restabeleça-o a Academia, e terá, enfim, cumprido a sua grande missão, prestando ao país, e às letras, o mais útil e oportuno serviço.

A Academia Brasileira de Letras não deve, todavia, limitar-se a legislar para os outros. A sua revista, de circulação secreta, a sua correspondência, os seus anais, os livros dos seus membros, devem obedecer ao sistema adotado. E, sobretudo, o seu Dicionário, que por isso mesmo, e por motivos outros, terá de ser refundido na parte já realizada.

A propósito desta obra tão malsinada, conviria, talvez, perguntar aos que a atacaram, se já houve trabalho do mesmo gênero, feito coletivamente, que saísse escorrido e se livrasse das mesmas pechas. Desde Heládio de Alexandria, que se presume ter sido, no IV século da nossa era, o autor do primeiro dicionário, com a sua obra intitulada: *Do emprêgo de todas as palavras por ordem alfabética*, até hoje, não houve empreendimento dessa espécie que não fosse, de algum modo, um *sotisir*. Sôbre o da Academia Francesa, orgulho do século XVII, há toda uma bibliografia, registran-

do-lhe não só as falhas, as omissões, como os deslizes e incongruências. E eu conheço em língua portuguesa poucos livros tão divertidos como a primeira edição do Dicionário de Cândido de Figueiredo. Quanto à lentidão do trabalho, ela não é de molde a scandalizar os que conhecem a história da lexicografia. O Dicionário da Academia Francesa, iniciado em 1634, só ficou concluído em 1694, isto é, sessenta anos depois, constituindo a sua terminação acontecimento de tal forma notável que foi fixado num quadro representando a entrega da obra a Luiz XIV, em Versalhes, por uma comissão de acadêmicos. A sua última edição, que é a sétima, foi tirada em 1878. Há cincoenta e um anos a Academia Francesa trabalha na sua refusão, para imprimir a oitava. E' verdade que Furetière deixou evidente, mais pelo fato do que pela palavra, a pouca vontade dos acadêmicos na realização do feito a que se haviam proposto. E' sabido que a Academia possuía o privilégio de fazer o Dicionário. Um ato de Luiz XIV, de 28 de junho de 1674, proibia a publicação e, mesmo, a elaboração de obra congênere, antes do aparecimento daquela que se fabricava lentamente no Louvre. Furetière, membro da instituição, entendeu que esta abusava do privilégio real e, em 1684, publicava o seu. Prejudicada na glória do seu silêncio, a

Academia acusa-o de se ter apossado dos elementos lexicográficos pertencentes aos seus arquivos, e convida-o a defender-se. Furetière deixa-se acusar e julgar. Debalde o arcebispo de París, seu superior no clero, intervém amistosamente, para que êle se defenda. Debalde La Fontaine, e Racine, e Boileau, admiradores do seu talento, o procuram, pedindo-lhe que compareça ao tribunal acadêmico assegurando-lhe a absolvição. A tudo se recusa o rebelde. Até que, a 22 de janeiro de 1685, é votada a sua exclusão do quadro dos membros da casa, conservando-se, todavia, vaga a sua cadeira, até à sua morte, em 1688.

O ato da Academia atingiu, porém, profundamente, o orgulho de Furetière. Até então, em mais de meio século de vida, não se havia riscado, jamais, o nome de um acadêmico vivo. E surgiu a defesa, inteligente, mas tardia e, sobretudo, violenta. “O meu Dicionário não pode ser uma cópia do da Academia, — diz, — porque o meu obedece a plano diferente e é quatro vezes mais volumoso do que o dela”. E com ironia, que é, no caso, o manto de espinhos da verdade:

— “Acaso é minha, a culpa de não ir mais depressa o trabalho do seu Dicionário? Eu acho que, se a Academia fosse justa, em vez de excluir-me, devia louvar-me, felicitando-me por ter feito, sòzinho, o que

quarenta acadêmicos não fizeram em meio século!”.

A lição foi, todavia, proveitosa. Até então, o Dicionário ia tão lentamente, que Boisrobert podia dizer em 1640, referindo-se às sessões em que era êle discutido:

“Et la nuit vient qu'à peine on a pu faire
Le tiers d'un mot pour le vocabulaire”.

E Lebrun, anos depois:

“On fait, défait, refait ce beau dictionnaire,
Qui, toujours très bien fait, sera toujours à faire.”

A atitude de Furetière atuou, assim, sôbre a Academia. Em dez anos, de 1684 a 1694, ela fez mais do que em meio século. E o Dicionário foi entregue ao rei, passando, então, o instituto de Richelieu a exercer, verdadeiramente, a sua legítima influência sôbre as letras: “Il est impossible de nier, — confessava, há pouco, Paul Gautier, referindo-se ao Dicionário, — qu'il ait joué un rôle important dans la fixation de la langue”.

Em um estudo ligeiro e amável sôbre o *Nouveau Dictionnaire classique illustré*, de Gazier, deixou Anatole France esta passagem comovida: “Uma velha canção de gesta conta que a condessa de Boussilon, filha do rei de França, viu do alto da sua tôrre uma grande batalha que travavam, na disputa do seu dote, o seu pai e o seu marido.

A luta foi sangrenta e durou todo o dia. Quando a noite caiu, a condessa desceu sòzinha da sua torre, e foi contemplar os mortos, “seus belos e queridos mortos, deitados na relva e no orvalho”. E a canção de gesta acrescenta: “Ela queria beijá-los todos”. Pois bem: eu sinto também uma ternura profunda subir-me ao coração diante de todos êsses vocábulos da língua francesa, diante dêste exército de termos humildes e soberbos. Eu os amo, a todos ou pelo menos, todos me interessam, e eu aperto com a mão nervosa e comovida o pequeno livro que os contém a todos. Eis porque eu amo, sobretudo, os dicionários franceses”. A língua brasileira dá-me, no momento, impressão pouco diferente. Ela me faz lembrar os exércitos revolucionários em véspera de combate. Os soldados são valentes, corajosos, cavalheirescos e úteis. Mas não têm nem fardamento, nem armas calibradas. Cada um se veste como quer, e arma-se como pode. Nas fileiras sem disciplina onde os vamos buscar, empertiga-se o velho vocábulo português, cheirando a pólvora e a maresia; bamboleia-se o vocábulo africano, molengo, bambo, dengoso; e o tupí-guaraní, ainda nu e virgem, amolecido pela preguiça das raças que o inventaram; e, finalmente, o estrangeiro, — o inglês, o francês, o alemão, o italiano, e o espanhol, — ainda com

a roupa de chegada ou trajado, já, à moda portuguesa.

À Academia Brasileira de Letras cabe a missão de educar, alinhar, e uniformizar essa tropa, com o regimento do Conde de Lippe de um formulário ortográfico, reunindo-a, em seguida, no vasto quartel do seu Dicionário. Porque, por enquanto, a língua portuguesa no Brasil, riquíssima de vocábulos, não passa, na verdade, de um exército como o de Xerxes, o qual, composto de cinco milhões de bárbaros, se pôs em fuga, tomado de pavor, diante de alguns milhares de gregos disciplinados.

O BRASIL NO ROMANCE PORTUGUÊS (1)

NA carta que escreveu, a 21 de maio de 1886, de Bristol, ao seu amigo Luiz de Magalhães, — aquele robusto e patriarcal Luiz de Magalhães, “em cuja alma clara a alegria repica de matinas a trindades”, — Eça de Queiroz assinalava, já, o modo por que se explorava, na literatura portuguesa, o tipo do provinciano que vinha para o Brasil, e que daqui regressava com duas pedras de brilhantes nos dedos e duas toneladas de vaidade no coração. “Se há um tipo de que o Romance e o Teatro, em Portugal, tenha usado imoderadamente, — reconhecia o elegante criador de Fradique Mendes, — é, decerto, êsse lavrador minhoto, enriquecido e vestido de pano fino, a que nas aldeias se chama o *brasileiro*”. E acrescentava, com graciosa severidade: “Há mais de trinta anos, em verdade, em drama, em poemeto, o romantismo tem utilizado o *brasileiro* como a encarnação mais engenhosa e a mais compreensível da sandice e da materialidade. Sempre que o enrêdo, como se dizia nesses tempos vetustos em que as Musas viviam, necessitava de um ser de ani-

(1) FERREIRA DE CASTRO — *Emigrantes* — Livraria Renascença. — Lisboa, 1928.

malidade inferior, um boçal, ou um grotesco, o romantismo lá tinha no seu poeirento depósito de figuras de papelão, recortadas pelos mestres, — o *brasileiro*, já engonçado, já enfarpelado, com todos os seus joanetes e todos os seus diamantes, crasso, glutão, manhoso e revelando plácida e na linguagem mais bronca os sentimentos mais sórdidos. Bastava só colar-lhe na nuca um nome bem plebeu, arranjar-lhe uma aldeia de origem que cheirasse a curral, atirá-lo para o meio de páginas trêmulas e regadas de lágrimas, — e êle começava logo a ser bestialmente burlesco”.

Era êsse, efetivamente, o *brasileiro* de Camilo Castelo Branco e dos romancistas portuguezes, seus contemporâneos, cuja imaginação, tomando a asa às gaivotas, atravessa o mar no terceiro quartel do século XIX. Luiz de Magalhães abriu êsse fantoche, e pôs-lhe no peito um coração, destinado a desfazer-se em pranto. A artificialidade permaneceu, todavia, evidente. O *brasileiro* continuou a ser mal compreendido e mal julgado, e a sofrer, nas letras, o suplício dos palhaços sentimentais. Todos riam dêle. Ninguém se dispunha a entender a sua alma e o seu destino.

Eu não sei se o sr. Ferreira de Castro, cujo livro, *Emigrantes*, já em segunda edição dentro de alguns meses, e que tanta ce-

leuma levantou na imprensa de Lisboa e do Pôrto, alcançou, na interpretação dêsse tipo nacional, ou internacional, a sombra fugitiva da verdade. Cada geração que surge, cada escritor que aparece, trabalhando o metal que outros já trabalharam, fixando figuras clássicas, supõe, sempre, ter dado a esta a sua forma definitiva, e a sua última e eterna expressão. E' uma ilusão vã e ingênua, da inteligência. Havia na Grécia uma festa sagrada, em honra de Palas, na qual os efebos, formando um largo círculo, passavam de mão em mão, rapidamente, grandes fachos resinosos. Ao passar de um a outro, a chama agitava-se soltando centelhas. Nenhum daqueles homens era, todavia, o dono do facho. São assim as idéias passando de geração a geração. Cada geração que se apossa do brandão ardente, supõe que a flama lhe ficará brilhando nas mãos. Ele tem, entretanto, de passar adiante, porque a Verdade, como certos vermes, toma, de tempos a tempos, para ter vida mais duradoura, uma forma nova. "A *châque nouveau règne*, — escrevia Sainte-Beuve, — *on refrappe monnaie et on rajeunit l'effigie sans alterer le pois*".

A Eça de Queiroz, e ao seu tempo devia parecer que o *brasileiro* de Luiz de Magalhães ficaria nas letras portuguezas como o padrão de toda uma classe de ho-

mens que descem da sua província, e atravessam aventurosamente o oceano, em busca da fortuna. A nós, hoje, essa figura já parece falsa, artificial, pretensiosa, incomparavelmente inferior, em suma, àquela que nos dá hoje o sr. Ferreira de Castro. E isso porque, escrevendo o seu romance, o novo escritor português não pensou unicamente na realização de uma obra de literatura, no efeito que ela podia conseguir sobre a sentimentalidade dos seus leitores, mas, também, na exposição de um problema social da maior relevância para a sua pátria.

O tema dêsse romance está, já, sobejamente vulgarizado nos dois países a que êle interessa. Agricultor humilde no Concelho de Oliveira, onde vive de manhã à noite, de enxada à mão, para fazer apendoar em milho e reverdecer em couve o magro pedaço de terra que adquirira na mocidade, Manuel da Bouça chega aos quarenta e um anos como o boi de carro chega aos vinte, puxando a sua carga. Tendo mulher e filha, toda a sua ambição consiste em amealhar alguns contos de réis, para ampliar as suas courelas até à margem fértil do rio, e, com a multiplicação do trabalho diurno, preparar um dote para a sua Deolinda. A expectativa de um dote menos modesto asseguraria, certo, à rapariga, que se fazia moça, um ca-

samento feliz, fora do ambiente de quasi miséria em que nascera. Dia a dia, porém, mais lhe foge a esperança da felicidade entrevista naquele sonho. As economias que consegue realizar, leva-as o Estado, Moloc devorador de moedas, nos impostos de cada ano. E lá subia êle, de novo, cada dia, a encosta da terra cansada, carregando ao ombro, como Sísifo ao rochedo, o ingrato pêso da sua enxada.

E' em uma tarde de desânimo, com o sol dourando para além do rio as propriedades dos homens ricos, que lhe surge no espírito a idéia de partir para o Brasil. Se tanta gente regressava rica a Portugal, e se a que não voltava deixava-se ficar, contente e endinheirada, nos países longínquos em que os grandes proprietários aguardavam o homem de trabalho com um punhado de ouro na mão, por que lhe não caberia a sorte de, em dois anos, conseguir cinquenta contos de réis, para tornar à sua aldeia, adquirir o trato de terra de que precisava, e viver, assim, tranquilo e honrado, o resto dos seus dias? Tomou uma resolução. Hipotecaria, para as despesas da viagem, a pequena propriedade que possuía, com exclusão da casinhola em que deixaria a filha e a mulher; e viria. Resolveu e agiu. Debalde chorou a espôsa. Debalde lhe suplicou a filha. A transação é feita, e Manuel da Bou-

ça parte, com a idéia de regressar, dentro de dois anos, com cincoenta contos de réis.

A emigração nos países europeus obedece, no entanto, a um ritual complicado e dispendioso a que o candidato se não pode eximir. E' preciso o passaporte; e, para obtenção dêste e da passagem, algumas certidões e atestados que só os iniciados podem obter com facilidade, — tão estreitas são as relações entre os profissionais, que os requerem, e os funcionários incumbidos de concedê-los. Em Oliveira, ocupava-se de tudo isso Evaristo Nunes, proprietário de uma agência de passagens transatlânticas, o qual, por três contos de réis, se encarregava de embarcar legalmente para o Brasil qualquer candidato à fortuna, e, ilegalmente, por cinco contos, qualquer clandestino para a América do Norte. Para melhor desenvolvimento do negócio, o capitalista Carrazedas recebia, em hipoteca, as pequenas propriedades dos lavradores, dando-lhes o dinheiro para a viagem. E, assim, o Nunes auxiliava o Carrazedas, e o Carrazedas ao Nunes. Completava a trilogia sinistra, para despovoamento da terra com a exportação do seu gado humano, o diretor d'*O Liberal*, único jornal do Concelho, o qual, com a simples promessa de aquisição de algumas centenas de exemplares, que a agência de passagens faz distribuir gratuitamente na

feira, publica notícias mentirosas sôbre a falta de braços nas duas Américas, e a facilidade com que os últimos imigrantes têm enriquecido. Organizada, assim, a *societas sceleris*, quem dela se livrará?

Seduzidos pela miragem da fortuna rápida, assim anunciada por homens de tanta responsabilidade, Manuel da Bouça e José do Aido embarcam, o primeiro, claramente, para o Brasil, e o segundo, clandestinamente, para os Estados-Unidos. As braças de terra de cada um ficaram hipotecadas ao Carrazedas, e o produto das hipotecas nas mãos de Evaristo Nunes, como preço dos passaportes e das passagens. A aldeia natal, essa, fica-lhes para trás, com o chôro leal dos entes queridos, na primeira curva do caminho.

Destinando-se a Santos, onde conta encontrar um rapaz de sua aldeia, o Cipriano, que, segundo se sabia em Oliveira, possuía excelente casa de comércio à rua do Rosário, Manuel da Bouça teve, ao chegar o navio àquele pôrto, a sua primeira decepção: a bordo ainda, foi-lhe oferecido trabalho em uma fazenda de café, no interior.

— E quanto se ganha? — indagou do inspetor da imigração.

— Conforme. Cento e cinquenta, duzentos mil réis por mês...

Não era possível. Se eram assim os salários no Brasil, quando arranjará ele dinheiro para pagar a hipoteca, e, ainda, para reunir os cinquenta contos do seu sonho? Não; isso, não. E desembarca, em busca do Cipriano. Encontra a casa. E' uma casa de negócio, pequena mercearia, com sacos de batatas e arroz à porta e latas de conservas nas prateleiras. O seu patrício é, porém, aí, simples empregado, entregador de compras, a cabeça poída, já, pela tábua dos caixões pesados. E' um escravo do patrão, português como êle, e se escreve para a sua aldeia dizendo que está bem de fortuna, é para que se não zombe, lá, do seu destino. Êle faz isso por vergonha. E, como êle, fazem centenas, milhares de portugueses, que preferem ser tomados como ingratos pelos parentes que lá deixaram, a quem nada mandam, a confessar a falência de sua esperança na realidade da sua condição.

— “Mas lá na terra todos te dão por estabelecido...” — objeta.

— “Isso fui eu que mandei dizer. Todos nós mandamos dizer que estamos aqui muito bem, que é para a nossa família não se afligir e para não fazermos má figura junto dos conhecidos.”

Manuel sente, nesse instante, na fisionomia do contrerrâneo vencido, todo o horror da verdade. Regressar, é impossível. Se

outros preferiam morrer no exílio a revelar o lôgro em que haviam caído, por que iria êle, homem forte, confessar a sua fraqueza? Era mais uma vítima. E, cabeça baixa, coração confrangido, corre a pedir à diretoria de imigração o emprêgo há pouco recusado, e parte, como trabalhador de enxada, para uma fazenda nas cercanias de Piracicaba, com duzentos mil réis por mês, sêcos, e contrato por um ano. E, durante doze meses, trabalha. À flexão dos seus músculos poderosos, o machado morde as árvores seculares, preparando a terra moça, e estranha, para as grandes lavouras alheias. Ao seu lado, igualmente desencantados da América, italianos, e polacos, e russos, vingam-se da gleba rebelde fecundando-a com o seu suor generoso.

Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1903, Afonso Arinos, descrevendo a fazenda de Eduardo Prado, o "Brejão", oferece-nos um aspecto da vida do colono estrangeiro nas grandes propriedades cafeeiras da região. "Se a tarde vem baixando, — escreve, — é a volta do trabalho. Sôbre as cabeças, quantas delas formosas, pesam feixes de lenha para a cozinha caseira ou molhos de capim para o cavalo de sela do chefe da família. Lá vem os homens, com o andar pesado e o ar inexpressivo de quem repete todos os dias, de

sol a sol, a mesma fadigosa labuta, sem um incidente a quebrar-lhe o tédio. Esperais debalde ouvir êsses cantos do crepúsculo, de que vos falaram decerto vossos livros bucólicos; debalde esperais bulício, papaguear, animação, rumores de grupos que, ao fim da tarefa, vêm para casa descansar. Essa gente mostra certo ar de recolhimento; ela marcha como quem está cumprindo um dever; oprime-a uma preocupação; um pensamento sombreia-lhe os rostos — a Pátria distante; são os colonos que se recolhem...”. E em outra parte: “Não é a nossa volta de roça, em que o mulato pernóstico ou o caboclo imaginativo conta casos ao vivo, imitando as passagens com entusiasmo, acrescentando um ou mais pontos a cada conto. Para êste o horário é o “mais hoje, mais amanhã”, a previsão é o “lá se avenha”, a segurança é o “deixar correr trinta dias por um mês”. A gente que aí passa é bem diversa: exilou-se da pátria em busca do trabalho tendo êste fito — libertar-se do trabalho pelo trabalho; não se mostra alegre, não se expande aquí nos mesmos entusiasmos que tanto a caracterizam no seu país, porque não há alegria perfeita fora da Pátria”. Jungido, por um contrato, à vida de uma dessas fazendas, o Manuel da Bouça do sr. Ferreira de Castro sente, em toda a sua extensão, o tormento

da saudade. A sentimentalidade da raça, dentro de alguns meses, reclama correspondência concreta, material. Encontra-a na mulata Benvinda, a quem a natureza entregara, naquelas solidões, algumas armas de sedução. Por ela, para possuí-la, enfrenta o preto Firmino, como o primeiro homem deve ter enfrentado o primeiro macaco. Ao fim de alguns meses vem, dessa união, um filho. Mas é preto, mais escuro que a Benvinda. Um pouco de ciência demonstraria, talvez, ao antigo lavrador das margens do Caima, a naturalidade do fenômeno, e que as mulheres casadas em segundas núpcias podem dar à luz filhos parecidos com o primeiro marido, sem que isso signifique o regresso aos antigos amores. Manuel da Bouça não conhecia, porém, senão por alto, as leis que regem a multiplicação das espécies. Conclue, daí, que o filho era do preto Firmino, com quem a mulata continuava a encontrar-se. E como o seu contrato de trabalho por um ano se tenha vencido, faz as suas contas, reúne duzentos e poucos mil réis de saldo, e toma o rumo da capital paulista, onde passa a trabalhar como carregador em uma casa comercial.

Oito anos escoam-se, assim, levando-lhe cada um, como corvos sôbre um moribundo, um pedaço da vida. As suas terras de Oliveira, tomou-as o Carrazedas, no vencimen-

to da hipoteca. A espôsa, morreu, mandando-lhe, até o instante da morte, palavras de carinho e de saudade. E Deolinda, a filha, casou-se; casou-se com um humilde rapaz de sua aldeia, a quem amava desde criança, em um namôro que o pai amaldiçoava, porque ela havia de casar melhor, quando êle voltasse do Brasil...

Chega, enfim, o ano de 1924. As fôrças federais aquarteladas em São Paulo, aliadas à Polícia estadual, revoltam-se contra o govêrno da República sob o comando do general Isidoro Lopes. A cidade transforma-se em praça de guerra. Cada homem, nacional ou estrangeiro, tem uma carabina. Manuel da Bouça recebe a sua, e parte, com outros companheiros de casa, a tirotear pelas ruas. Após uma escaramuça, no Jardim da Luz, passa por um civil, estendido no chão, o rosto lavado de sangue. Nas mãos do morto brilham anéis de preço e, no peito, de bolso a bolso, uma corrente de relógio. O português olha-o, e continua o seu caminho. A noite desce, aos poucos, na cidade sem luz, e em plena batalha, como se cada tiro de fuzil correspondesse à explosão de uma lâmpada elétrica. Manuel da Bouça, homem honrado, luta consigo mesmo. O demônio que lhe ocupa uma parte do coração acaba, todavia, vencendo. Volta ao lugar em que vira o corpo do civil. As suas mãos,

trêmulas, baixam sôbre o cadáver; arrancam-lhe os anéis; tiram-lhe o relógio. E é com o magro produto dêsse roubo sacrílego que, dois meses depois, chega à sua aldeia portuguesa, metido em uma roupa nova, dando a impressão de que vivia rico e feliz no Brasil. Antes dêle, porém, já havia José do Aido regressado da América. O Carrazedas tinha-lhe, também, tomado as terras e êle é, agora, simples ajudante de um sapateiro. Em compensação, levantam-se em Oliveira duas casas suntuosas: a do Evaristo Nunes, que promovia o êxodo dos lavradores, roubando-os na venda de passagens e passaportes, e a do Carrazedas, que fornecia dinheiro aos que iam emigrar, e que lhe hipotecavam as terras. Estavam, um e outro, ricos, e cercados de considerações, confirmando, mais uma vez, a sentença de Ênio, tão louvada por Juvenal: *Unde habeas quaerit nemo; sed oportet habere.*

O romance do sr. Ferreira de Castro foi escrito com o intuito evidente de prender o agricultor português à terra em que nasceu, e de impedir o despovoamento e, conseguintemente, o empobrecimento das províncias com o êxodo para a América. E' uma obra de indiscutível patriotismo, a que se mesclam propósitos nobremente humanitários. Acresce que o autor não afeia as situações, agravando a verdade com a ima-

ginação. A sua lealdade chega, mesmo, ao ponto de colocar em Portugal, nas aldeias e cidades do interior, o aparelho criminoso destinado a exportar o trabalhador rural, depois de o ter expoliado. O defeito do seu romance está, apenas, no abuso das generalizações. O Brasil recebe os emigrantes que chegam aos seus portos, limitando-se a examinar-lhes os papéis e as condições de sanidade. Acresce que o português, povo em que é inato o gênio mercantil, prefere sempre as cidades em que pode exercer essa tendência. Ora, o comércio, no Brasil, vem exigindo, nos últimos decênios, capacidade mental que a fôrça muscular não pode suprir. Manuel da Bouça, o herói do sr. Ferreira de Castro, era, além de analfabeto, um campônio bisonho, que se intimidava diante dos moradores da vila, mesmo nos limites do seu Concelho. Havia passado, além de tudo, dos quarenta anos, da idade em que se pode partir sem armas à conquista do mundo, porque há tempo, ainda, para fabricá-las. Que podia esperar um emigrante dessa ordem em um país de imigração intensa, transformado, pela concorrência, em um dos maiores mercados de aptidões, em todo o mundo? O naufrágio de Manuel da Bouça teve a sua origem, assim, em causas pelas quais é responsável, unicamente, o Estado português. Ele é que o deixou igno-

rante; êle é que permite a propaganda de vantagens mentirosas nas aldeias, feita por especuladores nacionais associados para a exploração dos seus conterrâneos; é êle, em suma, que consente a manutenção de uma estreita mentalidade provinciana, terreno excelente para a cultura dessa baixa especulação. Não há país, hoje, em todo o mundo, em que se enriqueça rapidamente com o simples trabalho honesto. A riqueza fácil, em nossos dias, é fruto do acaso ou da espreteza. Aqueles que não resolveram eliminar a proibidade da lista das suas virtudes, devem abençoar a terra em que, com o suor do trabalho, possam conquistar um conforto modesto e progressivo. Só a ignorância de Manuel da Bouça podia conceber que um analfabeto, atrasado plantador de milho e couves, viesse amealhar, em dois anos, uma fortuna de cincoenta contos de réis. Êle foi, assim, uma vítima da sua condição mental, hàbilmente aproveitada pela sagacidade dos seus próprios compatriotas.

O livro que, sob o título *Uma política de imigração*, o sr. Carlos Martins acaba de publicar no Rio de Janeiro, poderia responder, aliás, a quantos vissem no personagem do sr. Ferreira de Castro o tipo invariável do portuguez que emigra para o Brasil. A emigração, como Portugal a permite, é um

mal, não apenas para êle mas, também, para nós, que a recebemos em grande parte. “O acesso ao território é livre, nessa terra de liberdade amplíssima”, reconhece o economista brasileiro. Mas aconselha medidas rigorosas, não só em relação às condições sanitárias e raciais, como às de preparo intelectual, à semelhança do que impõem a Austrália e os Estados-Unidos. “Acentuam-se — diz — as vantagens de calcar-mos as disposições da Austrália na “Dictation Test”, onde os imigrantes, antes da autorização de entrada, se submetem a exame que permita prova de um mínimo de instrução. Sem consistir em elemento de progresso, sob o ponto de vista intelectual, não venha o imigrante se incorporar ao exército já bastante numeroso dos analfabetos. Algumas imigrações trazem-nos, não exageramos, 99 % de iletrados”. Não é êste, porventura, o caso da imigração portuguesa? Mesmo assim, tão mal aparelhado para o combate, e, ainda menos, para a vitória, o elemento português é, no Brasil, aquele que menos pode lamentar a mudança de domicílio. O pequeno comércio — vendas, quitandas, padarias, cafés, botequins, — está, nas grandes cidades do litoral, quasi exclusivamente em mãos de portugueses. E que demonstra isto senão que os portugueses

que emigram não são, todos, entidades primitivas como êsse pobre urso humano que plantava couves em Oliveira do Caima? Se Manuel da Bouça tivesse conseguido cinquenta contos em dois anos, em São Paulo, quem se esforçaria, mais, em Portugal, em adquirir instrução e dar agilidade à inteligência?

Esta secção bibliográfica tem-se limitado a tratar unicamente de livros brasileiros. Os escritores estrangeiros têm, já, a sua crítica no país de origem, de modo a poderem prescindir da que lhes possamos fazer. Os nossos contam apenas com a dos seus compatriotas, e essa mesma tão rara nas suas fontes quanto precária no seu prestígio. O livro do sr. Ferreira de Castro pertence-nos, um pouco, pelo assunto e pelos cenários. A maior parte do romance desdobra-se no Brasil, fixando aspectos da nossa vida agrária, e, mesmo, um dos episódios mais relevantes da política brasileira, nos últimos anos. O autor é português; o herói do livro é português; é da atualidade portuguesa a questão social que êle expõe e debate. Alguns dos capítulos deram-lhe, porém, direitos de cidadania em nossa literatura. E', ainda, um livro amargo e, quiçá em algumas passagens, injusto. Mas a soma de verdade que contém, e que depende

da inteligência que o examinar, compensa tudo o que possa conter de injustiça. E ainda há para avolumar o saldo, a beleza literária, que é, na realidade, em toda a obra, intensa e profunda.

GALICISMOS (1)

PARECERÁ, talvez, a muita gente, absurdo e inexplicável que partam de membros da Academia Brasileira de Letras os protestos mais veementes contra as tentativas de mumificação da língua portuguesa no Brasil, isto é, contra a sua escravização incondicional aos moldes impostos pelos seus escritores dos séculos XVI e XVII.

A atitude dos acadêmicos que se insurgem contra essa tirania póstuma, assenta, todavia, em motivos respeitáveis. A Academia, segundo estabelecem, no artigo 1.º, os seus estatutos, “tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional”. Cultivar um idioma não significa, porém, conservar integral, imodificável, inalterável, o seu vocabulário. Assim, pelo menos, o entendiam os seus três evangelistas, — Joaquim Nabuco, Machado de Assis e Olavo Bilac, — os quais reconhecendo embora a necessidade de guardarmos as formas gramaticais da boa linguagem portuguesa, não condenaram, jamais, o enriquecimento do léxico. “A língua tem uma fixidez relativa”, declara o primeiro. “E’ preciso não confundir

(1) AFONSO COSTA — *Galicismos e não Galicismos* — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro, 1928.

a moda, que perece, com o moderno, que vivifica”, recomendava o segundo. “Uma língua não pode ficar mumificada e inânime, dentro de faixas seculares e imutáveis; os organismos vivos arfam e vibram numa perpétua renovação”, proclamava o terceiro; e comparava-a a uma árvore, cujo tronco é sempre o mesmo, mas que substitue, até à morte, as fôlhas, as flores, os frutos, e os ninhos sonoros que as aves lhe penduram nos ramos.

Bilac não suspeitava, talvez, quanto era justo, preciso, verdadeiro, nessa imagem. “Un peuple peut changer son lexique et sa syntaxe”, dizia, dez anos antes, na Sorbona, Arsène Darmesteter, “s’il garde ses formes grammaticales, sa langue n’aura pas changé. Avec le même lexique et la même syntaxe, au cas que la chose fut possible, la langue deviendrait autre, si les formes grammaticales variaient”. E citava, a propósito, o inglês, o qual, não obstante a invasão de trinta mil têrmos franceses, que lhe aumentaram os instrumentos de expressão, continuou a ser uma língua germânica, por serem germânicas as leis fundamentais da sua gramática.

O que caracteriza o idioma, e o defende, não é, pois, o vocabulário, mas a gramática, isto é, o conjunto das suas regras essenciais. Afirmar o contrário, quando se levantam,

gritando essa verdade, os fatos que constituem a história da linguagem, é preparar para si mesmo um sorriso de piedade, senão uma vaia literária dos escritores de amanhã.

Efetivamente, como admitir que devemos escrever em 1928, ou em 1940, como se escrevia em 1570, com Luiz de Camões, ou em 1670, com o padre Manuel Bernardes? Por que considerar ilegítimos, bastardos, adulterinos, os vocábulos que se integraram na língua nos séculos XIX e XX e legítimos, clássicos, vernáculos, aqueles que, tendo embora as mesmas origens, foram empregados por aqueles escritores dois ou três séculos antes? Que é que os recomenda senão o azinhavre do tempo?

Os preconceitos atuais da linguagem não passam, em verdade, de um prejuízo tradicional, de uma das superstições mais lamentáveis e ingênuas entre quantas nos legou o passado. Que é que particulariza a grande época literária portuguesa, que abrange os séculos XV, XVI e XVII, senão o enriquecimento da língua literária, o estabelecimento de novos moldes, e a adoção de vocábulos encontrados no domínio popular? E êsses vocábulos, de onde lhe vieram? Isolado em um recanto da Europa, sem comunicações com os países orientais do continente, especialmente a França e a Itália, que já haviam sofrido o sôpro re-

novador da Renascença, Portugal, não obstante a herança do árabe, possuía apenas um dialeto informe, modalidade resistente do baixo-latim, que lhe não podia dar, sem grande esfôrço, uma literatura. O seu surto marítimo, a notícia vaga dos seus feitos, as aventuras das suas caravelas e galeões, de que resultaram *novos mundos ao mundo*, foi que fizeram convergir para êsse pequeno povo semi-bárbaro a atenção das nações definitivamente polidas. Estabeleceram-se comunicações comerciais e, efêmeramente, políticas. As fronteiras foram atravessadas. Armadas e exércitos entraram em contacto, no continente e no oriente, tendo como consequência receber o povo mais pobre um forte cabedal de expressões novas, que lhe permitiram o enriquecimento do idioma e, pouco depois, a formação de um ambiente literário. Deu-se, enfim, em Portugal, no século XV, o que se verificou na Itália nos séculos XIII e XIV e, anteriormente, no mundo romano, quando as suas armas vitoriosas lhe franquearam os tesouros da cultura helênica. As grandes épocas na vida do pensamento são determinadas, em geral, pela seiva nova, pelo novo sangue que uma literatura recebe ao entrar em contacto com outras. Quem ignora a influência do gênio espanhol na formação literária do século de Luiz XIV? A França

deu à Espanha vocábulos, formas delicadas de expressão, mas recebia, em paga, o ouro da inspiração, de que se apropriaram Racine e Corneille.

A inviolabilidade do léxico adotado pelos quinhentistas e seiscentistas, é, assim, antinatural, e constitue uma das modalidades do egoísmo nacional mais antipáticas porventura criadas pelo orgulho humano. Proclamar a inutilidade do vocabulário, é proibir que nós, de hoje, façamos o que os nossos antepassados fizeram, e que forma o alicerce, mesmo, da nossa e da sua glória.

Êsse exagêro dos puristas de agora, êsse clamor que levantam, sem serem ouvidos, os profetas que ameaçam Nínive de peste e Babilônia de destruição, é o mesmo que se ergue em Roma durante quatro séculos, à medida que a Grécia conquistada no seu território fazia a conquista do pensamento latino, dando-lhe ao vocabulário a graça e a espiritualidade que lhe faltavam. Horácio atribuía, entretanto, aos gregos, até a arte de fazer versos, que, na sua opinião, os primeiros romanos desconheciam. *Non possum ferre, Quirites, Græcam urbes*, gritava Juvenal, revoltado. Debalde, porém, Salústio, e Apuleio, e Macróbio se afundaram a catar arcaísmos, procurando voltar às fontes idiomáticas, como um protesto à invasão. Esta se fez, lenta, contínua, per-

tinaz; e de tal modo que, não obstante a hipótese de Niebuhr, se considera a literatura latina um legítimo fruto da civilização grega. Aulo-Gélio, nas *Noites Áticas*, dá notícia de um *Verborum a Græcis tractorum*, de Cloácio Vero, e, comentando-o, mostra que até o verbo *errare*, tão latino na aparência e tão universal no significado, é grego nas suas origens. *Petorritum*, assinalado em boa literatura do I século, é, segundo ainda Aulo-Gélio, termo gaulês. Era já o galicismo influenciando na língua portuguesa, no ventre materno, isto é, no latim, de que devia nascer. E de que serviu isso, senão para tornar mais opulento, mais rico, o idioma de que o nosso procede? Já se calculou o que foi a contribuição do árabe na formação das línguas ibéricas? E que prejuízo seria o nosso, se Castela tivesse proscrito os vocábulos árabes após a expulsão dos mouros?

A infiltração de vozes de um idioma nos outros é, assim, o resultado das comunicações, do contacto entre os povos que as falam. À proporção que essas comunicações se estreitam, que êsse contacto se intensifica, maior é a infiltração. Ora, os veículos de entendimento, hoje, são múltiplos, rápidos, vertiginosos, com o telégrafo, a imprensa, o rádio, o avião. Os homens misturam as idéias, as paixões e os interesses. Um vocá-

bulo atirado à correnteza do pensamento pela manhã em Paris, em Londres, em Nova-York, Berlin ou Roma, se não encontrar tradução imediata entrará em circulação à tarde no Rio de Janeiro, em Tóquio ou em Buenos-Aires. Tentar impedir êsse fato, ou negar o fenômeno que o determina, é supôr-se com autoridade e fôrça para, novo Precursor, cortar as asas à alma do homem do século XX para que êle durma, e morra, no leito em que viveu o seu irmão do século XV ou XVI; é, enfim, imaginar que a língua portuguesa, resistindo à revolução universal, se possa conservar imutável, rígida, com a nobreza triste e inútil de um faraó morto, no sarcófago de pedra que lhe tallaram Frei Luiz de Souza, Camões e Vieira.

A opinião pessoal aquí exposta bastaria, talvez, para explicar a limitada simpatia com que leio, e examino, as obras como *Galicismos e não Galicismos*, do sr. Afonso Costa, especialista em estudos filológicos e antigo professor de língua portuguesa no Ginásio Pernambucano, do Recife. E' verdade que eu não as considero nocivas, ou mesmo inúteis, como literatura. O meu liberalismo na matéria não vai ao ponto de esquecer a necessidade de um filtro, de uma fôrça conservadora que impeça a invasão do vernáculo por uma enxurrada de vocábulos exóticos, postos em evidência pela simples

paixão do novo, como sói acontecer na vida e na literatura mundanas. As línguas devem modificar-se, mas gradualmente, como as árvores de Bilac, que fazem nascer uma fôlha quando outra cai ou à medida que se lhe multiplicam os ramos. Dá-se com os idiomas o que sucede com a raça, nos países de imigração. A entrada do vocábulo imigrante deve operar-se de maneira a poder ser aclimatado na língua em que êle fixa domicílio, e não em aluvião, de modo a modificar-lhe o caráter. A imigração renova as raças, vivifica os povos, reanima as nações que a recebem, sem prejuízo da sua autonomia e do seu espírito. O estrangeirismo opera o mesmo milagre, na política da linguagem. O juízo da cidadania é aí exercido, porém, pelo povo. Quando êste se apossa de um vocábulo, e não conhece senão por êle o objeto a que se êle refere, como acontece, por exemplo, com *aigrette*, *garage*, *bibelot*, *bon-bon*, *toilette*, *kiosque*, *foot-ball*, etc., é excusado condená-lo. Se a única alfândega que podia reter o contrabando é que ajuda a sua introdução no país, perdem o tempo os escritores que lhe correm no encalço. Êsse tribunal não reforma sentenças, em casos de apelação.

Quando se tratou, na Academia Brasileira de Letras, do lugar que deviam ter, no Dicionário que ela está elaborando, os

estrangeirismos, eu tive a ventura de ver adotado, após fortes debates, o meu ponto de vista. Três propostas foram apresentadas: uma do sr. Fernando Magalhães, outra, do sr. Cláudio de Souza, outra, minha. A do sr. Fernando Magalhães estabelecia: “No *Dicionário Brasileiro da língua portuguesa*, no fim de cada letra, haverá um suplemento para receber as palavras estrangeiras adotadas pelo uso.” A do sr. Cláudio de Souza rezava: “Proponho que as palavras estrangeiras em uso no Brasil sejam colocadas num suplemento, e que aquelas que já estão com grafia portuguesa, ou apor-tuguesadas, sejam incluídas no Dicionário, a juízo da comissão do Dicionário, e em caso de divergência, a juízo do plenário”. E a minha: “Proponho que sejam registrados no corpo do Dicionário os vocábulos estrangeiros de uso corrente no Brasil, e já usados por escritor de reconhecida autoridade, grafando-se êsses vocábulos pelo modo por que são encontrados na literatura brasileira. Ao lado de cada um dêsses estrangeirismos, cuja prosódia se registrará entre parênteses, será indicado o seu correspondente em vernáculo”. Os srs. Coelho Neto, Afonso Celso e Laudelino Freire concordavam com o sr. Cláudio de Souza. Estava comigo, emprestando à minha proposta o prestígio do seu nome, o sr. João Ribeiro.

Era isso na sessão de 17 de novembro de 1927. Divididas, como se achavam, as opiniões, o sr. Rodrigo Otávio, presidente da Academia, opinou que se consultasse sobre a matéria o sr. Carlos de Laet, presidente da Comissão do Dicionário, o qual se encontrava, já, no leito, à espera do Anjo da Morte. A sugestão foi aceita, e, na sessão de 24, o sr. Rodrigo Otávio comunicava à casa os resultados da missão de que fôra investido. Tinha visitado o sr. Laet, na véspera, e lido, a pedido d'êlé, as três propostas. E o sr. Laet, depois de ouví-las, expusera, com a agudeza e o brilho habituais, a sua opinião, que concordava, precisamente, com os pontos assinalados naquela de que era eu o signatário. Sumetida, assim, esta, à votação, foi aprovada, passando a constituir, dessa maneira, a orientação oficial da Academia.

Não obstante a autoridade que emprestavam ao meu ponto de vista os pareceres, a êle favoráveis, dos srs. João Ribeiro e Carlos de Laet, é de justiça acentuar que os que lhe eram adversos não capitularam sem discussão animada, nem a êle se submeteram sem deixar registrado, em ata, o seu voto contrário. O sr. Silva Ramos continuou a bater-se pela só inclusão, no Dicionário, de vocábulos lidimamente portuguezes, com certidão de batismo na pia de Camões e Ca-

milo. O sr. Laudelino Freire fazia concessões: permitia a inclusão de termos estrangeiros, desde que tomassem a forma portuguesa. Exemplos: “bonde”, “clube”.

— Como grafará v. ex. o adjetivo *chic*?
— perguntei. — E o substantivo *smocking*?

O sr. Laudelino achou, parece, inepta a pergunta que lhe eu fazia. Sorriu, e não atendeu ao apêlo da minha ignorância.

O sr. Cláudio de Souza, secundado pelo sr. Coelho Neto, bateu-se apaixonadamente pelo suplemento, insistindo em afirmar a eficiência da língua portuguesa para satisfazer, com vocábulos seus, a nomeação de todos os sentimentos e objetos. Pedí-lhe têrmo que substituísse o galicismo *garage*.

— V. ex. tem, em vernáculo, “auto-cocheira”! — declarou.

— Se v. ex. sair com o seu automóvel em busca de uma “auto-cocheira”, — obtemperarei, — correrá o risco de ficar com o carro na rua.

O sr. Cláudio de Souza concordou com a alegação, mas não cedeu. E a sua atitude, como a de outros acadêmicos, é das mais louváveis. “Comme tout ce qui a vie, — escreve ainda Darmesteter, — le langage est soumis à deux forces contraires: la force qui innove et celle qui conserve; la marche du langage consiste à ceder graduellement à

la première en se laissant contenir par la seconde”.

Eu sou, no caso, um dos instrumentos da fôrça revolucionária; o sr. Afonso Costa, e uma parte da Academia, pertencem à segunda. Ambos nós somos úteis, e necessários. E a língua portuguesa, com o auxílio de uns e outros, continuará a enriquecer-se de novas vozes, operando, assim, de acôrdo com a necessidade do pensamento, a sua evolução e o seu destino. Urge, apenas, que não sejamos extremados, para não parecermos ridículos.

POESIA SERTANEJA (1)

AS páginas mais humanas e profundas de Euclides da Cunha são, talvez, aquelas em que entra maior soma de fantasia. São as do “Judas-Asverus”, no livro *À Margem da História*. Concluída a feitura do manequim grotesco e bamboleante, em que o seringueiro trágicamente se revê, é êle colocado sôbre a jangada rústica e lançado, num impulso forte, ao rebôjo do rio amazônico. Uns, colhidos pela correnteza, deixam-se levar em carreira vitoriosa, rumo do oceano distante, aonde jamais chegarão; outros, encalham perto, na primeira ilha ou na primeira curva das águas, embaraçando-se nos ramos das ribanceiras; outros, ainda, vão ter ao remanso, no fim do estirão, onde permanecem, até que os destrua uma catástrofe, retidos e embalados pelo entrechoque das correntes fluviais.

O espírito possui, também, o seu sábadão da Aleluia. Cada um de nós, ao iniciar a vida de letras, atira o seu aos riscos das corredeiras, ignorando onde estas o levarão. E o sr. Catulo da Paixão Cearense fez como toda a gente; com a particularidade, apenas,

(1) CATULO CEARENSE — *Alma do Sertão* — Livraria Leite Ribeiro — Rio, 1923.

de tê-lo visto, após uma carreira vertiginosa em linha reta, ir deter-se de repente, na volta mais perigosa de todo o curso do rio.

O nosso maior poeta popular, que é, ao mesmo tempo, uma das mais brilhantes organizações poéticas do Brasil, atingiu, já, um grau de responsabilidade que não admite mais condescendências generosas. Após a crítica de louvores incondicionais, o lisonjeiro exame de conjunto, chegou o momento das exigências meticulosas e necessárias, a bem da sua própria fortuna. Depois do abuso do açúcar e dos confeitos a centáurea menor torna-se mais amarga, mais insuportável, mais repugnante ao paladar. Os medicamentos de gosto desagradável são, em geral, os mais eficientes.

Recusar ao sr. Catulo Cearense um alto engenho poético seria contestar, na claridade do dia, a existência do sol. Poucos espíritos, entre nós, foram dotados de imaginação tão vigorosa e nenhum, até hoje, de inspiração tão ingênua, tão fresca, tão natural. As suas imagens, no *Meu Sertão*, no *Sertão em flor*, nos *Poemas Bravios*, na *Mata Iluminada*, têm a suavidade, a graça, a singeleza feliz das manhãs de inverno nas altas sertanias do nordeste. Sente-se, ao ler os seus grandes poemas daquela fase, o gosto das frutas, o cheiro das flores silvestres, e um barulho d'água virgem, tombando

nas encostas da serra. Surpreendido nas origens, o regato da sua poesia é o mais delicioso que o Brasil tem visto manar no sistema potamográfico da sua literatura. Dá êle idéia, aí, dos tempos inocentes da humanidade, da quasi alvorada do mundo, da hora radiosa em que o homem acordava com a saúde no corpo e a alegria na alma, para o dia da civilização. Poucos povos modernos possuirão um exemplo tão precioso de inspiração nativa e pura. Êle é, mesmo, em alguns dos seus poemas bárbaros, um pequeno Homero, demorado na eclosão, surgido tardiamente, mas, nem por isso, menos interessante para as nossas letras. "Homero canta", escreveu o velho Hugo. O sr. Catulo Cearense foi, para nós, um modesto pássaro matinal de canto límpido; com a circunstância, apenas, de ter começado a cantar, quando, no Brasil, o dia da Civilização já ia alto. . .

Por isso mesmo, por tratar-se de um poeta original e único, é preciso que a crítica lhe aponte os desvios que a cultura lhe não assinalou, e que lhe escaparam à intuição. E uma das suas falhas capitais é a suposição de que pode criar um dialeto sertanejo, enxertando nos seus poemas vocábulos que provém das necessidades da rima e que assentam, de ordinário, na etimologia do seu capricho. ^o

A imaginação do sr. Catulo da Paixão Cearense é, nas suas origens, sertaneja, não do sertão atual, mas de outro, mais belo, que já existiu. Aqueles tipos heróicos, briosos, cavalheirescos, são tão inatuais como os índios generosos dos *Timbiras* e do *I-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias. Mas já viveram, sofreram e amaram. O contacto com as populações litorâneas, as vicissitudes da política, a miséria econômica, desfibraram, amoleceram, desfiguraram o caboclo dos princípios do século XIX. Os personagens do *Marroeiro* e do *Cangaceiro* são, por isso, retrospectivos. O que, porém, nunca existiu, é o léxico arbitrário que o poeta lhes atribue.

“O indivíduo que enriquece o espírito com emoções profundas, — escreví eu, há dez anos — guarda em si mesmo, sem o saber, um tesouro para os filhos. Cada gota de sangue é uma chapa fotográfica, tênue ou nítida, que transporta um mundo de paisagens e sentimentos; e daí a noção instintiva, inconciente, que temos de certos problemas, cuja solução não encontraríamos, talvez, por nós mesmos, de olhos abertos.” O sr. Catulo Cearense é uma das mais felizes confirmações dessa teoria. Filho de sertanejo, herdou, do pai, por hereditariedade psíquica, ou por efeito dos racontos ouvidos em criança, uma noção exata do sertão

nejo antigo. Os modos de expressão, o vocabulário, êsse, entretanto, não se tem por intuição. Quando Deus fez o homem, o Diabo fez o macaco, seguindo o modêlo. Tudo que há no original, há na imitação. Mas a esta faltou a palavra, que é o sêlo divino, e não depende, apenas, do órgão que a emite. Miguel Ângelo reproduziu a imagem que trazia no pensamento, mas não lhe pôde conceder essa faculdade. Nas obras d'arte a palavra é a vida.

Quem conhece o sertão brasileiro, sabe que o nosso homem do interior difficilmente põe em circulação termos novos. Deturpa os vocábulos, mas não os inventa. Corrompe, mas não cria. A gíria é mais uma instituição urbana do que rural. E é isso mesmo que se observa nos desafios autênticos, no cancionero popular colecionado pelos folcloristas do centro, do norte, ou do sul. Conhecendo o ambiente e as populações do antigo sertão pelo fenomeno acima referido, ou por um espantoso milagre divinatório, pois que jamais visitou as suas fazendas e vilarejos, o sr. Catulo da Paixão Cearense se encontra em dificuldade quando se trata de dar corpo às situações imaginadas. Triunfa o poeta, mas o artista, para não capitular, tem de lançar mão da mais lamentável artificialidade.

Daí o dialeto que atribue aos seus heróis, e graças ao qual êsses heróis não são jamais reconhecidos no sertão. Ouvindo um dos seus poemas, o caboclo nortista, que se entusiasmou com a *Lira Sertaneja*, de Hermínio Castelo Branco, se queda boquiaberto, na suposição de que tudo aquilo succedeu entre outros povos, entre gente que fala outra língua. Dá-se com os seus versos, tão ricos de poesia, o que, segundo se diz, ocorreu em um confronto de Rui Barbosa com Euclides da Cunha. Euclides havia escrito, como se sabe, o *Estouro da boiada* quando Rui, achando o assunto excelente, e supondo que o estilista bárbaro não tinha aproveitado convenientemente o tema, resolveu explorá-lo, novamente. E escreveu com a magnificência do seu vocabulário e o ritmo ossiânico da sua prosa, uma página sonora, soberba, majestosa, em que pusera todos os seus recursos estilísticos. Tendo em mãos as duas descrições magistrais, um fazendeiro, no interior, chamou, diz-se, os seus vaqueiros, e, tendo-os em tórno, leu, para que ouvissem, a de Rui.

— Está boa — concordaram alguns dos ouvintes.

O fazendeiro passou a ler a de Euclides, irregular, impetuosa, sem preocupações clássicas de forma ou de sintaxe. E quan-

do terminou, foi uma só a exclamação dos vaqueiros.

— Ah! esta, sim! — gritaram todos, entusiasmados.

E' que Euclides descrevia o que tinha visto, o espetáculo que os seus olhos haviam presenciado no sertão largo, ao passo que Rui, estilista de maiores atributos, se prevalecia, apenas, das reservas da imaginação. O sr. Catulo da Paixão Cearense é muito mais rico de imagens, e incomparavelmente superior, sob o ponto de vista literário, a todos os sertanejistas, como Hermínio Castelo Branco; mas êste se acha mais identificado com a alma sertaneja, com o ambiente sertanejo, no qual nasceu, viveu e morreu. "Pour bien sentir, il faut le vivre, il faut le voir", escreveu alguém. E isso é em grande parte, verdadeiro. Conta-se de um poeta francês do século XVI, Vauquelin, senhor de Yvetaux, o qual, dispondo de grandes haveres, possuía no seu parque dezenas de mulheres em trajés de pastora, que apascentavam carneiros de lã alva com laços de fita nos chifres. Êle próprio se vestia, ou se despia, de Dafne, e ia, com a sua flauta pastoril, seduzir as Cloés. O sr. Catulo da Paixão Cearense é sertanejo na linguagem como Vauquelin era, nos modos, pastor da Arcádia: é um troveiro de luxo, ou, como

agora se diz, um legítimo estilizador do sertão.

A artificialidade do seu sertanejismo verbal é, assim, flagrante. Basta, para isso, passar em revista o vocabulário da *Alma do Sertão*, livro que acaba de publicar, e no qual se encontram termos como estes, que põe na bôca de violeiros do nordeste: coiôba, tipangue, goga, quirim, sanharão, trassanga, samonga, bengóla, frevioca, murixaba, tungú, runixola, tarrafubado, intorceração, jobão, sarambelão, muxice, sambanga, geguêlê, roxóxó, camumbembe, ispinloncada, farróia, sirigóla, sirilúia, catimboia, curêrê, tarapema, pacaia, xuntoso, merrêdê, ingerimbado, gingongo, mafião. A própria História Natural é pretexto para que êle, nos livros anteriores, enriqueça o léxico sertanejo com uma infinidade de plantas e animais, aos quais dá vida, como Jeová no terceiro e no sexto dia da Criação, sendo de observar, apenas, que o Arquiteto do Universo criava os bichos e as plantas para formar o mundo, e o sr. Catulo Cearense os inventa com o simples objetivo de formar um verso ou casar uma rima.

Alma do Sertão é uma dessas obras que adiantam mais à bibliografia de um autor do que, pròpriamente, à sua glória. Os temas nele tratados não lhe deram, nem po-

diam dar, oportunidade ao exercício da sua imaginação, e, em particular, às suas imagens admiráveis. O que o sr. Catulo Cearense fez, ou tentou, neste livro, foi — se assim se pode dizer — a aristocratização do desafio, iniciando, talvez inconscientemente, a sua integração na literatura erudita. O diálogo versificado, em que o cantor usa apenas um verso, ou dois, para que o competidor complete a quadra e assuma a responsabilidade da rima, isso, pelo menos, é inovação sua, em poesia popular. Aquí está um exemplo:

“Pernambucano:

Cearense, a tua viola
já tá munto roxóxo!

Cearense:

A viola quando inveiêce
é quando fica mió!

O desafio autêntico, sertanejo, tradicional, estabelece a equivalência dos recursos entre os contendores. Cada um diz a sua quadra, a sua quintilha, ou a sua oitava; o verso facultativo, sem a rima, é que não há, porque, se houvesse, estabeleceria a desigualdade entre os cantadores, tirando assim todo o interêsse ao torneio.

A segunda parte do livro, composta de pensamentos sôbre a mulher, constitue, apenas, uma perfídia contra a primeira. O sr. Catulo, prosador, só pode servir para des-

lustrar o sr. Catulo, poeta. Em carta dirigida a Ibben, em Smirna, contava Rica, nas *Lettres Persanes*, de Montesquieu, ter sido êle objeto de admiração em Paris enquanto usara os seus trajes orientais. Mudados, porém, estes, pela roupa civilizada que um alfaiate lhe talhara, logo a turba que o acompanhava se dispersou, como se êle tivesse perdido, de repente, a consideração pública. Em literatura, dá-se o mesmo. Cada um tem o seu trajo persa, para chamar a atenção dos transeúntes da vida. O sr. Catulo da Paixão Cearense tem o seu, que é a poesia popular. Como pensador, como filósofo, é, porém, e evidentemente, um persa vestido à ocidental. Ao aparecer com as roupas de Schopenhauer ou de La Rochefoucauld, que, ademais, lhe não assentam no corpo magro, os admiradores, de pronto, desaparecem. Êsse desastre é, aliás, previsto pelo sr. Mário José de Almeida, prefaciador da obra.

Afirmam os economistas nacionais que o Brasil é o país mais rico do planeta. O ouro, o diamante, as pedras coloridas, amadurecem no seio da terra. As florestas são incomparáveis pela variedade das suas madeiras, dos seus frutos, das suas resinas. Os rios e mares têm imensa quantidade de peixes. E aves no céu. E feras nas selvas. O povo, entretanto, é o mais miserável do

mundo, por falta de cultura, de ordem na vida, de disciplina no trabalho, para aproveitamento daquilo que Deus lhe destinou. O sr. Catulo da Paixão Cearense reflete, em grande parte, as venturas e defeitos da sua pátria e da sua gente. O seu talento poético é considerável. A opulência da sua imaginação é das maiores que as letras brasileiras registram. E, no entanto, não tira dêesses recursos as vantagens que lhe são permitidas. A sua poesia poderia permanecer ingênua e natural como a do *Sertão em flor* e do *Meu Sertão*. O vocabulário devia conservar a sua rusticidade, o seu cunho dialetal, mas sem os enxertos artificiais que o têm desnaturado. Conviria, entretanto, que tudo isso obedecesse a um programa de trabalho, a um objetivo literário, como o fazem os escritores que conhecem o seu valor e, com êste, a responsabilidade que êsse valor estabelece. Mistral fez uma obra d'arte com os elementos fornecidos pelo povo, mas fê-lo, como artista, cristalizando-os com a sua cultura. "Je ne suis qu'un resultat, la fleur suprême de la race", — dizia êle, um dia, em Maillane, a Jules Bois, — "ceux qui ont vraiment préparé mes poèmes, ce sont ceux qui, avant que je naisse, les ont vécus. Moi, je n'ai fait que les écrire". *Mireio* não é obra de boêmio que se fiasse na graça divina; mas a tarefa mag-

nífica de um trabalhador conciente, que sabia, com a previdência peculiar às inteligências polidas, que o louro das coroas consagradoras, nas letras, deve ser lustrado pelas mãos de quem vai coroar. Não há glória sem esforço, sem pena, sem sacrifício.

O sr. Catulo da Paixão Cearense, tão rico de inspiração e de outras virtudes literárias, está, em tempo, ainda, de organizar a sua obra, limpando-a das impurezas de que a sobrecarregou. Soou a hora, já, de pensar na immortalidade, que não é feita pela Academia, mas pelo trabalho de cada homem de pensamento. Releia os seus grandes poemas dos primeiros livros, nos quais repousará a sua nomeada de rapsodo americano. Ajuste-os à sua condição de obra rude, mas vigorosa e verdadeira. Detenha-se, pela vontade enérgica, ao ser tentado a escrever prosa ou poematos inferiores. Mergulhe, enfim, o termômetro do bom-senso na consciência, medindo o seu talento, sem modéstia escusada, mas, também, sem vaidades infantís.

Judas Asverus está no remanso, ameaçado de afundar-se, ou de encostar à margem, terminando tristemente a sua carreira triunfal. Atire-o de novo, depois de retocado na figura, para o largo, para a correnteza, para o caminho antigo. Se não fizer isso, a sua poesia corre o mais grave dos

riscos, que é o de ser esquecida dentro de uma ou duas gerações: não ficará na memória dos sertanejos, por estar, pela elevação do pensamento literário, acima da compreensão dêles, nem na história das letras eruditas, por não poder, pelos seus processos de realização e, em particular, pela sua artificialidade lexicográfica, entrar vitoriosamente, como merecia, na alta literatura.

LITERATURA DOMÉSTICA (1)

FIGURA nos Anais do Senado do Império um famoso discurso do conselheiro Paulino Soares de Souza, oferecendo trânsito livre, naquela casa do parlamento, à lei João Alfredo, a 13 de maio de 1888. A êle pertence esta passagem histórica:

— “Os jornais todos que li esta manhã anunciam, sr. Presidente, que Sua Alteza e sereníssima senhora princesa imperial Regente desceu hoje de Petrópolis e está à uma hora da tarde no paço da cidade à espera da deputação desta casa, para sancionar e mandar promulgar já a medida ainda há pouco por Vossa Excelência sujeita à deliberação do Senado. Cumprí, como as circunstâncias permitiram, o meu dever de senador; posso cumprir o de cavaleiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta hierarquia”.

Dando preferência, hoje, ao exame de um livro da sra. Amélia de Freitas Bevilacqua, com preterição de outros mais antigos, escritos por homens, é evidente que atendo, apenas, à lição do conselheiro Paulino. E' preciso que um escritor da Repúbli-

(1) AMÉLIA DE FREITAS BEVILACQUA — *Impressões* — Tipografia Bernard Frères — Rio de Janeiro, 1929.

ca não se mostre inferior, pelo menos em cavalheirismo, em cortesia, em gentileza, a um velho político da monarquia.

Não fosse a razão da primazia e, certo, não se encontraria outra. Porque, em verdade, eu não sei de nada mais parecido com um livro de mulher do que outro livro de mulher. A escritora de ficção, por maior que seja o seu talento, por mais masculina que se nos afigure a sua mentalidade, por menos femininos que lhe nasçam os pensamentos, denuncia, fatalmente, às inteligências menos perspicazes, a sua condição. Traje-se um casal, marido e mulher, ambos de cabelos curtos, de pijamas iguais, tendo um e outro ao rosto a mais discreta das máscaras. E logo, ao primeiro golpe de vista, o espectador menos prevenido estabelecerá a distinção. As ondulações do corpo, a modelação das curvas, o ritmo do andar — traem imediatamente o mistério. Ninguém sabe quem é a mulher que ali está, mas ninguém dirá que é um homem. Assim na arte de escrever. O estilo é, nesta, o pijama das idéias. No homem, êle é definido, individual, cada um tem o seu. Na mulher, não: é coletivo, pertence ao sexo. Ao contrário do que acontece com os corpos, os espíritos masculinos têm cada um a sua indumentária. Em literatura as mulheres vestem uniforme.

As *Impressões* com que a sra. Amélia Bevilacqua aumentou, êste mês, a sua bibliografia, não diferem, assim, sob o ponto de vista literário, dos livros em prosa que aparecem frequentemente no Brasil sob a amável responsabilidade, ou a encantadora irresponsabilidade, de um nome de mulher. Dez ou vinte outras senhoras escrevem, de norte a sul do país, com a mesma candura ou, melhor, com a mesma singeleza e o mesmo vocabulário romântico, respigado, parece, em Joaquim Manuel de Macedo. O que, porém, nenhuma outra apresenta, é a qualidade de espôsa do sr. Clovis Bevilacqua. Dessa venturosa circunstância tira a ilustre senhora, neste volume, todo o proveito permissível, fornecendo à História literária uma documentação abundante, e precisa, sôbre a vida de um dos brasileiros mais puros e eminentes do nosso tempo; e, principalmente, sôbre a intimidade de um casal, que, pela conjugação dos destinos, pela originalidade doméstica, pela afeição de que é espetáculo comovente, constitue uma das reminiscências mais enternecedoras da família antiga, a afrontar, impávida, orgulhosa das suas virtudes, a sociedade moderna, cujo edifício assenta, para perdição e delícia nossas, sôbre os sete pilares dos sete pecados mortais. Bastaria isso, evidentemente, para fazer do livro da sra. Amélia de

Freitas Bevilácqua uma obra curiosa e interessante.

Os primeiros capítulos do volume, consagra-os a autora aos grandes amigos do seu lar, alguns dos quais, como o sr. João Ribeiro, o sr. Alberto de Oliveira, o sr. Rodrigo Otávio, e Araripe Júnior e Sílvio Romero, são também grandes nomes, fora dê-se ambiente familiar. À sua faculdade de admirar mistura-se, porém, a de querer bem. O cérebro age, trabalha, movimenta-se; mas o impulso, quasi todo, quem lho dá é o coração. "C'est le cœur qui sent Dieu et non la raison", opinava Pascal; "voilà ce que c'est que la foi: Dieu sensible au cœur, non à la raison". A senhora Amélia de Freitas Bevilácqua ajusta a essa teoria os seus julgamentos literários. Prefere ser benevolente, julgando com o sentimento, a ser justa, julgando com a intelligência. Daí a importância restrita das suas opiniões, embora estejamos, às vezes, de acôrdo com elas, principalmente quando nos fala do sr. João Ribeiro, que é, inegavelmente, no Brasil, com a sua obra dispersa, mas sempre rica de ensinamentos, o admirável Aulo Gélío do nosso tempo. Como Aulo Gélío é êle, na minha opinião, um grande espêlho fragmentado, mas guardando sempre, em cada partícula, uma réstea de luz.

O que caracteriza a obra da sra. Amélia de Freitas Bevilácqua, — obra que reflete, por sua vez, a vida do casal, — é, assim, a bondade: bondade singela, bondade pura, bondade cristã. E' mesmo das decepções dessa virtude que nos dá notícia, ao narrar as ingratidões que tem sofrido com o seu costume de criar filhos alheios, recebendo-os de pais miseráveis, gente do povo, que mais tarde os vem rehaver brutalmente, depois de limpos e vestidos decentemente, para mergulhá-los, de novo, na lama do vício e do crime. Primeiro, é a filha de um italiano, lavador de casa. O casal Bevilácqua recebe-a, a pedido do pai, entre as suas filhas. Dá-lhe o pão da bôca e o do espírito. Ministra-lhe instrução, contratando professores de letras e de costura. E quando imagina ter feito uma grande amiga, uma afeição para a velhice, entra-lhe pela porta uma virago, a mãe da moça, e arrebatada-a, não se sabe para que destino. Em seguida, é um pequeno mendigo. A família acolhe-o, lava-o, veste-o, dá-lhe um prato à mesa, e põe-lhe um abecedário diante dos olhos. O pai do menor descobre-lhe o paradeiro, e reclama-o. Dêem-lhe tudo: pão, roupa, moradia; leitura, não; o pequeno pode vir, um dia, a ser doutor, e desconhecer a família, e é preciso evitar essa calamidade. E leva-o, arrastado pelo braço.

Os corações forrados de bondade são, todavia, incorrigíveis. Esperam a gratidão como o sedento espera a gota d'água no areal. O da sra. Amélia de Freitas Bevilacqua é assim. Abandonada, duas vezes, pelos filhos adotivos, reincide ainda outras, sendo paga, novamente, na moeda do Diabo. Confessa que ficou triste; mas remata, resignada e cristã: "E' melhor sentir a ingratitude do que ser ingrato".

A autora das *Impressões* teria, talvez, economizado tempo, e amargura, que é o azinhavre do ouro do tempo, se, antes de reconhecer o mendigo, e a filha do lavador italiano, e a Delfininha, e a pequenina Maria, tivesse lido, no volume de *Les Sept Femmes de la Barbe Blue*, a novela néo-histórica *Le miracle du grand Saint Nicolas*, do previdentíssimo Anatole France. Era S. Nicolau bispo de Trinqueballe, na Vervignole, quando, em excursão com o diácono Modernus pelas florestas da sua diocese, penetrou no albergue de um camponês de nome Garun, no canto do qual dormiam havia sete anos, em uma salgadeira, mergulhados em salmoura, os pedaços de três meninos esquarterados pelo facínora. Guiado pela graça divina, o santo, com a simples imposição das mãos sôbre a salgadeira, faz com que as crianças ressuscitem. Chamam-se, o mais velho, Máximo, o segundo, Robin, e o mais

novo, Sulpício. Conduzindo-os para Trinqueballe, ia o bispo mostrando-os, pelo caminho, de aldeia em aldeia, de hospedaria em hospedaria, de castelo em castelo.

— Sinto-me contente — dizia — de haver tirado estes meninos da salgadeira para torná-los bons cristãos. Farei dêles dedicados servidores de Deus e seus méritos serão contados!

Os resultados dêsse milagre não foram, todavia, demorados. Aos dezessete anos, Máximo tornou-se um bandido célebre, organizando uma quadrilha destinada ao rapto de raparigas, a qual pôs em alvorôço a região, até então sossegada e feliz. Sulpício, que se destinava à carreira eclesiástica, estabeleceu um cisma dentro da diocese, arrebatando ao rebanho do bispo as suas melhores ovelhas. E como era preciso atormentar, até o extremo, a alma de São Nicolau, Robin, feito tesoureiro da igreja, roubava, dia e noite, o erário sagrado.

Anos depois, encontram-se no alto de uma das montanhas da Vervignole, retiro de eremitas e refúgio de lôbos, dois homens, em cujo rosto de pergaminho a pena do Tempo havia escrito o poema do sofrimento. Um dêles sentia-se consolado.

— Eu matei três crianças, espostejei-as, e conservei-as em salmoura durante sete anos, — conto a êste, ao ver chegar o com-

panheiro. — Arrependido, vim para êste ermo, depois que elas foram ressuscitadas. Com a sua ressurreição voltou, felizmente, a paz à minh'alma. Fui desgraçado, porque as matei. Eu sou Garun, o camponês.

— Pois, eu, — respondeu o outro, — depois que elas foram ressuscitadas, nunca mais tive tranquilidade. Meu bispado foi anarquizado; minhas ovelhas, postas em debandada; e eu próprio, expulso e excomulgado por causa delas, depois de doze anos de amargura e atribulação. Eu sou o bispo Nicolau. Fui ainda mais desgraçado do que tu, porque as ressuscitei. . .

A sra. Amélia de Freitas Bevilácqua não chegou a fazer o milagre do bispo de Trinqueballe, tirando da salgadeira os seus beneficiados, embora a miséria deva ser considerada, hoje, a salmoura do vício. E é por isso que sofreu pouco. A ingratidão está, sempre, na proporção do benefício. *Benefacta maleficiis pensare*, já diziam os antigos na consciência da sua sabedoria.

Mais amarga, ainda, do que a lição infligida ao bispo anatoliano, foi, todavia, a que recebeu um vizir do reinado de Abu-Beker, cuja história vem no famoso *Gulistan*, de Saadi, o mais popular dos poetas asiáticos. No tempo em que os salteadores infestavam as montanhas de Chiraz, incen-

diando as colheitas e devastando os rebanhos, os soldados caíram uma noite sôbre êles, e os levaram ao Califa, que deu ordem pronta, e indignada, para que fossem enforcados. Encontrando-se, porém, no bando sinistro um mancebo em cujo rosto, — diz o narrador, no seu estilo oriental, — as rosas da mocidade não haviam de todo desabrochado, um vizir intercedeu, compassivo, pela conservação da sua beleza:

— Dá-mo, ó Senhor, eu to peço. Dá-mo, que eu farei dêle um grande homem, para glória do teu reino e esplendor da tua sabedoria!

Abu-Beker, o Califa, que o ouvia, olhou-o firme e respondeu, prudente:

— Não sabes tu, ó Vizir, que o salgueiro não dá fruto, por mais fecundas que sejam as chuvas do céu? Leva-o. Lembra-te, porém, que o filho do lobo, embora entre os homens, será sempre lobo.

Passados três invernos, depois de cuidado, criado e vestido, o filho dos salteadores sente uma grande saudade da montanha, da vida livre e errante, do vento nos cabelos revoltos. Foge. E uma noite, enquanto o Vizir dorme nas suas fôfas almofadas de damasco, entra-lhe pelo palácio a quadrilha reconstituída pelo mancebo, e rouba-lhe os haveres, e mata-o, e volve, prote-

gida pela treva, para os altos esconderijos alpestres.

Informado do assalto, Abu-Beker sorriu cèpticamente, e bradou, voltando-se para os outros vizires, do trono da sua experiênciã:

— O' sábios loucos, que vós sois! Como queríeis que o espinheiro desse o cina-momo? A chuva, que alimenta a rosa, não alimenta igualmente o indigno junco da lama? Como podeis admitir que o bom sabre seja feito do mau aço?

A bondade do casal Bevilácqua não se limita, mesmo assim, a submetê-lo aos riscos do vizir do *Gulistan* recolhendo à proteção do seu carinho os pequenos esfarrapados que lhe batem à porta: leva a sua ternura, a sua piedade, aos próprios animais. O jardim da casa em que mora é um refúgio de cães e gatos abandonados, que têm, a hora certa, o seu prato de alimento e a sua colherada de remédio. Contou-me pessoa da sua intimidade que há, nos fundos do prédio da rua Barão de Mesquita, um terreno vasto, em que vivem à solta dezenas de galináceos, que são, talvez, os mais felizes da terra. Por deliberação da família, foi revogada, terminantemente, a pena de morte que pesava sôbre as aves domésticas. E como só se faça na casa o consumo de ovos, e o consumo seja inferior à produção, e os

ovos do *superavit* se transformem em novas galinhas e em novos galos, o resultado é a superlotação do quintal, — o qual já precisaria, a esta hora, da lei de Malthus se os ladrões não franqueassem periódicamente o muro, desbastando os poleiros.

Eu não sei de história mais comovida, do que essa, nem de corações que se manifestem de maneira mais piedosa, e mais próxima da santidade. Quando, em 1923, as letras francesas comemoraram o centenário de Renan, o suave Santo Ernesto do hagiólogo leigo, foi Anatole France convidado pelo Colégio de França para tomar parte, com uma breve conferência, nas homenagens àquele seu meigo irmão irreverente. O romancista de *Le lys rouge* aceitou o convite, e, aproveitando a oportunidade que a comemoração lhe oferecia, passou a fazer o elogio de monsenhor Loisy, que fôra o sucessor de Renan naquela instituição de eruditos. Humilde na sua sabedoria, o eminente sacerdote vivera, sempre, afastado da agitação do mundo, preferindo à missão de amansar ovelhas, a de criar pintos e frangos de raça em uma pequena propriedade à margem do Sena. Amigo de Loisy, Anatole batera-se pela sua elevação à cadeira de Renan. Por ocasião dêsse pleito, havia quem estranhasse o interêsse de um céptico daquela estatura por um membro do cle-

ro, como Loisy. Anatole, porém, justificava-se:

— Para a vaga de um santo, só Deus. E monsenhor Loisy me recorda o próprio Deus, na sua sabedoria.

E explicava:

— Como Deus sôbre os homens, monsenhor Loisy vela sôbre as suas galinhas. Depois, mata-as. Monsenhor Loisy é, mesmo, superior a Deus, pois come as suas vítimas, e a fome o justifica. Deus não tem, sequer, essa desculpa!

Adotado o critério de Anatole France, não é evidente que o coração da sra. Amélia de Freitas Beviláqua é melhor, ainda, que o de monsenhor Loisy, que já era, por sua vez, melhor que o do próprio Deus? E que esperar de um coração assim formado senão a bondade, a ternura, o perdão comovido para todas as maldades da terra?

Não obstante isso, a autora das *Impressões* tem as suas pequeninas ironias visando figuras do nosso tempo. Lá está o Dr. Josiano, elegante homem de sociedade, que foi pedir ao sr. Clovis Beviláqua lhe escrevesse um discurso para que êle proferisse em determinada festa, e que proferiu, sem dar pelo engano, um, escrito por ela, que se compadecera da situação do mundano. Lá está, finalmente, o Dr. Severino, crítico e romancista, cuja só presença, na casa, fa-

zia adormecer toda a família com a pesada austeridade do seu silêncio. Se o ocidente instituísse o deus do Ópio, o deus do Láudano, o deus da Morfina, êsse personagem teria, com certeza, o seu altar.

O último capítulo do seu livro consagra-o a sra. Amélia Freitas Beviláqua à tragédia comum da mudança de domicílio. E' um ato vulgar da vida, a cujos efeitos não escapa senão quem tem, já, a sua casa feita, como o sr. Santos Dumont tem o seu mausoléu. O próprio Mr. Bergeret, tão mergulhado em pensamentos políticos e filosóficos, não fugiu à fatalidade desta cena. E é assim que o vemos, no VI capítulo de *Monsieur Bergeret à Paris*, à procura de uma casa, e percorrendo, com a irmã, os apartamentos que escolheram, de frente para os jardins do Luxemburgo. Êsse episódio banal dá margem a uma das mais profundas frases de Anatole:

— “Enfin, tu es content de ton appartement?” — pergunta-lhe Zoé, a irmã.

— “Oui. Et je suis sur que Pauline (a filha adolescente) sera ravie. Elle a une jolie chambre.

— “Sans doute. Mais les jeunes filles ne sont jamais ravies.

— “Pauline n'est pas malheureuse avec nous”, — observa Bergeret.

E dando todo o vigor à frase:

— “Elle est très heureuse. Mais elle ne le sait pas.”

A sra. Amélia de Freitas Bevilácqua não tirou, sem dúvida, das suas mudanças, o proveito que delas tirava Bergeret, o qual, quando a irmã descobria uma casa primeiro do que êle, chegava à conclusão de que nessas cousas, o “espírito positivo leva grande vantagem sôbre o espírito especulativo”. Em compensação ficamos conhecendo, para efeito biográfico, o limite dos seus tormentos, e, principalmente, o que têm sido as peregrinações urbanas dêsse querido São Clovis, tão santo quanto sábio, o qual, ao contrário do seu homônimo, o sicambro, ainda não perjurou em nenhuma das atitudes da vida, ou teve, sequer, a idéia de “bruler ce qu’il avait adoré et d’adorer ce qu’il avait brulé”.

As *Impressões* não são, assim, uma obra literária, mas um despretensioso manual do sentimento. Livro de amizade e de intimidade, desperta, naturalmente, em quem o lê, um sorriso de afetuosa simpatia. E eu acredito que, na santidade da sua vida, na modestia das suas aspirações, vivendo do afeto e para o afeto, a sra. Amélia de Freitas Bevilácqua não espera da crítica senão êsse breve sorriso amigo, — que é a pequenina moeda de ouro em que se faz, no mercado das letras, o comércio do coração.

O SR. COELHO NETO E O SEU ESTILO (1)

SE outra glória faltasse ao sr. Coelho Neto, bastar-lhe-ia essa, que lhe atribuem, e efetivamente lhe cabe, de constituir um dos marcos da evolução do estilo, na prosa brasileira. Ao tratar dessa matéria, os escritores modernistas fazem do seu nome um ponto limitatório da nova técnica da linguagem, demarcando o fim de uma época, e o início de outra. A sua figura assinala a véspera da Hégira. No dia seguinte, fugiu Maomé.

E' comum encontrar-se, em verdade, nos críticos da geração nova, expressões como estas: "de Coelho Neto a Graça Aranha..."; "de Coelho Neto a Mário de Andrade..."; "os que apostataram, voltando ao sr. Coelho Neto...": O poste de chegada avança ou recua, conforme a posição do espectador. O de partida, fixo, invariável, é, porém, sempre, o sr. Coelho Neto. Ele representa uma estética, uma escola de estilística, uma fase da nossa história literária, uma geração de que há numerosos sobreviventes, mas de que é, aos olhos da gen-

(1) COELHO NETO — *Bazar* — Lelo & Irmão, Limitada — Pôrto, 1928.

te nova, o representante mais intransigente e característico.

Não é outra, efetivamente, a sua condição, e tomando-o para alvo dos seus tiros de pólvora sêca, para bode expiatório dos pecados reais ou imaginários de toda uma tribo, os modernistas não fazem senão aumentar, pelo martírio, uma glória adquirida pelo talento, pelo estudo e pelo trabalho. "Sou o último heleno!" — gritou, êle próprio, diante dos adversários amotinados, em uma sessão pública da Academia Brasileira de Letras, que foi, pode-se dizer, a campanha do *Hernani* da atual geração revolucionária. Êle o era, sem dúvida, na arte de escrever, como Filopomo foi o último dos gregos e Cássio o último dos romanos.

Apenas, sob o ponto de vista do gosto, conviria, talvez, uma alteração do epíteto, a qual, corrigindo o engano da classificação, em nada modificaria a posição do grande escritor diante dos grupos que o combatem. Êle não é, em relação à estética, o último heleno, mas o último persa. A sua alma é grega, sem dúvida; anima-lhe a inteligência o sôpro helênico e sente-se, nas suas criações, a mesma ânsia de beleza e de perfeição. A vestimenta, porém, das suas idéias, é de um oriente mais longínquo e suntuoso, mais rica de ouropéis, os quais lhe tiram, em parte, a leveza, a graça e a elegância naturais.

Ele é, na literatura, o grego designado para retribuir a visita de Anacársis, e que, errando o caminho da Cítia, fosse ter a Éfeso, abrindo o caminho de Alexandre.

Modernizando as designações, o que o sr. Coelho Neto é, em suma, é o último romântico. Aparecido nas letras nacionais quando o sr. Alberto de Oliveira publicava as *Canções românticas*, enamorou-se, como os epígonos da escola na França, da miragem do Oriente, e mergulhou, deslumbrado, no vasto mundo das *Mil e uma noites*. O seu orientalismo puro, durante vinte anos, reflete aquela tendência. A região das miragens absorveu-o, conquistou-o, e, quando êle a abandonou, trazia como uniforme das idéias uma indumentária inconfundível. Estava condenado a ser, pelo estilo, um romântico em toda a extensão da sua obra.

E' contra essa perseverança, parece, que se voltam os girondinos da arte, agredindo-o e, não raro, insultando-o. E' nela que reside, no entanto, em parte, o prestígio literário do sr. Coelho Neto. Ela patenteia a sua sinceridade, e que a literatura não é, nele, um passatempo, mas a sua pele, o seu sangue, os seus nervos. "Il n'y a pas qu'un langage propre à une époque; il y a un langage propre à chaque écrivain de genie", — escreveu Anatole. Vem, agora, o sr. Henri Barbusse e opina: "Le style n'est qu'un

instrument qui doit se perfectionner comme tous les instruments; pasticher Voltaire ou pasticher Anatole France, c'est s'habiller de gaieté de coeur avec un costume démode". E um e outro têm razão.

Efetivamente, cada época tem seu estilo, como tem o seu modo de vestir e de interpretar a elegância. Ao surgir nas letras, o escritor deve adotar o estilo do seu tempo, a que lhe compete imprimir o cunho do seu gosto pessoal. Esse escritor não está obrigado, no entanto, a modificar o estilo toda a vez que apareça outra forma de expressão mais moderna. Se assim fosse, a obra de um prosador de longa vida, que atravessasse três ou quatro gerações literárias, perderia a sua unidade, para transformar-se em fantasia de Arlequim. Das acusações feitas agora ao sr. Coelho Neto foram vítimas Chateaubriand e Victor Hugo. A existência, hoje, de um estilo Victor Hugo e de um estilo Chateaubriand provém, entretanto, de terem os dois escritores conservado a sua uniformidade de expressão por mais de meio século, afirmando corajosamente a sua técnica diante de uma geração que não podia ou não queria mais compreendê-la. Eram, ambos, como aquele papagaio dos aturés, de que fala Humboldt, o qual continuava a cantar, na taba dos vencedores, na mesma língua desaparecida.

O mal do sr. Coelho Neto consistiu em aparecer, como se viu, no crepúsculo do romantismo, e ter criado para seu uso uma variante do estilo romântico. Com êle, atravessou o escritor a época do naturalismo, e penetrou, impávido, no domínio dos bárbaros, em que pouco se admira e nada se respeita. Isso teria, porém, acontecido a Machado de Assis, se ainda hoje vivesse, e a Bilac, se chegasse até nós, polindo e repolindo os seus sonetos maravilhosos. A geração nova postou pelotões às portas da cidade que o Tempo lhe destinou, e essas patrulhas exigem dos que tentam penetrar na sua metrópole pela porta do Poente, que arvorem a "cocarde" e ergam vivas à Revolução.

Êsse conflito de atitudes não é, todavia, original e, por isso, estranhável. Não foi o primeiro nem será o último. O que os românticos fizeram aos clássicos e os simbolistas e os naturalistas aos românticos, fazem os modernistas, agora, aos remanescentes de todos êles. Amanhã, chegará aos agressores de hoje a vez de serem combatidos. O que se requer, apenas, é que a luta se trave entre cavalheiros, mantendo cada um, durante as justas, certo cunho de elegância.

A criação de uma nova técnica da linguagem vinha sendo prevista desde o princípio do século. Com a guerra de 1914 ou

sem a guerra, que abalou e modificou os alicerces do mundo, a tentativa teria sido feita. A conflagração precipitou, porém, o movimento, agravando-lhe as consequências, e tornando-o radical. O que se pretendia fazer por evolução, está-se levando a efeito por uma revolução. A humanidade, — e com ela a literatura, — viveu meio século em cinco anos. “Il y a, entre notre génération — celle qui a fait la guerre — et les jeunes gens d'à présent, — acentuava, há pouco, o sr. Paul Hazard, — une nette séparation. Ils ne pensent plus, ils ne sentent plus comme nous. Si nous ne nous efforçons pas de les comprendre c'est nous qui serons les incompris. Pour maintenir le contact, et pour leur permettre de profiter de la tradition que nous representons, il faut que nous faisons au moins la moitié du chemin”. E em outra passagem: “Il y avait jadis un style moyen, un style de bonne compagnie, que l'on apprenait en fourbissant des discours latins, et que personne n'oubliait plus; un style qui apparaissait du premier coup comme agréable, comme poli, comme prevenant, même lorsqu'il était manié par des médiocres; un style sociable, enfin. Aujourd'hui, ce genre a disparu... Chacun se forge son style à soi comme il l'entend. C'en est fait de l'agréable moyenne: chez les médiocres, un style décevant, qui n'a plus que de loin-

tains rapports avec le français; chez les meilleurs, un style vigoureux, original — individuel, enfin.” Definindo a diferença entre os escritores das duas épocas que a guerra delimitou, diz, ainda, em outra parte, o sr. Paul Hazard: “L’individu s’exprime avec plus de liberté, de sincérité, de brutalité, qu’il ne l’avait jamais fait. Voyez l’attitude des écrivains. Leur premier soin, jadis, était de se mettre à la portée du public; ils se préparaient à comprendre par un exorde: ils ordonnaient, ils composaient; ils s’efforçaient de ne rien laisser qui ne fut parfaitement clair; voire, ils lui expliquaient les obscurités, s’il en devait rester, sans même en avoir l’air. Aujourd’hui, les écrivains ne se donnent pas tant de peine. Ils se campent tels qu’ils sont. L’effort est pour les lecteurs. Si ceux-ci comprennent, tant mieux; s’ils ne comprennent pas, tant pis pour eux.” A definição do conflito está, toda ela, resumida nesses períodos. Um escritor novo não a faria mais sintética, nem um escritor velho mais límpida e, sobretudo, mais tolerante.

Nada há, entretanto, mais justo, nem mais humano, do que essa alteração do gosto, de uma geração para outra. E entre a atual e a que agora surge, mais que entre quaisquer outras. Quanto mais extremada se mostre no modo de vestir a idéia, mais

fácilmente será substituída uma época, e destronada a geração que a representar. Daí a necessidade da tolerância, da discrição e, principalmente, da elegância, na discussão.

Ninguém descobriu, nem descobrirá, jamais, a forma literária definitiva. Tudo passa, e se renova. Os modernistas, com a sua anarquia estilística, serão velharia amanhã. Sainte-Beuve lembra, no seu estudo sobre Eufório, que se alguém tivesse gritado em plena Atenas, em plena Roma, em plena Menfis: “Vós morrereis, e outras civilizações, em outros lugares, sucederão à vossa glória, aos vossos prazeres, à vossa luz!”, seria imediatamente lapidado. Se as civilizações passaram assim, e outras passarão ainda, que duração pode ter um modo fictício, artificial, de corporificar as idéias?

O estilo duradouro, contemporâneo de todas as idades, é, por isso mesmo, o estilo natural, o estilo simples. “Para ejercer presión eficaz sobre los espíritus sagaces de nuestro tiempo, se necessita escribir corto, escribir claro y escribir culto”, — aconselhava Emílio Castelar, médico ilustre que não tomava, jamais, os seus remédios. A simplicidade, a clareza, a naturalidade, terão, quando nada, uma vantagem: a inteligência voltará sempre a elas, toda a vez que se fatigar de artifício, de luxo, da sobrecar-

ga transitória das novidades. La Mothe escreveu, talvez, a história das literaturas no seu famoso verso de *Le Glorieux*, seródio, hoje, pela propriedade: "Chassez le naturel, il revient au galop".

O novo livro do sr. Coelho Neto, saído das tipografias portuguesas, e a que êle deu o título oriental de *Bazar*, estaria, talvez, destinado a grande alarma nos arraiais literários, se não fosse constituído de crônicas anteriormente estampadas em jornais. Lendo-os, poder-se-ia supor, possivelmente, que o artista renegara o seu estilo, modificara a sua maneira, abandonara a técnica da linguagem a que subordinara toda a sua obra. E seria um engano. Justificando a denominação que lhe dá, diz o escritor, no prefácio: "Tomo-o como tabuleta, não só porque soa bem, como porque diz tudo em pouco". O que é certo, porém, é que êle enfeixou aí os escritos que, pelo assunto, requeriam estilo terra-a-terra, e que, por isso mesmo, ficariam mal colocados nos seus livros de grande arte, que são, sempre, verdadeiros tesouros da imaginação e da língua. Dir-se-ia que o sr. Coelho Neto separou, cada dia, durante alguns meses, uma hora de bom-humor, de autonomia, de folga estudantal, e, com êles, compôs uma semana de liberdade, em que pôs à margem todos os compromissos com a alta literatu-

ra. A sua pena foi atingida, enfim, depois de tantos anos de tortura e de trabalho, pelos benefícios da lei de férias. Para acentuar melhor essa evasão, encontramos aí a cada passo o risonho censor político, verberando os atos governamentais, criticando as figuras da administração, transformando, quasi, em redondel, os lugares em que, nos dias comuns, se erguiam as estátuas dos deuses greco-latinos. Onde, outrora, desfilavam Júpiter, com o seu cetro, Netuno, com o seu tridente, Mercúrio, com o seu caduceu, atravessa a arena, aos saltos, o touro oficial, levando ao pescoço, farfalhando, uma farpa enfeitada de fitas. Os erros das comemorações do Centenário da Independência do Brasil são, um a um, examinados, ridicularizados, dissecados, com elegância, com graça, com espírito, e, mesmo, às vezes, com veemência. O último heleno liberta-se aí da túnica, aperta a cnêmide, e, sentindo-se em Roma, longe da pátria, desce à arena cosmopolita e bate-se como gladiador.

Homem de letras na mais rigorosa acepção dêsse têrmo, príncipe de um reino que não é dêste mundo, o sr. Coelho Neto errará, naturalmente, ao examinar assuntos prosaicos, a que se não poderão afeiçoar os seus olhos, habituados à atmosfera suave de uma terra de encantamento. A origina-

lidade dos seus pontos de vista não deixa de ser, ainda, assim, uma das atrações do livro. Acha êle, por exemplo, em uma das crônicas, que o Centenário poderia ter sido festejado unicamente com a construção de um edifício para a Escola Normal; em outra, que o govêrno devia adquirir um velho coche de majestosa aparência, em cujo interior vê a sombra do Imperador e, atrás, a dos lacaios da casa imperial; em outra, opina que o índio nada nos legou, reduzindo, assim, a mentalidade brasileira à contribuição inicial do português, do negro, e posteriormente, das raças chegadas por imigração.

Essa afirmação amável oferece-nos oportunidade para exposição de um ponto de vista (1). O Brasil vinha sendo preparado lentamente, desde a descoberta, para criar na América uma nova civilização, de que seria uma das expressões uma nova língua. A descida contínua de indígenas tinha-os tornado tão numerosos nas povoações do litoral, que a língua tupí era a que se usava, geralmente, nas relações comuns. À semelhança do que sucedia em Assunção, no Paraguai, onde, segundo a informação de

(1) Êste artigo, não obstante a colocação que toma na organização dêste livro, foi publicado antes do aparecimento d' *O Brasil na América*, do sr. Manuel Bomfim, de que se trata no princípio dêste volume.

Southey, “se entendiam melhor os sermões em guaraní do que em espanhol, havendo mulheres de nome e origem castelhana, que não compreendiam o idioma dos seus pais”, a língua dos autóctones se tornara mais vulgar, nas vilas e cidades nascentes, do que o português. Koster e o próprio Vieira falam dessa época, afirmando, diz Southey, “que os velhos se lembravam ainda do tempo em que o português não era mais vulgarmente falado do que o tupí”. A unidade fundamental da raça e da língua entre as tribus que se estendiam da bacia do Amazonas à bacia do Prata, era um fator importante na possibilidade da formação de uma língua puramente brasileira.

Um estudo atento da *História do Brasil*, de Southey, mostrará sem custo, a quem o faça, que o destino feliz da língua portuguesa na América foi obra de Pombal. Para maior facilidade da sua missão, os padres da Companhia adestravam-se na língua do índio, ministrando-lhe, nela, as noções de religião que lhe traziam. Ao terminar os seus estudos nos conventos, os religiosos iam praticar o idioma do selvagem, antes de partir a catequizá-lo. Os jesuítas do Rio de Janeiro fundaram um núcleo perto da foz do rio dos Reis Magos, “onde os membros mais moços do colégio iam especialmente aprender a língua tupiniquim”. Expulsan-

do-os do Brasil, deu Pombal um golpe de morte na criação de uma língua legitimamente americana. “Parte das intenções de Sebastião de Carvalho, — escreve Southey, — principiaram desde logo a sortir efeito, pôsto que a dificuldade de realizá-las parecesse tão grande como a importância do seu objeto”. E acentua: “Conseguiu mudar a língua do Maranhão e Pará, onde era tão vulgar o tupí, que no púlpito se empregava exclusivamente”. Não conhecendo a língua do indígena, o clero vindo de Portugal, para substituir os jesuítas, “preferiu ensinar às crianças a língua portuguesa, a aprender, êle mesmo, a do selvagem”. Êste aceitou, aos poucos, a modificação. E o português tornou-se, unicamente por isso, a língua oficial do Brasil.

Para verificar, todavia, o surto que o tupí conseguira, é bastante que se examine a sua bibliografia nos séculos XVI, XVII e XVIII. Além da gramática e dos poemas religiosos de Anchieta, escreveram alguns padres pequenos tratados na língua do indígena, à semelhança do que fizera Chomé com os idiomas zamuca e chiquito, os quais chegaram a ter o seu dicionário e diversas versões de obras européias, inclusive a *Imitação de Cristo* e o *Discrimen inter temporaria et aeterna*, de Nieremberg. As gentes americanas, tinham elementos para viver

por si mesmas, e para conservar a sua língua, que era rica e harmoniosa, como o demonstra a sua sobrevivência no Paraguai. O padre Gay, que foi um dos historiadores mais conscienciosos, é de opinião, mesmo, que elas poderiam ter constituído uma grande nação culta, enriquecendo com o seu gênio, e com o seu braço, o patrimônio da civilização.

O índio trouxe, pois, uma contribuição poderosa para a formação do Brasil de hoje. Ele dorme, às vezes, na floresta emaranhada do nosso subconciante, amoitado entre os cipós dos nossos nervos, mas existe, ainda. E eu acredito que, intimamente, o sr. Coelho Neto sente, êle próprio, um rude orgulho da parte de sangue aborígene que lhe corre nas veias.

O novo livro do príncipe dos nossos prosadores, sem ser, assim, um documento reafirmador do seu estilo suntuoso ou, como querem outros, suntuário, difere dos demais pela vivacidade das idéias, e pela coragem com que desce a discutir assuntos vulgares e transitórios. *Bazar* é, mesmo, um livro quasi político. Tem mais valor pela substância, pelas opiniões que enuncia, pelas idéias pessoais que difunde, do que pela vestimenta que lhe dá. E' um retrato do sr. Coelho Neto, mas apanhando apenas meio corpo. O estilista uniforme, êsse está na sua obra de

ficção — nos seus romances, nos seus contos, nas suas fantasias fortes, nos cenários e acontecimentos, em suma, que se desenrolam fora da vida comum.

Os assuntos prosaicos têm, em verdade, a vantagem de aligeirar o estilo, dando-lhe singeleza e naturalidade. O tema natural reclama a exposição natural. No seu elogio de Xenofonte, observou Taine que o antigo soldado de Ciro possui o estilo mais simples e elegante de toda a literatura grega. “Si on voulait exprimer celle de Xénophon par une image, — escreve, referindo-se à língua do historiador militar, — on devrait la comparer à leau d’un ruisseau au sortir de la source, encore sans mélange, légère et limpide, plus belle que lorsqu’elle sera grossie et troublée par le progrès de son cours”. E lamenta que a literatura moderna se mostre tão sobrecarregada de metáforas, de termos abstratos e, em particular, que a filosofia e a poesia tenham tirado à língua francesa a sua precisão e a sua clareza primitivas. Eu acho, todavia, que a pureza da língua, em Xenofonte, provém da feição objetiva dos assuntos que êle versou. Êle narra o que vira, e não o que imaginara. Daí a sua semelhança com César. A língua latina, no primeiro século que precedeu a era cristã, ainda sofria a influência dos escritores rudes da época dos Gracos e de Cipião Emi-

liano. César não pretendia fazer literatura, mas política. “César sait bien ce qu’il fait, — observa René Pichon, na sua *História da Literatura Latina*; — il s’improvise grammairien ou historien, comme il s’improvise général, plutôt par effort de volonté et calcul de politique que por vocation spontanée, parce qu’il faut être bon écrivain, bon général, bon administrateur, pour être le premier dans Rome”. Ele precisava, sobretudo, contar ao povo romano os seus feitos de soldado, nas Gálias, na África e na Espanha. E escreveu mais para impressionar pelo fato do que pela beleza da linguagem. Xenofonte e César se assemelham, assim, e se tornaram modelares, precisamente porque narraram como soldados e não como literatos. São mestres do estilo porque nunca, talvez, tenham pensado em ser estilistas.

Nós não estamos, porém, no século de César ou de Xenofonte. O rio de Taine, de que os dois foram fontes puras e límpidas, rola, hoje, turvo, célere, arrastando fôlhas e detritos. Mas arrastando flores também. Um dos seus braços, na foz, é a língua portuguesa.

E poucos escritores têm atirado a êsse galho do delta sonoro tantas flores, como o sr. Coelho Neto.

LITERATURA DAS SÊCAS (1)

UMA das causas da monotonia que caracteriza a vida literária no Brasil, é a divergência entre o prazer do autor e a predileção do público, ou, mais claramente, entre o produtor e o consumidor. Há brasileiros que gostam de ler e brasileiros que gostam de escrever: os que escrevem, produzem, porém, de preferência, verso, ou crônicas, e os que lêem, preferem, para isso, o romance. Daí, o comércio considerável de livros franceses no país, e a queixa constante dos poetas e cronistas indígenas, que se não conformam com o mau destino das suas edições. Querendo retratar com o pincel de fogo da sua malícia a vaidade de Chateaubriand, que ensurdecera na velhice, Talleyrand costumava dizer: "Il croit qu'il est sourd, parece qu'il n'entend plus parler de lui". São assim os nossos autores: porque não são lidos, concluem, disso, que o povo não lê.

A culpa é, assim, dêles próprios. O leitor brasileiro antepõe, a qualquer outra leitura, a novela, o romance, a narrativa que interessa e recreia; os autores nacionais não concordam com essa preferência: em vez

(1) JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — *A Bagaceira* — Imprensa Oficial — Paraíba, 1928.

de escrever o que o público reclama, querem que êste se acostume a preferir o que êles produzem. E continuam a fabricar sonetos, crônicetas, contos miúdos, trabalhos precários e rápidos que não exigem grande esforço, e que são, no apólogo em que a obra de fôlego é o carvalho, as couves tenras, e verdes, da literatura ligeira.

O sucesso obtido pelo romance *A Bagaceira* do sr. José Américo de Almeida é, assim, explicável. Afastado da atividade literária no momento em que o livro appareceu, sei, apenas, que alguns críticos profissionais o receberam com grandes aleluias, e que ao encontro dêstes saíram, de pronto, dois ou três com o propósito de condenar sumariamente a obra. Ignoro, todavia, o que disseram uns, e outros. E essa ignorância do pensamento alheio serve-me, agora, para maior liberdade do meu.

Em um estudo interessante sôbre o romance contemporâneo, René Boysslève procurou, no esplendor da sua carreira, demarcar as fronteiras da arte em que era mestre. Há romance, e romance. Um, busca unicamente divertir, distrair, prender a atenção do leitor burguês, sem preocupar-se com a vida e com a verdade. Outro, porém, visa transformar-se em obra d'arte, pelo escrúpulo da análise, pelo cuidado no estilo, pela firmeza na observação. "On éprouve, en ve-

rité, — escrevia o autor de *Le Parfum des îles Borromées*, — un malaise à voir confondre cette grande famille d'artistes avec une fabrique d'aventures à la ligne, destinées à suspendre l'âme humaine audessus de quelque angoissant problème du genre de celui qui consiste à se demander si le comte découvira la lettre que la comtesse a vivement dissimulé sous le cachepot de papier découpé par ses fins doigts d'albâtre". Tendo, embora, os autores de uns e outros a denominação de romancistas, compete à crítica o dever de estabelecer a distinção, como se faz entre o artífice que malha o ferro, com o pensamento na produção, e o artista que burila o ouro, com o pensamento na perfeição.

O sr. José Américo de Almeida está entre estes últimos. E' um romancista de *élite*, um escritor com preocupações de beleza, um membro, em suma, daquela austera família a que se refere René Boyslève. O seu romance não é o de um narrador banal, animado apenas por um enrêdo engenhoso, mas o trabalho de um escritor vigoroso e elegante, cuja imaginação sabe ornar, no momento preciso, com um punhado de flores silvestres, a aridez da realidade. Pôsto em evidência desde as primeiras páginas da obra, o seu talento assume, de pronto, uma grave responsabilidade.

O tema do livro é, já, e sobejamente, conhecido. Senhor de engenho na região dos brejos no interior da Paraíba, Dagoberto Marçau tem um filho de dezoito anos que estuda Direito no Recife, e que, ao nascer, destruiu, como o fruto à flor, a vida que lhe deu vida. Um dia declara-se a sêca no sertão, e tem início o êxodo das populações. O anjo do Castigo, vibrando nas mãos a espada de chama do Sol, expulsa do Paraíso os humildes homens sem culpa. Oasis no Saara brasileiro, trecho abençoado no meio da terra maldita, o brejo não sofre, como as várzeas pastorís, os efeitos imediatos da calamidade. E é para êle que se encaminham com os despojos da sua fortuna destruída, os “retirantes”.

Situado à margem da estrada que demanda o litoral ou as terras agrícolas, “Marzagão”, o engenho de Dagoberto Marçau, é um dos pontos de parada, de pouso provisório, na jornada dêsses novos hebreus de que o sr. Arrojado Lisboa, com as suas barbas patriarcais, não quis ser o Moisés. E é aí que vão ter, pedindo pousada por uma noite, o sertanejo Valentim Pedreira, sua filha Soledade, seu sobrinho Pirunga, e mais o seu cavalo, e mais o seu cão. O proprietário termina, entretanto, por admitir os dois homens como trabalhadores. E principia o romance de cinco existências.

Pouco a pouco vai o moço estudante se interessando pela graça sertaneja e petulante de Soledade. Soturno, acoberto por uma hipocrisia experiente, Dagoberto começa a sentir, igualmente, o feitiço da rapariga. Pressente-se, então, o propósito, que tem o autor, de pôr em evidência um dos princípios de Freud. Valentim Pedreira tivera um irmão que se desgarrara com a família na sêca de 1877, e do qual jamais tivera notícia. Êsse irmão viera ter ao brejo, e a sua filha fôra a mulher do proprietário do "Marzagão", e mãe de Lúcio. Semelhanças físicas entre a morta e Soledade. De onde a paixão instintiva do estudante, paixão que lhe brota da virgindade da alma, pura e límpida como a fonte que nasce na areia.

Soledade tem, todavia, um guarda vigilante da sua castidade e, mais, da sua reputação. E' Pirunga, seu primo, seu companheiro de exílio, que a adora, em silêncio, — silêncio, êsse, que é dôr e resignação. Isso não impede, no entanto, que o velho Valentim venha a suspeitar da filha: não das suas intimidades com o senhor do engenho, que êle tem como homem grave e circunspecto; não com o estudante, em quem confia; mas com o feitor, que não é, entretanto, senão o confidente de Dagoberto Marçau. Levado por essa desconfiança, o sertanejo mata êsse modesto Chalaça de cana-

vial, e é preso. Lúcio, que já regressara aos estudos, e dêles torna, procura o pai, e comunica-lhe que vai ser o advogado do assassino. Mais do que isso: pretende casar com a filha do criminoso.

Dá-se, então, aí, a cena mais violenta do livro. Mais violenta e mais estupidamente humana. Procurando, a princípio, ridicularizar o filho, e o seu amor, Dagoberto sente, de súbito, no coração, necessidade de confessar a sua própria infâmia.

“— Não, meu filho, — diz-lhe — ela não pode ser tua mulher, porque... Eu profanei a memória de tua mãe, mas foi tua mãe, que eu amei nela...”

“— Que é que o senhor está dizendo? — brada-lhe o estudante, com veemência.

E logo:

“— Meu pai, o senhor está mentindo para me dissuadir!”.

“— Ah, meu filho, antes fosse mentira! Mas a gente tem duas idades para perder a cabeça...”

O estudante levanta os olhos para o muro, e fita o retrato materno, que reproduz, nos traços de sub-raça sertaneja, a fisionomia de Soledade. E geme:

“— Meu pai deshonrou minha família, prostituiu minha prima, tomou minha noiva!...”

E para Dagoberto, em uma renúncia, em que se lhe vai toda a vida:

“— Tome-a para o senhor... Já é sua...”.

Insiste:

“—Eu matei, nascendo, minha mãe... Foi por minha causa que o senhor perdeu sua mulher; agora, não seja por mim que perca sua amante. Não diga mais que nem bonita é... E' bonita, e é sua.

E sai, cambaleando.

Após êsse diálogo, em que culmina, o romance abandona o roteiro da verdade para aproximar-se das fronteiras do absurdo. Dagoberto faz-se amante ostensivo de Soledade, e vai residir com ela no sertão, asenhoreando-se da casa e das terras de Valentim Pedreira, que permanece na prisão. Acompanha-o por toda a parte Pirunga, primo da rapariga, que lhe poupa, entretanto, a vida, porque esta só deve ser tirada por Valentim, depois de sôlto. Matar o sedutor será arrancar ao velho pai o prazer divino da vingança.

O destino anula, entretanto, êsse sacrifício. Indiferente às combinações dos homens, o cavalo do sertanejo mata o antigo dono do engenho, arrastando-o por várzeas e precipícios. Dagoberto, ao morrer, deixa, porém, um filho no ventre de Soledade.

Correm os anos. Chega o de 1915. Nova sêca. “Marzagão”, de que é proprietário Lúcio Marçau, é, agora, uma grande usina moderna e trepidante. Uma tarde, estacam diante da vasta fábrica uma sertaneja envelhecida pelo sofrimento, e um menino, que ela traz pela mão. Êsses dois fugitivos são Soledade e seu filho, os quais, no entanto, mesmo depois de reconhecidos e identificados, não podem ser acolhidos, porque os trabalhadores do engenho, organizados para a defesa coletiva, se tornaram mais poderosos do que o proprietário. O Trabalho, após quatro séculos de humilhação no Brasil, transformara-se, aí, em mentor do Capital.

A dramaticidade do tema, que decai após a confissão de Dagoberto, bastaria, talvez, para fazer d’*A Bagaceira* um grande romance sertanejo. O sr. José Américo de Almeida quis, porém, reformar a obra com a exposição de duas teses sociais, não sendo, no entanto, original no desenvolvimento de uma, nem lógico, no de outra.

A primeira é a que se contém na modificação da vida no engenho, com a adoção da nova organização do trabalho, “Quando o “Marzagão” começou a ser feliz, passou a ser triste, — escreve. — A alegria civiliza-se. Já não era o povo rizão dos sambas bárbaros. Tinham sido abolidos os côcos. E as valsas arrastavam-se leerdamente, como

dansas de elefantíases. Lúcio notava que havia gerado a felicidade mas suprimira a alegria". A conclusão é, mais ou menos, a de Joaquim Nabuco nas páginas modelares de *Massangana*. A liberdade, na opinião de Nabuco, fizera a desgraça do trabalhador negro. E êsse foi um dos motivos de se ter, êle, arrependido, embora tardiamente, de haver tomado parte na campanha abolicionista.

A segunda tese é uma ampliação da primeira. Os personagens que figuram no início do livro representam um estado de civilização sobremaneira remoto. Pelo desdobramento do romance conclue-se que Dagoberto se fizera amante ostensivo de Soledade, e descera para o sertão com ela, entre 1905 e 1908. Poder-se-á, acaso, admitir que, mesmo antes dessa época, e já neste século, um homem, por mais poderoso, se fosse estabelecer impunemente na casa e nas terras de um fazendeiro prêso, e, ademais, fazendo da filha dêste sua amante, montando o seu cavalo, e vendendo o seu gado? Êsses hábitos refletem uma vida por demais rudimentar, e uma concepção do Direito, da qual o sertão paraibano já se achava, então, bastante afastado. A moralidade individual do sertanejo, tornada coletiva, seria o primeiro obstáculo a êsse abuso. Há, pois, nesta passagem, um exagêro do autor; e tão

grande como aquele que se constata quando o sr. José Américo de Almeida apresenta os trabalhadores do “Marzagão” organizados para a defesa comum, a ponto de poderem impor ao patrão a recusa de dois forasteiros, uma mulher e uma criança, que pediam pousada sob o seu teto. Se, hoje, após a universalização dos ideais de que foi a Rússia, a partir de 1919, o tumultuoso seminário, a condição do trabalhador das usinas pernambucanas pouco difere da do escravo de 1887, como admitir semelhante organização trabalhista em um engenho paraibano de 1915?

Ao lado dêesses defeitos de cálculo dentro do tempo, e de outros, de técnica, verificados na transição de cenário, verdadeiros passes de mágica nos limites do mesmo capítulo, avultam, no entanto, no sr. José Américo de Almeida, qualidades de colorista como não as tem, hoje, nenhum outro escritor da geração. A descrição do cajueiral, e a do meio-dia de verão na serra, estão entre os quadros mais nítidos e perfeitos pintados até agora por uma pena brasileira.

Outra virtude, que deve ser louvada, é a graça e a precisão das imagens. E' verdade que algumas destas não são novas, ou originais. A daquele carro de bois, que, “sob os fardos arrobados, quanto mais pesado, mais cantava”, recorda, nesta frase,

um dos mais belos versos do sr. Alberto de Oliveira. A dos cactos sobreviventes, “erectos como círios acesos, em frutos côr de fogo”, é de Euclides da Cunha. A da “laranjeira moça e roçagante, que parecia ajoelhar-se para casar com o véu e a grinalda”, encontra-se no sr. Goulart de Andrade e na senhora Gilca Machado. E para que se não venha, mais tarde, dizer que eu me apropriei de uma idéia alheia, eu me permito declarar desde logo que “a água que a Dôr espreme dos olhos do homem”, secando-lhe a alma, constitue o tema de um conto meu, publicado há dez ou doze anos. Fazendo esquecer tudo isso, porém, quanto conceito feliz, quanta imagem bela, quanta expressão justa, sintética, vigorosa, cada uma das quais bastaria, talvez, para fazer lembrado um escritor! . . .

“— Olha, aquilo é como a mãe de família, — diz Lúcio, mostrando o genipapeiro sobrecarregado de pomos, e sem uma fôlha; — despe-se de todos os ornatos, renuncia a todas as vaidades para ficar só com os seus frutos.”

Soledade é, porém, mulher, e moça, e redargúe:

“— Eu não vou nisso. A gente deve ser como o pau d’arco que fica sem uma fôlha p’ra se cobrir todo de flores.”

Adiante, êste flagrante de amor mais adivinhado que sentido: “De noite, rebolava-se na cama. Não se lembrava dêle, mas sentia que lhe faltava alguma cousa, como alguém que dormisse sem travesseiro” (pág. 206). Esta imagem: “Flores singelas salpicavam a alfombra numa policromia profusa, como se o último arco-íris se tivesse desmanchado aos pingos na verdura assoberbante” (pág. 233). Estas expressões: “A noite sem fala parecia engasgada pelas sombras espessas” (pág. 223); “a noite branca, sem camisa, tinha um peito de fora, a vazar-se em goteiras de luz” (pág. 247); “dir-se-ia que a alma lhe tinha apodrecido dentro, como um feto morto” (pág. 261); “a relva estava tão florida que os animais comiam flores” (pág. 279); “se eu não puder criar a felicidade, criarei a alegria, que é a imagem da felicidade” (pág. 222). E esta descrição vegetal: “As mangueiras e os cajueiros sujos de sangue, sangrando na folhagem nupcial; abacateiros floridos, cobertos de insetos, com as copas musicais, como violinos em surdina; o jabotá carregado, batendo num barulho de castanhas...” (pág. 246). E est’outra, da vida animal, no sertão, à chegada do inverno: “Bezerros estouvados apostavam carreira com as caudas embandeiradas. Cabritos álacres espinoteando, como colegiais em re-

creio. Equilibravam-se os bodes acróbatas nas pontas do serrote. E cabras manhosas mergulhavam nos tufos de esmeralda, como brincando de esconder.” (pág. 280). A interpretação literária do côro das cigarras, à pág. 163, poderia ser a conclusão suntuosa do capítulo XC do *Quincas Borba*, de Machado de Assis.

A Bagaceira é, assim, um grande livro, o maior, positivamente, de quantos têm sido inspirados pelo flagelo das sêcas. Revelou um observador inteligente e perspicaz, e uma das mais opulentas imaginações da moderna geração brasileira. Afeia-lhe a feitura, apenas, a preocupação do sociólogo. Como estudo social, o romance do sr. José Américo de Almeida falha, em verdade, lamentavelmente, pois que tem o seu início muito no passado, e a sua conclusão muito no futuro. E', em suma, um romance que se desenrola quasi todo no sertão de antontem, e acaba, imprevistamente, no sertão de amanhã.

O IDIOMA NACIONAL (1)

RIVAROL, “le français par excellence”, na frase de Voltaire e, em quem a vida mundana da côrte de Luiz XVI não conseguira destruir o gôsto pelos estudos filológicos, confessou certa vez que, se a língua francesa lhe merecia o mais comovido culto, a gramática lhe causava a mais irreprimível repugnância. Ao estudá-la tinha êle a impressão de estar, de bisturí em punho, a retalhar, em um exame cadavérico, a mais formosa das suas amantes. O que era, na aparência, graça, encanto, movimento, vida, resolvia-se alí em um feixe de regras, como um feixe de nervos mortos. A gramática era, em suma, na sua opinião, a língua inanimada, exposta na mesa de autópsia. Os que amam uma língua e a sua beleza deviam, assim, fugir dêsses necrotérios da literatura.

Se êsse juízo é, até certo ponto, verdadeiro e preciso em relação à gramática expositiva, eu tenho para mim que êle se não ajusta ao caso da gramática histórica. Esta constitue, em verdade, a mais seduto-

(1) ANTENOR NASCENTES — *O Idioma Nacional*, vol. IV — Livraria Machado — Rio de Janeiro, 1929. — *Noções de estilística e de literatura* — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro, 1929.

ra e amável das disciplinas. História Natural da linguagem, ela nos mostra a evolução dos vocábulos e das formas, obediente a leis cujo só exame é um suave recreio da inteligência. Criando o darvinismo da palavra, ela nos patenteia a sua modificação desde, quasi, as origens, de modo a podermos empregá-la com exatidão, apreciar-lhe a justeza nos bons escritores, sentir-lhe, enfim, a propriedade, como se saboreia melhor um doce quando se conhece a fruta de que êle é feito. Êsse ramo da filologia subtrai a velha ciência de Eratóstenes ao domínio da sofística, emprestando-lhe utilidades novas, atribuindo-lhe as funções de colaboradora eficiente da História. "Filologia é História e História é Filologia", dizia Gerke. E assim opinando, êle se referia, não a essas "questions de cuisine qui n'intéressent que les auteurs", de que falava há pouco o sr. Paul Claudel, mas às largas investigações que fazem da palavra uma equação conhecida, de que são incógnita acontecimentos que, às vezes, a própria História ainda desconhece.

As palavras e as formas gramaticais são, assim, organismos vivos, que nascem, se desenvolvem e se modificam, e que reproduzem, quasi, no mundo das idéias, o fenómeno natural da ontogenia: elas refletem, na sua evolução, a vida dos povos que as

criaram e usaram. Um simples vocábulo decifrado revela, às vezes, ao estudioso, todo o segrêdo de uma civilização. Taine entendia que a história de um povo está mais na obra dos romancistas do que na dos seus historiadores. Fotografando os costumes, fixando as figuras do tempo, aquelles guardam, para proveito das gerações vindouras, a verdadeira fisionomia da época em que viveram ou que retrataram. Os vocábulos, células vivas da língua, exercem a mesma função que o autor dos *Essais de Critique et d'Histoire* attribuía ao romance. Com uma diferença, apenas: é que o crítico estuda a ôlho nu e o filólogo trabalha com microscópio. A alegria de Lineu ao classificar um novo arbusto não era superior, entretanto, à de Pasteur ao isolar um novo micróbio.

A antipatia a que fazem jús os gramáticos, não é, dessa maneira, um sentimento extensivo aos que enchem a sua candeia com aquele *oleum philologiæ*, da expressão ciceroniana. A distância entre uns e outros, é a que há entre o legislador, que redige o regulamento, e o guarda-civil ou municipal, que vela pela sua execução. Os primeiros são os aristocratas do pensamento e da cultura, que revelam a marcha do idioma e as leis que a presidem; os segundos decoram essas leis, e impõe-nas sem, muitas vezes,

compreender-lhes o espírito. Entre o filólogo e o gramático há, finalmente, a diferença que existe entre Alexandre e Parmênio ou, mais profundamente, entre o general e a sua ordenança.

Bem andou, assim, o sr. Antenor Nascentes enfileirando-se com os primeiros, mergulhando fundo no oceano dos estudos filológicos. A superfície da água a que se êle atirou fervilha, já, de aves de pequeno fôlego e de pequeno vôo, que se contentam com as sardinhas do pronome ou com os tralhotos da ortografia. As profundidades estão, porém, quasi desertas. E é nelas que o ilustre professor do Pedro II resolveu exercer a atividade da sua inteligência, fazendo vir à tona, como os pescadores de pérolas ou de esponjas, as belezas e mistérios de todo um mundo submarino.

Eu confesso que, para mim, foi uma revelação a cultura filológica do sr. Antenor Nascentes. Companheiros de repartição de 1913 a 1916, quando ambos redigíamos as informações e officios burocráticos para a assinatura dos ministros Rivadávia Correia e Herculano de Freitas, na secretaria do Ministério da Justiça, eu imaginava tanto que êle viesse a ser filólogo eminente como êle podia supôr que eu chegasse, um dia, a ser crítico de um livro seu. Por êsse tempo contentava-me eu com as minhas rimas, choran-

do um soneto entre a redação de dois *avisos* ou de dois decretos, ao mesmo passo que êle, entre duas informações enriquecidas de citações regulamentares, se curvava, míope, sobre um tratado de harmonia ou de solfêjo, de que deviam sair, em 1927, os seus *Elementos de Teoria Musical*. Ao conhecê-lo por essa época, surgiu-me a idéia, — que eu aquí denuncio, — de escrever um romance em que êle figurasse como personagem. Parecia-me, em verdade, assunto para uma obra dêsse gênero o contraste, que eu então assinalava, entre a vida de imprensa, que se espanejava lá fora, e a vida de repartição, que se aninhava alí dentro. A burocracia, aos meus olhos, reclamava uma reabilitação. Vivendo, já, nas rodas literárias, eu verificava a mediocridade da maioria das suas figuras, as quais, todavia, eram glorificadas do norte ao sul do país. Enquanto isso, viviam na obscuridade das secretarias de Estado rapazes como aquele, metidos na sua roupa de brim pardo, morando nos subúrbios, mas em contacto, pelo espírito, com as mais suntuosas civilizações. E o personagem que, nessa família de trabalhadores ignorados, mais me interessava, era precisamente aquele moço magro, pequeno, pele de mouro marroquino, cabelo à escovinha, tipo autêntico de mestiço brasileiro, em quem a fôrça de vontade, a atividade silen-

ciosa, a modéstia sem humildade, redimiam todos os defeitos da raça.

Foi, assim, motivo de contentamento, mais que de espanto, a notícia da sua vitória, a certeza de que a sua vida de estudo, a sua existência obscura e laboriosa, era a do carbono que se faz pedra de preço, ou a da semente que se sacrifica para, um dia, tornar-se árvore de fruto ou de sombra. Do funcionário anônimo de uma secretaria de Estado saía, numa eclosão surpreendente, um dos mais eruditos filólogos do Brasil contemporâneo.

O volume IV d'*O Idioma nacional e as Noções de estilística e de literatura*, aparecidos êste ano, constituem as duas últimas etapas dessa marcha de um espírito, realizada à luz do sol. Examinando-os, pode-se divergir de algumas das suas conclusões; mas o que ninguém contestará é a solidez e extensão da cultura do autor, e, sobretudo, o seu desejo de dar ao estudo da filologia, entre nós, uma orientação puramente científica.

A primeira dessas obras didáticas é, talvez, a que se acha destinada a receber maior número de observações divergentes. E a principal será, possivelmente, a incompatibilidade do título do volume com a ortografia no seu texto. Temos nós, de fato, um idioma nacional? Existe, já, uma lín-

gua brasileira ou, pelo menos, tê-la-emos um dia? A resposta só pode ser afirmativa, pelo menos em relação ao terceiro quesito. Dê-se, embora, à língua que falamos no Brasil, o nome de “língua brasileira” ou o de simples “dialeto ultramarino” da classificação do sr. Leite de Vasconcelos, o que é certo é que ela não é mais a língua-padrão vigente entre Coimbra e Lisboa, e que, dia a dia, essa diferença se vai caracterizando. Com o título do seu livro, o sr. Antenor Nascentes dá a entender que existe, já, uma linguagem brasileira. O capítulo *O português no Brasil* define as divergências entre a língua falada nos dois países. Não constituirá, acaso, incoerência do filólogo reconhecer tudo isso e adotar, na exposição do seu pensamento, a ortografia oficial portuguesa, que obedece rigidamente à fonética de Lisboa?

Eu não sei se, nos seus livros anteriores, expõe o sr. Antenor Nascentes, de modo mais positivo, o seu ponto de vista sobre a existência ou formação de uma língua nacional. Argumenta o autor com a circunstância de não haver diferenças consideráveis entre o português literário de Lisboa e do Brasil. Efectivamente, assim acontece. Salvo algumas formações gramaticais e os indefectíveis localismos, a língua culta permanece a mesma. A literatura conseguirá,

todavia, manter-se fiel à língua originária, quando a solicitam cêrca de quarenta milhões de indivíduos emancipados pela linguagem falada? Poder-se-á repetir no Brasil o que se verificou na Grécia e no Império Romano, com a manutenção de uma língua erudita para conter as demasias da língua popular?

A existência da língua portuguesa é uma prova da inutilidade dos esforços nesse sentido. A tendência popular há de impôr-se, a literatura brasileira em linguagem vernácula terá de capitular, como capitulou o latim diante dos dialetos dêle derivados. “C’est le latin le plus vulgaire que nous parlons en parlant français”, dizia Meillet, recentemente, aos que se vangloriavam da graça espiritual da língua francesa. “Les langues iront se perfectionnant à coup sur, mais à ce point qu’on pourrait bien ne plus parler, ne plus savoir exactement la nôtre”, — observava, em 1843, Sainte-Beuve. E acrescentava: “Dieu sait ce qu’il adviendra alors des grands écrivains de toutes langues, et ce qui sera décrété grand écrivain en ce renouvellement”. Se assim acontece às línguas nos países em que nascem, a que vicissitudes não estão elas sujeitas quando transplantadas, e sob a influênciã de uma infinidade de fatores, como a índole do povo, o contacto com outras raças e a modifi-

cação do vocabulário pelo conhecimento de novas cousas e de novas utilidades?

Eu confesso, de mim, e por mim, a minha repugnância pelas formas vulgares que vão caracterizando a língua brasileira. Dê-se sentimento participam, com certeza, os espíritos literariamente formados até, mais ou menos, 1918, isto é, sob a influência direta da cultura clássica. Era essa mesma repugnância que sentia um romano ao ouvir pronunciar *bucca* ou *casa*, àquilo que um homem de bom gosto chamava *os* ou *domus*. Não será isso, todavia, mero prejuízo proveniente do hábito? As alterações de toda ordem que a língua vem sofrendo no Brasil, e que tanto nos escandalizam a nós, da geração atual, não soarão, já, agradavelmente, aos ouvidos da geração nova?

A caracterização do idioma nacional, ou, melhor, a autonomia do dialeto brasileiro, está se preparando de tal forma que, dentro de três séculos, os escritores de agora que sobreviverem à hecatombe só conseguirão ser lidos como nós lemos, hoje, Cícero ou Salústio, Séneca ou Juvenal. O português dos nossos dias será, então, quasi uma língua morta. Os seus últimos cultores, êmulos de Thou e Grotius, que foram, como se sabe, os abencerragens do latim, viverão nos fins do século XXII. No Brasil, dividido geogràficamente mas unido na raça e

no idioma, um povo de seiscentos milhões de habitantes falará uma língua nova, surgida dos escombros das línguas neo-latinas do século XX, predominando nela o subsídio do português, desaparecido, já, por êsse tempo, da geografia e da literatura européias.

Restrinjamos, porém, o campo das cogitações. Limitemo-nos aos fatos. O que êles nos mostram é que a emancipação do Brasil, no que concerne à língua, foi consideravelmente precipitada nos últimos anos em virtude de três fatores principais. Estes são os seguintes: *a*) caracterização literária da influência do italiano e do espanhol nos Estados do sul, onde o elemento étnico português vai-se tornando em minoria; *b*) o espírito novo que, após a guerra, invadiu a literatura em todo o mundo, reduzindo por toda parte a importância da cultura clássica (“*La langue aura de moins en moins d’importance; c’est fini le livre bien écrit*”. — Pierre Mac-Orlan); *c*) a reforma da ortografia portuguesa, a qual, seguida hipoteticamente, até então, por trinta e seis milhões de indivíduos, passou a ser adotada, apenas, nominalmente, pela sexta parte, isto é, pelos portugueses e por uma dezena de brasileiros. Êsses fatores conjugados, determinaram o nascimento da língua literária que vem irrompendo, que consti-

tuiu José de Alencar seu grande precursor e que tem como pioneiros mais significativos no momento presente os srs. Monteiro Lobato, Menotti del Píccia, Mário de Andrade, e outros que seguem o pequeno exército revolucionário mais como vivandeiras do que como combatentes, isto é, menos para lutar do que para tirar proveito da vitória.

Essa língua que se vem forjando será, acaso, mais formosa que a portuguesa? A minha impressão é negativa. A índole do povo, a languidez da raça, o clima, a natureza, tudo isso prenuncia um idioma lírico, flexuoso, mas sem vigor, sem veemência, sem nervos. O português é um idioma feito no mar e nos campos de batalha. E' rude, sonoro, majestoso. O alongamento prosódico da sílaba final quando terminada em consoante, é mais elegante e gracioso do que a nossa tendência para supressão da consoante, — supressão que todavia, acabará vencedora, pois que a inclinação popular triunfou, sempre, sôbre o esfôrço dos eruditos.

Filólogo, professor de uma cadeira do Pedro II, com uma responsabilidade que eu não tenho, o sr. Antenor Nascentes não invade, evidentemente, o infinito das hipóteses, fazendo previsões perigosas, mas apenas o terreno dos fatos, a que se circunscreve a filologia pura. Nesse particular, as suas in-

formações são excelentes. Por mais avêso que o indivíduo seja a êsse gênero de estudos, será para êle um prazer, sempre, penetrar pela sua mão no conhecimento de certos étimos, no segrêdo de certas leis, devasando horizontes novos através de um simples vocábulo. Não deixa de ser interessante, por exemplo, saber-se, por seu intermédio, as origens da modificação que sofreu o ditongo latino *au*, que deu *ou*, em português: *auru*, ouro; *audire*, ouvir. “Desde o século XVI, — diz o autor, — aparece, alternado, em certas palavras, uma pronúncia *oi*, atribuída aos judeus, porque as falas dêles assim se mostram nas farsas de Gil Vicente”. Daí “oiro”, “tesoiro”; e a conclusão amável de que as pilhérias dos humoristas podem, às vezes, criar uma lei, ou pelo menos um cisma, em filologia... Aos que supõem que essa ciência é sem atrativos, apresenta o professor Nascentes o histórico de certas palavras de uso corrente, cuja origem se acha, sem que nos apercebamos disso, nas vozes que as constituem. Exemplos: “Quaresma”. Êsse vocábulo é, nada mais, nada menos, que a dezena “quadragésima”, isto é, o quadragésimo dia antes da Páscoa. De “quadragésima” o povo fez “quaresma”. O distributivo numeral latino *vintenu*, deu “vintena”, em português; daí o substantivo “vintém”. *Tam magnu*, deu “tamanho”.

E assim por diante. Mostrando, em exemplos suaves, como a língua portuguesa, “com pouca corrupção”, na frase do épico, “é a latina”, o sr. Antenor Nascentes vai acordando nos seus leitores o gosto por êsse gênero de indagações, das quais resultará, possivelmente, uma vez generalizado, um movimento de reação proveitoso às boas normas da linguagem.

Trabalho que demanda menor esforço, e exposto a menor vigilância dos entendidos, as *Noções de estilística e literatura* não mereceram do autor, visivelmente, o mesmo cuidado. Mais filólogo do que crítico, o illustre professor do Pedro II deixou-se levar pela facilidade do empreendimento, produzindo obra que se ressentia de defeitos só explicáveis pela insignificância que atribuiu à tarefa. Assim é que, desde as primeiras páginas, ao leitor se deparam definições que pecam pela falta de exatidão ou de gosto. Está neste último caso a de “estilo”. “O estilo é uma cousa pessoal”, diz, textualmente. Na abonação dos exemplos, cita Alencar como sendo um modelo de delicadeza, quando êle se caracteriza, principalmente, nas descrições, pelo colorido e pela energia. Onde, porém, mais se acentua a precipitação com que foi realizado êsse trabalho, é na citação dos versos, feita, parece, de memória, e, por isso, quasi sempre erradamente. E’

exemplo a primeira de Bilac, do soneto *Nel mezzo del camin*, cujos dois primeiros decassílabos se acham assim reproduzidos:

“Cheguei, chegaste. Vinhas fatigada
E triste, e fatigado e triste eu vinha”.

Um ouvido educado na arte do verso notaria, de pronto, a falta de ritmo neste último, de que a forma correta e harmoniosa é, como se sabe, esta:

“E triste, e triste e fatigado eu vinha”.

Da mesma traição do ouvido e da memória foi vítima o autor na cópia dos dois versos do *Ouvir estrêlas*, do mesmo grande poeta:

“Ora, direis, ouvir estrêlas? Certo
Perdeste o senso, amigo”.

Assim reproduzidos, êsses versos estão lamentavelmente deturpados, o primeiro na pontuação, e o segundo na contextura. O que Bilac escreveu foi isto:

“Ora (direis) ouvir estrêlas! Certo
Perdeste o senso. Eu vos direi, no entanto...”.

A palavra “amigo” só aparece, no soneto autêntico, no primeiro verso do primeiro terceto.

Está no mesmo caso, ainda, o último verso d’*A vingança da porta*, do sr. Alberto

de Oliveira, alterado na pontuação e no sentido. Escreveu o poeta:

“Entra mais devagar... Pára, hesitando”.

Copiou o sr. Antenor Nascentes:

“Entra, mas devagar... Pára, hesitando”.

Poder-se-ia, talvez, ainda, estranhar a autoridade que o sr. Antenor Nascentes atribue a alguns escritores modernos, como abonadores de expressões gramaticais ou de modelos poéticos. Isso é, porém, uma questão de gosto, e o gosto, em literatura, não tem padrão absoluto. Não deixam de ser, todavia, dignas de nota, as suas referências aos srs. Catulo da Paixão Caerense e Cornélio Pires, como intérpretes da língua em formação, quando os dois manejam o vocabulário das pequenas camadas ignorantes do interior, as quais têm diminuído de espessura à medida que o automóvel e o abecedário vão penetrando vitoriosamente o sertão. O idioma nacional brasileiro não será o português que nós escrevemos; mas não será, também, essa algaravia das minorias analfabetas, agravada na cidade pela paixão da originalidade literária. Ao contrário do Gias, de Virgílio, no seu conselho, do *litus ama... altum alii teneant*, preferamos, sempre, o alto mar à demasiada vizinhança da costa.

Estas observações temerárias sôbre matéria em cujo domínio sou, como em tantos outros, o mais obscuro dos hóspedes, nada poderão modificar, no entanto, o valor, soberajamente proclamado, dos dois volumes do sr. Antenor Nascentes. Contou Anatole France uma vez a Georges Le Cardonnel, que, assaltado por uma dúvida gramatical, foi, certa noite, procurar Arsène Darmesteter.

— “De quel pays êtes-vous?” — perguntou-lhe o velho professor da Faculdade de Letras.

— “De Paris.

— “C’est alors à vous de me renseigner”, — tornou-lhe o filólogo.

O sr. Antenor Nascentes é da Capital Federal. E’, mesmo, autor d’*O linguajar carioca em 1922*. Eu venho do norte, de um reduto quasi tupí, que é o Pará, e de outro quasi reinol, que é o Maranhão. Que poderia eu, pois, dizer-lhe de novo sôbre a confusão das Línguas, quando é êle, e não eu, o cidadão de Babel?

POESIA E MARTÍRIO (1)

EM uma das conferências que constituem êsse bizarro manual de sabedoria que é *Conduct of Life*, faz Emerson algumas considerações paradoxais sôbre o nomadismo elegante, censurando os que abandonam frequentemente a pátria para percorrer, por desfastio, terras estrangeiras. “Eu acho — diz, nos seus comentários sôbre a cultura, — eu acho que os homens procuram os países alheios porque para nada servem no seu; e que voltam ao seu por serem inteiramente inúteis nos dos outros”. E acentua: “Em geral, só os frívolos viajam”. Linhas adiante registra, porém, uma das verdades eternas, que lhe inspiraram os deuses: “Vá o homem por onde fôr, e não poderá encontrar senão a porção de beleza e de valor que leva consigo”.

A crítica literária é, também, uma espécie de vida nômade, para o espírito. O escritor de ficção, o poeta, o romancista, o criador, em suma, vive, pode-se dizer, na sua própria terra, explorando-lhe o solo, ora no sentido da extensão, se é superficial e gracioso, ora no da profundidade, se é um

(1) MANUEL MOTA JÚNIOR — *Da Tristeza Resignada* — Rio de Janeiro, 1929.

pensador. O crítico, êsse, tem vida itinerante. E' o "globe-trotter" das regiões do pensamento. Sem deter-se em nenhuma parte, vai passando, em visita de espírito, de livro a livro, de literatura a literatura, só voltando a si mesmo, ao ponto de partida, quando se fatiga da peregrinação. Abelha dourada e diligente, passa o dia a voar de flor em flor, de corola em corola, de estame em estame, para voltar, ao anoitecer, à própria colmeia. Êsse viajante interpreta, porém, o mundo, de acôrdo, não com a verdade, mas com o proteísmo da sua própria imaginação. O mel, que essa abelha recolhe, é, não raro, mais dela mesma do que da flor.

E' isso que justifica, talvez, a diferença dos juízos críticos sôbre um mesmo livro, enunciados ao mesmo tempo, na mesma cidade, por três ou quatro censores literários. Colaboram na opinião de cada um dêles a idade, o temperamento, as simpatias intelectuais, que se manifestam sem que, às vezes, êle se aperceba. A fórmula do pensamento apresenta os mais diversos resultados, que dependem menos dos compostos do que da retorta em que é elaborada. Essa química ainda não encontrou, infelizmente, o seu Lavoisier.

Causará, por isso, estranheza a muita gente a atenção que me despertou um caderno de poesias, de pouco mais de setenta

páginas, de que é autor um poeta rigorosamente desconhecido, cujo nome poucas pessoas leram, e só os amigos guardaram. No seu estudo sobre o autor de *Manon Lescaut*, compara Sainte-Beuve as bibliotecas, onde se acumulam as obras das gerações defuntas, a grandes cemitérios povoados de tumbas. Enquanto as sepulturas estão frescas, pelo recente da morte, vêm os visitantes até ela, demoram-se um pouco, tecem comentários sobre o morto, e continuam o seu caminho. Ao fim de alguns decênios, porém, vai caindo sobre elas, pesada e sem estrêlas, a noite do esquecimento. “Sans doute, — acrescenta, — quelques pélerins du génie, comme Byron les appelle, viennent encore et jusqu’à la fin se succéderont alentour; mais la société en masse s’est portée ailleurs et fréquente d’autres lieux”. E confessa, com melancolia: “Une bien forte part de la gloire de Walter Scott et de Chateaubriand plonge déjà dans l’ombre”... Nesse cemitério, que lugar pode ter a sepultura rasa, e provisória, de Manuel Maia Júnior? Os amigos que a visitaram, ou os críticos que a viram de passagem, dividiram com outros a sua grinalda de saudades ou lançaram-lhe, apenas, de longe, um ramúsculo de folhas verdes, dêsses que completam os ramalhetes destinados aos grandes mausoléus. Eu

venho trazer-lhe, porém, como consôlo, toda uma braçada de rosas pobres.

Na vasta necrópole que o espírito criador de Sainte-Beuve estendeu aos nossos olhos, deve existir, como em todas as casas da morte, uma pequena quadra infantil. E' aí que se encontra, obscura, e já desaparecendo sob os pés dos transeúntes, a pequena cova do poeta que escreveu *Da Tristeza Resignada*, de cuja vida ("se na terra se pode chamar vida — pena tão lenta, morte tão comprida", como diria Frei Francisco de São Carlos), nos dá notícia o sr. Cardilo Filho, que lhe prefacia a pequena obra póstuma.

Quem era, em verdade, Manuel Maia Júnior? Leiamos o prefaciador. "Tinha dezoito anos", — diz êste. E adianta, traçando-lhe o perfil amigo: "Ainda um menino grande, de idéias tristes e delicadas, com longos olhos verdes, cabeleira loura e uma cicatriz enorme, afeando o rosto bom. Era estudante da Faculdade de Direito, onde cursava, em 1926, o terceiro ano". E conclue: "Morreu por uma tarde derramada de luz, êle, o amante das tardes grandes e luminosas. Entrou na fileira dos mortos com a sua imensa resignação de cada instante". Há um conto oriental, que Anatole France atribue ao padre Blanchet, no qual se narra que, ao subir, adolescente, ao tro-

no da Pérsia, um príncipe mandou chamar os sábios do país, e disse-lhes, no desejo de fazer feliz o seu povo:

— Ouví dizer a um sábio, na minha infância, que os soberanos ficavam menos expostos aos êrros quando eram esclarecidos pelos exemplos do passado. Quero, pois, estudar os anais dos povos. Ide, organizai uma história universal, a mais completa, e trazei-ma.

Os sábios partiram, e iniciaram a obra. Dia e noite curvaram-se sôbre as fôlhas de papiro, gravando a história dos tempos mortos, fazendo ressuscitar, nela, a figura dos bons e dos maus príncipes. Ao fim de trinta anos voltaram à presença do rei. Acompanhava-os uma caravana de doze camelos, trazendo cada um quinhentos volumes.

— Senhor, — disse o mais idoso dos escribas, curvando-se nos degraus do trono, — aquí tendes a obra de que nos incumbistes. Compõe-se de seis mil volumes e contém tudo que nos foi possível reunir sôbre os costumes dos povos e as vicissitudes dos impérios. Os prolegômenos formam, só êles, a carga de um camelo, e os paralipômenos a de outro.

O soberano olhou a caravana, e respondeu-lhes, rápido, sem interromper a audiência com os seus ministros:

— Senhores, eu vos agradeço o trabalho a que vos entregaste. Mas a vossa obra perdeu, para mim, a utilidade. Enquanto trabalháveis, eu envelheci. Os negócios do governo tomam-me todo o tempo. Ide, pois, e organizai uma história resumida, compatível com a brevidade da existência humana.

Os sábios tomaram o cabresto aos camelos, e partiram. Vinte anos depois, voltaram. Puxavam apenas tres camelos, com mil e quinhentos volumes.

— Senhor, — gemeu o deão, a voz trêmula de velhice, — aquí tendes a nossa nova obra.

— E' impossível lê-la, — respondeu-lhe, também trêmulo, o monarca. — Os grandes empreendimentos não são mais para a minha idade. Resumí-a ainda, e não vos demoreis.

Ao fim de dez anos, voltaram ainda dois sábios, puxando um camelo, com quinhentos volumes.

— Abreviai mais, ainda, — ordenou o rei, as mãos trementes, o rosto encarquilhado, — e regressai com brevidade se não quiserdes que eu morra sem conhecer a história dos homens.

Passados cinco anos, pára à porta do palácio real um ancião, tão curvado para a terra que nunca mais pudera ver as estrêlas. Puxa um camelo, que têm no dorso um

grande livro. E' o último sábio da Pérsia, que traz ao soberano o epítome da história da humanidade.

— Vinde depressa! Vinde depressa! — pediu-lhe o chefe da guarda, reconhecendo-o, tomando-o pelo braço. — O rei está moribundo!

Ao ver o ancião, nonagenário como êle, o soberano pouisa os olhos quasi sem vista no grande livro descarregado do camelo, e murmura, entre um gemido e um suspiro:

— E eu morro sem conhecer a história dos homens!...

— Senhor, — respondeu-lhe o último sábio, com o último fio de voz, — eu vô-la vou resumir em três palavras.

E inclinando a cabeça, também, para morrer de velhice:

— Nasceram... sofreram... morreram...

Êsse é o destino comum das criaturas. Todos os homens nascem. Todos os homens sofrem. Todos os homens morrem. O que os torna diferentes uns dos outros é apenas a forma e a intensidade do sofrimento. E é êste que singulariza, no tumulto do seu tempo, a vida de flor, ou de pássaro, de Manuel Maia Júnior. “Durante seis meses, — conta o seu primeiro e, talvez, último biógrafo, — crucificado no leito, no alto do seu cal-

vário anônimo, até onde não chegava sequer o alarido da turba de uma Jerusalém, espiou diminuïrem às águas do rio da sua vida, aguentando entre os lábios esbraseados, a alma, amarga como uma esponja de fel". E narra, como única testemunha pública de um tormento obscuro: "Ia vê-lo sempre. Perguntava pelo mundo. Interessava-se. Dissertava. Sua filosofia sã, serena, endolorada, animava-o. Sofria medonhamente. Muito magro e débil; em cada parte do corpo uma escara se abria para incomodá-lo mais. Não perdeu nunca a serenidade; apenas, minutos antes de expirar, teve uma pequena queixa, erguendo os braços escalavrados em busca de um apôio, entre as lágrimas das suas três irmãs incansáveis e dos pais alanceados:

— Minha mãe, que horror!...

Êsse, o mártir. Do homem em formação, conta-nos o sr. Cardilo Filho: "Na Faculdade, era uma sombra compassiva e boa que, para cada inteligência lúcida, se abria em revelações. De uma cultura invulgar nunca a alardeou entre as paredes envelhecidas do velho casarão. Passeava, em meio à fatuidade algazarreira dos colegas, o seu sorriso doloroso de predestinado, a conversar com uns raros eleitos da sua predileção, deslumbrando pela beleza do que dizia e pela sua

imensa humildade... Espírito repousado, dado a longas leituras e investigações, publicou aos dezessete anos *Refutações e Estudos da Língua Portuguesa*, consagrado pela crítica... Deixa êste livro entre os seus papéis, livro que vai agora para o grande cenário esperar a sua hora de vida e de julgamento. Manuel Maia Júnior viveu-o todo, nos seus mínimos detalhes. Dias antes de morrer ainda escreveu os seus últimos poemas. Um apenas ficou por escrever. Nazaré, a irmã que mais o acompanhava, não o quis copiar porque achava o título muito triste: *A caminho do Cemitério*... Ah! êsse poema, bem que o ouvimos, eu e seu amargurado pai, naquela tarde clara em que o levamos a enterrar, bem que o ouvimos... Êle ficou num alto, voltado para o mar que tanto o deslumbrava, esperando com a sua alma de crente e trombetear dos anjos do Senhor para a redenção de todos os irredimidos." E conclue, após outras comovidas impressões pessoais: "Que êste livro viva a sua hora de consciência dentro das correntes literárias do movimento brasileiro, como flor de sofrimento e de tristeza resignada".

Trata-se, como se vê, de um poeta, ou melhor, de um menino que morreu aos dezoito anos, e que levou seis meses a morrer. Que poderia êle saber, pois, da vida e do seu tumulto? Que cantigas poderiam sair

do ninho do seu coração, se o amor não havia, sequer, aparecido nele, abrindo, aí, o bico faminto e sonoro? Tudo, nele, era melancolia e pressentimento. O mundo era, ainda, aos seus olhos de criança, um quarto escuro, povoado de duendes. Daí a sua tristeza, a sua agonia, o seu susto, que ia registrando em versos modernos, com toda a ingenuidade do sentimento. Em uma carta de Bruxelas a mme. de Charrière, Benjamin Constant, que contava então vinte anos, falava da sua adolescência como um ancião se refere a um tempo feliz, que já vai longe. “A vingt ans, — anota Sainte-Beuve — Benjamin Constant se considérait déjà comme bien blasé, bien vieux, et il lui échappait quelquefois de dire: *Quand j’avais seize ans, reportant à cet âge premier ce qu’on est convenu d’appeler da jeunesse*”. Manuel Maia Júnior não tinha, sequer, êsse passado de quatro anos. De que iria êle falar, pois, senão de cousas infantís, dos seus livros, dos seus estudos, dos seus sonhos crestados quando ainda eram flor, dos seus companheiros de internato e, quasi, dos seus brinquedos? Os seus pensamentos, as suas imagens, as suas idéias, circunscrevem-se à primeira estação da vida, como se todos os homens tivessem de morrer aos dezoito anos. A santa do seu culto é Nossa Senhora dos Adolescentes, à qual reza da mãos postas:

“Nossa Senhora dos Adolescentes:
 hoje é o dia dos mortos e é de ti que me lembro
 a ouvir os sinos
 evocantes... revendo o internato,
 a capela, os vitrais e o altar,
 onde me deslumbravas...

Hoje, todos têm umas lembranças
 para lembrar...
 todos têm uma reza, a alguém no céu,
 para rezar...

Às suas lembranças, às suas idéias gra-
 ves misturam-se ainda terrores infantís, re-
 miniscências de colégio. E recorda:

“Lá fora havia uma algazarra de alegria...
 Gritos. Saltos. Exercícios
 ginásticos, de atletas meninos.
 Sòmente eu ficava entre meus livros,
 lendo sem ler, absorto em não sei que profundos pensa-
 [mentos...

Alguém me perguntou, então, porque eu era assim triste.
 Eu sorri.
 E quedei silencioso,
 Nem eu mesmo sabia porque era assim triste.

A primavera ria, florida, e cantava
 nas planícies, nos montes,
 pela voz das águas, das fôlhas, dos pássaros,
 de todas as vozes que entoavam alto
 a alegria da natureza.
 Sòmente eu era mudo, parado, e indiferente,
 à terra contente e florescente...
 Os meus olhos eram tristes. E a minha bôca. E as mi-
 [nhas mãos.
 Todo o meu corpo era triste, e a minha alma...

Alguém me perguntou, então, o motivo da minha tris-
[teza.

Eu sorri.

E quedei silencioso.

Eu possuía um coração. E no coração do meu coração
[vivia o motivo da minha tristeza.”

A vida de internato punha em relêvo a sua velhice de quatorze anos no confronto com os companheiros alegres:

“Num intervalo, postos em liberdade, os colegiais adolescentes confiam-se mutuamente as aventuras da sua idade.

O primeiro começa. Sem escutar o fim, o outro cria imprevistos que impressionam mais. Risos, iguais e desiguais. Indiferente, fica muda a alma penada que há em mim...

Cada um conta uma aventura misteriosa...

Ao meu lado o derradeiro principia, O derradeiro vai terminar. Acaba. E' a minha vez, agora. E eu não tenho nenhuma história para contar...”

Chega, todavia, o momento, em que vai ter uma história para contar. No seu deserto vai espontar uma flor. Flor do areal, sem côr, sem viço, sem beleza, sem perfume; mas flor. Êle a anuncia:

“Adolescente. Da minha idade. Tinha os olhos ingênuos e claros... os cabelos lisos. Tinha os ombros envergados.

Apareceu num fim de tarde.

E tão boa...
que ao me ver, instintivamente,
me ofereceu piedade..."

E essa flor durou um dia. Ou, antes, uma noite, porque nunca viu o sol. O adolescente lamenta, mas vem-lhe a resignação:

Foi melhor teres morrido,
deixando em mim essa tortura
e êsse consôlo de
jamais te haver possuído.

Foi melhor teres morrido...
(Talvez eu nem dissesse assim
se, um dia, para mim,
alguém houvesse existido...)"

Êsse amor, êsse mesmo, fôra, pois, uma ilusão dos seus sentidos. Uma ilusão, e essa mesma, calculada, inventada, puramente literária, espécie de *edelweiss* de papel branco, — flor de neve que se nos não desmancha nas mãos e que mostra, na grosseria do recorte, a ingenuidade do artifício.

E' assim, carregando o cadáver da sua alma, que Manuel Maia Júnior sai do internato para o pandemônio da vida. À semelhança daquele personagem de Wells, portador moderno do anel de Medéia, êle era o fantasma que percorria as ruas cheias, e ninguém o via. Recolhe-se ao seu quarto, para ficar consigo mesmo. E a solidão aumenta a atividade do seu mundo interior:

“Quarto azul e fechado
 quente e claro de sol através da vidraça.
 Na estante côr de vinho
 os livros dormem uns sôbre os outros,
 como bêbados...”

E vêm as visões:

“Na amplidão branca da sala
 há uma eça iluminada a quatro velas...
 há uma caixa fúnebre contendo
 intacto, o vestido de uma alma...”

Junto, o silêncio, noite e dia, vela...
 Silêncio: santo e poeta...”

O seu mundo é, entretanto, ainda, e sempre, o das crianças. Os quadros que descreve, têm, nelas, o seu complemento, ou, melhor, o seu ornamento fundamental. Fala dos meninos pobres:

“Em todos os bairros
 moram crianças.
 E nos bairros pobres
 as crianças fazem roda
 e cantam...”

Velhas crianças...”

E fala dos meninos feios. E dos meninos negros. E dos meninos órfãos. E dos que choram e riem quando perdem o seu barco de papel. São seus amigos, todos êles. Se as crianças de todo o mundo tivessem um reino, êle seria o seu rei. Porque, com dezoito anos, êle sofre como¹ um velho mas

tem, ainda, mesmo no sofrimento, sonhos encantados. Para pedir, ao céu, que alivie os padecimentos do seu corpo e da sua alma, traz, ainda, para diante do oratório doméstico, a caixa de brinquedos:

“Tédio.

Edições baratas de livros anêmicos
sob a luz melancólica.

Cansaço. Tristeza sem remédio.

Desejo de gritos neurastênicos.

Soluços infantís.

Brinquedos. Navios de papel. Balões coloridos.

Azul claro. Jesús-menino...

E no silêncio, as mãos juntas imploram
ajoelhadas, comovidas, imploram:

Dai-me, Senhor, tranquilidade...

resignação, calma, serenidade”.

Assim viveu, e assim morreu, após uma agonia cristã de seis meses, êsse poeta-menino, que eu não conheci, e cujos versos vim a ler sòmente agora, no seu livro póstumo, tão pequeno que mais parece um caderno de colegial. A antiguidade católica ter-lhe-ia, talvez, santificado o martírio, premian-do-lhe o sofrimento com a graça da beatificação. Nos nossos dias não vigoram, porém, mais, os princípios que o Nazareno sintetizou na parábola dos trabalhadores da vinha. Para ganhar o salário da glória, é preciso trabalhar do dilúculo ao sol-pôsto. E êste vindimeiro tombou com o seu cesto logo na primeira hora da vindima...

No estudo que faz de Dutra e Melo na *História da Literatura Brasileira*, cita Sílvio Romero os homens de letras, especialmente os poetas desaparecidos, no Brasil, no esplendor da mocidade e, alguns, na adolescência. Dessa lista, organizada por Luiz Francisco da Veiga, fazem parte Macedo Júnior, falecido com 18 anos, menos 15 dias; A. J. Franco de Sá, com 19 anos, 6 meses e 15 dias; Álvares de Azevedo, com 20 anos, 7 meses e 13 dias; Francisco Bernardino Ribeiro, com 21 anos, 11 meses e 4 dias; Junqueira Freire, 22 anos, 5 meses e 24 dias; Dutra e Melo, com 22 anos, 6 meses e 14 dias; Casimiro de Abreu, com 23 anos, 9 meses e 14 dias; Castro Alves, com 24 anos, 3 meses e 22 dias; Manuel Antônio de Almeida, com 29 anos e 11 dias; Agrário de Menezes, com 29 anos, 5 meses e 29 dias; e Xavier da Cunha, Aureliano Lessa, Martins Pena, Gomes de Souza, Fagundes Varela e Trajano Galvão, entre os 30 e os 35 anos. Poder-se-ia, hoje, aumentar consideravelmente esse quadro estatístico, adicionando os nomes de Adelino Fontoura, Artur de Oliveira, e, mais modernamente, os de Maranhão Sobrinho, Gomes Leite, Augusto dos Anjos, Carlos de Vasconcelos, Raul de Leoni, Moacir de Almeida, e uma dezena de outros, no Rio de Janeiro e nos Estados, os quais, deixando-nos tão cedo, não fizeram senão confir-

mar mais uma vez o *quem di diligunt adulescens moritur*, da sentença famosa, que Plauto foi buscar em Menandro.

Manuel Maia Júnior é um companheiro obscuro, e tímido, daqueles espíritos, na sua maior parte precoces. Morreu na idade de Chatterton, com uma alma de menino. Não era um gênio, nem, mesmo, um grande poeta. Mas sofreu, e cantou. Talvez, mesmo, tenha cantado unicamente por ter sofrido muito, de corpo, e de alma. Não há quem fure os olhos aos pássaros para que êles cantem melhor?

Deus tem, também, aquí na terra, os seus pintassilgos, e os seus sabiás...

NOS TEMPOS DE "EL-REI" (1)

N ESTES tempos de romantização da História, em que as menores e mais insignificantes anedotas são transformadas em contos e romances, quis o sr. Eduardo Frieiro trazer, também, a sua contribuição honesta, para suave reconstituição do passado. Apenas, para acentuar mais o seu escrúpulo, inverteu o plano dos discípulos brasileiros de Walter Scott e Dumas, pai. Enquanto estes, evitando pesquias trabalhosas, colocam, e mobilizam figuras históricas em um ambiente de fantasia, movimenta o escritor mineiro personagens imaginários em um ambiente rigorosamente histórico. Em tais espetáculos, mais vale o artista que reconstitue o cenário do que aquele que ressuscita os atores.

O drama que nos oferece o sr. Eduardo Frieiro não é daqueles que apresentam grandes surpresas, precipitando as emoções. Filho do bandeirante Caetano Boaventura, cujo pé fôra dos primeiros a palmilhar o caminho das minas no crepúsculo final no século XVII, e de uma índia carijó submetida à sua sensualidade sadia, Fernão Boaventura, rapaz de vinte e poucos anos, é

(1) EDUARDO FRIEIRO — *O Mameluco Boaventura* — Edições Pindorama — Belo-Horizonte, 1929.

uma das afirmações vivas e autênticas do sangue brasileiro nas ásperas terras de mineração. Educado em São Paulo, e filho de “paulista”, a sua mentalidade é, inteira, a de um moço rico do sertão, no alvorecer do século XVIII. Destemido, corajoso, turbulento, procura as aventuras e as rixas, mais por amor ao perigo do que pela paixão dos seus motivos. Schiller costumava dizer que, se Deus lhe oferecesse em uma das mãos a pesquisa da verdade e na outra a verdade, êle preferiria a primeira à segunda, pelo só prazer de encontrá-la, através dos obstáculos. Fernão Boaventura pensava de igual maneira, na sua vida tumultuosa. Entre uma solução amigável e outra violenta, dava preferência à violenta, para experimentar a sua destreza e a sua coragem. À sua cintura faiscavam as pistolas de fêcho de prata, ornamento elegante daqueles tempos. E quando se punha em marcha pelos caminhos serranos que iam dar a Ribeirão do Carmo, cavalgando a sua soberba montaria de sela de marroquim, pateava no coice uma escolta de seis ou oito bravos que lhe formavam o séquito, cada um dos quais já havia lavado a faca, por mais de uma vez, em sangue humano.

Por essa mesma época vivia em Ribeirão do Carmo o reinol José Gomes Vilariño, apelidado “Transmontano”, e cujas

origens estavam, já, na síntese do seu apelido. Vindo pela Baía, subira o São Francisco, penetrando a região das minas, e, enriquecendo, aí, com a exploração de lavras minerais. Viúvo, com uma filha educada num convento do Recôncavo, e a que dera o nome graciosamente medieval de Violante, casara-se segunda vez, sem dar, todavia, grande importância a esta segunda mulher, criatura triste de figura e clorótica de vontade. Sôbre o seu peito forte e ossudo derrama-se a cascata da barba grisalha, que caracterizava o sertanejo de largos haveres no seu tempo, — reminiscência, talvez, do crédito que haviam merecido as de D. João de Castro no cêrco de Diu, na douta informação de Jacinto Freire. Nos fundos do seu sobrado, o mais importante da vila incipiente, formigava a escravaria.

O moço Boaventura e o velho Vilarinho não são amigos. Rolam, entre ambos, separando-os, a torrente dos interêsses e a diferença do temperamento e da condição. Boaventura é herdeiro rico, e esbanja a herança paterna; Vilarinho é poupado, experiente, e, por intermédio de terceiros, vai se apossando das terras que o outro aliena. Boaventura é estróina, bulhento, indomesticável; Vilarinho é o agiota legal, sisudo, prudente, amigo da ordem, dentro da qual se faz a sua fortuna. Boaventura é o bra-

sileiro nato, com o sangue autóctone nas suas veias, pisando o sertão como uma propriedade secular e olhando já o português como um usurpador; Vilarinho é o europeu que se sente o senhor natural de uma terra imensa arrancada por Portugal à barbaria, em nome de Reis que lhe dão a honra de sobrecarregá-la de tributos. Em suma: Vilarinho subiu pela Baía, pedaço transatlântico de Portugal; Boaventura vem de São Paulo, onde já se forja, nos conflitos com a metrópole, os primeiros moldes de uma consciência nacional.

Desenvolvendo um tema de sertão, uma tragédia que se desenrolaria século e meio mais tarde, o sr. Afrânio Peixoto faz dizer a um dos seus personagens que “ódio e amor não são duas cousas, mas a mesma cousa: avêso e direito da mesma cousa”. O romance do sr. Eduardo Frieiro procura confirmar essa teoria. Revoltado com o ato de Vilarinho, que mandara surrar um escravo seu, o Eliézer, sedutor de uma das mucamas do solar, Boaventura invade, um dia, como um animal selvagem, a casa do transmontano, para pedir-lhe satisfações da afronta feita à sua autoridade de senhor, na pessoa do africano. Vilarinho reage, ameaçando-o de pô-lo fora pelos escravos, e avança para esbofeteá-lo. O mameluco, vigoroso e destre, manieta-o com facilidade, no momento

preciso em que os seus negros, por sua vez, pulam a cêrca divisória das duas propriedades, e atacam as senzalas do reinol, pondo em fuga pelo inopinado da investida a negralhada do português.

E' nesse instante que surge na saleta, onde os dois homens contendem, um subjogado, outro subjugando, a figura graciosa e providencial de Violante. Linda e simples, não investe, como as mulheres-fúrias, para auxiliar o pai. A fôrça de que dispõe é mais que a dos músculos: é a da sua fraqueza.

— Mande suspender tamanha barbaridade, — roga, referindo-se ao conflito que se trava na chácara. — Minha madrasta está doente e pode sentir-se do susto.

E com a voz mais doce da terra:

— Peço-lhe...

Há uma velha estampa religiosa em que o cavaleiro D. Fuas Roupinho, perseguindo o Diabo que se transformara em cervo, está prestes a rolar num precipício, onde a montanha se acaba cortada a pique e principia o mar tempestuoso. O cavalo já está empinado sôbre o despenhadeiro, com as patas dianteiras no ar. Nesse momento porém, D. Fuas invoca a Virgem Santíssima, que lhe surge repentinamente nas nuvens. O cavalo, então, roda sôbre si mesmo, e, em um galão prodigioso, evita a voragem e salva o cavaleiro. E' um milagre semelhante

que se dá, nesse minuto, na saleta do Ribeirão do Carmo. A besta que havia no coração do mameluco recua sôbre si própria, diante da aparição. Os músculos do mestiço perdem o vigor. As mãos abandonam a presa, e êle manda suspender a luta. Violante era, com a sua beleza, com a sua graça e com a sua doçura, a sua Virgem de Nazaré.

Criado entre escravos e índias, Boaventura, que conhecia os grosseiros prazeres da carne, ignorava, até êsse dia, os encantos do sentimento. E descobria-os, de súbito. Revelava-lhos Violante, inesperadamente, e de tal maneira que não pode dormir toda essa noite, e aguarda, ansioso, o domingo, para ir à missa do Carmo, onde a vê de longe, matando na esbelta figura da moça a doída fome dos olhos. Do seu lado, Violante sente, em si própria, a mesma surpresa. Será ódio o que vota ao mameluco, inimigo fígadal do seu pai? Se é o ódio, por que, então, procura tornar-se mais garrida, mais bonita, mais linda, quando sabe que êle vai vê-la à igreja? Por êsse tempo, é governador da Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro, d. Pedro de Almeida, conde de Assumar. Vilarinho, desconfiado da inclinação amorosa da filha, resolve casá-la com um dos oficiais da guarda do governador. Violante é, todavia, menos submissa do que a Sinhazinha, do dr. Afrânio Peixoto. E uma

noite foge com Boaventura, que vai depositá-la na casa de um amigo, em Pitanguí, onde acaba de rebentar uma rebelião fomentada pelos "paulistas", que reagem, assim, contra os novos impostos cobrados pela coroa. Antes da cena da fuga oferece-nos, porém, o sr. Eduardo Frieiro uma descrição das cavalladas no Carmo no ano de 1719, a qual, estabelecidas as proporções, faz lembrar, pela sugestão do traço, a do torneio de Ashby, no condado de Leicester, no *Ivanhoe*, de Walter Scott. Passa, sôbre uma e outra, o mesmo sôpro de medievalismo, que lhes empresta gentileza e majestade.

Ânimo aventureiro, Boaventura integra-se com os seus homens na luta local, tomando parte saliente nos combates contra as aguerridas fôrças d'El-Rei. Chegam, no entanto, reforços de Vila-Rica. Os amotinados são rechassados dos seus pontos estratégicos, abatidos e postos em debandada. Boaventura atravessa, porém, temerariamente, o campo inimigo, e entra em Pitanguí. Vai despedir-se de Violante, enfêrma de tantas emoções, — flor, que é, batida por todos os ventos da tempestade. Dá-lhe o seu primeiro e último beijo. E parte, como um raio, rumo do desconhecido, voando no seu cavalo de batalha, no momento precisamente em que os dragões penetram na casa, na esperança de surpreendê-lo.

O capítulo XXIII, intitulado *Elegia*, é um pequenino poema em prosa, e tão evocativo que nos lembramos do I ato do *Hamleto*, quando é descansado junto à sepultura o alvo esquife de Ofélia. “A voz compungida de um sino — leiamos a descrição, — fende os ares, em graves, repousadas vibrações. Um cortejo mortuário avança lento por uma rua tortuosa de casas pequeninas, cobertas de sapê. Levado à mão, o féretro oscila, suave e rítmico, balançando-se ao compasso arrastado dos pés... Chega o cortejo à capela, cercada de um diminuto cemitério. Sobre o catafalco, entre tocheiras e serpentinhas, colocam o singelo esquife de tábuas revestidas de setineta branca. No caixão aberto Violante parece dormir. Com as finas mãos em cruz, a loura melena enfeitada de flores, longas pálpebras descidas, faces artificialmente carminadas por piedosas mãos femininas, dissera-se engolfada num sonho sem fim, no sonho impossível dos seus vinte anos”. E pondo nesta um Polônio, em lugar de Laerte: “Sumindo num estuor doloroso, o Transmontano não lhe tira de cima os olhos pasmados. Andreza (a mucama) chora baixinho, enrodilhada no chão, o corpo sacudido por soluços convulsivos. A igreja trescala a incenso e alecrim. O sacerdote recita o ofício dos mortos”.

Estudando as mulheres que o gênio de

Shakespeare criou, definiu-as Paul Saint-Victor com as tintas da alvorada, que lhe ofereceu Ariel. "Les jeunes filles et les jeunes femmes de Shakespeare, — escreve, — forment une espèce à part dans la création feminine. Souples comme des cygnes, délicates comme des sensitives. L'imagination les conçoit avec des corps transparents. Leurs amours font songer aux amours des fleurs, leur pudeur aux rougeurs de l'aube, leur langage au chant des oiseaux. Ce langage c'est une musique aérienne. Si la rosée faisait du bruit en tombant dans le calice de la rose, elle aurait cette douceur céleste. Il y a des ailes dans leur démarche et du parfum dans leur charme. Promptes à aimer, faciles à mourir, si tendres, qu'elles se brisent au moindre froissement. Les noms éoliens que le poète leur donne expriment leur nature tout éthérée et tout idéale: Desdemona, Ophelia, Cordelia, Perdita, Miranda, Jessica, Celia, Rosalinde. Noms lumineux et limpides qui mettent à leurs fronts un cercle d'étoiles". E' a essa família de mártires da candura, canonizadas pelo pontífice da tragédia moderna, que pertence, embora discretamente, aquela que se enterrava naquele dia, e que também morrerá de amor. Onde estava, porém, o Hamleto moreno e semi-bárbaro, para completar a cena do cemitério?

Boaventura tem um padrinho de crisma, frei Tiburciano de São José, que é, para o seu meio, um grande coração e, para o seu tempo, um grande espírito. Abandonando Pitanguí, onde deixara Violante ainda viva, galopa o mameluco os dias e as noites, vadeando rios e afrontando temporais, até que vai ter a uma hospedaria de estrada, em que era conhecido e estimado. Uma febre violenta assalta-o. Delira durante uma semana, bracejando entre a vida e a morte. Socorrem-no os curandeiros da região e êle, que resiste à doença, sobrevive, também, às sangrias, às garrafadas e às benzeduras. Desalentada, a hospedeira manda avisar frei Tiburciano, que acorre com a sua ciência primitiva, mas honesta, e salva o doente. E Boaventura torna à consciência de si mesmo, e, sòzinho na terra, olha o mundo com os olhos de ressuscitado.

A debilidade do corpo faz prevalecer, então, nele, o prestígio da alma. Abatido o orgulho, sintetizado na fôrça, dêle sai, como a borboleta da crisálida, a simplicidade, que é uma das formas rudimentares da perfeição. Frei Tiburciano aproveita a síncope do demônio para estabelecer, nas terras dêle, a casa do Senhor. Até que, dois meses depois, são vistos passar, pelos caminhos que trazem ao litoral, dois cavaleiros, que discreteam, amigos, sôbre os segredos

da natureza e os mistérios da criação. Um fala com animação; outro escuta, sossegado. E' frei Tiburciano que conduz para o Rio de Janeiro o antigo estróina Fernão Boaventura, que, seduzido pelos encantos da religião, vem entregar-se, no mosteiro de São Bento, ao eterno serviço de Deus...

Conhecedor da história colonial, o sr. Eduardo Frieiro não se contenta, todavia, com o simples mecanismo do drama que desenvolve: aproveita-o, principalmente, para descrever um dos períodos mais interessantes da formação do povo mineiro, período agitado que teve como deflagração mais violenta a chamada Guerra dos Emboabas. Vindos do sul pelo roteiro de Fernão Dias, os paulistas haviam sido os verdadeiros descobridores e povoadores da terra. Apossavam-se, no entanto, dos terrenos auríferos à revelia do rei. Explorando essa circunstância, baianos e reinóis, vindos do nordeste trazendo títulos de propriedade das mesmas terras que mal conheciam, tratavam de efetivar a posse, com o auxílio dos governadores e dos ouvidores, que punham ao serviço de sua cobiça os regimentos reais. A fôrça prevaleceu, assim, sôbre o direito. E os paulistas foram rechassados das suas minas, retraindo-se para sueste, procurando o litoral.

Manuseador, parece, de documentos an-

tigos, pôde o jovem romancista mineiro reconstituir os cenários de Vila-Rica e do Carmo nos primeiros dias do século XVIII, e, o que é ainda mais difícil, pôr-nos em contacto com a linguagem do tempo. O seu vocabulário, de admirável precisão nas descrições e de louvável contemporaneidade nos diálogos, dá-nos a impressão de que defrontamos um escritor que se deixa absorver pelo assunto que versa, e o que é mais importante, preocupado em realizar uma obra que, podendo agradar ao vulgo, possa, igualmente, ser manuseada com encanto e proveito pelos estudiosos. O seu romance revela-nos, enfim, um homem de letras tão modesto quão escrupuloso, dêsses que, antes de prestar contas aos seus leitores, as prestam, rigorosamente, à sua consciência.

Espírito forrado de conhecimentos úteis, e ornado de idéias próprias, o sr. Eduardo Frieiro serve-se, aquí e alí, dos seus personagens para discorrer sôbre a organização social do tempo e, mesmo, para prever a marcha da sociedade, em direção ao futuro. E' assim que explica, pela bôca de frei Tiburciano, a possibilidade, que se cristalizou em fato, do desaparecimento do índio, como raça pura.

— “Tudo ia muito bem enquanto não chegou o portuguez organizado, — comenta o frade nas suas tertúlias com o afillhado. —

Que é que aconteceu então? Havia falta de braços. Para forçar os homens que viviam na preguiça natural a dar-lhe ajuda, viu-se o conquistador na necessidade de o escravizar e castigar. O índio resiste à dura imposição e se aniquila na resistência. O negro cede. Cedendo, sobrevive e se nivelará pouco a pouco com o branco. Quando todas as terras forem ocupadas e povoadas, o que evidentemente não se dará nos nossos dias, e quando nenhum homem puder viver sem trabalhar, então será possível ao homem branco abolir a escravatura sem comprometer a sua obra e o seu destino. Porque até lá os homens todos terão aprendido a trabalhar livremente, sem constrangimento”.

Frei Tiburciano justifica, por essa maneira, a escravização do índio e do negro. E' um homem do seu tempo, e compreende os problemas sociais e, particularmente, econômicos, que lhe são contemporâneos. O negro sobreviveu, como êle previra. O índio desapareceu. Mas terá desaparecido pela eliminação, como previa o frade de Ribeirão do Carmo em 1719, ou pela absorção, facilitada pela sua relativa liberdade diante do europeu? E' êsse um ponto da nossa história que reclama estudo meditado e definitivo, e que tem solicitado, já, a minha curiosidade. Quem manuseia os documentos da nossa vida colonial, atenta, necessà-

riamente, para o número de selvícolas escravizados em cada umas das “entradas” pelo sertão. Eles desciam aos milhares, de cada vez, sendo distribuídos, ou vendidos a baixo preço, nas cidades e vilas do litoral. “Os índios, — diz João Francisco Lisboa, que não é, aliás, seu amigo, e que, por isso, hostilizava Gonçalves Dias, — os índios faziam a guerra ofensiva e defensiva no interesse dos seus opressores, e iam com eles às expedições do sertão para matarem, cativarem e descerem por seu turno outros índios”. Identificados assim com o invasor, não haveria maior facilidade de absorção do que de exterminação? Poder-se-á aplicar ao nosso caso a frase de Tocqueville em relação ao indígena da Nova Inglaterra, o qual, diz, “foi destruído pela impossibilidade de ser submetido e policiado”? Na minha opinião, a percentagem de sangue autóctone é, nas nossas veias, mais importante do que supomos ou proclamamos. A versão de que o índio preferiu desaparecer em grande parte a aliar-se ao invasor, provém da confusão dos seus mestiços, com o português, após a segunda ou terceira geração aclimatada. O mulato é inconfundível; o mameluco, muito ao contrário, pode passar despercebido, mesmo na primeira geração. Atente-se para os vinte e dois milhões de brasileiros que povoam o norte do país e os

Estados do centro, e ver-se-á como está latente, ainda, neles, no tipo e na alma, o antepassado americano.

Mais de uma questão desta ordem aviva-as, no seu romance, o sr. Eduardo Frieiro, patenteando assim, não ser nenhum espírito fútil, mas uma inteligência curiosa e, o que é mais, mobiliada de boas e ricas humanidades. Se alguma cousa me causou estranheza no seu livro, essa é devida, provavelmente, menos à sua temeridade do que à minha ignorância. Refiro-me, aquí, à preleção que frei Tiburciano faz, em Cachoeira do Campo, sôbre a vida das formigas, contando a Boaventura como êsses himenópteros se guerreiam, afim de aprisionar as crisálidas do formigueiro inimigo. "Apenas sai da casca, — explica, — a formiguinha apresada fica trabalhando como cativa do formigueiro estranho. A formiga não é só agricultora e guerreira: é também escravagista." Dê-lhe isto e, sôbre o assunto, outras cousas igualmente avançadas.

Não se achando a entomologia no raio de ação do meu espírito, eu não sei se em 1719 frei Tiburciano podia falar dessa maneira sôbre observações científicas tão particularizadas. Em 1719 Buffon estava apenas com 12 anos, e eu não sei de alguém que, antes dessa data, tenha estudado tão meticolosamente a organização social dos formi-

florestas de Mato-Grosso, da região das grandes planícies, das grandes selvas e dos grandes rios que lembram a infância do mundo, com escalas pelas montanhas do Estado que lhe emprestou o nome de guerra, o novo prosador brasileiro recorda, desde o primeiro instante, um bárbaro disposto a escandalizar a civilização. E' um bárbaro e tem, evidentemente, orgulho da sua condição e do seu título.

Está sucedendo no mundo das letras, neste momento, precisamente o que aconteceu, no domínio político, no tempo em que Roma se amedrontava, ainda, com o aspecto sinistro dos fulvos homens do norte. Cedendo, em pânico, diante da avalanche inimiga, que, vinda de mais longe, das Gálias inquietas, rolara dos Alpes, assolando a Etrúria, os últimos soldados romanos esperavam, talvez, que os invasores, chegados diante da cidade de Rômulo, se detivessem respeitosos, deslumbrados com o esplendor das primeiras conquistas do gênio latino. E enganaram-se na suposição amável. Conta Tito Lívio que, penetrando de chofre no Senado, onde os "padres conscritos" se achavam reunidos para aguardar a morte cada um no seu pôsto, encontraram-nos os guerreiros de Breno imóveis nas suas curues, o porte firme, a face tranquila, e tão serenos e majestosos como se fossem estátuas. Essa foi,

aliás, a impressão do bárbaro. Um destes, porém, se aproximou de Papírio e passou-lhe a mão pela barba argêntea. O ancião enrubeceu, ofendido, as barbas trêmulas de indignação, e pôs-se de pé. Os invasores viram, então, que eram homens de carne, e não de pedra. E começou a chacina.

A literatura de tradição, os escritores preparados nos moldes que o último século consagrou, imaginaram, parece, que a geração nova não investiria contra êles, e, menos, que se atrevesse a destruir a sua oficina, quebrando as fôrmas em que êles vassavam a sua emoção. E iludiram-se. Os bárbaros não só invadiram, em alarido, o Senado Romano, como, ainda, desfeitearam Papírio.

O sr. João de Minas é um dêsses bárbaros da nova invasão. Descendo das altas sertanias brasileiras, não o deslumbram as maravilhas artificiais das nossas letras. A sua concepção da arte, não sendo tão radical como a de alguns inovadores, é diferente da concepção clássica, tradicional, vigorante antes da guerra. E essa arte nova, como êle a faz, alarma, desafia censuras, provoca reparos, mas interessa, encanta e, não raro, deslumbram quem a examina sem prevenções. Em seu estudo sobre *La Princesse de Clèves*, de Mme. de La Fayette, Taine tem uma passagem interessante sobre a evolu-

ção do gosto literário: “L’esprit humain coule avec les événements, comme un fleuve. De cent lieues en cent lieues le terrain change: ici des montagnes brisées et toute la poésie de la nature sauvage: plus loin, le longues colonnades d’arbres puissants, qui enfoncent leurs pied dans l’eau violente; là-bas, de grandes plaines régulières et de nobles horizons disposés comme pour le plaisir des yeux; ici la fourmilière bruyante des villes pressées, avec la beauté du travail fructueux et des arts utiles. Le voyageur qui glisse sur cette eau changeante a tort de regretter ou de mépriser les spectacles qu’il quitte, et doit s’attendre à voir disparaître en quelques heures ceux qui passent en ce moment sous ces yeux”. Aproveitando a imagem, poder-se-á dizer, talvez, que o rio do espírito literário corre, neste momento, na Europa e na América, sôbre um leito raso e encachoeirado, rasgando a camisa de espuma na anfractuosidade das pedras. A água não é profunda mas é sonora. E à superfície dela mira-se, enamorada, e sobranceira do arco-iris.

O livro de estréia do sr. João de Minas é uma das expressões mais vivas dessa literatura, em terras do Brasil, onde Euclides da Cunha foi, talvez, o seu primeiro representante. Com uma diferença, apenas: é que Euclides agiu como arquiteto, como es-

tranho construtor de períodos, e o sr. João de Minas se apresenta, hoje, mais como pintor, isto é, como colorista. “Para escrever os *Sertões* — disse eu, há pouco, em um parecer na Academia, — para escrever os *Sertões* e descrever a terra árida e desolada, o deserto brasileiro leprado de lagoas e apunhalado de outeiros, Euclides da Cunha teve de alterar, pode-se dizer, a mecânica da frase, dando a esta, de súbito, movimentos imprevistos e novos. Sente-se, hoje, ao lê-lo, que a Natureza por êle fotografada não seria compreendida sem a sua técnica literária. O assunto exigiu, dêle, um estilo”. O sr. João de Minas é menos matemático do que o seu grande precursor. Em vez da linha geométrica, usa a tinta, a côr, o elemento que impressiona a imaginação de modo mais vivo, embora mais superficial.

Euclides é, em verdade, o artista dos grandes desenhos truncados, mas impressionantes. Êle tem, porém, unicamente o traço, as grandes linhas gigantescas, que a imaginação multiplica. O novo escritor mineiro, não; êle não desenha, não trabalha as suas figuras, as suas cenas, as suas paisagens: atira de encontro à tela quatro borões de tintas violentas, pincela-as rápido sem misturá-las, e aparece de pronto um retrato humano que se não esquece mais, ou um dêsses poentes equatoriais, em que o sol

se desmancha em sangue e escorre, em golfadas, pelos rasgões enormes da sua revôlta mortalha de nuvens. Creio que é a poesia de Emile Verhaeren que Remy de Gourmont disse feita de nanquim e vermelho. E' com essas tintas predominantes que o sr. João de Minas trabalha a sua prosa.

O teatro em que se desenrolam as tragédias a que se refere o escritor, é o mais vasto, talvez, de que já dispôs permanentemente um autor, em toda a terra. E' êsse imenso triângulo de planícies uniformes, que, abrangendo Cuiabá e a parte superior do curso do São Francisco, se vem apoiar no sul, no ponto em que o Paraná recebe, para levar ao Prata, as águas paulistas do Paranapanema. Nesses limites dorme, num sono encantado, o deserto brasileiro. E foi essa imensidade verde que o sr. João de Minas percorreu, e continuamente percorre, como advogado com exercício em toda a região. Nas suas viagens de centenas de léguas, foi-se êle adaptando, afeiçoando à própria natureza. E dá-nos notícias dessas paragens adormecidas na morte. As descrições, que nos oferece, das tardes, das noites, dos dias nesses descampados que dão vertigens pela vastidão, são, às vezes, verdadeiramente magníficas. "A lua nova descia, ao fundo, na linha negra de uma floresta — conta. — O

céu, muito puro, parecia feito de água do mar. E a lua parecia uma gaivota de prata, que ia voar”. Não estará aí, nessas três linhas sintéticas, com uma precisão e uma segurança de mestre, um dos mais belos espetáculos do sertão na hora melancólica do anoitecer? Essas terras sagradas, em que paira, no decurso dos dias suaves, “uma frescura solitária, êsse vago bem-estar dos santuários, das capelas antigas”, não merece, no entanto, o respeito contínuo do viajante. “O gado, o curraleiro, — descreve, — é selvagem, é mais ou menos de ninguém. Vive sôlto, um gado miúdo e que custa muito a se formar, ainda não tonificado pelo prodigioso sangue zebú”. E faz-lhe a caricatura: “Pobres boizinhos vermelhos, de chifres enormes, cabeludos, escarvam um momento o chão, ao dar com o viajante, sacudindo a cabeça, de olhos palermas. Late o cão da comitiva, porém, e o boizinho, possuído do sagrado terror de ser comido pelo cão, foge desengonçado sôbre as pernas grossas, com enormes cascos, sacudindo a enorme cabeça”. Regiões há, todavia, em que até o boi desaparece. Quem quiser ter uma idéia da vida, do movimento, de que o mundo não foi atacado súbitamente de paralisia, tem que recorrer, não aos olhos, mas à imaginação. Para transmitir ao leitor uma noção dessas cousas incorpóreas que

lhe surgem, criações vagas dos sentidos, recorre o prosador a um vocabulário abstrato, como se as palavras concretas pudessem magoar as pétalas imponderáveis dessas camélias desabrochadas no espírito. “E’ difícil, em qualquer cem léguas, encontrar-se um morador, — informa. — Os horizontes são vistos com os olhos, mas uma vista mais fina que a dos olhos, uma misteriosa intuição visual apaga-os, esponja-os no infinito, e o viajor vê apenas diante de si um nada prodigiosamente exato, perfeito, completo e morto.” Não se pode dar, talvez, uma noção mais impressionante, nem mais nova, do vácuo e da solidão. “Os horizontes têm uma paz vítrea, uma paz mineral”, — define. E adiante: “Não há estradas, quasi não há trilhos; há rumos, como nos mares”. Uma noite, num pouso, começa o vento a soprar. “Era um vento vivo, cansado, arquejante, — explica. — Era um vento animal, com os seus pulmões, com as suas pernas corredoras, com a sua obrigação, com a sua finalidade, com a sua razão de ser na vida, com o seu coração, com a sua vontade. Eu admitia que aquele vento quisesse me falar das densas dos troncos seculares nas florestas, das lagunas verdes, das rochas que passam estalando e rolando, dos passarinhos e besouros refulgentes, da joalheria das resinas, do ridículo das orelhas de pau, do ve-

ludo sensual dos líquens, dos olhares fosfóricos das onças acuadas nas lapas... Ti-ve uma idéia súbita — será que os ventos morrem? será que há cadáveres de ventos? pois se os ventos vivem, e até mexem com a gente, como, pois, não hão de morrer?...”.

Nas noites enfeitadas de estrêlas, a solidão estende na alma do homem a nuvem negra das grandes dúvidas. “Erguí os olhos para as alturas, — narra o autor, contando uma noite de vigília, nos sertões de Itaberaí, Goiaz. Uma estrêla me prendeu a atenção, e fiquei a perguntar o porquê daquela flor de luz a me sorrir, como uma amiga, com um afeto dir-se-ia materno. E dizer-se que havia de morrer sem nunca jamais saber quem era aquela estrêla, de onde viera ela, e para onde ia?... Sim, para onde?... Para onde viajaria aquele meigo e branco coração de luz?... E o que seria êle depois? E depois? E depois?... Oh, como eu era pequenino!... Veio-me então a convicção de que o astro maternal me lamentava, conhecendo aqueles meus atormentados pensamentos. Essa idéia me consolou, e eu abaixei os olhos, encolhi-me mais, achatei-me em plena miséria humana, sentindo a delícia de ser irresponsável completamente, e por não ser cousa nenhuma”. Às vezes, tem o sr. João de Minas definições shakespearianas, como esta, de uma noite escura:

“Noite em massa, como um imenso bloco de carvão, como uma tempestade de trevas repentinamente condensadas”. Ou então: “A tarde descia, plúmbea, a noite subia da terra. As grandes árvores, em tórno, davam a impressão de terem parado, para escutar. Era a hora em que os morcegos, as corujas e os curiangos saem dos seus esconderijos. As onças que caçam de noite, começam a ter olhares fosfóricos, olhares de fogo-fátuo. As lanternas, os balões dos astros se acendem, soturnamente”. Falando-nos de uma floresta vista da planície à hora religiosa do entardecer, diz: “Os campos iam dormir à luz feminina das estrêlas. As flores, muito longe, sumiam lentamente, como se fossem caminhando para o desconhecido”. E definindo o silêncio de uma selva, onde, ao meio-dia, é quasi noite, e em cuja penumbra “um fio de luz, às vezes, rompendo as copas das árvores, se dependura, como uma cobra de fogo”. “O silêncio dos sêres vivos, mas que estão calados, não é bem silêncio. O sentir ou o pensar, palpitantes de vida, como que têm algum ruído, alguma voz. Já o silêncio do que não pensa nem sente, do que é morto, ou do que ignoramos se está vivo ou morto, — como uma pedra ou uma ossada, — ah, êsse silêncio é medonhamente silencioso. Dá a impressão de uma ventosa, serena e implacável, que nos chupa a alma,

e assim nos dissolve, nos pulveriza em vertigem, em vácuo”.

Em *Le Desert*, de Loti, dá o paisagista francês a noção mais viva, que se pode ter, dessas regiões em que o homem atravessa o cenário como a asa da gaivota risca o oceano. Para enganar-se a si mesmo, tem êle a imaginação, que lhe dá, de olhos abertos, o consôlo da miragem. Nos areais cinzentos da Arábia, cuja uniformidade começava a alucinar os viandantes, viam estes, ao entardecer, a ondulação das palmeiras, os lagos refletindo o céu azul e vermelho, e, à margem dos lagos espelhantes, centenas de camelos e beduínos debruçados. Cansado de estar só, o homem pedia à ilusão a graça mentirosa das cousas vivas. Isso explica, talvez, o espírito criador do sertanejo. Êle está crente de que as suas florestas são povoadas de sêres monstruosos. De toda a parte surgem, no seu caminho, os fantasmas, os duendes, as entidades sobrenaturais. Os seus ouvidos escutam, na quietude da noite, o uivo dos lobishomens e o galopar sinistro das mulas sem cabeça, quebrando o silêncio lúgubre dos descampados. O horror da solidão faz com que êle povôe de sombras o seu Deserto. E é êsse mundo de espantos que o sr. João de Minas nos revela.

As quatorze narrativas que o livro contém obedecem, no entanto, a uma finalidade

política: todas elas se relacionam com a passagem da coluna militar do capitão Carlos Prèstes pelos altos sertões de Goiaz e Mato-Grosso, e contam episódios trágicos, aspectos dantescos, dessa fase aventureira da nossa última guerra civil. *Jantando um defunto*, crônica, ou conto, que dá o título ao livro, é uma das contas mais características dêsse rosário de sangue. Estabelecido com uma próspera casa de negócio nas proximidades de Bom-Jardim, em Goiaz, o sírio Miguel Nasser ouviu deter-se à sua porta, de repente, um tumultuoso tropel de cavalos. Eram os revoltosos, que pretendiam atacar a cidade próxima. Preso pela escolta, vê-se o comerciante com um laço ao pescoço, e obrigado a acompanhar, a pé, o galope do cavalo de um alemão, que segura a extremidade da corda. No ataque a Bom-Jardim, fazem do seu corpo trincheira por trás da qual escondem uma pequena metralhadora. As balas passam, porém, assobian-do, e vão ferir de morte o alferes Virgílio, que maneja a máquina de destruição. O Deus de Moisés, ou Alá, protege Miguel Nasser. Repelida, volta a fôrça revolucionária ao estabelecimento do sírio. Morre aí, dos ferimentos recebidos em combate, o alferes. Para dar-lhe um túmulo digno, os soldados abrem na rua uma grande sepultura, e tapetam-na de peças de fazenda de

preço, principalmente sêdas e cambraias das prateleiras do oriental, deitam nela o seu comandante, lançam por cima outras peças de tecidos finos, e cobrem tudo de areia. Evacuado o lugarejo, torna Miguel Nasser à sua casa. A depredação foi completa. Informado, porém, do destino dado às suas mercadorias, cava o solo com as unhas indignadas, retira as peças de tecidos, sujas de areia e de sangue, aproveita o que é aproveitável, e como não lhe seja possível outra vingança, arrasta para a estrada o cadáver do alferes Virgílio, dando-o de pasto ao seu cão. E o velho cão, honrado e gordo, — cão de sírio, cão de turco, cão de quem tem na memória os vermelhos morticínios da Armênia — janta, nessa tarde, um defunto.

O Esqueleto de Santa Maria Clara é uma suntuosa iluminura, sôbre fundo de ouro. E o livro fecha com a dolorosa história do Angelino, fazendeiro entre Cuiabá e Campo-Grande. Casado há três anos, vivia Angelino com a mulher, gaúcha máscula e virtuosa, de nome Ofélia, e um filho pequeno, quando se viu na contingência de viajar, a negócio. Ao regressar, acha a sua propriedade saqueada, e a casa vazia. Da esposa, encontra unicamente, pelas fazendas vizinhas, a versão vaga de que havia, por entusiasmo cívico, seguido a coluna revolu-

cionária, seduzida pelo garbo militar dos oficiais.

— “Esqueça aquela bandida, meu filho!” — dizia-lhe, cerrando os dentes de revolta e vergonha, o velho pai, em cuja fazenda se fôra refugiar.

Angelino não podia, porém, acreditar na verdade corrente, feita de punhais, que lhe sangravam a alma. Até que, uma noite, teve um sonho. “Mal cerrou os olhos, — conta o autor, — viu êle sua mulher abraçada ao filho, a seu lado. Os três dormiam um sono feliz. Mas não dormiam alí, naquella cama, e sim dentro da terra, numa sepultura. Êles viam sôbre si a terra germinar, e as extremidades das raízes pareciam sorrir-lhes, como estrêlas. Êsse leito tumular era na outra fazenda, a do Angelino, a que os revoltosos tinham arrasado, e ficava num laranjal, num certo ponto”.

Acordando de repente, o sertanejo saltou do leito, montou a cavallo, e partiu para o local a que o sonho se referia. Acompanharam-no amigos da vizinhança. Viajou dia e noite. Ao chegar, correu a romper o solo áspero, no lugar indicado. E surgiram aos seus olhos, abraçados, os corpos da mulher e do filhinho, varados de balas, e embulhados num capote de soldado. A terra, piedosamente, havia-se demorado em romper os dois cadáveres, como se os guar-

dasse para a agonia daquele encontro. Angelino enlouqueceu, porém; e a sua mania era enterrar-se vivo, andando sempre a cavar sepulturas com as unhas em sangue, para deitar-se, como no sonho, ao lado da companheira sacrificada...

Todo êsse luxo de estilo e de imaginação do sr. João de Minas tem por objetivo desvendar aos olhos do país o modo por que se portavam, nas suas correrias pelos altos sertões brasileiros, os revolucionários de 1924. Eu acredito que, nos seus relatos, haja muita fantasia, apesar da afirmação em contrário, que faz no prefácio. Faltam-me, entretanto, elementos para contestar a veracidade de tudo que êle nos conta. Não há lutas que acendam mais o ódio nos homens, tornando-os mais ferozes, deshumanos, sanguinários, do que as guerras civís e de religião. Ademais, com que autoridade podia um oficial revolucionário, por mais elevados e generosos que fossem os seus sentimentos, impor a disciplina militar aos seus subordinados se êle, revoltando-se contra o poder constituído, lhes dera o exemplo mais flagrante da indisciplina?

As últimas rebeliões militares no Brasil legaram aos seus futuros historiadores um subsídio de informações interessantíssimas, embora contraditório. Eu, de minha parte, jamais pude admitir a sinceridade

da simpatia pública pela atuação estratégica dos capitães rebeldes, na fase ambulatória da revolução. As guerras civís, como todas as guerras, por mais criminosas, são explicáveis e lógicas. “Les nations ont de ces crises de fièvre chaude, où de sang étouffe dans leurs veines, et cherche, pour en sortir, des issus violentes et rapides”, — reconhece Paul Saint-Victor. Mas a guerra é a guerra, e não se pode compreender uma guerra de correrias. Condenando embora a intervenção das classes armadas na vida política do país, tomando ao povo o lugar que a êste compete, eu considero digna de militares, de homens de valor e de coragem, a primeira rebelião, em 1922. Frustrado o plano militar desde a primeira hora de ação, que fizeram os rebeldes do forte de Copacabana? Saíram, de carabina à mão, à procura da morte, enfrentando no seu desespero milhares de homens, a serviço da legalidade. Foi um crime diante da lei, mas foi épico. A beleza do sacrifício compensou a ilegalidade do perjúrio. Em 1924, porém, que sucedeu? Desiludidos da vitória, convencidos da inutilidade do seu gesto, o dever militar dos capitães revoltosos só lhes podia indicar duas soluções patrióticas: depor as armas, dentro ou fora da pátria, ou travar imediatamente uma batalha, em que, como Pompeu em Farsália, tombassem com

os seus soldados, dando-se em hóstia ao seu ideal... As suas marchas pelo sertão, requisitando o miserável sustento de que dispunham as tristes populações sertanejas, constituíram a mais imperdoável das deshumanidades. Que culpa, mesmo vaga, podia ter essa pobre gente do interior, dos atos praticados no Rio de Janeiro por um Presidente da República, do qual êsses párias, orfãos desventurados da fortuna e da pátria, só têm notícia pelos impostos que pagam sem que lhes caiba, em recompensa, a menor parcela de benefício? Se a profissão militar é a escola da honra, do risco, da dignidade, como se explica a bravura de generais que viajam dois anos, evitando combater? Para ridicularizar Fábio, dizia o historiador Ânio Floro que êle inventara um novo gênero de vitória, que consistia em não travar combates: *novam victoriam, non pugnare*. Foi a estratégia de Fábio que tivemos no Brasil.

A história da revolução é, porém, triste demais, para todos nós. Exploradas por dois grupos de políticos civís, as fôrças armadas não souberam resistir, e dividiram-se em dois núcleos: um, que agiu por ambição ou ideal cavalheiresco; outro, por interesse ou por disciplina militar. Puseram-se a campo, mas evitaram encontrar-se. Dessa comédia, surgiram, de parte a parte, os he-

róis. E a nação laboriosa pagou, a preço alto, as despesas do espetáculo. Há uma página do sr. João de Minas, em que êle descreve a morte do comerciante português Manuel de Oliveira, em Porto-Nacional. Alvejado pelo tenente Siqueira Campos na sua casa de comércio, o negociante ficara imóvel “na cadeira de couro crú de boi, o pescoço derrubado para trás, sôbre o espaldar, os braços pendentes, as pernas estiradas, a boca aberta, cheia de môscas, sob os bigodes enroscados, retorcidos pretensiosamente”. Ao cair da noite, o corpo estava na mesma postura, no mesmo lugar. A treva noturna invadiu a casa. E o cronista descreve: “o morto ia-se diluindo no pó frio das sombras. Passava um vento, que parecia ir levando e consumindo, a derramá-la no nada, essa poeira humana gelada numa tragédia”.

Assim está, intacto, o cadáver da Revolução. Não o autopsiemos. Deixemo-lo como se acha, até que as sombras do tempo o amortalem, e o subtraíam aos nossos olhos e, se possível, à nossa lembrança. Lamentemos, mesmo, que, sôbre êsse corpo, que o verme do olvido começa a corroer, se atire uma coroa de quatorze rosas de ouro e de sangue, que é, no caso, o vigoroso livro do sr. João de Minas.

LITTERATURAS REGIONAIS (1)

NÃO obstante a opinião contrária de alguns contemporâneos, que contestam a formação, no Brasil, de literaturas regionais, eu insisto em afirmar com a convicção de Galileu diante dos inquisidores no convento de Minerva, que uma ou duas já existem, ou que, pelo menos, já possuem os seus alicerces. O exame dos documentos, e algumas reflexões em tórno dêles levar-nos-ão, fatalmente, a essa conclusão.

E' verdade que não se trata de literaturas em pleno esplendor, com uma vasta bibliografia e figuras humanas inconfundíveis no panteão nacional. Uma literatura não se improvisa ou consolida dentro de uma ou duas gerações; ela é a flor de um estado de civilização característico, e êsse estado de civilização é o conjunto, sempre, de fatores pacientemente formados, como a língua, os costumes, a vida econômica e as diversas modalidades do sentimento. E haverá quem, tendo viajado o Brasil através dos seus homens de letras, conteste a variação da língua, da mentalidade, da riqueza dos costumes e, principalmente, a gradação da raça?

(1) ROQUE CALLARE — *No fogão do gaúcho* — Livraria do Globo — Porto-Alegre, 1929.

Não era possível outro resultado, desde que se atente para o modo por que se processou o povoamento. Os portugueses, que, na frase famosa de frei Vicente do Salvador, se contentavam de “andar arranhando as terras ao longo do mar, como caranguejos”, deixaram aí pequenos núcleos de população, sem contacto entre elas. Êsses núcleos enquistaram-se na costa, ou desenvolveram-se no sentido da profundidade, criando as suas lendas, formando a sua prosódia, iniciando a constituição de um tipo humano que se modifica de acôrdo com o ambiente e os elementos de fusão. A esfera de influênciã de cada um dêles corresponde, hoje, a grupos de Estados ou a um Estado só. Assim, temos o núcleo amazônico, formado pela bacia brasileira do grande rio; o maranhense, limitado pelo Gurupí e o Parnaíba; o nordestino, que se fundiu com o pernambucano e o baiano, constitue a maior massa geográfica do país e comprende, ainda, o norte de Minas; o paulista; o do planalto central, desdobramento do núcleo sul-mineiro; o que envolve Paraná e Santa Catarina e o que se circumscreve ao Rio Grande do Sul. O Rio de Janeiro é o cadinho em que se vêm depurar todos êsses elementos particulares para a criação de um tipo nacional.

Essas divisões manifestaram-se, mais acentuada ou levemente, na vida literária, ainda incipiente, do país. Os núcleos Pará-Amazonas, nordestino, mineiro, paraná-catarinense, caracterizam-se ligeiramente, apresentando escritores que fixam nos seus contos ou na sua poesia algumas expressões do vocabulário local, e alguns quadros da vida e dos costumes, verdadeiramente inconfundíveis. S. Paulo acentua essas qualidades, com a influência do italiano nas fazendas e nas cidades, e a do caipira, remanescente vivo do português e do índio do século XVII, que vem resistindo francamente à invasão do elemento estrangeiro, o qual, por sua vez, para disfarçar a vitória, “já vai traçando no pescoço o lenço vermelho, já vai metendo no correão da cinta a faca do caipira, já vai dobrando na testa a aba do chapéu de palha”, na observação pinturesca de Afonso Arinos. De todos, o mais in-característico é, talvez, o que se limita ao Maranhão. O interêsse pelos estudos clássicos na segunda metade do século XIX anulou, neutralizou, ou destruiu qualquer tendência de emancipação mental do núcleo maranhense. Essa influência cultural tem seu expoente em Gonçalves Dias, poeta indianista que não pôs na bôca dos seus timbiras, fora dos nomes dos personagens e de alguns termos de história natural, uma úni-

ca palavra ainda não pronunciada em Coimbra. Odorico, Sotero, João Francisco Lisboa, Joaquim Serra, Gentil Braga, Marques Rodrigues, são escritores portugueses em comissão no Brasil. Trajano de Carvalho, que cantou o escravo antes de Castro Alves, não pintou quadros maranhenses, mas nacionais. E Artur e Aluizio Azevedo, o sr. Coelho Neto, o sr. Graça Aranha, o sr. Viriato Correia, ou nunca viram a sua terra com os olhos brasileiros, ou perderam a memória dela no dia em que a abandonaram, — pelo motivo, historicamente explicável, de não possuir o Maranhão nem lendas, nem língua, nem costumes, nem aspectos, com um acentuado grau de brasilidade. A terra, ali, tornou-se européia muito cedo, e assim, até hoje, se tem conservado, sem modificações apreciáveis.

Foi precisamente o contrário disso que aconteceu no Rio Grande do Sul. Conteste-se aos outros núcleos brasileiros uma feição literária própria, ponto de partida de uma literatura regional, mas não se a poderá negar ao riograndense, que nela reflete todas as suas condições do tipo inconfundível na comunidade nacional. Poder-se-á, mesmo, afirmar que o Rio Grande nasceu espanhol, e que, se se tornou brasileiro, foi mais por influência artificial da política do que pela fôrça natural dos fenômenos so-

ciais. Um simples golpe de vista pelo seu mapa demonstra essa verdade. A vida do Rio Grande está, quasi toda, na fronteira com o Uruguai. Aí se acham as suas cidades mais importantes, as suas maiores massas de população, os seus grandes centros de atividade industrial. Enquanto isso, o norte, nos limites com Santa Catarina, é quasi um deserto. E que significa isso senão que os elementos civilizadores subiram do sul, em vez de descerem do norte? Alegar-se-á, que foi o paulista do século XVII que estabeleceu o contacto com as possessões espanholas do Paraguai e do Prata, levando a espada e a cruz às margens dos grandes rios setentrionais; êle descobriu, mas não civilizou. Foi o hispano-americano que, infiltrando-se com os raros indígenas poupados pelas guerras atizadas nas Missões, deu ao riograndense uma *psyché* e, quasi, a língua que êle fala.

A bibliografia riograndense acentua, nos seus traços característicos, essa origem remota, e, com ela, a formação, em marcha, de uma literatura autóctone. E' verdade que os escritores do Rio Grande, êles próprios, negam a existência dessa literatura regional, realizada, ou em realização. E' dêsse parecer, se me não engano, o sr. João Pinto da Silva, o mais esclarecido dos seus críticos, que escreveu, não obstante, a *Hi*

tória literária do Rio Grande do Sul. E' isso, ainda, o que diz, mais ou menos claramente, o sr. Roque Calage no seu *Fogão do gaúcho*. Essa conclusão resulta, entretanto, de olharem êles o Rio Grande de dentro mesmo do Rio Grande, quando nós, olhando-o de fora, o julgamos adotando o critério das comparações. Para ver quanto se enganam, ou simulam enganar-se, êsses autores, basta o exame da sua bibliografia literária, superior, no último decênio, sob o ponto de vista regional, a qualquer outra do país, no volume e na substância.

Em que parte do Brasil se arregimenta, em verdade, um conjunto de regionalistas com indivíduos como os srs. Alcides Maia, João Pinto da Silva, Darci Azambuja, Vargas Neto, Simões Lopes Neto e Roque Calage, para citar apenas os que fazem da terra em que nasceram o objeto quasi exclusivo da sua literatura? O encanto da região atrai, por toda parte, o filho que dela saiu. Veja-se, por exemplo, a obra literária do sr. Roque Calage, de 1910 a 1929. Nove volumes, dos quais sete essencialmente gaúchos, desde o título: *Terra natal, Terra gaúcha, o Drama das coxilhas, Quero-quero, Rincão, Vocabulário gaúcho, No fogão do gaúcho*. A obra de Apolinário Porto-Alegre, precursor do gaúchismo, e de Simões Lopes Neto, seu desventurado conti-

nuador, obedece à mesma orientação disciplinada. O sr. Alcides Maia é um gaúcho, até na linguagem, mesmo quando versa matéria de interêsse universal. O sr. Darci Azambuja, e outros novos, são espelhos inteligentes da terra feliz. Por que negar, pois, a existênciã das bases de uma literatura sul riograndense quando o Rio Grande possui um vocabulário, tem uma raça característica, uma natureza inconfundível, mentalidade especial e poetas e prosadores que fixam em livro tudo isso?

Exaltando embora o caráter da sua gente, o sr. Roque Calage põe em dúvida, nos onze estudos ou conferências do seu último livro, alguns tesouros que ela possui, ou em que lhe não excede qualquer outra região do país. "Para falarmos a verdade, — diz, no capítulo *As nossas lendas*, — para falarmos a verdade, o Rio Grande do Sul tem uma única lenda sua, diretamente ligada ao homem e ao meio, expressão típica do ambiente que a gerou. Essa, é a lenda do Negrinho do Pastoreio" (pág. 5). Mas adianta: "Quanto às lendas de fundo indígena, inúmeras são as que revivem ainda em vários pontos da nossa campanha." (pág. 14). A situação do Rio Grande é, todavia, nesse particular, a de todo o Brasil. À semelhança dos sambaquis das nossas regiões litorâneas, tornados objeto de culto quando, n

sua origem, foram simples e rudes montes de mariscos, as lendas são os singelos fatos de ontem desfigurados pelo prestígio do tempo. Em verdade, não é possível, ainda, um folclore brasileiro, isto é, um conjunto de lendas formadas depois da conquista. Se o Rio Grande do Sul não as possui, não as têm, igualmente, os outros Estados, ao sul ou ao norte do Rio de Janeiro. As que existem, ou são adaptações indissimuláveis do fabulário europeu, ou procedem do indígena, cujos despojos devemos recolher com orgulho. As pesquisas que realizei para organizar uma obra em dois volumes, e que se intitularão *Grandes lendas brasileiras* e *Pequenas lendas brasileiras*, deram-me a convicção de que possuímos uma das mais ricas senão a mais rica mitologia da América Meridional. Por que recusar, pois, êsse magnífico acervo do passado, do período pre-cabralino, quando não temos material que os substitua?

Arrecade o Rio Grande a herança das tribus que lhe habitavam o território antes da chegada do castelhano e do português, e, certo, encontrará uma das mais puras fontes de inspiração para os seus artistas. Filho do norte, eu próprio já me dessedentei nela, escrevendo o soneto *As Filhas da Água Grande*, que se acha no segundo volume da *Poeira*. . . Ao tomar conhecimento, em 1915,

da peça folclórica que me inspirou, ouví, eu não sei se do sr. Alcides Maia ou do sr. Cezimbra Jaques, outra, dos índios charruas, de que me restam reminiscências imprecisas.

— Há no Rio Grande — contou-me, então, o meu informante, — um trecho de planície em que se levantam três picos, um dos quais, que fica em uma das extremidades do grupo orográfico, parece cortada, decepado, ao meio. Segundo a tradição charrua, êsses três picos eram os três peitos da terra. Se a mãe têm dois peitos, a terra, por ser a mãe das mães, tinha três. Um dia, porém, uma das tribus que vivia na planície cultivando o solo, armou-se e declarou guerra à outra, que lhe era vizinha. Mas o castigo veio logo, pela mão de Tupã: um fogo do céu desceu rápido, cortou o seio da terra do lado em que vivia a tribo belicosa, a qual, não podendo mais ser alimentada, se transformou de agricultora em caçadora, e de caçadora em nômade. Daí a existência, no pampa, de tribus sedentárias que viviam da agricultura, e dos índios cavaleiros, que vieram exercer, mais tarde, a indústria pastoral.

Reproduzida assim de memória, depois de quatorze anos, é possível que essa lenda tenha perdido a sua frescura e muito do seu pitoresco. O povo que a possui poderá acaso, queixar-se da pobreza do seu folclore.

re? Eu não conheço as *Lendas do Sul*, de Simões Lopes Neto, e ignoro se êsse volume enfeixa a contribuição dos ameríndios, e em que proporção. Acredito, todavia, que a mitologia riograndense não seja menos rica do que a dos remanescentes autóctones existentes no Paraná, de que recolheu preciosa documentação, na sua *Atualidade indígena*, o coronel Telêmaco Borba. Pertence a êsse precioso espólio a lenda do fogo, corrente entre os índios Caingangues, ou Coroados, que como se sabe, ainda ocupam, apesar das devastações do civilizado, alguns milhares de quilômetros da melhor terra brasileira, nos altos sertões paranàenses. “Antigamente, — contam os velhos da tribo, — os Caingangues desejavam assar a sua caça, e não sabiam onde ir buscar a chama, que produz a brasa. O único que possuía o fogo, então, na terra, era Min-aran, de raça estranha, que o escondia avaramente dos outros homens, aos quais negava semente. Um dia, porém, Fiietô, que era o Caingangue mais esperto do tempo, resolveu roubar o fogo a Min-aran. Para isso, metamorfoseou-se em filho de gralha branca, atirou-se à correnteza de um rio que passava em frente à oca do venturoso possuidor daquela maravilha, e onde a mulher e a filha dêste costumavam, naquela hora, tomar banho. Ao ver a ave arrastada pelas águas,

a menina pediu à índia que a pegasse, e levou-a para a cabana, onde a colocou perto do fogo, para secar. Uma vez aí, a gralha pôs-se a remexer as brasas com o bico, simulando aquecê-lo. Min-aran, que era desconfiado, chamou a atenção da menina:

— Isso não é filho de passarinho, minha filha; parece que êle quer nos roubar o fogo, e é melhor matá-lo.

— E' passarinho, meu pai! — afirmou a criança.

Mal, porém, tinha o índio acabado de proferir essas palavras, Fiietô apanhava um graveto incendiado, e, passando a porta da choupana, batia as asas no rumo da tribo Caingangue. Min-aran, furioso, saiu no seu encalço; e já estava a alcançá-lo quando Fiietô encontrou um rochedo, em cuja fenda se meteu. Min-aran foi buscar um cacete, e introduziu-o na cavidade, para matar o inimigo. Êste desviou-se, deu um murro no próprio nariz para sair sangue, e tingiu, com êle, a ponta do cacete. Min-aran, vendo o sangue, ficou satisfeito:

— Matei o ladrão! — disse, aos seus; — o fogo continuará a ser nosso, e de ninguém mais!

Quando Min-aran se afastou, Fiietô subiu a uma palmeira, tirou um talo sêco, acendeu-o no graveto, e, descendo, pôs-se a arrastá-lo pelo campo, que se incendiou.

Min-aran correu a apagar o incêndio, mas era tarde: o fogo havia-se propagado pela planície, onde todas as tribus foram buscá-lo para seu uso. Desde êsse tempo — conclue a lenda — os Caingangues passaram a assar a caça e o peixe, e a ter, como lembrança de Fiietô, o nariz mais feio e mais chato do que o das outras tribus da região.

A essa fantasiosa tradição indígena falta, sem dúvida, a beleza heróica do mito de Prometeu, e de outros, ligados a essa conquista do homem, cuja história êles desfiguram e perpetuam. Poucos, entretanto, serão tão ricos de pitoresco, e quebrarão de modo tão original a gravidade com que a imaginação dos povos costuma dourar, na sua infância, os fenômenos que escapam aos limites da sua compreensão. E os Caingangues vieram, com as suas lendas, do sul ou do norte? Não serão êles os portadores do folclore vigorante há três ou quatro séculos, no Rio Grande do Sul?

Outro ponto em que estou em desacôrdo com o sr. Roque Calage é o que êle desenvolve no capítulo consagrado ao cancionero amoroso. “Mais do que em qualquer outra parte do país, — assegura, — o homem foi aqui sentimental. E’ do coração e para o coração que êle fala e canta; é pelo amor e para o amor o melhor das suas energias” (pág. 26). Em palestra, há uns dez anos,

com o sr. Alcides Maia, falou-me êle do plano, que traçara, de um estudo comparativo da poesia popular no norte e no sul do Brasil. Confrontando, juntos, um cancionero do nordeste e outro do Rio Grande, chegámos à conclusão de que a poesia do norte, da Baía para cima, é ordinariamente doce, comovida, melancólica, denunciando gente amorosa, lírica, mais acessível ao pranto do que ao arrebatamento, quando ferida de amor. A mulher para o nortista é onipotente. O homem atira-se-lhe aos pés, humilde, numa abdicação espontânea da própria autoridade. O coração do poeta do povo aparece, nessa poesia, pisado, machucado, esmagado, mas, como as fôlhas do caminho, cantando sob os pés que o torturam. Da sua ventura misturada de tristeza nascem suspiros como êste:

— “Eu vi teu rasto na areia,
me pús a considerar:
que mimo será teu corpo
se teu rasto faz chorar?!...”

A poesia do gaúcho, aquela que lhe é própria, desconhece a humilhação e a lágrima. Essa poesia é autoritária, impetuosa, arrogante, às vezes sanguinária. O espanhol, infiltrando-se na fronteira, injetou na alma do povo um orgulho másculo e espetaculoso, que lhe foi deixado na Europa, ta

vez, pelos costumes orientais do sarraceno. Em um estudo comparativo do *Hernani*, de Hugo, com o *Cid*, de Corneille, diz Paul Saint Victor, referindo-se à figura de Ximena: “Pour elle, l'époux est un maître; on reconnaît la femme d'un pays où il y a eu des harens”. No Rio Grande a mulher não se considera escrava; mas o gaúcho canta como senhor:

“Ao botar o pé no estribo
meu cavalo estremeceu . . .
Adeus, morena que fica,
quem vai s'imbora sou eu!

Águas claras, correntinas,
passam por baixo do chão;
abre-te, peito adorado,
quero ver teu coração!

Vivo corrido da sorte
rebenqueado de saudade,
sòmente para te ver . . .
Eh! Pucha! Barbaridade!

Campeio a tua presença
em todo êste rincão,
relinchando de saudades,
dando patadas no chão!”

Onde o poeta do povo, em todo o norte, que se atrevesse a falar com esta energia, com esta veemência, em palavras que são quasi um desafio, à cabocla que lhe inspira o coração e a vida? Convém assinalar, aqui, que essas quadras populares riograndenses

vêm citadas pelo sr. Roque Calage, que nos fornece, assim, material para contestar as suas próprias conclusões.

O Fogão do Gaúcho, contém, ainda, capítulos interessantes versando a poesia patriótica, a evolução das estâncias e a sua influência sobre o espírito gauchesco, o heroísmo da raça, e outros, que põem em relêvo a terra e o homem da fronteira. E a convicção que se apura, no fim do livro, é que não há, na verdade, em todo o Brasil, tipo mais definido, mais singular, mais isolado dos seus irmãos políticos do que o riograndense. Todos os países de formação complexa ou de grande extensão territorial apresentam dessas desigualdades, sem, muitas vezes, prejudicar a unidade nacional. Um pouco medieval na sua bravura, nos seus ímpetos, nas suas atitudes cavalheirescas, o gaúcho enriquece com o pitoresco da sua mentalidade, dos seus costumes e da sua figura o panorama da comunhão brasileira. E os seus poetas, os seus novelistas, os seus pintores, os seus homens de pensamento em geral, devem insistir na fixação de tudo isso, criando ou desenvolvendo a arte e a literatura riograndense, ideadas por Apolinário Pôrto-Alegre e de que já existem, como se está vendo, os alicerces definitivos.

O sr. Roque Calage é um belo exemplo oferecido a todos êles. A sua obra unifor-

me, visando, toda, honrar a sua terra, divulgar-lhe as belezas naturais e mostrar o que tem sido, nela, o trabalho do homem, tem revelado ao país uma inteligência clara, movida por um ardente amor ao seu rincão. *Dulce et decorum est pro patria mori*, proclamava Horácio, no seu famoso verso da ode *Ad Romanos*. Não menos digno é, sem dúvida, viver para ela. Contam os historiadores antigos que, tendo dois filhos de Tarquínio, o soberbo, ido a Delfos consultar o oráculo, afim de saber a quem caberia o poder em Roma, lhes foi respondido que êste iria ter às mãos daquele que, de retôrno à pátria, primeiro abraçasse a sua mãe. Companheiro de viagem dos filhos do tirano, Marcus Junius Brutus, ao tornar à Itália, atirou-se ao chão de braços abertos, cingindo com êles a terra, mãe generosa de todos os homens. E dias depois êle, o Hamleto latino, o jogral da côrte do déspota, fundava a República, para maior esplendor do mundo romano.

O sr. Roque Calage vive abraçado à terra do seu berço, fonte sonora e limpa em que se inspira. Parodiando o épico lusitano, o seu espírito deve, dessa glória só, viver contente.

UM ROMANCE MINEIRO (1)

A bibliografia amazônica tem um livro, hoje raro, intitulado *Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas*, de que é autor o cônego Francisco Bernardino de Souza. Foi editado no Pará em 1873, e, entre as originalidades que arrola despreziosamente, está uma breve notícia do “caramurí”, vegetal cujo nome não conseguiu registro, até hoje, no batistério dos dicionários. “O caramurí — define, entretanto, naquela obra, o sacerdote baiano, — o caramurí é uma fruta silvestre das matas do Amazonas, muito apreciada por seu delicado sabor. Abunda nos meses de março e abril e só dá de quatro em quatro anos. É muito raro dar em dois anos seguidos”. E acrescenta: “É crença entre os índios da tribo maués, que o aparecimento da fruta pressagia a morte de algum tucháua. É bárbaro o sistema da colheita; para fazerem-na, tanto os índios como o homem civilizado derrubam a árvore”.

Fosse eu historiador político, e, certo, guardaria a memória dessa leitura para símbolo das nossas incruentas lutas quadrienais pela conquista da cadeira presidencial da

(1) ALBERTO NEODATO — *A doce filha do Juiz* — Belo Horizonte, 1929.

República. Em artigo memorável, que eu sempre recorde, disse Carlos de Laet que a República “é uma besta que pare de quatro em quatro anos e que geme dois anos com as dôres do parto”. A comparação é acertada, ou era, no tempo em que êle a escreveu; mas um pouco violenta, como succede ordinariamente nos confrontos com o reino animal. A parábola do caramurí seria, talvez, por isso, mais poética e menos áspera. Como o caramurí, a presidência é colhida de quatro em quatro anos; como a do caramurí, a sua colheita corresponde, sempre, à morte política, de um chefe da grande tribu; como a do caramurí, finalmente, não se colhe o fruto da presidência, — doce por fora e amargo por dentro, — sem fazer cair a árvore, que é, no caso, o homem que exerce o poder.

A minha condição de obscuro homem de letras obriga-me, todavia, a aproveitar a citação do cônego Francisco Bernardino para imagem de fato mais simples, em um ambiente menos agitado. E daí a lembrança, que dela me veio, ao ler o último livro do sr. Alberto Deodato, a que êle deu o título, um pouco longo, e acentuadamente lírico, de *A doce filha do juiz*. Se a filha do juiz era doce, maior é a razão, talvez, para o confronto com a fruta silvestre da região mazônica.

Sergipano de nascimento, o sr. Alberto Deodato surgiu nas letras nacionais em 1919, com um livro de contos, *Senzalas*. Defeituoso embora na linguagem, o novo escritor trazia, já, em compensação, uma preciosa contribuição de observações sôbre a vida humilde, no interior do seu Estado. Em 1921, reaparecia com outro pequeno volume de contos, *Canaviais*. E tamanho era o progresso conseguido em dois anos de boas leituras, e tão evidente a maneira por que soubera aproveitar as suas qualidades naturais de fixador de figuras, episódios e paisagens sertanejas, que a Academia Brasileira de Letras lhe conferiu, dessa vez, o seu 1.º prêmio. O sr. Alberto Deodato era, integralmente, e merecidamente, um triunfador.

De repente, porém, desaparece do Rio de Janeiro, dos círculos literários, da porta das livrarias, da mesa das redações. À semelhança daqueles cavaleiros armados de espadas de chama que ajudaram Judas Macabeu a derrotar as fôrças de Antíoco e, depois, se dissolveram no espaço, evitando as recompensas da vitória, — o premiado da Academia eclipsou-se, indo esconder a sua glória nascente em uma das mais remotas comarcas de Minas-Gerais. E é de Belo-Horizonte que, agora, chegam notícias da sua atividade subterrânea, nas 207 páginas d

romance com que acaba de interromper o mistério do seu exílio voluntário. E' a terceira colheita que, em dez anos, e após oito de infecundidade criminosa, nos dá, no domínio puramente literário, esta árvore do caramuri, tão forte na seiva e, todavia, tão preguiçosa no fruto.

A qualidade predominante na obra do sr. Alberto Deodato, é, sem dúvida, a observação. Eu não sei, mesmo, de escritor brasileiro que, depois de Aluizio Azevedo, seja tão minucioso no desenho de uma figura, no retoque de um quadro, na fixação de uma atitude. Descrevendo a chegada de uma filarmônica do interior diante de uma casa de festa, nada escapa à sua retentiva. O gesto do maestro, erguendo os braços num "trêmolo", e deixando-os cair de repente; o cuidado dos músicos, virando os instrumentos de metal para escorrer a baba; a indumentária dos espectadores; uma criança que corre semi-vestida do interior doméstico para ver chegar o cortejo, — tudo isso é reproduzido com se estivéssemos diante de um quadrado de tela branca onde se movessem criaturas surpreendidas por uma prodigiosa máquina cinematográfica. E tudo sem esforço, sem exageros, sem a preocupação artificial do detalhe, que matou a escola naturalista. Nas suas descrições, uma supressão e minúcia, por menor que fosse, seria uma

mutilação; e um acréscimo, por mais insignificante, uma demasia. Êle tem, finalmente, menos por educação do estilo do que por um dom da natureza, o sentido da oportunidade e da proporção, e, conseguintemente, o alto sentido do gôsto.

Acostumado a observar a vida, e a só introduzir nos seus contos aquilo que está dentro dela, o sr. Alberto Deodato aproveitou, ainda desta vez, um tema rigorosamente vasado na realidade. Tendo nos dado, já, em *Senzalas*, o tipo do coronel do norte, senhor incontrastável dos destinos nos antigos engenhos em Sergipe, oferece-nos, agora, o escritor, uma figura igualmente característica da vida sertaneja, e que é o juiz de Direito, representante máximo da justiça nas terras em que a justiça é, talvez, o mais indesejável dos hóspedes. Encara essa entidade, neste seu romance, o dr. Pedro de Albuquerque Mouraria, da comarca mineira e hipotética de Gurutuba.

Filho do norte, formado pela Faculdade do Recife, o orgulho maior dêsse pacífico magistrado consistia em ter sido contemporâneo de Tobias Barreto, que, pela idade que o romancista lhe empresta, devia ter sido seu mestre nos primeiros anos do curso jurídico. Descendo para o sul, fôra nomeado promotor de Paracatú, onde constituiria família. E estava, já, cercado de f.

lhós, de uma prole numerosa e atoleimada a que dera nomes ilustres na História, quando lhe ofereceram a judicatura de Gurutuba, onde se deixou, aos poucos, adaptar ao meio. Em pouco tempo, estava de tal modo afeiçoado ao ambiente, que havia substituído as botinas pelas chinelas, o paletó pela blusa de riscado, e entrava em concorrência com a indústria local, mandando ao mercado leite com água e, à porta da igreja, nas noites de festa, o tabuleiro de doces fabricados pela mulher. Uma por uma, foram-lhe murchando as aspirações, como as últimas flores de uma árvore que se despede da vida. Os filhos, sem instrução, eram cadeias a prendê-lo àquela terra mumificada pela continuidade da inércia, como se, a algumas dezenas de léguas da sua comarca, não tumultuasse o mundo, fustigado pela tormenta das paixões, dos interesses, das ambições, que o agitam e o equilibram. De tanto viverem na escuridão, as toupeiras se tornam cegas. Após vinte anos de sertão, de quietação durante as noites e de uniformidade durante os dias, o Juiz Mouraria havia perdido, quasi, a noção das cidades populosas. Porque êle era surdo, pensava que o mundo, todo êle, se movia em silêncio.

Os surdos têm, no entanto, o seu dia de ouvir, embora longinquamente! Quasímodo, que trazia os ouvidos fechados a todas as vo-

zes do céu e da terra, escutava, pelo menos uma vez no ano, o carrilhão da Notre-Dame. E o juiz Mouraria teve o seu: imaginou, de súbito, que podia sair do exílio em que a alma se lhe anquilosara, e que podia chegar, com habilidade, à conquista de uma cadeira na Câmara Federal. Témis possuía à mão uma espada. Se Alexandre, com a espada de Filipe, havia ido da Macedônia às Índias, por que não poderia êle vir, com a espada de Témis, de Gurutuba ao Rio de Janeiro?

Chefiava, então, a política de Gurutuba o coronel Venceslau Silva, tipo clássico do político municipal do interior do Brasil. E a sua figura, admiravelmente descrita pelo romancista, oferece margem, aquí, para justificação da existência dessa entidade na vida pública do sertão. À semelhança do que sucede no mundo vegetal, os indivíduos só triunfam, e se mantêm, nas sociedades que lhes são francamente propícias. O coronel, chefe político sertanejo, é a expressão viva de um estado social. Nos exames cadavéricos, em corpos exumados, os médicos reconhecem a data do óbito pela família de vermes que predomina na carne em dissolução, ou, consoante os processos novos, pelos cristais encontrados no sangue decomposto. Cada fase da decomposição tem o seu verme característico, ou o seu cristal.

definido. Assim é nas coletividades. E o coronel constitue o tipo mais representativo da vida municipal, nas localidades do interior. Êle não cria, não inventa, não organiza o meio em que vive, em que se agita e domina; o meio é que o inventa, é que o institue, e que o investe no comando. Êle é mais do que um ornamento: é uma necessidade. Aquele, porém, que atinge êsse posto, só o consegue lentamente, pacientemente, com o consentimento, senão de todos os municípios, pelo menos da sua maioria. Êle é um fruto de seleção, na fortuna, na autoridade, na solicitude, no interêsse manifestado pela harmonia geral. Raramente se verá nos municípios um chefe político local dominando permanentemente sem o apôio de uma grande parte da população.

O coronel Venceslau Silva era um desses chefes prestimosos e hábeis, estimados por toda a gente. Possuindo nas mãos a máquina eleitoral, isto é, os livros para fabricar em nome do povo as eleições recomendadas pelo govêrno, deixava correr os dias, e os meses, e os anos, sem outra aspiração, que não essa. Administrador honesto, limitava-se a arrecadar com discrição e a gastar com parcimônia as rendas municipais, achando que, com isso, cumpria o seu dever. Modificações e melhoramentos eram idéias que jamais lhe assaltaram o cerebro. A sua

vida era um minuto na história do mundo. Diante dos que viessem depois ficava, ainda, a eternidade.

A inteligência do juiz Mouraria viu, naturalmente, desde que nela rebentou o cardo da ambição política, isto é, o desejo de ser deputado federal, que o único homem capaz de lhe segurar a escada, para a ascensão difícil, era o coronel Venceslau Silva. E como já vivesse com êle em camaradagem quasi fraterna, cuidou de estreitar ainda mais as relações estabelecidas pelo convívio e, mesmo, de santificá-la, tomando, com simpatia, conhecimento do namôro honesto entre sua filha Maria Helena, singela e graciosa flor do sertão que viçara sob o olhar cristão das freiras de Diamantina, e João Lúcio, filho do chefe político e, como o pai, homem de honra e de trabalho.

A política de Minas-Gerais estava, porém, na iminência de um grande abalo, e de um golpe verdadeiramente insólito nas suas tradições. Ao assumir o govêrno do Estado, o bacharel José Alves da Silveira tomara como primeiro artigo do seu programa a imediata modificação da mentalidade predominante no interior. Na sua opinião, a apatia da vida mineira provinha do "coronelismo", isto é, da predominância dos coronéis. homens, em geral, de letras curtas e, conseqüentemente, incapazes de imprimir aos

seus municípios o surto de que êles haviam mister. Para desmontar essas situações, urgia, no entanto, lançar mão das dissidências ou dar fôrças a elementos novos, dispostos à luta.

Chefe incontestado de Gurutuba, sem oposição organizada e sem inimigos pessoais de prestígio, Venceslau Silva sentia-se perfeitamente seguro no seu pòsto. Não sabia êle que há um demônio destinado a adormecer os generais condenados, na véspera das batalhas. Havia no lugarejo um mulato, Florindo Zorobabel, que era, na vida monótona daquela gente primitiva, o que é, na medicina dos sertões, a maravilha de Humphrey's: servia para tudo. Advogava como rábula, receitava pelo Chernoviz, lecionava catecismo, e intrigava com habilidade no exercício de todas essas profissões. Antigo professor público, havia sido demittido pelo coronel Venceslau, em consequência de boatos infames, que espalhara, e que a opinião municipal repelira. Zorobabel era, assim, a cobra amoitada à margem do caminho, aguardando a ocasião para o bote infalível.

E a oportunidade chegava, com a política de "renovação de valores", do presidente Silveira. Pérfido, cínico, maneiroso, o antigo professor público viu pelos jornais da capital, que os coronéis estavam sendo

depostos nos municípios, e que, se não tinha chegado a vez de Venceslau Silva, era por falta de quem o substituísse. Dirigiu, assim, um telegrama ao Presidente do Estado, comunicando-lhe a fundação de um partido novo, disposto a prestigiar o govêrno. Assinavam-no, como membros do diretório, Zorobabel e quatro trabalhadores de enxada, homens a seu serviço, os quais figuravam como agricultores, capitalistas e proprietários. E o efeito foi imediato: dias depois recebia um telegrama afetuoso do Presidente, e, logo após, um do Chefe de Polícia, pedindo-lhe que fosse, com urgência, a Belo-Horizonte. Na igreja política do velho chefe sertanejo os sinos dobravam, lùgubremente, a finados...

Procurado diàriamente pelo rábula, que lhe mostrava os telegramas recebidos, o Juiz de Direito começou a compreender que Venceslau Silva, seu amigo leal, e futuro sogro de sua filha, não lhe podia dar mais a cadeira de deputado. No afã de justificar-se a si mesmo, procurava no coração os pretextos mais fúteis, mais insignificantes, para alijar a carga daquela amizade: "Via-se que Mouraria se sentia mal diante da consciência", — escreve o romancista. E acentua, num traço psicológico: "Fazia certo esfôrço para ser canalha".

Ao regressar de Belo-Horizonte, já foi Zorobabel recebido a algumas léguas da localidade por uma comitiva de cavaleiros, tendo à frente o Juiz de Direito. O coronel tinha sido abandonado, ostensivamente, pelos que lhe iam diàriamente à casa, e que eram os que ocupavam, no lugar, alguns magros empregos estaduais. Os agricultores, os fazendeiros, os que representavam as fôrças econômicas do município, os que eram, enfim, independentes, êsses permaneciam ao seu lado, tranquilos diante daquela eversão ridícula. E assim, dignamente, caiu Venscelau Silva em Gurutuba.

Há uma passagem de Chateaubriand nas *Memoires d'outre-tombe*, em que êle descreve a grande festa de gala que se realizou em Dresde, e em que Napoleão, vitorioso, pretendeu humilhar diante do mundo espantado as mais antigas dinastias européias. "Lorsque Bonaparte traversait le palais de Dresde, — conta o estilista suntuoso, historiando o espetáculo dessa noite memorável, — il marchait le premier et en avant, le chapeau sur la tête; François II suivait, chapeau bas, accompagnant sa fille, l'impératrice Marie-Louise; la tourbe des princes venait pêle-mêle derrière, dans un respectueux silence. L'impératrice d'Autriche manquait au cortège; elle se disait souffrante, ne sortait qu'en chaise à porteurs pour éviter de

donner le bras à Napoléon, qu'elle détestait". E Chateaubriand conclue: "Ce que restait de sentiments nobles s'était retiré au coeur des femmes". Sendo os corações humanos, em todas as raças e em todos os pontos da terra, fisiològicamente do mesmo tamanho, não há inconveniente na comparação, dizendo-se que succedeu em Gurutuba, sob Zorobabel, o que se dera em Dresde, sob Napoleão. Os homens andavam de rastros. A nobreza de sentimentos, essa abrigara-se no coração de Maria Helena e, em parte, no de D. Sinhá, espôsa do Juiz. O sexo mais frágil salvava, no domínio moral, a dignidade da espécie.

Não contente da vitória, o novo chefe, humilhado com o desprezo da gente laboriosa, quis humilhar os vencidos. Com a cumplicidade de Mouraria, Zorobabel promoveu, inútilmente, o casamento de Maria Helena com o promotor Eurico de Castro, trazido por êle da capital; e, em seguida, um ataque armado à casa de Venceslau, e um processo contra João Lúcio, os quais, avisados por Maria Helena, fogem, a cavalo, para Belo-Horizonte, a pedir providências ao govêrno. Aí encontram, no entanto, fechadas todas as portas. O Presidente do Estado não recebe, sequer o antigo chefe municipal, e é cabisbaixo, angustiado, succumbido, que êle, de regresso, vai ter aos domínios de um

Ao regressar de Belo-Horizonte, já foi Zorobabel recebido a algumas léguas da localidade por uma comitiva de cavaleiros, tendo à frente o Juiz de Direito. O coronel tinha sido abandonado, ostensivamente, pelos que lhe iam diàriamente à casa, e que eram os que ocupavam, no lugar, alguns magros empregos estaduais. Os agricultores, os fazendeiros, os que representavam as fôrças econômicas do município, os que eram, enfim, independentes, êsses permaneciam ao seu lado, tranquilos diante daquela eversão ridícula. E assim, dignamente, caiu Venscelau Silva em Gurutuba.

Há uma passagem de Chateaubriand nas *Memoires d'outre-tombe*, em que êle descreve a grande festa de gala que se realizou em Dresde, e em que Napoleão, vitorioso, pretendeu humilhar diante do mundo espantado as mais antigas dinastias européias. "Lorsque Bonaparte traversait le palais de Dresde, — conta o estilista suntuoso, historiando o espetáculo dessa noite memorável, — il marchait le premier et en avant, le chapeau sur la tête; François II suivait, chapeau bas, accompagnant sa fille, l'impératrice Marie-Louise; la tourbe des princes venait pêle-mêle derrière, dans un respectueux silence. L'impératrice d'Autriche manquait au cortège; elle se disait souffrante, ne sortait qu'en chaise à porteurs pour éviter de

donner le bras à Napoléon, qu'elle détestait". E Chateaubriand conclue: "Ce que restait de sentiments nobles s'était retiré au coeur des femmes". Sendo os corações humanos, em todas as raças e em todos os pontos da terra, fisiològicamente do mesmo tamanho, não há inconveniente na comparação, dizendo-se que succedeu em Gurutuba, sob Zorobabel, o que se dera em Dresde, sob Napoleão. Os homens andavam de rastros. A nobreza de sentimentos, essa abrigara-se no coração de Maria Helena e, em parte, no de D. Sinhá, espôsa do Juiz. O sexo mais frágil salvava, no domínio moral, a dignidade da espécie.

Não contente da vitória, o novo chefe, humilhado com o desprêzo da gente laboriosa, quis humilhar os vencidos. Com a cumplicidade de Mouraria, Zorobabel promoveu, inùtilmente, o casamento de Maria Helena com o promotor Eurico de Castro, trazido por êle da capital; e, em seguida, um ataque armado à casa de Venceslau, e um processo contra João Lúcio, os quais, avisados por Maria Helena, fogem, a cavalo, para Belo-Horizonte, a pedir providências ao governo. Aí encontram, no entanto, fechadas todas as portas. O Presidente do Estado não recebe, sequer o antigo chefe municipal, e é cabisbaixo, angustiado, sucumbido, que êle, de regresso, vai ter aos domínios de um

velho amigo, o poderoso coronel Pedro Rocha, que domina, como um senhor feudal, as duas margens do S. Francisco. Informa-o do ocorrido. Conta-lhe a insídia da deposição, a indignidade da luta, a vergonha da queda. O velho sertanejo escuta, sereno, o companheiro humilhado. De repente, porém, ergue-se, e, batendo-lhe no ombro, tranquiliza-o:

— Daquí a oito dias, Venceslau, as nossas carabinas estarão dentro de Gurutuba, fazendo justiça...

Uma semana depois, efetivamente, os jagunços de Pedro Rocha entram na pequena cidade mineira, matam Zorobabel, afiguram os seus asseclas, restabelecendo, integralmente, o prestígio de quem o tinha. O Juiz Mouraria arrepende-se da sua pusilanimidade, voltando ao domínio de si mesmo. E o sertão adormece, de novo, na paz antiga, sob a proteção honrada do seu antigo e honrado coronel...

O romance do sr. Alberto Deodato, não obstante a sangueira final do enrêdo, não contém, como talvez se espere, grandes lances nem episódios violentos. Quando estes se oferecem, no automático desenrolar dos acontecimentos, à pena do autor, êle não os transforma em tragédia, como quem, percorrendo um horto para apanhar frutas miúdas, não dá maior importância às jacas, às

abóboras ou aos melões, pela brutalidade do seu pêso. É um grande artista que examina a trama da vida com auxílio do conta-fios.

Quanto ao tema, conviria, talvez, registrar, para evitar futuras injustiças dos sociólogos, que, apesar de sua possibilidade ou, mesmo, da sua historicidade, a localização dêsse drama no Estado de Minas-Gerais é, até certo ponto, forçada. As soluções violentas dos casos políticos são fundamentalmente contrárias ao temperamento do povo mineiro, que é, talvez, o mais ordeiro e pacífico da comunhão nacional. A reação cruenta contra Florindo Zorobabel e, indiretamente, contra o govêrno estadual, é mais do homem do norte, do nordeste e do sul, do que de Minas. Alí ocorreu já, há seis ou oito anos, um episódio dêsse gênero. Mas constituiu uma exceção, uma anomalia, uma infração ao ritmo ordinário da vida pública. No nordeste, essa represália teria sido natural, e, mesmo, lógica; de onde se deve concluir que o romancista, domiciliado embora em Minas-Gerais, continua a olhar a vida com olhos inquietos de sergipano. A minúscula bolha de sangue que nós, nascidos no norte trazemos na retina, faz com que divisemos na altura uma nódoa vermelha, por mais tímido e puro que seja o céu que nos abriga na terra.

O reaparecimento do sr. Alberto Deodato após tantos anos de silêncio deve ser, porém, não apenas motivo para que conversemos com êle, emitindo opiniões pessoais sôbre o seu livro, mas, ainda, para uma festa nos arraiais literários. É o filho pródigo que volta à casa de onde partiu há quasi dois lustros para correr mundo. Demos-lhe, pois, a melhor túnica, o melhor calçado, e ponhamos-lhe ao dedo o anel de boas vindas; e que se mate o mais gordo bezerro bíblico para maior alegria do festim patriarcal.

E que a literatura lhe diga, como o ancião da parábola, no evangelho de Lucas: *Fili, tu semper mecum es, et omnia mea tua sunt*. Em verdade, se êle por algum tempo se esqueceu das letras, as letras, essas, jamais se esqueceram dêle.

A RESSURREIÇÃO DO CONTO ÁRABE (1)

EM alguns pontos do país e, em particular, nesta capital, têm-se reunido nestes últimos vinte anos diversos Congressos de Educação, destinados à conjugação de esforços para aperfeiçoamento do ensino primário. A inutilidade dêsses ajuntamentos não se a precisa pôr em relêvo. Êles têm servido unicamente para exibição de estatísticas, de gráficos mais ou menos graciosos, ficando inteiramente à margem a matéria principal, constituída pelos processos de ministrar a instrução e pela crítica dos livros adotados. Estes constituem um comércio explorado nos Estados por um certo número de professores e livreiros mais ou menos influentes, de modo que os compêndios ficam sendo uma espécie de "tabu", isento de estudo e, mesmo, de referências. Instalado o Congresso, as vaidades ficam satisfeitas. E a feira se dispersa como fronde desfolhada pelo vento, na inconsciência da sua esterilidade.

Nada há mais essencial, e mais urgente, para unidade do espírito nacional, do

(1) MALBA TAVAN — *Céu de Alá* — A Encadernadora S. A. — Rio de Janeiro, 1928.

que a uniformização dos processos de ensino, e, sobretudo, dos livros em que é êle ministrado. A instrução primária e secundária continua a ser, no entanto, para os que se intitulam especialistas, mais um negócio de que um apostolado.

Um capítulo que devia merecer a atenção dos Congressos, por não ferir os interesses comerciais dos professores, devia ser, todavia, o dos livros infantís, das obras de recreio, dessas que fazem o encanto dos espíritos miúdos na fase inicial da sua formação. Êsse é, no Brasil, e, mesmo, fora dêle, assunto ainda por estudar.

Toda a gente sabe, hoje, a influência que exercem sôbre as inteligências desabrochantes as narrações maravilhosas que lhes são feitas. Em um inquérito literário há alguns anos, o sr. Coelho Neto, examinando as origens bizarras do seu espírito, confessou que êle provém, todo, das histórias que ouvia em pequeno. Os contos suntuosos escutados antes de dormir, e continuados com a leitura das *Mil e uma noites*, é que lhe deram a imaginação oriental, e o estilo decorativo, que o caracterizam nas letras. Quem forma o espírito da criança, e fixa as raízes da sua inteligência, das quais dependerão as flores que dará mais tarde, não é, efetivamente, nem a mãe, nem o pai, mas a ama que a faz adormecer. Aqueles culti-

vam, apenas, a planta de que esta lançou a semente. Isso é uma verdade que já era evidente antes, mesmo, da teoria de Freud.

As leituras recreativas da infância representam, assim, um papel preponderante na formação dos indivíduos e, por intermédio dêstes, da mentalidade dos povos. E os cuidados com elas, no seu emprêgo e na sua seleção, não correspondem, hoje, aos riscos da influência que exercem.

Um livro há, por exemplo, que, só por desídia, ou por excessivo amor à tradição, ainda figura entre aqueles que são permitidos à infância: o dos contos de Perrault. *Les contes de Fées* é constituído de dezoito histórias; para que se veja, porém, quanto a amoralidade nelas existente sempre feriu o espírito infantil, basta atentar para a seguinte circunstância: é que as que se tornaram mais famosas, mais célebres, foram, precisamente, as que mais se ressentem desses defeitos, isto é, *Barba Azul* e *Chapelinho Vermelho*.

Examinados atentamente, êsses dois contos se nos afiguram, de modo inequívoco, rigorosamente prejudiciais à mentalidade infantil. Animados daquela sanguinária ferocidade medieval, êles oferecem à criança, quasi que ainda no berço, uma impressão exagerada e, por isso, nociva, da maldade humana. A simples desobediência é, em

Chapelinho vermelho, punida com a morte. Em *Barba Azul*, é o marido que pune a curiosidade das mulheres com o degolamento, e que é, por sua vez, morto a espada pelos cunhados.

No primeiro volume das suas *Légendes et curiosités de l'Histoire*, o dr. Cabanès procura restabelecer a forma histórica do Barba Azul, de Perrault. Segundo a versão que divulga, trata-se de Gilles, barão de Rays, levado até o crime, ao sacrifício de dezenas de crianças, pela cobiça, pela paixão da alquimia, ou, na opinião do bispo de Nantes, por perversões ignóbeis, contra a santidade das leis da natureza. E' possível que, nos fins do século XVII, êsses acontecimentos do século XV tivessem tomado, já, na tradição popular, a forma que lhes dá o autor de *Les contes de ma mère l'oye*. A verdade, porém, é que, com o assassinio de meninos ou de mulheres, a história de Barba Azul é deshumana demais para o espírito ingênuo das crianças. A qualquer dessas versões seria preferível, talvez, a de Anatole France, que encarna o histórico Gilles de Rays na honrada pessoa de Bernard de Montragoux, casado com sete mulheres, é certo, mas que foi, não um carrasco, mas uma vítima de todas elas. Se a maldição de Perrault caiu durante dois séculos sôbre os homens, a represália foi ter-

rível: a novela de Anatole constitue, hoje, com o aproveitamento do mesmo tema, a condenação eterna da perfídia feminina.

Outro livro prejudicial à formação do espírito infantil, e que é, no entanto, adotado pela maior parte das escolas brasileiras, é a *História Bíblica*, aprovada pelas nossas autoridades eclesiásticas, e que resume, naquilo que êle tem de menos aproveitável, o Antigo Testamento.

Os hebreus, avós que os cristãos adotaram no berço, não foram, como se sabe, em matéria de cordura, de clemência, de tolerância, um modelo desejável. Voltaire assinala, é verdade, que Jeová não exigia vítimas humanas, contentando-se com o sangue dos animais. Os seus profetas iam, no entanto, mais longe que o próprio Deus. Apresentado a Acab durante a sêca memorável que ameaçava extinguir o povo de Israel, realizou Elias um milagre que os sacerdotes de Baal não haviam conseguido. Impressionada com o prodígio a multidão caiu-lhe aos pés, aderindo ao Deus de Moisés. O profeta fê-la, então, erguer-se, e ordenou:

— Lançai mão dos profetas de Baal, que nenhum dêles escape!

O *Livro dos Reis* acrescenta o resultado dessa ordem. “E lançaram mão dêles — diz — e Elias os fez descer ao ribeiro de Kison, e aí os matou”.

A devastação dirigida pelo rei Jeú após a morte de Acab e de Jesabel, cujos corpos foram devorados pelos cães, e cujos parentes e amigos rolaram mortos “sem nenhum dêles ficar de resto”; a deshonestidade traiçoeira de Judite; a baleia que enguliu Jonas; a passividade de Abraão imolando Isaac; tudo isso, que revela a ferocidade do “povo de Deus” e contraria não raro as mais rigorosas verdades científicas, — é ensinado ainda hoje a crianças, como se a história doméstica dos hebreus, ou melhor, a mitologia hebraica nos devesse merecer mais do que a grega e a romana. Para que se imagine o que contém ela de pernicioso, de feroz, de brutal, basta citar o episódio do profeta Eliseu. Dirigia-se Eliseu, um dia, a Betel, quando, em caminho, lhe saiu à frente um bando de crianças, que lhe gritavam em algazarra:

— Sobe, calvo! Sobe, calvo!

Ante essa vaia jovial, que de um homem que não “fosse enviado do Senhor”, merecia apenas um sorriso benévolo, estendeu o profeta a grande mão venerável, e os amaldiçoou; “e logo — diz piedosamente o livro escolar — duas ursas surgiram do bosque, e, saltando sôbre o bando, espedaçaram quarenta e dois meninos”.

Era sôbre uma campanha contra êsse apêgo a arcaísmos do ensino que conver-

sávamos, nos últimos dias de 1928, o sr. Júlio Cesar de Melo e Souza, e eu, quando êle me entregou um exemplar do *Céu de Alá*, segundo volume das obras de Malba Tahan, “famoso escritor árabe, — diz o prefácio, — filho de um rico mercador muçulmano, nascido nas vizinhanças da cidade de Meca”.

Árabe ou não, nascido nos arrabaldes da metrópole do Islam, quando a família se achava alí em peregrinação, ou natural de Jaú, em S. Paulo, de onde veio, pequeno ainda, para o Rio de Janeiro, — o certo é que o sr. Malba Tahan é, hoje, um dos escritores mais populares do Brasil. Os seus contos, puramente orientais, restauraram o gosto das crianças e, mesmo, de alguns adultos, pelos aspectos curiosos do mundo asiático, pelo ambiente suntuoso e pelas figuras tão decorativas universalizadas pelas *Mil e uma noites*. O seu livro anterior, de que foram tiradas algumas edições em dois ou três anos, levou-lhe o nome a cada escola, a cada família, a cada espírito em formação, como o de um amigo vindo de longe, com a memória repleta de histórias e a retina cheia de paisagens.

Os estudiosos de literatura sabem, pelo que se tem escrito sôbre a matéria desde 1708, quando Galland apresentou à curiosidade européia a primeira tradução das *Alf Lailah Oua Leilah*, o modo por que se veio

constituindo desde o século X, sôbre um vasto patrimônio de lendas provenientes da Pérsia e da Índia, êsse florido monumento do gênio árabe. À semelhança da avalanche que vai crescendo à medida que rola das grimpas misteriosas da montanha, — segundo a imagem tantas vezes repetida, — a coleção inicial se veio aumentando de novos subsídios, de novos contos, de novas tradições, até atingir, no século XVI, a sua forma atual. Com êsse poder de absorção, quem nos poderá dizer se os contos do sr. Malba Tahan não virão a ser, no futuro, integrados nas *Mil e uma noites*, ou nas *Mil noites em uma noite*, como quer o dr. Mardrus?

De qualquer modo, êles constituem uma excelente amostra do gênio exótico, instalada no Brasil. No mundo das nossas atividades há numerosas indústrias obedecendo ao mesmo processo. Há a do fósforo, que importa o palito, a parafina, a caixa, os rótulos, e até o material para acondicionamento. Há a do papel, em que são estrangeiros a pasta, os líquidos que a dissolvem e os maquinismos que a distendem. Há a da casimira, em que vêm de fora os fios, já classificados, e o pinho para as caixas destinadas ao tecido pronto. Por que não poderá o sr. Malba Tahan fazer no Rio de Janeiro as suas histórias árabes, importando das terras

do Islam os sultões, os cádis, os ulemas, os vizires, e toda a indumentária luxuosa que dá tanto prestígio aos legítimos contos orientais? Todo o vinho do Pôrto que se bebe no mundo vem, acaso, das vinhas do Douro? Serão de Changai ou das margens do Rio Amarelo, todas as laranjas da China? E' famosa, no sul do Brasil, a anedota do alemão cujos filhos haviam nascido em Santa Catarina, e que considerava rigorosamente alemães.

— Mas, se êles nasceram no Brasil, são brasileiros sr. Fritz, — objecta-lhe alguém.

— Não; são alemães; minha mulher é alemã; eu sou alemão; meus filhos são, portanto, alemães, — insiste o tudesco.

E como o outro teime, argumentando que, pela nossa legislação, quem nasce no Brasil é brasileiro, o alemão comenta:

— Então, senhor, o gatinho, porque nasce no forno, nasce biscoito?

O sr. Malba Tahan, qualquer que seja o lugar do seu nascimento, é, evidentemente, um escritor árabe, que poderá ser filiado àquela rica literatura que foi o orgulho do Oriente, e constituiu o seu mais rico tesouro, através dos séculos. Os seus contos possuem a vivacidade, o colorido, e o fundo moral e filosófico que singularizam as obras dêsse gênero da mesma origem. *A noiva de Romaiana, O peão do Rei, Os três homens*

iguais, são lições de eterna e profunda moralidade, com ensinamentos singelos e proveitosos. *O navio mendigo* e *A lenda de Frei Rogério*, pertencendo, embora, pelo vigor da imaginação, à alta literatura, não são menos ricos de substância didática. *O cântaro milagroso*, que não me consta fundado em nenhuma lenda oriental, é citado, já, dentro e fora do Brasil, como uma das jóias autênticas da imaginação árabe. Esse conto é, realmente, modelar. E' a história de um pescador persa, que passa a maior parte do seu tempo a dormir, sem prejuízo da ambição que se retorce, como uma víbora, dentro do seu coração. Certo dia, enquanto se entrega às delícias do sono à sombra de uma árvore, sonha haver encontrado no campo um grande cântaro de ferro, no fundo do qual faísca uma preciosa moeda de ouro. Ao arrancar a moeda, aparece outra, que lhe está debaixo. Repete a operação, e toda a vez que retira a moeda visível, logo surge outra, oferecendo-se à cobiça dos seus olhos e dos seus dedos. Ao acordar, corre a consultar um sacerdote, que mora nas proximidades e é mestre na decifração de sonhos e visões.

— E' fácil desvendar-se o mistério, — informou o mago; — vai ao rio, atira a rede várias vezes e saberás, então, a significação do teu sonho.

O pescador anima-se, e vai ao rio. Vendo à face da corrente alguns peixes, lança, rápido, a rede e apanha alguns. Novos peixes, surgindo do fundo das águas, vêm tomar o lugar aos primeiros. Novo lanço da rede, e nova colheita. E assim seguidamente, e de tal forma, que consegue, em um dia, pesca mais abundante do que a de um mês. Um rico mercador que passa pela margem do rio vê os cestos repletos. Compra-lhe os peixes por uma subida quantia. E é quando o pescador, refletindo sôbre as palavras do sacerdote, compreende que o cântaro era o rio, de que êle tirava os peixes, que se transformavam em moedas, — “porque o trabalho honesto e bem orientado é um cântaro milagroso no fundo do qual brilham sempre mil moedas de ouro para o homem inteligente e ativo que as quiser ir buscar”.

Outra linda história, profundamente moral e humana, é *O livro do Destino*. Existe nas montanhas de Masirá, para além do deserto de Dana, uma gruta misteriosa, na qual se encontra encerrado o Livro do Destino, em cujas páginas se acha lavrada a sorte de cada criatura. À porta dêsse refúgio encantado vela um gênio, um “djinn”, para que ninguém alí penetre sem permissão de Alá. Tendo obtido de um feiticeiro beduíno, que ia ser enforcado e que livrara da morte, o talismã que dava acesso à caverna

maravilhosa, um árabe do Hedjaz encaminha-se para a cordilheira longínqua, afim de examinar, e, se necessário, alterar no livro sagrado as letras obscuras do seu futuro. À porta da gruta o “djín” faz-lhe sentir que só poderá demorar alguns minutos, e que, por isso, aproveite o seu tempo, realizando o que deseja. O árabe entra. E’ pensamento seu acrescentar na página da sua vida, com a pena que já leva, estas palavras: “Será um homem feliz, estimado por todos; terá muita saúde e muito dinheiro”. Ao abrir o livro lembra-se, porém, dos seus inimigos. Tinha-os alí à mão, e poderia vingar-se dêles. Com o ódio no coração e a idéia de vingança no espírito, procura a página de Alí Ben-Homed, o mercador. Lê o que vai acontecer a êsse rival, e acrescenta, com o fel da sua inveja: “Morrerá pobre, sofrendo os maiores tormentos”. Na página de Zalfah-el-Abarí, risca o que há, e escreve: “Perderá todos os haveres; ficará cego e morrerá de fome e sêde no deserto”. E vai, assim, castigando os seus desafetos, quando dêle se aproxima o gênio que fiscaliza a caverna, e, por estar terminado o tempo que lhe era permitido alí permanecer, o expulsa com violência, sem que êle tivesse alterado uma letra, sequer, a fôlha do seu próprio destino. E o autor conclue, observando: “Quantos homems há no mundo

que, preocupados em fazer o mal aos seus semelhantes, se esquecem do bem que podem fazer a si mesmos?!...”.

Os contos fundados em lendas orientais são idênticamente imaginosos. *Uma verdade sobre a Fábula* é um modelo de delicadeza, de ironia, de finura, e poderia ter servido de prefácio a Lafontaine quando êste quis expor a Luiz XIV a vérmina que vinha corrompendo o queijo do seu reino. Um dia a Verdade resolveu visitar o palácio de um rei, e escolheu o do sultão Harun-Al-Raschid. Envolta em véus diáfanos, as formas visíveis através do tecido imponderável, lá foi bater, para falar ao comendador dos Crentes.

— Quem és? — pergunta-lhe o chefe dos guardas.

— Sou a Verdade! — respondeu-lhe a visitante.

Informados da sua presença, os auxiliares do soberano se alarmam, e não a deixam penetrar no palácio.

Dias depois, torna. Vem grosseiramente vestida de peles, como os pastores.

— Quem és?

— Sou a Acusação!

Nova agitação no palácio. Se a Acusação falar a Harun-Al-Raschid, estarão todos perdidos. Mas a Verdade, que tomara ês-

se nome, retorna, sem ter chegado à presença do califa.

Semanas mais tarde volta. A fisionomia é a mesma. E' a mesma criatura das duas visitas anteriores. Traja, porém, desta vez, vestidos riquíssimos, e vem coberta de jóias.

— Quem és?

— Sou a Fábula!

As portas abrem-se, e ela entra, entre flores, perfumes e festas. Porque é só transfigurada em Fábula que a Verdade e a Acusação podem chegar à presença dos Reis...

Céu de Alá contém, como se conclue destas citações, não sòmente contos ingênuos, destinados às crianças, mas, também, formosas páginas de literatura erudita. E' livro para Telêmaco, e, igualmente para Ulisses, quando tenha de descansar o seu arco.

Ao ouvir a história de Balbuck diz, nas *Mil e uma noites*, o califa Montasser-Billah, ao barbeiro, que lha contou:

— Apresta-te em contar-me outra, para adornar os meus ouvidos com essas histórias que são brincos de ouro.

Após a leitura de *Céu de Alá*, cada leitor terá, com certeza, nos lábios, para o sr. Malba Tahan, essas palavras tão espontâneas, e tão expressivas, do califa de Bagdá.

LUIZ MURAT

O crítico, para compreender o escritor e julgar com acêrto os livros que êle escreveu, deve imaginar-se, no “mapa-mundi” das letras, no ponto geográfico em que se encontrava o artista ao produzir a obra d’arte. E’ o que recomendam os mestres. A cada movimento da esfera rolante mudam-se os horizontes e os climas. Um grau acima ou abaixo do Equador, à direita ou à esquerda do Meridiano, e é outro o panorama da terra. “O mundo é todo igual: a diversidade está dentro do teu ôlho” — dizia Tomas Westwood. Daí o personalismo da arte, mesmo da mais universal.

Nada é, em verdade, mais variado e variável do que o espírito. A página mais simples e banal de um homem de letras vale por uma ficha dactiloscópica. Não há duas consciências iguais. Após a formação de uma alma, da fisionomia de uma inteligência, a natureza perde a memória. Por que, pois, estabelecer um padrão uniforme para as criações do pensamento, se não há dois operários semelhantes na oficina misteriosa de onde elas saem? Por que não adotar um critério particular no estudo dos artistas e pensadores rebeldes, quando já se insti-

tuiu, na justiça comum, uma jurisprudência para julgamento dos anormais?

Essas considerações parecem-me necessárias ao tratar, num preito de saudade e de veneração comovidas, de um Campeador das justas políticas e literárias que atravessou a vida incompreendido e que penetrou, incompreendido, os escuros domínios da Morte. Conta o capuchinho francês Yves d'Evreux, companheiro de Claude d'Abbeville na primeira jornada do Maranhão, que, ao morrer um índio tupinambá, os moradores da taba se reuniam em tórno do corpo, e o Principal, quebrando melancolicamente o silêncio da oca mortuária, perguntava, depois de celebrar as façanhas do companheiro tombado:

— Há quem dêle se queixe? Não fez em sua vida o que faz um homem forte e valente?

E' essa pergunta que eu, obscuro guerreiro da minha tribo faço, neste momento, junto à sepultura de Luiz Murat.

A geração literária que surgiu nas vizinhanças de 1880, e que, pelo apuro do verso, se convencionou chamar "parnasiana", teve como principal função fazer da poesia uma flor, e não um fruto. A anterior, a que pertenceram Castro Alves, Fagundes Varela, Machado de Assis e, pela duração póstuma da sua voz, Gonçalves Dias, havia

sonhado com uma poesia social de largo efeito, transformando as Musas em colaboradoras risonhas, mas úteis, da glorificação da pátria e do aperfeiçoamento do mundo. O poeta, na obra dêstes, sai de si mesmo, e é borboleta, comungando ao sol, na missa da natureza. É o romantismo, que toma aquí um aspecto novo, uma feição nacional, e que nos dá *Os Timbiras, a Cachoeira de Paulo Afonso, O evangelho nas Selvas* e as *Americanas*. A geração de Olavo Bilac, de Raimundo Correia, de Guimarães Passos, de Vicente de Carvalho e do sr. Alberto de Oliveira, — que, em parte, pelas *Canções românticas*, pertence à anterior, — faz refluir, porém, a poesia, da humanidade para o indivíduo, da Natureza para o coração. “La poésie c’est moi” — exclamaram, então, os poetas, parodiando Luiz XIV. A borboleta voltou a ser larva, a tecer, com os seus recursos internos, o seu casulo, a tirar de si mesma, em suma, os fios de sêda em que se envolvia. Foi o domínio da poesia subjetiva, o período das pequenas jóias do sentimento, a idade áurea, finalmente, dos lindos sonetos de amor.

Para a cultura social e mundana do tempo era isso bastante. O soneto, assim feito e sentido, não exigia vastos conhecimentos literários, mas, apenas, uma sensibilidade apurada e certa segurança na técnica. A

sociedade que se formava ou deformava no fim do Império, não requeria mais; e como os poetas nascentes não tinham senão isso, foram êles os expoentes da sua época, e os mais populares e queridos da geração.

Luiz Murat, que surgira com êles, sonhava, todavia, parece, com uma glória mais alta. Boêmios, vivendo à sôlta, preocupados durante a manhã com o grave problema do almôço, os poetas e prosadores do grupo não podiam abismar-se em teorias filosóficas, mergulhando no vasto oceano da cultura antiga, profundo de oitenta séculos. Eram moços, eram alegres, a natureza era amiga, o sol faiscava no céu... Que desejavam mais as cigarras? A primavera balançava os ramos, e elas, felizes com a superficialidade da vida, bebiam o orvalho da noite, e cantavam... A Luiz Murat, espírito bizarro desde as suas origens, isso não satisfazia. Filho de um médico de alguns recursos, educado no Colégio Abílio, o mais aristocrático daqueles tempos, não queria ser apenas um poeta, mas um grande poeta. Bilac lia Heredia, Verlaine, Gautier; êle afundava-se em Sófocles, em Êsquilo, em Eurípedes. Raimundo Correia sonhava com a glória de Coppée; êle sonhava com a de Hugo. E mergulhava, para isso, no mundo dos espantos, buscando a companhia dos gênios, a intimidade dos titãs do pensamento,

esquecido de que era preciso ter nascido gigante para ser cidadão de Brobdingnag.

Pode-se dizer, talvez, que foi a substancialidade da cultura que comprometeu o talento de Luiz Murat. À semelhança dos recém-nascidos cuja saúde é inutilizada pela impropriedade da alimentação, o seu estro ressentiu-se, ainda no berço, do abuso de leituras suculentas. Examine-se toda a sua obra, em prosa e verso, e não se encontrará, jamais, qualquer referência lisonjeira a um espírito de segunda ordem. Os seus íntimos chamam-se Homero, Platão, Hesíodo, Píndaro, Shakespeare, João de Patmos. “Se transcrevêssemos para estas páginas uma parte da biografia de Dante, teríamos feito a nossa própria história”, — escreve, referindo-se a si mesmo, no prefácio da primeira edição de *Sara*. Após a transcrição de uma página de Hugo sobre Lucrécio e Shakespeare, conclue, para manifestar o seu acôrdo: “Assim escreveu um poeta, e assim pensa outro (*Sara*, prefácio, pág. XIII). Banville, ídolo da geração, é, aos seus olhos acostumados aos largos horizontes do espírito, “a bandeira de misericórdia dos rimadores fracos, o mestre dos desclassificados, santelmo das inteligências frias, sêcas e descarnadas” (*Id., id.*, pág. XIII). Não lhe sorria a idéia de escrever um soneto célebre; queria edificar um poema, uma epo-

péia, um monumento que atravessasse os séculos. Daí o desprezo, que não dissimulava, por aquela forma literária. “Fui sempre um terrível e franco adversário do soneto; acho-o pernicioso, enganador e falho. O excessivo trovar nesse gênero comprime o estilo, apouca-o, tira-lhe a seiva e a idealização, desaparelhá-o para os trabalhos de grande hausto. E’ o pé atrofiado pelo sapato chinês” (*Ondas*, vol. II, advertência, pág. 328). “O soneto — acrescenta, pouco adiante, — extenua, esteriliza, desavigora o engenho. A poesia de largo fôlego afaz-nos às grandes idéias, torna dúctil o pensamento, expurga-o de demasias e obscuridades... O soneto está à mão de qualquer renteador, feito para descer aos bordéis; é um incentivo à mandricce. Apertado na sua coirela de quatorze versos, serve aos namoricos dos “parvenus” e para esterilizar energias adequadas às nobres missões educadoras, a cujo influxo crescem os países e transcendem os povos em virtudes e riquezas”. E procurando apôio na região em que vivia, ou quisera viver: “Victor Hugo, creio não me enganar dizendo que escreveu apenas um soneto” (*id.*, *id.*, pág. 328).

— Eu nunca escreví um soneto! — dizia, até 1915 ou 1916.

E proclamava isso com ênfase, com orgulho, com a vivacidade de quem não pos-

suía um pensamento que, mesmo comprimido e mutilado, pudesse caber em molde tão estreito. Após três anos de permanência no país dos gigantes, não podia o capitão Gulliver, de regresso à Inglaterra, habituar-se à companhia dos homens de estatura comum. “Na viagem entre o pôrto e a minha casa, — conta o viajante imaginário, pela pena de Swift, — na viagem entre o pôrto e a minha casa, notando a pequenez das árvores, dos animais, dos prédios e do povo, eu supús que me encontrava de novo em Lilliput; parecia-me que eu ia esmagar com o meu pé as pessoas que encontrava, chegando mesmo a gritar, assustado, para que elas se afastassem do caminho. À porta da minha velha casa, abaixei-me para passar com receio de quebrar a cabeça. Olhava os meus criados e um ou dois amigos que alí se achavam como se êles fossem pigmeus e eu um gigante”. E observava: “Eu faço menção, aquí, destas minúcias, para que se veja quanto é grande, o poder do hábito e dos prejuízos”... Assim era Luiz Murat, na sua cultura. Acostumado ao convívio dos gênios, tudo, no meio a que realmente pertencia, lhe parecia ridículo e insignificante.

Esse foi, inicialmente, o motivo do seu isolamento. Êle ignorava, parece, que um dos atributos da beleza é a proporção. A obra que pretendia realizar estava em des-

harmonia com o ambiente, e, não menos, com a sua capacidade criadora. Daí, o desastre, a falência relativa do seu estro. Tivesse êle se contentado com a glória que bafejava os seus companheiros de geração, e Raimundo Correia, Olavo Bilac, Vicente de Carvalho e o sr. Alberto de Oliveira não o teriam, talvez, excedido em popularidade. O seu sonho era, porém, maior do que a realidade permitia. E em vez de ter, como êles, para morrer, uma leve cabana coberta de flores, viu-se, sòzinho, no fim da vida, assentado sôbre as ruínas de Babel.

Essa verdade, sentiu-a Luiz Murat, evidentemente, nos últimos tempos, ao lançar um olhar retrospectivo sôbre a sua obra literária. Nas palestras com os íntimos, êle confessava não ter levado a efeito, ainda, o poema que arquitetara na mocidade. Em artigo que escreveu recentemente em sua memória, o sr. M. Paulo Filho deu-lhe a denominação de escultor de fragmentos. E assim é, realmente. Na impossibilidade de levantar a pirâmide, que considerava o único monumento capaz de perpetuar um nome, passou êle a vida a amontoar as pedras no Deserto. Não fez o que podia. E para fazer o que pretendia fôra-lhe preciso, talvez, o dom da eternidade.

Ao atravessar a fronteira dos quarenta e cinco anos, compreendeu o poeta, ou co-

meçou a compreender, a inanidade da sua aspiração. A consciência do seu êrro, aliada à certeza de que trabalhara mais do que os outros, pois que era mais culto do que êles, tornara-o amargo, irritadiço, revoltado. Não lhe ocorrera, provâavelmente, que em literatura, há, às vezes, uma segunda moralidade para a fábula esópica de Simônide naufragado. De regresso da Ásia à ilha grega em que nascera, é o navio em que viajava êsse a quem Cícero considerava *non tantum suavis poeta, sed doctus sapiensque*, assaltado pela mais furiosa das tempestades. Aberta a embarcação à fome das ondas, os passageiros arrecadam os seus haveres, amarram-nos à cintura, e atiram-se às vagas revôltas. Com o pêso das moedas vão, porém, para o fundo. E os que escapam, são, ou os mais pobres, que trazem menos pêso, ou que, como o poeta de Céus, se haviam atirado ao mar deixando a bordo o ouro da sua fortuna. . . Em poesia sucede, não raro, o mesmo; e sucedeu no Brasil na geração anterior à nossa. Salvaram-se os mais leves. Luiz Murat submergiu ao pêso do seu ouro, que era, no caso, o pêso mal distribuído da sua cultura.

A estátua do colosso de Rodas com que êle sonhou, ficou, assim, apenas na sua imaginação. O que produziu, reduz-se a um amontoado de pedras talhadas bruscamente,

e cujo lugar na escultura ideada só êle comprehendia. Não quis ser um poeta individual, ou mesmo nacional. Queria ser universal, cíclico, à maneira dos mestres. Mas o terreno em que pretendia levantar o monumento cedeu ao pêso da construção. E o arquiteto amaldiçoou as ruínas, sepultando-se no meio delas.

Contava Plínio que a águia, antes dos filhos se emplumarem, fazia-os olhar o sol de frente, afrontando os seus raios; e que, se um dêles fechava ou humedecia os olhos, a ave logo o precipitava do ninho, considerando-o bastardo e degenerado. *Illum cujus acies firma contra stetit, educat*,—informa o naturalista. Por um discurso proferido ao esquife de Luiz Murat pelo sr. Joaquim Abílio Borges, verifica-se que, desde menino, alimentava o poeta invulgares desejos de glória. A águia, pequena ainda, acostumara-se a fitar o sol. O destino é, porém, caprichoso, mesmo nas alturas. Entregue a si mesma, a ave corajosa tentou cortar o trigo das estrêlas com as duas foices das asas. Contra ela, porém, se desencadearam os ventos, turbilhonaram as nuvens, rolaram, desferindo raios, as carretas do trovão. E ela viu, de perto, que não se zomba impunemente dos deuses...

Na maturidade, obediente ao exemplo dos gênios, — o gênio é sempre religioso, —

fez-se o poeta um dos decididos aliados do Céu. Que religião seria, porém, a sua? Quais as bases do seu princípio filosófico? Sabe-se, é verdade, da influência que exerceram sobre o seu espírito as teorias de Swedenborg, fundador, dizia êle, da cristalografia, e que era, na sua opinião, “o maior pensador que já veio à terra”. “As criaturas são centros de reações vitais, verdadeiras massas luminosas que podem ser afetadas, como as atmosferas, pelas explosões de correntes contrárias que se chocam”, — define, com o mestre. — “O pensamento é uma fôrça geral a que estão sujeitas todas as correntes subsidiárias dos mundos, quer visíveis, quer invisíveis” (*Poesias escolhidas*, prefácio, pág. XI). “A forma evolutiva é espiróide. E’ em virtude dessa correlação de elementos, a agirem por êsse modo, que a idéia da divindade parece adquirir mais fôrça. De fato, a conclusão a tirar-se do conceito acima, é que as emanações, nascendo do fluxo luminoso, precisam assentar sobre proporções mais vigorosas, e estas só a espiróide possui. Ao demais — levemos mais longe a generalização, — que é a espiral senão a vorticalidade menos precipitada, a vorticalidade que constitue o caráter, ou a condição ínsita do poder absoluto? No vórtice acham-se as energias em constante ebulição; é a cratera de onde se precipitam os va-

pores: vapores-pensamentos, vapores-emoções, vapores — em uma palavra — vida, e vida como vontade e como idéia” (*Poesias escolhidas*, prefácio, pág. V).

Por mais confuso que tudo isto pareça, vê-se que Luiz Murat havia construído o seu sistema, de que êle próprio poderia ter dado uma descrição mais simples. Compreende-se que, para êle, a matéria é um efeito da fôrça, e que, no Universo, tudo é espírito. Pouco a pouco, porém, vai o filósofo se transformando em profeta, preferindo a fé à especulação. E vieram as superstições, por falta de um controle pela razão. Em 1921 ou 1922, em conversa que tivemos, queria êle convencer-me do êrro em que incorriam os fisiologistas, pondo o espírito na dependência da matéria. Era a inversão do *mens sana in corpore sano*, ou, pelo menos, uma definição nova dêsse conceito de Juvenal.

— O corpo não influe na alma, — dizia-me, — a alma é que exerce influência sôbre o corpo.

E esclarecia:

— Aparece, por exemplo, um individuo coberto de chagas. De onde provém isso? Da alma. A alma corrompida corrompe o corpo, no fenômeno da purificação. O continente sofre com o conteúdo. As enfermidades, quaisquer que elas sejam, são efei-

to da corrupção do espírito. Por isso, a medicina não deve jamais visar o efeito, que é a doença, mas a causa, que está no espírito, animador da matéria.

Por mais extravagante que fosse essa sua teoria, vê-se que ela podia ser sustentada, dentro do absurdo mas ainda fora do ridículo. E eu o escutava com o respeito que me merecem as convicções alheias quando Murat, passando ao domínio das provas, me declarou:

— Agora mesmo estou eu tratando de um turco atacado pela lepra. Eu lhe invoco o espírito, convenço-o de que deve corrigir-se, e o corpo em que êle habita já se encontra sensivelmente melhor.

— E êsse turco está aquí no Rio? — indaguei.

— Não, — confessou-me o poeta.

E com seriedade:

— Êsse meu cliente mora em Constantinopla...

Os depoimentos desta ordem, feitos sinceramente, não têm, como talvez ocorra à malícia prevenida de alguns, o objetivo de ridicularizar uma alta e gloriosa memória, que nos é, a todos, particularmente cara. O estudo das forças psíquicas está tomando rumos tão novos e surpreendentes, que, omitindo particularidades destas, se pode estar privando, talvez, Luiz Murat de uma auréo-

la de precursor. As suas preocupações de caráter religioso não lhe surgiram, ademais, na velhice, de modo a serem tomadas como efeito da decadência mental. Elas tiveram a sua origem ainda na mocidade. Proclamada a República e distribuído o Estado do Rio de Janeiro à bonomia de Francisco Portela, conhecido nas rodas boêmias pelo apelido "São Jacó", foi Murat levado para Niterói, como secretário do govêrno. Eleito deputado à Constituinte, não foi reconduzido a êsse pôsto político, voltando, então, à imprensa carioca, na qual se fez sentir, logo, a impetuosidade do seu espírito de lutador na campanha contra Floriano. Perseguido pelo ditador, fugiu para a Argentina, onde ficou internado na ilha de Martim Garcia, em companhia de Guimarães Passos. Ao fim, porém, de alguns meses, não resistiu mais à tortura do destêrro. "Prefiro morrer na Pátria, — escreveu, dali, ao sr. Coelho Neto, — a sofrer as saudades dela". E voltou, para entregar-se à prisão.

Enviado, sob escolta, para o Paraná, onde, segundo era corrente, devia sofrer a pena de fuzilamento, foi encarcerado em um teatro de Curitiba, enquanto aguardava a hora da eliminação. Foi aí, parece, que se verificou o milagre de que resultou a sua orientação religiosa. O poeta, corajoso e cavalheiresco, esperava morrer, conta-se, à

claridade da manhã. E o que lhe surgiu foi a notícia da liberdade, por um motivo sobrenatural: o oficial que comandava a praça de guerra, que era então a capital paranaense, espírita praticante, havia recebido intimação de um espírito para poupar o prisioneiro. Floriano secundou, dias depois, a ordem do habitante do Além. Informado dos acontecimentos misteriosos tomou Luiz Murat interêsse por êsse gênero de indagações. E deixou-se absorver por ela, até que o problema da morte lhe tomou todos os cuidados da vida.

Eu não creio, assim, que o poeta do *Novo Templo* tenha sido um insincero, como alguns imaginavam. Se excluirmos os três últimos anos, isto é, o período de hemiplegia, foi êle, sempre, nos atos comuns, um homem lúcido, criterioso, inteligente. Fosse um impostor, e zombaria, êle próprio, dos crédulos, quando em companhia dos seus companheiros nas letras. Mas era junto dêstes, precisamente, que êle fazia a propaganda das suas idéias, afrontando corajosamente o ridículo, arma de ouro dos homens de pensamento.

Era êle, em suma, um doente, um intrujão, ou um profeta? O conhecimento que eu tinha do homem fazia-me recusar a primeira hipótese. A minha admiração pelo seu talento e pelo seu caráter determina

o afastamento da segunda. E a minha incredulidade prudente não admite a terceira. Há um episódio, hoje no domínio da história e da ciência, que oferece a possibilidade de uma resposta a esta interrogação. E' o caso narrado por Flammarion no epílogo de *Les maisons hantées*. Na tarde de 13 de setembro de 1768, achavam-se alguns camponeses das vizinhanças da pequena cidade de Maine, na Normandia, entregues aos trabalhos da ceifa, quando reboou nas alturas um trovão, e de uma nuvem escura, que passava no céu, se destacou uma grande luz, que, cortando o espaço, veio desaparecer no chão da campina, levantando uma cortina de pó. Os ceifeiros correram na direção em que a luz desaparecera, e acharam aí, cravada na terra, uma pedra de forma triangular, de sete libras e meia, a qual se encontrava em quasi estado de combustão. O abade Bachelay, vigário da paróquia de Perigué, redigiu uma pequena memória sobre o fato e remeteu-a, com um fragmento da pedra, à Academia das Ciências, de Paris. Os sábios do velho instituto sorriram, em zombaria elegante; não convindo, porém, deixar sem resposta o apêlo do sacerdote, foi nomeada uma comissão composta de Fourgeroux, Cadet e Lavoisier, para ir ao local, estudar o fenômeno. É o relatório redigido por êste último que Flammarion

publica, para patentear a vaidade e fragilidade da ciência, mesmo quando tem como oráculo o maior químico do século XVIII. *Rapport sur une pierre qu'on prétend être tombée du ciel pendant un orage*, — intitula-se, no seu cepticismo, essa exposição. E nela, com o seu orgulho de maior mentalidade do seu tempo, Lavoisier afirma que, não obstante o testemunho de pessoas que “ont vu tomber la pierre, elle n'est point tombée du ciel”. O mais que admite, uma vez que os corpos pesados não podem manter-se no espaço, é que a pedra da campina tenha sido atingida pelo raio, e que, vendo o raio atravessar a atmosfera na direção da pedra, os camponeses tivessem tido a ilusão de que esta caíra do céu. Sete lustros depois, entretanto, em 1803, Biot demonstrava a presença dos uranólitos em nossa atmosfera, passando o relatório de Lavoisier a constituir, dessa data em diante, um dos documentos mais pitorescos não da agudeza, mas da vaidade do homem e da fragilidade da sua ciência. E Flammarion conclue, num axioma que se vai, felizmente, universalizando: “L'inconnu d'hier est la verité de demain”.

A ciência é mais presumida, às vezes, do que a literatura. Ela não crê nem mesmo no que vê, desde que o fato vá de encontro aos seus cânones. Todas as verdades, penso eu,

são relativas. E é por isso que acompanhava não com o sorriso do escárneo, mas com o olhar da atenção, a evolução de Murat para a loucura ou para a sabedoria, — que são, talvez, dois nomes da mesma cousa.

Em matéria de religião, de ciência e de filosofia, eu nada afirmo e nada nego. Nem, mesmo, duvido. Sou um náufrago solitário e tranquilo, num rochedo do oceano. Espero.

ÍNDICE

Índice Alfabético

dos Autores citados

A

<i>Abbeville</i> (Claude de)	<i>Anacreonte</i>
430	96
<i>Abreu</i> (Capistrano de)	<i>Anchieta</i> (P. José de)
72, 72, 72, e 73	297
<i>Abreu</i> (Casimiro de)	<i>Andrade</i> (Goulart de)
202, 202, e 346	311
<i>Albuquerque</i> (Medeiros e)	<i>Andrade</i> (Mário de)
113, 131, 216, 217, e 220	285, e 325
<i>Alembert</i> (Jean d')	<i>Anjos</i> (Augusto dos)
212, e 212	346
<i>Alencar</i> (José de)	<i>Apuleio</i>
325, e 327	249
<i>Alencar</i> (Mário de)	<i>Aranha</i> (Graça)
217	285, e 386
<i>Allen</i> (Maurice)	<i>Araújo</i> (Ferreira de)
118	113
<i>Almeida</i> (Filinto de)	<i>Araripe</i> (Júnior)
175, 175, 176, e 176	274
<i>Almeida</i> (Guilherme de)	<i>Arinos</i> (Afonso)
201	235, e 385
<i>Almeida</i> (José Américo de)	<i>Assis</i> (Machado de)
301 a 313	13, 61, 84, 150, 170, 170,
<i>Almeida</i> (Júlia Lopes de)	217, 221, 245, 289, 313, e . . 430
177, e 177	<i>Aulo-Gélio</i>
<i>Almeida</i> (Manuel Antônio de)	250, 250, 274, e 274
346	<i>Azambuja</i> (Dárci)
<i>Almeida</i> (Mário José de)	388, e 389
266	<i>Azevedo</i> (Aluizio)
<i>Almeida</i> (Moacir de)	84, 386, e 402
346	<i>Azevedo</i> (Álvares de)
<i>Alves</i> (Castro)	346
346, 386, e 430	<i>Azevedo</i> (Artur)
	183, e 386

B

<i>Bachelay</i>	<i>Balzac</i> (Honoré de)
444	79

<i>Banville</i> (Théodore de)	433	<i>Bocaiuva</i> (Quintino)	113
<i>Barbosa</i> (Rui)	29 a 41, 78, 78, 113, 181, 217, 262, 262, 262, e . . .	<i>Boileau</i> (Nicolas)	223
<i>Barbusse</i> (Henri)	287	<i>Bois</i> (Jules)	267
<i>Barreto</i> (Mário)	211, e	<i>Boissier</i> (Gaston)	32, e 82
<i>Barros</i> (João de)	220	<i>Boisrobert</i> (François de)	224
<i>Bates</i>	364	<i>Bomfim</i> (Manuel)	11 a 27, e 295
<i>Bernardes</i> (Pe. Manuel)	125 e	<i>Bonald</i> (Louis de)	177
<i>Beer</i> (Henri)	20	<i>Borba</i> (Telémaco)	392
<i>Beviláqua</i> (Amélia de Freitas)	271 a	<i>Boysleve</i> (René)	302, e 303
<i>Beviláqua</i> (Clóvis)	273, 282, e	<i>Braga</i> (Gentil)	386
<i>Bilac</i> (Olavo)	70, 97, 97, 97, 130, 130, 130, 198, 200, 204, 245, 246, 252, 289, 328, 328, 431, 432, e	<i>Braga</i> (Teófilo)	78, 78, e 129
<i>Biot</i> (J. B.)	445	<i>Brígido</i> (João)	167
<i>Bittencourt</i> (Edmundo)	113	<i>Brito</i> (Farias)	103
<i>Blanchet</i> (Padre)	334	<i>Brunetière</i> (Ferdinand)	191, e 192
		<i>Buffon</i>	29, e 363
		<i>Byron</i>	333

C

<i>Cabanès</i> (Dr.)	418	<i>Carnevali</i>	175
<i>Cadet</i>	444	<i>Carrara</i> (Jules)	174
<i>Calage</i> (Roque)	383 a	<i>Carvalho</i> (Trajano Galvão de)	346, e 386
<i>Caminha</i> (Pero Vaz de)	60	<i>Carvalho</i> (Vicente de)	431, e 436
<i>Camões</i> (Luiz de)	247, 251, e	<i>Castelar</i> (Emílio)	292
<i>Cardilo</i> , filho	334, 338, e	<i>Castelo-Branc</i> (Camilo)	78, 78, 84, 156, 228 e . . . 254

<i>Castelo-Branco</i> (Hermínio)	262, e 263	<i>Cícero</i>	32, 32, 32, 32, 34, 34, 34, 34, 40, 323, e . . . 437
<i>Castro</i> (Aloísio de)	87 a 100, e 210	<i>Claudel</i> (Paul)	215, e 316
<i>Castro</i> (Ferreira de)	227 a 214	<i>Coelho Neto</i>	75 a 85, 210, 253, 255, 285 a 300, 365, 386, e 416
<i>Catão</i>	34, e 34	<i>Constant</i> (Benjamim)	174, 179, 207, 340, e . . . 340
<i>Cearense</i> (Catulo da Paixão)	237 a 269, e 329	<i>Coppée</i> (François) 432
<i>Cellini</i> (Benevenuto) 63	<i>Corneille</i> (Pierre)	147, 147, 167, 249, e . . . 396
<i>Celso</i> (Afonso)	39, e 253	<i>Corneille</i> (Thomas)	147, e 147
<i>Celso</i> (Maria Eugênia) 141	<i>Correia</i> (Raimundo)	139, 198, 431, 432, e . . . 436
<i>Cepelos</i> (Batista)	197, 198, 198, 198, e . . . 200	<i>Correia</i> (Viriato) 386
<i>César</i> (Júlio)	32, 220, 299, 300, 300, 300, e 300	<i>Costa</i> (Afonso)	245 a 256
<i>Charrière</i> (Mme. de) 340	<i>Costa</i> (Cláudio Manuel da) 61
<i>Chateaubriand</i>	82, 87, 87, 288, 288, 301, 333, 410, e 411	<i>Cougnard</i> (Jules) 174
<i>Chatterton</i> 347	<i>Cruls</i> (Gastão) 203
<i>Chomé</i> 297	<i>Cunha</i> (Euclides da)	84, 217, 257, 262, 262, 262, 263, 311, 368, 368, 369, e . 369
<i>Chrysanthème</i>	43 a 58	<i>Cunha</i> (Xavier da) 346

D

<i>Dante</i>	30, 91, e 433	<i>Dias</i> (A. Gonçalves)	260, 362, 385, e 430
<i>Darmesteter</i> (Arsène)	246, 255, 330, e 330	<i>Dierx</i> (Léon) 119
<i>Daudet</i> (Alphonse)	5, e 171	<i>Disraeli</i> (Benjamim)	54, 118, 118, e 153
<i>Del Picchia</i> (Menotti) 325	<i>Doumic</i> (René) 191
<i>Deodato</i> (Alberto)	59, 399 a 414		

<i>Dubreton</i> (J. Lucas)	118	<i>Dumas, pai</i> (Alexandre)	349
<i>Duclos</i>	220	<i>Durão</i> (Santa Rita)	60

E

<i>Ebrard</i>	364	<i>Erastótenes</i>	316
<i>Elskamp</i> (Max)	174	<i>Ésquilo</i>	432
<i>Emerson</i>	331	<i>Eurípedes</i>	432
<i>Ênio</i>	239	<i>Evreux</i> (Yves d')	430

F

<i>Fabre</i> (J. H.)	93	<i>Fougeroux</i>	444
<i>Figueiredo</i> (Cândido de)	222	<i>France</i> (Anatole)	419
<i>Ficher</i> (Alex)	174	<i>Franklin</i> (Benjamim)	220
<i>Fischer</i> (Max)	174	<i>Freire</i> (Jacinto)	351
<i>Flacco</i> (Valério)	91	<i>Freire</i> (Junqueira)	346
<i>Flamel</i>	63	<i>Freire</i> (Laudelino)	255
<i>Flammarion</i> (Camille)	145	<i>Freud</i> (Sigmund)	417
<i>Floro</i> (Ânio)	381	<i>Frieiro</i> (Eduardo)	364
<i>Fonseca</i> (Gregório)	70	<i>Frugoni</i>	96
<i>Fontaines</i> (André)	174	<i>Furetière</i>	224
<i>Fontes</i> (Martins)	97		
<i>Fontoura</i> (Adelino)	346		

G

<i>Galileu</i>	383	<i>Gerke</i>	316
<i>Galland</i> (Antoine)	421	<i>Gilkin</i> (Ivan)	174
<i>Galvão</i> (Ramiz)	214	<i>Girard</i> (Gabriel)	212
210, e		211, e	
<i>Gama</i> (J. Basílio da)	60	<i>Goethe</i>	91
		88, 90, e	
<i>Gautier</i> (Paul)	224	<i>Goncourt</i> (Edmond)	120
		<i>Gourmont</i> (Remy de)	370
<i>Gautier</i> (Théofile)	432	174, e	
		<i>Gregoire</i>	174
<i>Gay</i> (Padre)	298	<i>Grotius</i>	323
<i>Gazier</i> (Augustin)	224	<i>Guanabara</i> (Alcindo)	113

H

<i>Hallé</i> (Jean-Noel)	49	<i>Homero</i>	26, 30, 91, 118, 170, 259,
		259, e	433
<i>Hazard</i> (Paul)	291	<i>Horácio</i>	94, 210, 249, e
144, 290, e		<i>Huber</i>	364
<i>Heládio</i> (de Alexandria)	221	<i>Hugo</i> (Victor)	30, 79, 80, 81, 259, 288,
		288, 396, 432, 433, e	434
<i>Heredia</i> (J. M. de)	432	<i>Humboldt</i> (Alexandre de)	288
174, 190, e			
<i>Hesiodo</i>	433		

I

<i>Ibarbourou</i> (Juana de)	140
------------------------------	-----

J

<i>Jó</i>	30	30, e	433
<i>João</i> (de Patmos)		<i>Juvenal</i>	91, 118, 119, 239, 249, e
			323

K

<i>Klopstock</i> (F. G.)	91	<i>Koster</i>	12, e 296
--------------------------	----	---------------	---------------------

L

<i>La Bruyère</i>	140	<i>Legouvé</i> (Ernest)	75
<i>Lacordaire</i>	105	<i>Leite</i> (Gomes)	346
<i>Laet</i> (Carlos de)	400	<i>Leoni</i> (Raul de)	346
217, 254, 254, 254, 254, e	400	<i>Le Roy</i>	174
<i>La Fare</i> (Marquês de)	95	<i>Lery</i> (Jean de)	65
<i>La Fayette</i> (Mme. de)	367	<i>Lessa</i> (Aureliano)	346
<i>Lafontaine</i>	223	<i>Lewisohn</i> (Ludwig)	175
197, e	223	<i>Lineu</i>	317
<i>Laforgue</i> (Jules)	114	<i>Lisboa</i> (João Francisco)	386
<i>Lamennais</i> (F. R. de)	40	362, e	386
<i>Lamartine</i> (Alphonse de)	77	<i>Lisboa</i> (Rosalina Coelho)	141
<i>La Mothe</i>	293	<i>Lobato</i> (Monteiro)	325
<i>Landor</i> (W. S.)	89	<i>Loisy</i> (Alfred)	282
<i>La Rochefoucauld</i>	266	281, 281, 282, 282, 282, 282,	282
<i>Lautreamont</i>	174	e	282
<i>Lavoisier</i>	445	<i>Lopes, neto</i> (Simões)	392
332, 444, 445, e	445	388, 388, e	392
<i>Lebrun</i>	224	<i>Loti</i> (Pierre)	375
<i>Le Cardonnel</i> (Georges)	330	<i>Lucrécio</i>	433
.	330	<i>Luso</i> (João)	190
.	330	173 a	190

M

<i>Macedo</i> (Joaquim Manuel de)	273	<i>Macedo, Júnior</i>	346
-----------------------------------	-----	-----------------------	-----

<i>Machado</i> (Elza)		<i>Meillet</i> (Antoine)	
137 a	153	<i>Meireles</i> (Cecília)	322
<i>Machado</i> (Gilca)		<i>Melo</i> (Dutra e)	141
141, e	311	346, e	346
<i>Mac-Orlan</i> (Pierre)		<i>Menandro</i>	
.	324	347
<i>Macróbio</i>		<i>Menault</i> (Ernest)	
.	249	364
<i>Maeterlinck</i> (Maurice)		<i>Mendes</i> (M. Odorico)	
.	174	386
<i>Magalhães</i> (Couto de)		<i>Mendonça</i> (Ana Amélia C. de)	
.	24	141, e	147
<i>Magalhães</i> (Fernando)		<i>Mendonça</i> (Lúcio de)	
253, e	253	217
<i>Magalhães</i> (Luiz de)		<i>Mendonça</i> (Salvador de)	
227, 227, 228, e	229	217
<i>Maia</i> (Alcides)		<i>Menezes</i> (Agrário de)	
388, 389, 391, e	395	346
<i>Maia</i> (Gonçalves)		<i>Merril</i> (Stuart)	
.	113	174
<i>Maia, júnior</i> , (Manuel)		<i>Milton</i>	
331 a	347	91
<i>Mâle</i> (Emile)		<i>Minas</i> (João de)	
.	124	365 a	382
<i>Malgaud</i>		<i>Miranda</i> (Bertino)	
.	15	126
<i>Malherbe</i>		<i>Mistral</i>	
.	25	267
<i>Maranhão, sobrinho</i> (J.)		<i>Mockel</i> (Albert)	
.	346	174
<i>Marcial</i>		<i>Mommsen</i> (Theodor)	
39, e	91	17, e	32
<i>Mardrus</i> (Dr. J. C.)		<i>Montalembert</i>	
.	422	104
<i>Mariano</i> (Olegário)		<i>Montesquieu</i>	
93, e 191 a	208	34, e	266
<i>Marlow</i> (Jorge)		<i>Morais Silva</i> (Antônio de)	
.	174	219, 220, e	220
<i>Martins</i> (Carlos)		<i>Morais, filho</i> (Melo),	
.	241	197, 197, e	198
<i>Martins</i> (Oliveira)		<i>Moréas</i>	
15, e	16	173
<i>Maupassant</i> (Guy de)		<i>Murat</i> (Luiz)	
.	187	429, a	446
<i>Maurois</i> (André)			
118, e	118		

N

<i>Nabuco</i> (Carolina)		<i>Niebuhr</i> (B.-G.)	
101 a 122, e	149	250
<i>Nabuco</i> (Joaquim)		<i>Nieremberg</i>	
101 a 122, 149, 245, e	309	297
<i>Nascentes</i> (Antenor)		<i>Noailles</i> (Condessa de)	
315 a	330	140
<i>Newton</i>		<i>Nogueira</i> (Júlio)	
.	30	123 a	136

O

<i>Oliveira</i> (Alberto de)		<i>Otávio</i> (Rodrigo)	
210, 274, 287, 311, 329, 431, e	436	254, 254, e	274
<i>Oliveira</i> (Ártur de)		<i>Ovídio</i>	
.	346	189

P

<i>Palombo</i> (Ariosto) (<i>João de Mi- nas</i>)		<i>Pichon</i> (René)	
365 a	382	32, e	300
<i>Paracelso</i>		<i>Pindaro</i>	
.	63	433
<i>Pascal</i>		<i>Pires</i> (Cornélio)	
.	274	329
<i>Passos</i> (Guimarães)		<i>Pittard</i> (Eugène)	
431, e	442	20
<i>Pasteur</i>		<i>Platão</i>	
.	317	121, 186, e	433
<i>Patin</i>		<i>Plauto</i>	
.	40	347
<i>Patrocínio</i> (José do)		<i>Plínio, o Velho</i>	
113, 115, e	116	142, 364, e	438
<i>Paulo, filho</i> (M.)		<i>Plutarco</i>	
.	136	364
<i>Peixoto</i> (Afrânio)		<i>Pôrto-Alegre</i> (Apolinário)	
142, 155 a 172, 352, e	354	388
<i>Pena</i> (Martins)		<i>Pôrto-Alegre</i> (Araújo)	
.	346	62
<i>Pereira</i> (Batista)		<i>Prado</i> (Eduardo)	
29, 30, 30, 38, e	41	235
<i>Perrault</i> (Charles)		<i>Prado</i> (Paulo)	
417, 418, e	418	59 a	73
		<i>Proust</i> (Marcel)	
		144, e	144

Q

<i>Queiroz</i> (Eça de) 79, 79, 160, 227, e	229	<i>Queiroz</i> (Laura Margarida de) 137 a	153
--	-----	--	-----

R

<i>Racine</i> 223, e	249	<i>Ribeiro</i> (João) 39, 134, 210, 253, 254, 274, e	274
<i>Rambert</i> (Eugène)	174	<i>Richepin</i> (Jean)	124
<i>Ramos</i> (Silva) 132, 132, 210, 214, 217, e	254	<i>Rivarol</i>	315
<i>Rebouças</i> (André) 115, e	116	<i>Rodenbach</i> (Georges)	174
<i>Reis</i> (F. Sotero dos)	336	<i>Rodrigues</i> (Marques)	386
<i>Renan</i> (Ernest) 281, 281, e	281	<i>Romero</i> (Sílvio) 217, 274, e	346
<i>Rendu</i>	364	<i>Romier</i> (Lucien)	50
<i>Ribeiro</i> (Francisco Bernardino)	346	<i>Ronsard</i>	25
<i>Ribeiro</i> (J. M. Gomes) 87 a	100	<i>Rousseau</i> (J. J.) 174, e	207

S

<i>Sá</i> (A. J. Franco de)	246	<i>Santo Agostinho</i>	57
<i>Saadi</i>	278	<i>São Carlos</i> (Frei Francisco de)	334
<i>Sainte-Aulaire</i> (F. J. de)	95	<i>Schiller</i>	350
<i>Sainte-Beuve</i> 7, 9, 40, 87, 174, 191, 229, 292, 322, 333, 334, e	340	<i>Schopenhauer</i>	264
<i>Saint-Victor</i> (Paul) 90, 161, 357, 380 e	396	<i>Scott</i> (Walter) 333, 349, e	355
<i>Salústio</i> 34, 249, e	323	<i>Séneca</i>	323
<i>Salvador</i> (Frei Vicente do) 20, e	384	<i>Serra</i> (Joaquim) 113, e	386
<i>Santabayana</i> (George)	175	<i>Severin</i> (Fernand)	174

<i>Shakespeare</i>		<i>Souza</i> (J. C. de Melo e)	
30, 80, 357, 357, 433, e . . .	433	415 a	428
<i>Silva</i> (João Pinto da)		<i>Souza</i> (J. Gomes de)	
387, e	388	346
<i>Smith</i> (Herbert)		<i>Souza</i> (Frei Luiz de)	
.	171	251
<i>Sócrates</i>		<i>Spiess</i> (Henri)	
.	121	174
<i>Sófocles</i>		<i>Stein</i> (Gertrude)	
.	432	140
<i>Sotero dos Reis</i> (Francisco)		<i>Stendhal</i>	
.	386	49
<i>Souday</i> (Paul)		<i>Storni</i> (Albertina)	
.	6	140
<i>Southey</i> (Robert)		<i>Story</i> (W. Wetmore)	
20, 296, 296, 296, e	297	49
<i>Souza</i> (Cláudio de)		<i>Swedenborg</i>	
253, 253, 253, 255, e	255	439
<i>Souza</i> (Francisco Bernardino de)		<i>Swift</i>	
399, e	400	435

T

<i>Tácito</i>		<i>Thou</i> (J. A.)	
29, e	109	323
<i>Tahan</i> (Malba)		<i>Tito-Lívio</i>	
415 a	428	366
<i>Taine</i> (Hippolyte)		<i>Tocqueville</i> (A. de)	
299, 300, 317, e	367	362
<i>Talleyrand</i>			
.	301		

V

<i>Vacaresco</i> (Hélène)		<i>Vasconcelos</i> (Carlos de)	
.	174	346
<i>Van Arembergh</i> (Emile)		<i>Vasconcelos</i> (Gensericó de)	
.	174	70
<i>Von Lebergue</i> (Charles)		<i>Vasconcelos</i> (Leite de)	
.	174	321
<i>Varela</i> (Fagundes)		<i>Vauquelin</i> (de Yvetaux)	
346, e	430	263, e	263
<i>Vargas, neto</i>		<i>Veiga</i> (Luiz F. da)	
.	388	346

<i>Veloso</i> (Leão)	113	<i>Vicente</i> (Gil)	326
<i>Verhaeren</i> (Emile)	370	<i>Vieira</i> (Padre Antônio)	296
174, 174, e		31, 32, 32, 125, 251, e	
<i>Veríssimo</i> (José)	215	<i>Vielé-Griffin</i> (Francis)	174
7, 110, e		<i>Vigny</i> (Alfred de)	118
<i>Verlaine</i> (Paul)	432	<i>Virgilio</i>	329
<i>Vero</i> (Cloácio)	250	91, e	
<i>Viana</i> (Gonçalves)	217	<i>Voisenon</i> (C. H. de)	11
131, e		<i>Voltaire</i>	419
		96, 147, 210, 288, 315, e	

W

<i>Waller</i> (Max)	174	<i>Wells</i> (H. G.)	343
<i>Warney</i> (Henri)	174	<i>Westwood</i> (Thomas)	429

X

	299, 299, 299, 300, e	300
--	-----------------------	-----

Xenofonte

Z

<i>Zaborowski</i> (Sigismond)	364	<i>Zola</i> (Emile)	79
-------------------------------	-----	---------------------	----

Índice Geral

Prefácio	5
A NOSSA FORMAÇÃO ÉTNICA	
<i>O Brasil na América</i> , de Manuel Bomfim	11
RUI BARBOSA	
<i>Coletânea Literária</i> , organizada por Batista Pereira	29
AS MULHERES E O AMOR	
<i>O que os outros não vêem</i> , de Chrysanthème	43
“RETRATO DO BRASIL”	
<i>Retrato do Brasil</i> , de Paulo Prado	59
COELHO NETO	
<i>Contos da Vida e da Morte</i> , de Coelho Neto	75
DOIS POETAS DO OUTONO	
<i>Carmes</i> , de Aloísio de Castro e <i>Almas Er- rantes</i> , de J. M. Gomes Ribeiro	87
JOAQUIM NABUCO	
<i>A Vida de Joaquim Nabuco</i> , de Carolina Na- bucó	101
A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	
<i>A linguagem usual e a composição</i> , por Júlio Nogueira	123
DUAS POETISAS DA PRIMAVERA	
<i>Canta, meu coração!</i> de Laura Margarida de Queiroz e <i>Seiva moça</i> , de Elze Mazza Nascimento Machado	137
ROMANCES DO AMOR E DO ÓDIO	
<i>Sinhazinha</i> , de Afrânio Peixoto	155
JACOBINISMO LITERÁRIO	
<i>Contos de Natal</i> , de João Luso	173

POESIA NACIONALISTA

Canto da minha terra, de Olegario Mariano 191

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A Ortografia e o Dicionário 209

O BRASIL NO ROMANCE PORTUGUÊS

Emigrantes, de Ferreira de Castro 227

GALICISMOS

Galicismos e não Galicismos, de Afonso Costa 245

POESIA SERTANEJA

Alma do Sertão, de Catulo Cearense. 257

LITERATURA DOMÉSTICA

Impressões, de D. Amélia de Freitas Beviláqua 271

O SR. COELHO NETO E O SEU ESTILO

Bazar, de Coelho Neto 285

LITERATURA DAS SÊCAS

A Bagaceira, de José Américo de Almeida . 301

O IDIOMA NACIONAL

O Idioma Nacional e Noções de estilística e de literatura, de Antenor Nascentes . . 315

POESIA E MARTÍRIO

Da Tristeza Resignada, de Manuel Maia Júnior 331

NOS TEMPOS DE "EL-REI"

O Mameluco Boaventura, de Eduardo Fri-eiro 349

UM BÁRBARO

Jantando um defunto, de João de Minas . 365

LITERATURAS REGIONAIS

No fogão do gaúcho, de Roque Calage . . 383

UM ROMANCE MINEIRO

A doce filha do Juiz, de Alberto Deodato . 399

A RESSURREIÇÃO DO CONTO ÁRABE

Céu de Alá, de Malba Tahan 415

LUIZ MURAT 429

